



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**ANA CAROLINA BORGES LEÃO MARTINS**

**O DISPOSITIVO DO PASSE:**  
Transmissão e Formação do Psicanalista

**RIO DE JANEIRO**  
2015

ANA CAROLINA BORGES LEÃO MARTINS

O DISPOSITIVO DO PASSE:  
Transmissão e Formação do Psicanalista

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Maria Cristina Poli.

RIO DE JANEIRO

2015

M386 Martins, Ana Carolina Borges Leão.

O dispositivo do passe: transmissão e formação do psicanalista / Ana Carolina Borges Leão Martins. Rio de Janeiro, 2015.

169f.

Orientadora: Maria Cristina Poli.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2015.

1. Psicanálise. 2. Transmissão (Psicanálise). 3. Psicanalistas – Formação. I. Poli, Maria Cristina. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 150.195

ANA CAROLINA BORGES LEÃO MARTINS

O DISPOSITIVO DO PASSE:

Transmissão e Formação do Psicanalista

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Maria Cristina Poli

Aprovada em:

---

Profa. Dra. Maria Cristina Poli – UFRJ (orientadora)

---

Profa. Dra. Fernanda Costa Moura – UFRJ

---

Prof. Dr. Marco Antônio Coutinho Jorge – UERJ

---

Profa. Dra. Maria Anita Carneiro Ribeiro – UVA

---

Profa. Dra. Vera Pollo – UVA

## AGRADECIMENTOS

Para a minha querida orientadora, Cristina Poli, um agradecimento cheio de carinho e de admiração. Obrigada por tornar possível o movimento de pesquisa, acolhendo as questões, acompanhando de perto os desdobramentos do tema e, por fim, contribuindo para dar forma e direção ao texto da tese, numa leitura tão atenta quanto precisa. Obrigada por ser minha orientadora, no sentido mais verdadeiro da palavra.

Agradeço ao meu marido, Marcus Kleredis, pelo amor que tanto me faz bem e pela presença que me dá serenidade e paz nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Antônio e Marcus, e à minha mãe, Andréa, agradeço de coração a força e o incentivo de vocês ao longo do doutorado.

À tia Dadal e à Adriana, minha ‘família carioca’, que me abriu as portas da casa e do coração nos primeiros anos do doutorado.

Aos amigos do departamento clínico do Corpo Freudiano de Fortaleza, Rebeca, Ronald, Mirella e Regina, muito obrigada! Tem um pouco de cada um de vocês ao longo desse trabalho.

Mais uma vez, à Regina, com quem construo cotidianamente o meu percurso clínico: obrigada pela escuta leve ao longo das supervisões.

À Isabel, com quem experimentei os efeitos reais de falar livremente, obrigada pela escuta.

Agradeço aos psicanalistas da EBP, Fóruns do Campo Lacaniano, Escola da Letra, École de la Cause, associação Insistance, Espace Analytique e demais instituições que gentilmente acolheram a minha pesquisa.

Aos colegas do Corpo Freudiano, muito obrigada pela interlocução.

À Profa. Angélica Bastos pelas contribuições e pela ajuda ao longo do processo de saída para o doutorado sanduíche.

Ao prof. Alain Vanier por me receber no seu Centro de Pesquisas e pelas orientações durante o doutorado sanduíche.

Aos amigos Hevelyn, Márcia, Ana, Cris, Carol, Luciano, Cristiane, Joana, Gio, Namíbia, Caio, Manu... Obrigada por atravessarem o meu caminho! Vocês são a melhor coisa que o doutorado me proporcionou.

À Capes, agradeço pelo investimento ao longo desses quatro anos, sem o qual essa pesquisa não seria possível.

Obrigada a todos que contribuíram direta e indiretamente com o meu trabalho.

## RESUMO

A nossa tese retoma os testemunhos de passe com o intuito de investigar o que eles transmitem sobre a formação do psicanalista. Partimos da hipótese de que existe uma especificidade em jogo na transmissão via testemunho, a produzir consequências para as discussões atuais sobre a formação do psicanalista. No desenvolvimento da tese, o trabalho em torno dos testemunhos delineou três importantes eixos de discussão: a relação entre o final de análise e a formação do psicanalista, a relação entre o ato analítico e a função da transferência e, por fim, a elaboração teórica da experiência de formação. Nas conclusões, constatamos que esses três eixos convergem para um mesmo ponto: o caráter contingente da transmissão da psicanálise. Como o ato de ‘autorizar-se’ analista não se subordina a nenhuma normatividade, os testemunhos nos encaminham à consideração da singularidade em jogo em cada percurso de formação, acolhendo a dimensão da diferença absoluta, relacionada à produção contingente de ‘um’ psicanalista.

Palavras-chaves: Dispositivo do passe. Testemunho. Transmissão. Formação do psicanalista.

## **ABSTRACT**

This thesis recaptures testimonies of the Pass procedure in order to investigate what they convey with regards to the training of a psychoanalyst. We postulate the hypothesis that there is specificity at play within the transmission via testimony and that it implies consequences to current discussions concerning the training of psychoanalysts. While developing this thesis, the work regarding testimonies outlined three important axes of discussion: the relationship between the end of analysis and the psychoanalyst's training, the relationship between the analytical act and the function of transference, and, at last, the theoretical formulation of the training experience. In the conclusions, we found that these three axes converge to a single point: the contingent character of psychoanalysis' transmission. Since the act of "authorizing oneself" by the psychoanalyst does not subject itself to any normativity, the testimonies lead us to consider the singularity at play in each training course, and to welcome the dimension of pure difference related to the contingent production of "a" psychoanalyst.

**Keywords:** Procedure of the pass. Testimony. Transmission. Psychoanalytic training.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 TESTEMUNHO DE PSICANALISTA, TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE</b> .....	11
<b>2.1 O testemunho é nosso método</b> .....	14
<b>2.2 A transmissão revisitada</b> .....	20
<b>2.3 Uma tese sobre o passe</b> .....	31
<b>3 A ESTRUTURA DO PASSE: PASSANTES, PASSADORES E CARTEL</b> .....	42
<b>3.1 Final de análise, formação do psicanalista e dispositivo do passe.</b> .....	43
<b>3.2 Testemunhos de passantes</b> .....	47
<b>3.3 Os passadores são o passe</b> .....	63
<b>3.4 Seriar os graus da experiência: o cartel de passe</b> .....	72
<b>4 OPERADORES DO TRATAMENTO: A CONTRATRANSFERÊNCIA, O DESEJO DO ANALISTA E O ATO ANALÍTICO</b> .....	84
<b>4.1 A contratransferência e a causa eficiente</b> .....	87
<b>4.2 O desejo do analista e a causa material</b> .....	98
<b>4.3 Do desejo ao ato: a função da transferência</b> .....	107
<b>5 PASSAR À PÚBLICO: A TRANSMISSÃO DE UMA PSICANÁLISE NA CLÍNICA E NA INSTITUIÇÃO</b> .....	118
<b>5.1 Transferência, trabalho e transmissão: passar o caso analisante</b> .....	120
<b>5.2 Transmissão genealógica na análise didática e nas sociedades psicanalíticas</b> .....	130
<b>5.3 Uma mulher, um psicanalista, uma escola de psicanálise: transmitindo a contingência</b> .....	141
<b>6 CONCLUSÃO: O PASSE ENTRE INVESTIGAÇÃO E NOMEAÇÃO</b> .....	151
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	158



## 1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, as discussões sobre a formação do psicanalista se concentram em torno de dois grandes polos: o da autoridade e o da autorização. Do lado da autoridade, podemos listar todas as tentativas de regulamentação da prática do psicanalista, que vão desde a polêmica do exercício da psicanálise por não médicos - a famosa questão da análise leiga -, às recentes tentativas de ‘profissionalizar’ a psicanálise, sob o argumento de incluí-la nos subsídios de saúde fornecidos pelo Estado. Do lado da autorização, temos a total liberdade das instituições psicanalíticas em promover estratégias de reconhecimento de seus membros, inventando seus próprios dispositivos, e acolhendo a dimensão pessoal e intransferível do ‘autorizar-se analista’. Mas seriam esses dois eixos tão estanques como imaginamos? Há alguma relação entre a autoridade e a autorização quando o assunto é a formação do psicanalista?

Sobre esse ponto, as instituições de psicanálise, mesmo as de tradição lacaniana, não estão livres de reeditar um conhecido sintoma da formação do psicanalista: quando o mal-estar diante da falta de garantia sobre a prática é radicalizado, eis que ressurge o argumento de autoridade, o reinvestimento das ‘regras’ institucionais. É assim que os psicanalistas se aferram aos seus regulamentos, estatutos, proposições, o texto de Freud ou de Lacan, qualquer coisa que lhes sirva de ‘chão’ diante da ameaça constante de impostura, a espreitar a proposta de ‘autorizar-se de si mesmo’, postulada por Lacan, em 1967. Na contrapartida, a radicalização da autoridade institucional também não é menos fonte de incômodo e de mal-estar: os psicanalistas da IPA nunca estiveram inteiramente confortáveis com a padronização das análises didáticas, suspeitando, desde a década de 1950, a existência de falhas no sistema de formação.

Talvez não seja mesmo possível uma autorização que descarte o horizonte da autoridade: o ato de se autorizar precisa ser autenticado por alguns outros, não pela via da demanda, mas pelo acolhimento dos efeitos analíticos, frutos da experiência de análise. Há, aqui, uma tensão constante entre o autorizar-se analista, pela via da clínica, e a concessão do ‘título’ de analista, via autoridade institucional. Pois o que faz com que alguém se autorize psicanalista a partir de sua própria análise? Como reconhecer que ali se produziu um analista? Mais ainda, o que é um psicanalista? Questões que o dispositivo do passe visa investigar.

Ao longo da nossa tese, trataremos do passe em sua vertente investigativa, de pesquisa sobre a formação do analista. Essa vertente de pesquisa pode ser deduzida do próprio funcionamento do dispositivo: um analisando (passante) fala sobre a sua análise a dois outros

analisandos, chamados de passadores, que irão reportar o relato a um júri, ou cartel do passe. Caso haja a transmissão da experiência, o cartel nomeia o passante a Analista da Escola, autenticando os efeitos do passe. Assim, por suas consequências, o passe lança luzes sobre o ato de ‘autorizar-se’ analista, tornando-se um importante meio de investigação sobre a formação.

Para reinvestir nesse caráter de pesquisa, foi necessário deixar em suspenso qualquer preocupação quanto ao funcionamento real do dispositivo, retirando a ênfase no processo de nomeação. Para nós, a nomeação é apenas um ‘efeito colateral’ do dispositivo do passe, subordinada à finalidade primeira de transmissão da experiência analítica. A prova disso é que a ausência da nomeação não é índice de nada, não significa a inexistência de uma análise (ou de um analista), mas simplesmente atesta a falta de elementos suficientes para se concluir sobre a experiência. Na contrapartida, fazer, da nomeação, um fim em si mesmo implica no enorme risco de tornar o passe um mero instrumento de seleção, caso em que se perde em potência investigativa, em que se esvazia o desejo de transmissão. Nessa perspectiva, estamos mais interessados em tratar das contribuições efetivas do dispositivo para o campo psicanalítico, e foi por essa razão que escolhemos trabalhar com os testemunhos dos que ‘passaram’ pelo passe.

A nossa tese endereçará uma pergunta aos testemunhos de passe: o que eles transmitem sobre o modo pelo qual cada psicanalista é formado, na singularidade de sua experiência de análise? Levantamos a hipótese de que existe algo de específico à transmissão pela via do testemunho, ponto que iremos explorar no decorrer da tese. Propomos trabalhar com os testemunhos de maneira livre, sem agrupá-los em um capítulo ou sob a rubrica de uma determinada Escola. Tomando-os um a um, em sua inteira singularidade, apostamos na possibilidade de retirar maiores consequências dos testemunhos, delineando um campo de respostas à nossa pergunta de partida.

O primeiro capítulo da tese irá desenvolver uma metodologia de trabalho com os testemunhos de passe. O que é um testemunho? Por que a escolha do gênero testemunhal para tratar dos limites da experiência analítica? Elevaremos o testemunho à condição de método de pesquisa, um método de caráter bastante particular, pelo seu modo de enlace entre o sujeito da narrativa e o objeto a ser narrado. Veremos que esse gênero narrativo se mostra mais afeito a sustentar uma divisão entre dois níveis de discurso: o nível do enunciado, do autor do testemunho, e o nível da enunciação, relativo ao sujeito que atravessou a experiência analítica. É preciso lembrar que não há relação de identidade entre esses dois níveis, entre o autor e o sujeito, fato que distingue os testemunhos de uma narrativa autobiográfica.

Após esse trajeto, incluiremos os testemunhos num contexto mais amplo, relacionado à transmissão da psicanálise após o ensino de Lacan. Desenvolveremos a ideia de que a inexistência do texto fundador, no caso do ensino lacaniano, foi responsável por instaurar uma relação mais fluida, menos fixa, dos psicanalistas com o campo do sentido, possibilitando apropriações teóricas diversas sobre o problema da formação. Por fim, falaremos dos desafios metodológicos de escrever uma tese sobre o passe em um programa de pós-graduação, aprofundando as relações entre as instituições de psicanálise e a universidade.

No segundo capítulo, atravessaremos a estrutura ternária do passe, composta pelos passantes, pelos passadores e pelo cartel de passe. Ao contrário de fazer uma descrição teórica de cada um desses lócus, optamos por discuti-los já na perspectiva do testemunho, compilando as produções dos psicanalistas que participaram do dispositivo, seja na condição de passantes, de passadores ou integrando cartéis de passe. Nesse percurso, os testemunhos de passe delinearão questões clínicas bastante interessantes: a relação entre o final de análise e a formação do psicanalista, o desejo do analista articulado à instalação da função analítica, a incidência do ato analítico no começo e no final de análise, as circunstâncias variáveis que cercam a formação de um psicanalista, a interferência da instituição sobre a experiência de análise, e assim por diante. Assim, os testemunhos nos permitiram destacar um enorme leque de problemas, que servirá de base à elaboração teórica feita no capítulo seguinte.

O terceiro capítulo tem por objetivo elaborar teoricamente os operadores em jogo no tratamento analítico: a contratransferência, o desejo do analista e o ato analítico. Escolhemos incluir a contratransferência entre os operadores do tratamento por duas razões fundamentais: a primeira é que existe toda uma literatura analítica, que não pode ser negligenciada, a fazer uso da contratransferência em benefício da técnica; além disso, é a partir da crítica à contratransferência que Lacan desenvolve o conceito de desejo do analista, apontando-nos para algum nível de articulação entre um e outro. Veremos que a distinção entre a contratransferência e o desejo do analista pode ser referida à dimensão da verdade como causa, a primeira relacionada à causa eficiente e a segunda à causa material. Por fim, trataremos da relação entre o ato analítico e a função da transferência, localizando o ato nas ‘pontas’ da experiência, na entrada e na saída do dispositivo analítico.

O último capítulo da nossa tese será inteiramente dedicado à transmissão da psicanálise, na clínica e na instituição. Como é possível transmitir a particularidade da clínica no campo da cultura, tornando-a acessível a um público mais amplo? No campo da clínica, do particular, temos a teoria sexual infantil, construída pelo analisando ao longo do trabalho de transferência. No campo da cultura, do universal, temos a teoria psicanalítica, elaborada pelos

psicanalistas em suas transferências de trabalho. Veremos que tanto o dispositivo do passe quanto o dispositivo da supervisão enlaçam o privado e o público, o trabalho de transferência à transferência de trabalho, retirando a teoria sexual do domínio do inefável, e lhe atribuindo conceitos e formulações que a permitem ser comunicada. Mas constataremos também diferenças existentes entre os dois dispositivos: na supervisão, o psicanalista constrói uma elaboração sobre o caso do analisando, no passe, o passante torna-se o psicanalista de sua própria experiência, propondo uma elaboração de saber sobre sua própria análise.

Ainda no quarto capítulo, trataremos da transmissão da psicanálise no contexto das instituições ipeístas e lacanianas. No caso da IPA, a proposta da análise didática colocou em cena uma transmissão por via genealógica, em que o argumento de exceção (dado pela autoridade do didata ou da instituição) supostamente garantiria a qualificação do analisando. Já no contexto das instituições lacanianas, a transmissão da psicanálise é tributária da lógica do ‘não-todo’, tal qual Lacan a desenvolve no ‘lado mulher’ das fórmulas da sexuação. Na ausência da exceção fálica, o que agencia a transmissão é a dimensão do ato, responsável por instituir um começo lá onde o real não apresenta começo ou fim. Nessa perspectiva, veremos que o ato instaura o ‘um’ não referenciado pelo ‘zero’ (diferença absoluta), que embora não esteja alheio à lógica fálica, nela se inscreve de forma contingente. Discutiremos três figuras de contingência, frutos da dimensão do ato: uma mulher, um psicanalista, uma escola de psicanálise. Essas três figuras não reconhecem o conceito de número, precisando ser contabilizadas enquanto pura diferença, uma a uma.

Ao concluir a nossa pesquisa, constatamos, com bastante surpresa, que não temos nenhuma tese geral sobre o dispositivo do passe. De fato, o ato de ‘autorizar-se’ analista não pode ser universalizado, demandando uma investigação local e contínua sobre o modo pelo qual cada psicanalista se forma em sua experiência de análise. Assim, os testemunhos de passe nos ensinaram a reler os problemas relacionados à formação sob a lógica da contingência, intimamente relacionada à categoria do impossível: O Psicanalista não existe, ele é da ordem do impossível, questão que nos remete à produção contingente de ‘um psicanalista’, que pode operar (ou não) a função ‘x’, do desejo do analista, em outras psicanálises. Na conclusão, retomaremos brevemente o problema da nomeação do analista, que embora não seja o objeto de estudo dessa tese, retroativamente justifica a nossa escolha metodológica de tratar do dispositivo do passe em sua vertente de pesquisa.

## 2 TESTEMUNHO DE PSICANALISTA, TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE

Quais são as condições que determinam a formação de um psicanalista?

A ideia de que existe uma especificidade para a formação do psicanalista pode ser remetida ao contexto de fundação da IPA, em 1910, e parte da necessidade de assegurar as bases conceituais e clínicas do campo psicanalítico. A partir da criação da IPA, as elaborações teóricas sobre a formação do psicanalista, em maior ou menor medida, confluíram na mesma direção do processo crescente de institucionalização da psicanálise. Assim, na década de 1920, a proposta ferencziana de fazer avançar a análise didática, de formação, até o limite da radicalização terapêutica é solidária à padronização das regras de formação, que garante a qualidade do analista titulado. No campo da clínica, temos a normalização como limite do final de análise e da formação do psicanalista. No campo da instituição, ambiciona-se o consenso teórico sobre os critérios de formação. Ferenczi (1928b/2011) não escondia essa sua predileção pela ortodoxia:

Acreditava e ainda acredito que uma discussão fecunda só é possível entre os defensores de uma mesma linha de pensamento; aqueles que tomaram como ponto de partida outros princípios básicos teriam a vantagem de dispor de um centro de atividade próprio. (FERENCZI, 1928b/2011, p. 241).

Mas a história da IPA está longe de se configurar como uma história de harmonia e de consensos: na década de 1950, o movimento psicanalítico se achava dividido entre os psicanalistas de tradição kleiniana e aqueles mais próximos da psicologia do eu, de tradição americana. Resguardadas as diferenças, os kleinianos postulavam como critério de final de análise a boa relação do sujeito ao objeto de satisfação pulsional. Aqui, o analista qualificado não interfere no curso normal da transferência, que se inicia na cisão do eu (posição esquizo-paranóide) e se dirige à introjeção do objeto como um todo (posição depressiva). Já os psicólogos do Eu se inserem em uma longa tradição de questionamento do conceito freudiano de conflito psíquico, deflagrado por Fenichel, na década de 1930. Fenichel propôs fazer uma aliança com a parte ‘sã’ do eu do analisando, questão que será retomada por Hartmann, no conceito de uma zona livre de conflitos (em inglês: *conflict-free ego sphere*). Trata-se de uma reserva de normalidade que, em circunstâncias especiais, percebe corretamente a realidade externa e interna, sem cair no adoecimento. Nesse caso, a formação do analista assumiu uma perspectiva adaptacionista em que o Eu do analista se tornava parâmetro da realidade e objeto de identificação para o Eu fraco do analisando.

O que essas propostas, tão heterogêneas, possuem em comum?

Todas elas são norteadas pela ‘perspectiva do didata’, do analista já-formado, situado à frente dos problemas ou, pelo menos, do instante em que os problemas são gestados. O debate sobre as relações entre o final de análise e a formação do analista historicamente enfatizou critérios estabelecidos em anterioridade à experiência clínica do candidato, introduzindo, assim, uma teleologia da formação, um ponto de chegada para o analista qualificado. O que chamamos de ‘perspectiva do didata’ se refere, portanto, ao estabelecimento de um saber pré-digerido sobre a formação, o qual, transposto ao contexto institucional, traduz-se em procedimentos de seleção, na estrutura hierarquizada e na burocracia regulamentadora da psicanálise.

No entanto, de alguns anos para cá, notamos uma mudança de ênfase sobre as discussões em torno da formação: cada vez mais é a perspectiva do analisando que ganha espaço na literatura analítica, em outros termos, são os psicanalistas, na posição de analisandos, que hoje tomam a palavra sobre as vias pelas quais foram formados. Quais seriam os efeitos dessa mudança de paradigma sobre a teoria da formação? Mais ainda, o que (ou quem) foi o agente responsável por conceder voz aos analisandos, quando cabia apenas aos psicanalistas ‘notáveis’ o privilégio de publicarem textos sobre os fins das análises didáticas?

A invenção lacaniana do dispositivo do passe pode ser apontada como um divisor de águas na maneira como os psicanalistas elaboram as vias pelos quais eles próprios são formados. O passe ‘zerou’ o saber pré-digerido dos didatas, seu primeiro e imediato efeito fora o de tornar ausente a escrita da teoria da formação, remetendo-a ao ponto em que uma análise encontra seu termo:

A teoria da formação, como escrevemos, está ausente. Leia-se o texto: ela é dita ausente no momento em que não deveria sê-lo, e não há contradição em acrescentar que esse é o momento em que se resolve uma psicanálise. Bem ou mal, com efeito, é preciso que o passo se resolva, para que de fato alguém resolva passar por cima do exame da psicanálise. (LACAN, 1969/2003, p. 299).

De fato, não existe outro exame possível em psicanálise senão aquele dado pela própria experiência. E, tratando-se da formação do psicanalista, a experiência primordial a ser ‘examinada’ se refere à relação do sujeito com suas próprias formações do inconsciente, fato que levou Lacan (1973/1995, p. 57) a afirmar a controversa e conhecida frase: “Eu nunca falei de formação do analista, falei de formações do inconsciente. Não há formação analítica”. Não há formação do analista na mesma medida em que o exercício da psicanálise se condiciona às formações do inconsciente, é ela um produto da tarefa da fala em transferência. A confiança

no inconsciente nos abstém do apelo à autoridade externa e regulamentadora da práxis. Aqui, podemos preservar a duplicidade em jogo na palavra ‘exame’, que por um lado nos remete à prova, à seleção, mas, por outro, conserva sua proposta investigativa, a de uma questão a ser examinada.

Mais do que uma seleção, o dispositivo do passe é, portanto, uma investigação sobre a experiência de formação do psicanalista. Nele, um passante, alguém que acredita ter levado sua análise ao limite do surgimento do analista, fala sobre essa experiência a dois outros analisandos, chamados de passadores. Cada passador, individualmente, relata o testemunho do passante ao Júri de confirmação ou Cartel do Passe. Se houver transmissão da experiência, o Júri irá nomear o demandante/passante à Analista da Escola (A.E.).

Infelizmente, com o decorrer dos anos, a vertente de investigação do dispositivo veio perdendo força, cedendo espaço aos fins de seleção e de nomeação. Os efeitos imaginários da nomeação dos A.E.s foram responsáveis por inúmeras crises no contexto da Escola Freudiana de Paris (EFP), em fins da década de 1970, e ainda bem recentemente, na década de 1990, as propostas de ‘entrada pelo passe’ renderam acaloradas discussões sobre a utilização do dispositivo para outros fins que não os de investigação. Por essas e outras dificuldades, o dispositivo do passe não é consenso entre as escolas lacanianas, há muitas que não o adotam, a exemplo do Corpo Freudiano, instituição da qual a autora dessa pesquisa faz parte. Mas, muito embora não seja unânime entre lacanianos, nossa tese demonstra que os seus efeitos não podem ser negligenciados, porque se referem à situação da psicanálise na atualidade, na nossa cultura.

Afinal, o que os testemunhos transmitem sobre a experiência de formação de um psicanalista?

Se o passe introduz um corte discursivo na ‘perspectiva do didata’, podemos levantar a hipótese de que os testemunhos transmitem algo sobre a formação que não poderia ser transmitido por vias mais tradicionais, como a do texto teórico, por exemplo. Há uma especificidade em jogo no testemunho capaz de transmitir de forma mais direta os operadores em jogo no tratamento analítico, com seus consequentes efeitos de formação. Trabalharemos no tópico a seguir a especificidade do testemunho, elevado, por nós, à qualidade de método de investigação sobre a formação do psicanalista.

Ao longo da nossa tese, endereçamos aos testemunhos uma única questão: *como se forma um psicanalista?* De maneira surpreendente, ao invés de construir uma tese generalista sobre o passe, encontramos saídas locais, singulares, sobre o modo pelo qual cada psicanalista ficciona a sua análise e sua própria formação. Tomamos os testemunhos um a um, sem

agrupá-los sob a rubrica de determinada Escola ou concepção teórica. Eles também não foram restritos a um capítulo em especial, costurando a nossa tese na medida em que nos ensinavam algo ou nos esclareciam algum ponto obscuro de pesquisa. Assim, travamos um diálogo contínuo e permanente com os testemunhos de passe, que certamente não se conclui nas linhas finais desse trabalho.

## **2.1 O testemunho é nosso método**

O uso do testemunho não é o único recurso de que os psicanalistas dispõem para elaborar a sua experiência clínica. A literatura analítica é farta de relatos de casos, de textos teóricos, de análises de filmes e de obras de arte, são várias as possibilidades de transmissão daquilo que uma análise nos ensina, mas, curiosamente, o gênero testemunhal predomina entre os que se engajam no dispositivo do passe. Por que, então, o testemunho ganhou tanto espaço a partir da invenção do passe? Nesse tópico, desejamos demonstrar que o testemunho é um método privilegiado de transmissão dos limites de uma análise, em razão do seu modo singular de enlace entre o sujeito da narrativa e o objeto a ser narrado.

Epistemologicamente, as discussões filosóficas interpõem o método entre um sujeito cognoscente e um objeto a ser conhecido. Na impossibilidade de acessar diretamente o mundo, o método serve de mediação entre os campos do sujeito e do objeto, com suas devidas variações, quer se trate das Ciências Humanas ou da Natureza. Essa polaridade acompanha o discurso sobre o método desde a queda da visão cosmológica, ao final da Idade Média. Assim, no solo epistêmico das ‘filosofias da consciência’, a questão do método recai sobre a perspectiva do sujeito, sobre as categorias a priori de apreensão. Já no campo do empirismo inglês, são as propriedades intrínsecas ao objeto que ganham destaque, abrindo espaço para a construção do método experimental.

O avanço das Ciências do Espírito embaralhou um pouco essa demarcação rígida entre sujeito e objeto, entre racionalismo e empirismo, na medida em que o sujeito, o Homem, foi reintroduzido na qualidade de objeto do conhecimento (JAPIASSU, 1977). O estatuto de cientificidade da área de humanas é constantemente ameaçado, uma vez que a ideia de reflexividade do sujeito questiona a própria existência do Homem enquanto objeto a ser conhecido: “o homem estudado pela ciência não passa de um fenômeno humano, fenômeno esse que se tornou presa de uma linguagem” (JAPIASSU, 1977, p. 16).

A psicanálise, no entanto, introduz um corte sobre a visão tradicional da mediação entre o sujeito e o objeto: utilizando a associação livre como o único meio de acesso ao seu



objeto, ao inconsciente, a psicanálise posicionou o sujeito à frente do próprio método, concebendo-o como uma consequência da cadeia significante, e não como uma causa. Associar livremente se torna um método acéfalo, sem sujeito, aliás, “o verdadeiro sentido da regra fundamental é justamente que o sujeito se ausente disso” (LACAN, 1967a/2003, p. 122). A análise, assim, nos convida a falar sem levar em consideração os valores, os julgamentos, os constrangimentos morais, essas categorias que conferem ‘peso’ ao Eu, e que costumam estancar a cadeia significante. Apenas ao final do percurso será possível, retroativamente, vislumbrar a posição do sujeito no campo de discurso, sujeito esse marcado pelo ‘não saber’, sem qualquer relação com o ‘sujeito cognoscente’, das filosofias da consciência.

Mas, ao elevar os testemunhos de passe à condição de método, não estaríamos correndo o risco de equipará-los ao romance construído em análise, esse que se mostra no curso das associações livres? Seria a mesma coisa falar em análise e falar sobre a análise? O que distingue o testemunho de passe da ficção construída pelo neurótico no endereçamento a um analista?

A ideia de que o texto do analisando se aproxima de um gênero literário fora bem explorada por Maria Rita Kehl (2001), em *Minha vida daria um romance*. A autora aproxima a narrativa feita pelo neurótico à construção do próprio sujeito moderno, marcado por um tempo linear, contínuo, que não suporta falhas ou rupturas. Nessa perspectiva, a experiência de análise ‘desconstrói’ o romance familiar, na mesma medida em que aponta para os silêncios, as hesitações, os lapsos e demais ‘fraturas’ do discurso, os quais marcam a existência de uma divisão subjetiva. Kehl (2001) acrescenta ainda que a psicanálise altera o ‘estilo’ da narrativa neurótica: do intrincado romance familiar à temporalidade retraída do ‘conto’, fato que não passou despercebido por Lacan:

Todos acabam sempre se tornando um personagem de um romance que é a sua própria vida. Para isso não é necessário fazer uma psicanálise. O que esta realiza é comparável a relação entre o conto e o romance. A contração do tempo, que o conto possibilita, produz efeitos de estilo. A psicanálise lhe possibilitará perceber efeitos de estilo que serão úteis a você. (LAURENT, 1993, p. 11).

Nesse extrato, Lacan se dirigia a um jovem candidato à análise, chamado Éric Laurent. Laurent narra esse fragmento clínico após a morte de Lacan, relacionando-o com a questão das sessões curtas. De acordo com ele, as sessões contraídas, compactas, seriam tributárias do estilo do conto. Mas, para nós, o mais importante é destacar que, tanto mais os analisandos se encaminham ao final de análise, mais se tornam econômicos nas palavras, reduzindo o enredo

a elementos mínimos, às vezes, a uma única fórmula, ou a um significante em especial. Se o final de análise reduz o romance neurótico ao estilo compacto do conto, para além do final, o testemunho recupera aquilo que escapa à estrutura narrativa, esse ponto de indizível que cai do conto do analisando. Assim, o testemunho se torna o gênero narrativo que melhor se afina aos limites do irrepresentável.

Para compreender melhor o tratamento dado pelo testemunho ao real da experiência, iremos brevemente discutir os seus dois paradigmas, *testis* e *superstes*, trabalhados por Seligmann-Silva (2005), na interlocução feita pelo autor com as obras de Benveniste e de Agamben.

O modelo do testemunho como *testis* corresponde grosso modo à aceção jurídica do termo: ‘*testis*’ remete etimologicamente à palavra ‘*terstis*’, que significa ‘terceiro’. Nesse caso, aquele que testemunha encontra-se em posição de exterioridade em relação à cena, trata-se do sujeito que ‘vê’ de fora o desenrolar dos acontecimentos, para, posteriormente, fazer de si mesmo ‘a prova’ do ocorrido, diante de um tribunal. O testemunho aqui se encontra no lugar de intermediário, entre o fato e o endereçamento, entre a cena e o júri, entre o passado e o presente. Já o sujeito, ausente da cena, só poderá ser ‘convocado’ (em termos jurídicos, ele é ‘citado’) apenas com o custo de seu próprio esvaziamento, no lugar da testemunha imparcial, daquela que não se implica subjetivamente nos fatos. No limite, enquanto *testis*, esse modelo de testemunho induz a uma concepção positivista do mundo, em que a perspectiva da realidade psíquica não parece ser levada em conta.

O segundo paradigma se refere ao do testemunho concebido como *superstes*, em que observamos a reinclusão do sujeito na cena testemunhada. Essa é uma perspectiva que se constrói a partir dos relatos de sobreviventes, após as duas Grandes Guerras do século XX. De tal modo, “*superstes* descreve a testemunha seja como aquele ‘que subsiste além de’, testemunha ao mesmo tempo sobrevivente, seja como aquele que se mantém no fato, que está aí presente” (SELIGMMAN-SILVA, 2005, p. 81). Enquanto *testis* se refere ao testemunho sustentado pela visão, pelo terceiro observador, *superstes* nos traz uma dimensão ‘auricular’ do testemunho, dos traços auditivos, responsáveis por (re)compor a trama da memória. O fato aqui se confunde com a própria narrativa, experiência que não existe por si mesma e que, por essa razão, faz apelo à escritura, único meio de fixar a materialidade do vivido, conforme nos ensina a citação de Primo Levi (2000, p. 22): “après quarante ans, ou presque, je me rapelle

tout cela à travers ce que j'ai écrit; mes écrits jouent pour moi le rôle de mémoire artificielle, et le reste, ce que je n'ai pas écrits, se resume à quelques détails".<sup>12</sup>

Para Primo Levi, a memória se sobrepõe ao próprio fato (tornado, por isso, um 'acontecimento'), de modo que aquilo que não foi fixado pela memória compartilha do sentimento de irrealidade, não passam de pequenos detalhes sem importância. Assim, o testemunho dos sobreviventes nos permite concluir que o paradigma do *superstes* reinsere não apenas o sujeito na cena testemunhal, mas, assim o fazendo, também reconsidera a função da fantasia, dando espaço para a produção da verdade 'ficcional', fruto do trabalho com a linguagem.

Seligman-Silva (2010, p. 3) nos adverte que os dois modelos de testemunho não são excludentes: "valorizar o paradigma do *superstes* não deve implicar uma negação da possibilidade do testemunho como *testis* (como, por exemplo, Giorgio Agamben o sugere)". O autor desfaz, assim, as relações de contraposição entre descrição e memória, entre realidade e ficção, entre o que se vê e o que se ouve. Desse modo, o tratamento da experiência pela via do testemunho tanto inclui o distanciamento positivo quanto a inserção da realidade psíquica no horizonte do acontecimento.

Retornando aos testemunhos de passe, podemos dizer que eles sustentam uma topologia borromeana entre *testis* e *superstes*, em que o sujeito, ao mesmo passo em que se inclui na produção da narrativa, só o pode fazer na posição terceira, na justa distância do acontecimento. Há, portanto, um movimento de exclusão interna do sujeito do testemunho, operação necessária ao trabalho de elaboração dos limites da experiência de uma análise.

Esse movimento de exclusão interna pode facilmente ser observado na estrutura gramatical dos testemunhos de passe. É comum encontrarmos uma alternância entre a primeira e a terceira pessoas do singular em um mesmo testemunho, por vezes, até na mesma frase, conforme assinala o extrato a seguir: "Dans ma dernière cure, c'est le signifiant quelconque, 'l'analyste sévère', qui a déplacé l'errance du sujet vers la névrose de transfert"<sup>3</sup> (ALVARENGA, 2003, p. 51). Interessante notar que a autora introduz a frase em primeira pessoa ("na minha última cura") e, no entanto, a conclui invertendo a voz da narrativa para a terceira pessoa: "o significante qualquer deslocou a errância do sujeito...". A grande maioria

<sup>1</sup> Para os textos dessa tese que não contam com uma tradução oficial em português, acrescentamos uma proposta de tradução, de nossa inteira responsabilidade, em nota de rodapé.

<sup>2</sup> Proposta de tradução: "Depois de quarenta anos, ou quase isso, eu me lembro de tudo por meio do que eu escrevi; meus escritos assumem o papel de memória artificial, e o resto, o que eu não escrevi, se resume a alguns detalhes".

<sup>3</sup> Proposta de tradução: "Na minha última cura, o significante qualquer 'analista severo' deslocou a errância do sujeito em direção à neurose de transferência".

dos testemunhos com os quais trabalhamos apresenta igualmente essa característica de livre trânsito entre as vozes narrativas, sendo a primeira pessoa melhor acomodada à retomada da experiência analítica, enquanto a terceira se mostra mais afeita à descrição do romance familiar do analisando. Assim, ao falar sobre a sua experiência de análise, Dherét opta pela inclusão da perspectiva do narrador: “Une première analyse m’avait écartée d’un regime de jouissance morbide”<sup>4</sup> (DHÉRET, 2003, p. 13), mas, ao tratar da própria história, posiciona-se sob o ponto de vista do observador: “La petite fille a environ quatre ans et on vient de lui refuser à l’école maternelle, mais sa mère admet qu’elle a grandit et en conclut qu’elle doit quitter la chambre de ses parents”<sup>5</sup> (p. 13).

Essa, entretanto, é uma estratégia narrativa que nem sempre compõe regra: em alguns casos, o romance construído em análise será testemunhado em primeira pessoa, como atesta a escolha feita por Estela Paskvan. A autora se pergunta: “À quelle personne gramaticalle allais-je mettre le narrateur?” (PASKVAN, 2002, p. 32)<sup>6</sup> e termina por optar afastar o ‘pudor’ em falar sobre a sua história na primeira pessoa: “Le signifiant marriage m’était tombé dessus, j’avais signé et j’étais à present une femme mariée [...]”<sup>7</sup> (p. 33). Curioso notar que, embora sustentado pela voz do narrador, o testemunho de Paskvan não transmite ao leitor o sentimento de uma narrativa subjetivada, afetada pelo ‘pathos’ da neurose. Seu exemplo nos permite afirmar que alguns testemunhos retomam o efeito de destituição subjetiva produzido ao final de análise, mas em um processo de elaboração que não exclui a perspectiva do sujeito, nem a sua posição no quadro geral da fantasia: “L’équation que j’avais jusqu’alors soutenue en réponse à l’énigme de la femme s’imposa clairement: ‘une femme – un homme châtré’. L’exception fondait le tout”<sup>8</sup> (p. 34).

O extrato acima demonstra uma divisão de dois níveis de enunciação: no primeiro nível, temos a autora do testemunho, que embora sustentando a voz da narrativa, apresenta-se ao leitor em uma perspectiva ‘dessubjetivada’, esvaziada dos determinantes imaginários responsáveis por conferir consistência ao ‘Eu’. Assim, mesmo se tratando de demonstrar uma fórmula de fantasia, não há aí o sentimento do ‘obsceno’, nem da excessiva exposição da autora. Já em segundo nível, o testemunho nos permite vislumbrar a posição do sujeito do inconsciente: ‘uma mulher – um homem castrado’. Essa conclusão é um construto de análise,

<sup>4</sup> Proposta de tradução: “Uma primeira análise me livrou de um regime de gozo mórbido”.

<sup>5</sup> Proposta de tradução: “A menininha tinha mais ou menos quatro anos quando lhe recusaram a entrada na creche. Sua mãe admitiu que ela havia crescido, concluindo que ela deveria deixar o quarto dos pais”.

<sup>6</sup> Proposta de tradução: “Em qual pessoa da gramática eu colocaria o narrador?”.

<sup>7</sup> Proposta de tradução: “Caiu a ficha sobre o significante do casamento. Eu tinha assinado, estava nesse momento casada”.

<sup>8</sup> Proposta de tradução: “A equação que até então eu tinha sustentado em resposta ao enigma da mulher se impunha claramente: ‘uma mulher – um homem castrado’. A exceção fundava o todo”.

consequência lógica do atravessamento da fantasia, que o testemunho de passe atualiza e reinsere em uma trama narrativa inteiramente original.

Podemos observar que, mesmo em primeira pessoa, os testemunhos de passe jamais promovem a coincidência entre o lócus do narrador e o lócus do sujeito. Se assim o fizessem, estariam resgatando o conceito de ‘identidade’, caso em que não teríamos mais um testemunho, e sim uma narrativa autobiográfica. Quanto mais avançarmos nos testemunhos de passe, mais fácil será constatar que a ‘esquize’ do sujeito é condição *sine qua non* para os efeitos de transmissão da psicanálise. O testemunho de passe aponta, assim, para uma relação de ‘extimidade’ (LACAN, 1964/1998) do sujeito para com a sua própria experiência, exclusão interna, onde o que existe de mais íntimo não se dissocia do lugar do Outro, lá onde a psicanálise logra ser transmitida. Perspectiva essa que não faz mais do que reatualizar a própria dimensão do inconsciente: “[...] o inconsciente, eu represento para vocês ao mesmo tempo como o que é interior do sujeito, mas que só se realiza do lado de fora, quer dizer, nesse lugar do Outro, somente onde ele pode ganhar seu estatuto” (LACAN, 1964/1998, p. 140).

A estrutura do testemunho nos abre, portanto, uma possibilidade inteiramente inovadora de pesquisa sobre a formação do analista, em que o sujeito da narrativa se inclui no horizonte do acontecimento, sem, entretanto, coincidir com o objeto a ser narrado. No ponto em que a pesquisa bibliográfica falha em transmitir o que existe de irrepresentável na experiência do inconsciente, o testemunho de passe se torna um método possível de tratamento dos limites de uma análise. Desse modo, poderemos retirar as consequências do aforismo lacaniano “a teoria da formação, como escrevemos, está ausente” (LACAN, 1969/2003, p. 299), suspendendo o saber previamente elaborado pela literatura analítica, mas apenas para retomá-lo em outros termos, de forma mais subjetivada. *O testemunho é o nosso método*: é pela via do testemunho que sustentamos a tensão existente entre, de um lado, a singularidade do caso e, de outro, a elaboração da doutrina, necessária à transmissão da psicanálise no campo da cultura.

Para concluir essa discussão metodológica, algumas palavras sobre a escolha dos testemunhos a serem trabalhados: dentre os textos que chegaram às nossas mãos, selecionamos aqueles que nos pareciam esclarecer em menor ou maior grau a questão de partida: *o que os testemunhos transmitem sobre a passagem à psicanalista?* De tal modo, os testemunhos aqui utilizados ‘querem dizer’ algo, o simples fato de serem selecionados já autentica seus efeitos de transmissão, mesmo que a um destinatário imprevisto, não esperado, como o é o sujeito da pesquisa. Os testemunhos com os quais não pudemos trabalhar, esses

estão ainda em vias de ‘dizer’, jogam a função da expectativa. Infelizmente, tivemos de deixá-los em suspenso, ou porque nos faltou tempo, conhecimento ou espaço para a discussão. Por último, devemos assumir a possibilidade de existirem testemunhos que ‘não dizem nada’, os que, em nossa leitura, fracassam quanto à proposta de transmissão. Ao se deparar com eles, não fiz qualquer esforço compreensivo. Para os que não dizem nada, deixei em aberto a possibilidade de dizerem a outros, caso em que não mais constituem problema ou, pelo menos, problema da presente pesquisa.

## 2.2 A transmissão revisitada

Conforme vimos, o dispositivo do passe inaugura uma nova forma de transmissão da formação do analista, introduzindo o ponto de vista do analisando, do autor do testemunho. De fato, as vias de transmissão da psicanálise não permanecem inalteradas ao longo do tempo. Transmitir à época de Freud não é o mesmo que o fazer a partir de Lacan. Mas quais seriam as diferenças entre Freud e Lacan no agenciamento de um sentido para a transmissão da psicanálise?

Ao longo desse tópico, revisitaremos a transmissão sob o horizonte da pergunta ‘*o que é uma psicanálise?*’, que ganhou soluções variadas em diferentes épocas, com diferentes autores. Essa discussão nos permitirá vislumbrar as condições de possibilidade de surgimento dos testemunhos de passe, que não podem ser desatrelados do contexto mais geral do ensino lacaniano. No último capítulo, retomaremos a especificidade do conceito de transmissão a partir da lógica das instituições de psicanálise, aprofundando um pouco mais essa discussão.

Começando por Freud, assegurar um sentido à transmissão da psicanálise nos primórdios da descoberta freudiana não era nada simples. Até 1907, enquanto o círculo de discípulos se achava bastante restrito, Freud ainda conseguia fazer uso da sua autoridade como fundador para garantir a transmissão dos conceitos fundamentais. Tal era a situação do seletivo grupo das Quartas-Feiras, onde ele frequentemente era convocado pelos ‘discípulos’ a dar a última palavra sobre os assuntos psicanalíticos (SAFOUAN, 2013). Mas, com a viagem de Freud, Ferenczi e Jung aos Estados Unidos, iniciava-se um processo de crescente difusão da psicanálise, aumentando consideravelmente o número de ‘adeptos’ à nova teoria. Como sabemos, a cada vez que a psicanálise se ‘mundializa’, fica ela igualmente sujeita a toda ordem de abuso e de desvio, fato corriqueiro ainda em nossos dias. Freud se achou, então, na desconfortável posição de ser, ao mesmo tempo, o fundador de uma nova disciplina e o líder de um movimento político, único a autorizar os desdobramentos da psicanálise no campo da

cultura. O fato é que essa confluência entre a figura do fundador e a autoridade do mestre em muito ameaçava o caráter de cientificidade da psicanálise.

A psicanálise corria o sério risco de confundir-se com a imagem do próprio Freud, de tal maneira ‘psicanalista’ e ‘freudiano’ tornavam-se quase que termos equivalentes. Ora, o saber instituído sobre a autoridade de quem o profere está muito mais próximo do discurso religioso que do científico. É o que se passa com os textos sagrados, com os evangelhos, para dar um exemplo, essa mensagem que retira sua força transmissora da palavra de quem a anuncia. Tornava-se, portanto, imprescindível que a psicanálise comprovasse seus resultados para além da figura de Freud, o que não aconteceria caso ele assumisse a dianteira do movimento psicanalítico. Se assim o fizesse, estaria na mesma posição de um chefe religioso, de um profeta, e não de um homem de ciência. Nesse contexto, podemos situar o projeto freudiano de institucionalização da psicanálise, elucidado por Moustapha Safouan (2013), no seu livro *La Psychanalyse*.

Safouan (2013) sustenta que Freud assegurou a difusão e a transmissão da psicanálise valendo-se de duas estratégias políticas diferentes, porém complementares: 1. Descentrar a psicanálise da figura do fundador e do contexto cultural de Viena, 2. Fundar uma associação capaz de oferecer garantia e legitimidade tanto à psicanálise quanto aos psicanalistas. Em relação ao primeiro ponto, Freud (1914/1996, p. 52) esperava transferir a autoridade diante do saber analítico a um sucessor, a um ‘príncipe herdeiro’, no caso, C. G. Jung:

Conhecia muito bem as armadilhas que aguardavam quem quer que comece a exercer a psicanálise e esperava poder evitá-las delegando poderes a uma autoridade que estivesse preparada para aconselhar e orientar.

É bem verdade que, no campo da genealogia, é possível a um pai transmitir a seu filho um leque muito variado de heranças: os bens, o sangue, o legado cultural... Mas como transmitir a autoridade sobre um saber do qual se é o único detentor? “Comment peut-on transmettre, à quiconque, l’autorité d’un savoir qu’on ne tient soi-même que de soi?” (SAFOUAN, 2013, p. 43). Para agravar ainda mais as dificuldades, Jung não se contentava com o papel de ‘sucessor’, almejando, ele próprio, tornar-se a única autoridade em seu próprio saber.

O segundo ponto do projeto freudiano é ainda mais audacioso: “Julguei necessário formar uma associação oficial porque temia os abusos a que a psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular” (FREUD, 1914/1996, p. 52). Por um lado, caberia à associação psicanalítica a função de resguardar a verdade sobre ‘o que é a psicanálise’, destituindo os

desvios: “Deveria haver alguma sede cuja função seria declarar ‘Todas essas tolices nada têm a ver com a análise; isto não é a psicanálise’” (FREUD, 1914/1996, p. 52). Por outro, ela também assegurava a formação de novos psicanalistas, legitimando a prática dos recém-formados e lhes oferecendo uma garantia: “Nas sessões dos grupos locais [...] seria ensinada a prática da psicanálise e seriam preparados médicos, cujas atividades recebiam assim uma espécie de garantia” (FREUD, 1914/1996, p. 52). Assim, ao invés de retirarem a legitimidade de suas práticas diretamente da figura (idealizada) de Freud, a partir de 1910, com a criação da IPA, os psicanalistas passaram a fundamentar suas decisões e autorizar sua prática valendo-se do aval da instituição, essa última encabeçada pelos ‘eleitos’ do próprio Freud (vejamos o quanto o ‘pai’ da psicanálise continuava regendo a ópera, por detrás das cortinas). Construía-se, assim, o “modelo familiar” (SAFOUAN, 2013) de transmissão da psicanálise, alicerçado sobre o mito do pai fundador.

Não temos aqui a intenção de percorrer os desdobramentos posteriores do projeto freudiano de institucionalização da psicanálise. É suficiente apontarmos o quanto se tratava de um projeto falho, que tanto mais demonstrava suas fragilidades, mais fazia apelo à posição do pai legislador, o que detém o argumento de autoridade perante os filhos, ou filiados. Assim, para cada problema detectado no âmbito das análises didáticas, multiplicavam-se os critérios de qualificação do psicanalista. Na década de 1950, a IPA se desviava inteiramente da grande descoberta freudiana, negando a dimensão do inconsciente e a potência formadora de uma análise, ao mesmo tempo em que afundava os psicanalistas nos trâmites burocráticos e na rígida hierarquia institucional.

É curioso constatar que algo do sentido relativo ao ‘que é uma psicanálise’ se conserva apesar das resistências institucionais. Foi justamente essa faceta conservadora e persistente do sentido que tornou possível o projeto lacaniano de ‘retorno a Freud’, mesmo quando o movimento psicanalítico fluía em direção inversa ao da descoberta freudiana. Mas, se as instituições de psicanálise não são suficientes para resguardar a psicanálise dos desvios, o que assegura, então, a possibilidade de transmissão dos conceitos? Nesse ponto, introduzimos a função do texto, que, em Freud, mostrou-se muito mais bem-sucedida do que a aposta feita nas instituições de psicanálise.

Foi Lacan (1955a/1998) quem primeiro conseguiu vislumbrar a importância formadora dos textos freudianos, capazes de nortear o leitor não apenas face os conceitos, mas também de produzir consequências no campo da práxis. Aliás, Freud sempre fez questão de dar exemplos simples, cotidianos, fazendo com que sua mensagem alcançasse, pela via da escrita, até os interlocutores mais leigos nos assuntos psicanalíticos. Sinalizou também,



diversas vezes, o efeito de recepção dos seus textos, em acordo com o maior ou menor grau de familiaridade do leitor com as formações do inconsciente: “o leitor é estimulado apenas por aquelas passagens que sente se aplicarem a si próprio – isto é, que interessam a conflitos que estão ativos nele na ocasião” (FREUD, 1937/1996, p. 250). Acompanhando as pistas deixadas por Freud, Lacan (1955a/1998, p. 405) bem conseguiu identificar essa relação do texto com o sentido da transmissão, conforme ele mesmo expressa no extrato a seguir:

Estaria eu lhes ensinando alguma coisa, ao lhes dizer que esses textos [...] nos deram, a mim e aos que me seguem, a surpresa de verdadeiras descobertas? Elas vão de conceitos que se mantiveram inexplorados a detalhes clínicos deixados ao saber de nossa exploração, e que atestam a que ponto o campo de que Freud teve a experiência ultrapassava as vias que ele se encarregou de nos abrir [...]. Que exercício para formar espíritos, e que mensagem à qual emprestar a voz! Que controle, também, do valor metódico dessa formação e do efeito de verdade dessa mensagem, quando os alunos a quem vocês a transmitem trazem-lhes o testemunho de uma transformação [...] de sua prática, simplificada e tornada mais eficaz antes mesmo de se lhes tornar mais transparente. (LACAN, 1955a/1998, p.405).

A escrita fixa o sentido, mas não o faz de um modo arbitrário: nos textos de Freud, a produção de sentido está condicionada ao domínio da experiência e, inversamente, cada psicanalista, a partir de sua própria experiência, poderá retomar os textos freudianos, reafirmando uma nova relação com o sentido. Esse processo de retroação fez com que Lacan afirmasse, em 1955, que “o sentido de um retorno a Freud é um retorno ao sentido de Freud” (LACAN, 1955a/1998, p. 406).

Em Freud, o sentido do que é uma psicanálise alcança o interlocutor pela via do texto, da escrita, e essa é uma especificidade da transmissão freudiana. Mas o que existe no texto de Freud que tornou possível o movimento de ‘retorno à’, feito por Lacan? Para tratar dessa questão, recorreremos à clássica conferência de Michel Foucault (1969/1994), *Que’est-ce qu’un auteur?*.

O argumento central de Foucault (1969/1994) gira em torno da ideia de que a ‘função autor’ não é de modo algum fixa e natural, mas compreende um conjunto complexo de operações de atribuição entre o autor e sua obra, que variam de acordo com os discursos e com o contexto histórico. O nome do autor não é qualquer, diferencia-se do nome próprio ao engendrar um efeito de ordenação do discurso, em que textos diversos são agrupados sob uma mesma rubrica, sob uma mesma assinatura, excluindo-se aqueles não pertencem ao conjunto, à obra. Trata-se, portanto, de uma função que põe em cena um sistema classificatório, a estabelecer relações de homogeneidade e de filiação entre textos, de autenticação de uns face a outros, de explicação mútua etc. (FOUCAULT, 1969/1994).

Foucault (1969/1994) sinaliza ainda que, a partir do século XIX, surge um tipo especial de autor, o qual ultrapassa a concepção do autor de uma obra, de um livro, ou de qualquer texto que se possa legitimamente lhe atribuir a produção. Mais do que livros, esses autores foram responsáveis por produzir as regras de formação de outros textos, por vezes absolutamente heterogêneos em relação aos seus próprios. Foucault os chama de *instauradores de discursividade*, e é nessa categoria em que se encontra a posição de Freud, enquanto instaurador do discurso psicanalítico.

A produção teórica dos psicanalistas que sucederam a Freud não necessariamente recapitula os mesmos termos dos textos freudianos, de modo que não há relação de analogia entre a instauração do discurso psicanalítico e suas transformações ulteriores. Pelo contrário, um mesmo conceito pode ser apropriado de formas diversas por diferentes psicanalistas, o que levanta a questão de saber quais são as proposições pertinentes à discursividade instaurada por Freud e quais são as que enquadram na categoria de desvio, de derivação da psicanálise. É nessa perspectiva que o movimento de retorno a Freud se faz necessário, porque permite isolar certo número de enunciados próprios ao texto freudiano, sem os quais não poderíamos mais distinguir o que é psicanálise do que não é. Foucault (1969/1994) nos diz ainda que o retorno à Freud modifica a própria discursividade da psicanálise, introduzindo diferenças no campo da teoria.

Será preciso destacar ainda algumas condições discursivas para que o movimento de retorno a um autor se torne possível. A primeira delas é a questão da origem. Para onde retornamos quando retornamos a Freud? A resposta parece simples: retornamos ao texto, é ele que nos serve de origem discursiva. Entretanto, não são todos os textos que cumprem a função: no conjunto da obra freudiana, Lacan (1953/1998) destacou três responsáveis pela instauração do discurso psicanalítico, a saber, *A Interpretação dos Sonhos* (1900), *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901) e *Os chistes e sua relação com o Inconsciente* (1905). Neles, ele pôde isolar a estrutura de linguagem do inconsciente, que serve de baliza não apenas para a leitura dos textos freudianos subsequentes, como ainda produz efeitos de formação, reorientando a prática dos psicanalistas em torno do ponto nodal da fala e da linguagem.

Há, ainda, uma segunda condição para o movimento de retorno: a função do esquecimento, operando na origem, no ponto de instauração do discurso. Aqui, não se trata de uma aceção negativa do esquecimento, ligada à ideia de uma escolha deliberada – e patológica – que colocaria em cena o ‘não querer saber’ sobre aquilo que se revela a olhos nus. Não há escolha quanto ao esquecimento, uma vez que ele é constitutivo e essencial ao

próprio ato de instauração discursiva. Ora, se não existisse a função do esquecimento, trataríamos os textos freudianos como se fossem sagrados, esforçando-nos por revelar seu sentido ‘intrínseco’ e ‘oculto’, aquele que estaria à espera da boa leitura, do bom exegeta. Pelo contrário, são as lacunas, as ausências, as falhas inerentes ao texto que impulsionam o movimento de retorno. São elas que reativam a nossa capacidade de surpresa, a cada nova leitura, diante de velhos textos. O esquecimento assim permite que o sentido nunca se feche sobre si, sendo sempre reatualizado a cada movimento de retorno, processo que termina por alterar a própria discursividade da psicanálise.

Apoiada sobre o texto fundador, a transmissão da psicanálise em Freud por um lado coloca em cena um ponto de origem bem demarcado, por outro, remete-nos às operações de esquecimento, as quais possibilitam o movimento de retorno. Trata-se de uma estrutura de transmissão bastante similar àquela desenvolvida pelo próprio Freud em trabalhos como *Totem e Tabu* (1913/1996) e *Moisés e Monoteísmo* (1939/1996). Neles, podemos observar uma lógica composta de três tempos: primeiro, temos a origem, ou a inscrição dos traços da experiência (o que equivale à função do texto fundador); depois, Freud trata dos modos de apagamento dos traços, o recalque, a forclusão e o desmentido, que podemos comparar às operações de esquecimento; por fim, temos o retorno dos traços esquecidos em formações substitutivas, o que, em nosso caso, refere-se à produção de textos heterogêneos, destacados do original. Em Freud (1917/1996), o sentido se produz na articulação entre o terceiro e primeiro tempos, na produção de vínculos intermediários entre o texto do sintoma e os traços inscritos pela experiência traumática. No campo do discurso, a operação é similar: o sentido se produz no próprio movimento de retorno, em que se constroem vínculos intermediários entre as produções teóricas ulteriores e os textos fundadores. Essa discussão nos permite vislumbrar a existência de uma lógica de transmissão própria ao discurso instaurado por Freud, que tanto pode ser demarcada internamente, no processo de construção dos conceitos, como também externamente, nas relações de intertextualidade entre Freud e outros psicanalistas.

Nosso trabalho com os testemunhos de passe nos indica uma dificuldade em inscrevê-los integralmente na lógica freudiana de transmissão da psicanálise. Muito embora a grande maioria dos testemunhos recupere as contribuições teóricas de Freud e de Lacan, citando-os e fazendo apelo à função do texto, a relação desses psicanalistas com a teoria estabelecida é bastante livre, apontando para um processo constante de reinvenção conceitual. Não é raro encontrar passantes que discutem seu próprio caso clínico em uma apropriação singular dos termos lacanianos, conforme demonstra esse extrato do testemunho de Celso Rennó Lima

(1995, p. 23): “a operação de interpretação, separando  $S_1$  de  $S_2$ , ou seja, estabelecendo o avesso da proposta do inconsciente, criou um intervalo onde reinava a opacidade própria do gozo do sintoma”. A linguagem utilizada pelo autor não é estranha ao ensino de Lacan, mas não se trata aqui de uma releitura dos conceitos, e sim de uma leitura singular da experiência do analisando. É curioso constatar que os testemunhos de passe não fazem apelo à origem discursiva, eles não marcam nem semelhanças nem diferenças com relação à bibliografia já existente. Assim, cada testemunho se insere na categoria do ‘um absoluto’, trata-se de apropriações inteiramente singulares do campo teórico e conceitual da psicanálise, que não necessariamente excluem a referência ao texto, mas que certamente a ultrapassam.

A possibilidade de se transmitir o sentido ‘do que é uma psicanálise’ para além da inscrição do traço, do texto fundador, aponta-nos para a existência de um campo discursivo absolutamente *hetero*, se comparado ao campo freudiano. Ao retornar à Freud, Lacan conseguiu ir mais adiante do sistema de referências fundado por Freud, sem, entretanto, descartá-lo. No entanto, o que marca a função do texto em Lacan? Qual a especificidade do discurso lacaniano? Seria possível empreender um retorno a Lacan aos moldes do retorno à Freud?

A proposta de retornar a Lacan se torna tão mais intensa quanto mais se disseminam os intrigantes efeitos do discurso lacaniano no campo psicanalítico: a começar pela enorme quantidade de livros dedicados a explicar ‘o que Lacan quis dizer’: *Para Compreender o Seminário 11, Introdução à Leitura de Lacan, Lacan elucidado*, só para citar alguns títulos. Muitos são os comentadores e também muitas são as tradições de leitura dos seminários, umas dando mais ênfase ao Lacan do simbólico e da linguagem, outros afirmando o Lacan da ‘clínica do real’, é Lacan para todos os gostos, a depender da filiação teórica e institucional do psicanalista/leitor. Além disso, frases de efeito costumam ser atribuídas a Lacan sem que ninguém saiba ao certo de onde elas procedem, quais são suas referências bibliográficas. O ‘lacanês’ se disseminou na nossa cultura, tornando-se símbolo de uma linguagem cheia de bordões, porém esvaziada de sentido. Diante de tantos problemas, muitos psicanalistas anunciam a urgência da tarefa sem, no entanto, conseguirem executá-la: “Já é o tempo de um retorno a Lacan e a sua leitura, análogo ao que ele mesmo opera referente ao texto de Freud, se anuncia, se impõe” (LÉVY, 2004, p. 11).

Podemos notar que esse desejo de retornar a Lacan expressa um apelo à legitimidade, à sanção da ‘boa’ leitura, com consequências à política da psicanálise. São várias as escolas lacanianas, cada qual com as suas tradições de leitura, e, nesse caso, torna-se difícil determinar o limite entre o legítimo e o desviante. Mas o que impede, então, que um

movimento de retorno a Lacan seja empreendido? Para tratar desse problema, precisamos recorrer à função do texto no discurso lacaniano.

Sabemos que a grande parte do ensino lacaniano se veiculou à tradição dos seminários orais e que, nesse caso, a relação com o sentido será muito mais frouxa, uma vez que a fala não fixa os traços da experiência. Ora, o que mais se assemelha à função dos textos ‘originais’ nos seminários lacanianos são as inúmeras estenografias, feitas pelos próprios alunos ao longo dos seminários. A estenografia aqui emerge na condição de artifício lógico, estrategicamente inventado diante da ausência de um meio mais eficaz para a estabilização do sentido. Curiosa inversão de perspectiva, em que a origem é posterior à própria instauração discursiva.

Aqui, os problemas se multiplicam: como considerar as várias versões estenografadas na condição de textos originais, uma vez que há sempre perdas na passagem da tradição oral à escrita? Essa foi uma pergunta por muito tempo negligenciada, de tal maneira os alunos de Lacan se esforçavam em igualar a estenografia à fala do mestre. O resultado foi um verdadeiro culto à palavra de Lacan, tomada como sagrada, e o surgimento de textos que tanto mais acompanhavam o ritmo da prosa lacaniana, mais se tornavam absolutamente incompreensíveis.

O avanço tecnológico e a introdução dos magnetofones, na década de 1960, não solucionaram o problema: permanecia a questão de como fazer a passagem do dito ao escrito, acrescentando-se, a isso, um impasse inteiramente novo: a proliferação dos textos piratas, que não apenas circulavam entre os alunos, como também já começavam a fazer aparição nas livrarias (ROUDINESCO, 1988). Para agravar ainda mais a situação, a École Freudienne de Paris, fundada por Lacan, crescia extraordinariamente, chegando à marca dos 609 membros em 1980 (ROUDINESCO, 1988). Desses seiscentos, é verdade, apenas alguns poucos eram reconhecidos por ele e, no entanto, nada impedia que todos se dissessem lacanianos...

Tais problemas rendiam boas doses de preocupação, a aumentarem na medida em que Lacan vetava as tentativas de transcrição dos seus seminários. Muitos foram os que se engajaram na aventura: Moustapha Safouan, cuja transcrição de ‘*A Ética da Psicanálise*’ jamais foi publicada; Michèle Montrelay, a qual, incumbida pelo próprio Lacan de realizar a tarefa, terminou por renunciá-la; Jacques Nassif, que transcreveu o seminário ‘*De um Outro ao outro*’, sendo extremamente criticado, e tantos outros. A transcrição dos seminários se tornava um problema insolúvel, até o momento em que Jacques Alain-Miller aceitou o desafio.

À diferença dos outros alunos, Miller deixou de lado a preocupação em reproduzir a literalidade da fala lacaniana, ciente de que essa era uma tarefa impossível. E são várias as

razões: em primeiro lugar, é facilmente observável o quanto a fala se atrela à temporalidade. Ao longo de um seminário, é possível suspender uma frase, retomar o que se disse com outras palavras, avançar apressadamente no argumento, ir e voltar tantas vezes forem necessárias. Como transcrever a intenção de uma fala, se o seu desenrolar está intimamente condicionado à diacronia da cadeia significante? Em segundo lugar, os seminários lacanianos guardavam a especificidade de serem extremamente performáticos, com variadas entonações, pontuações, improvisos. Lacan também costumava falar enquanto construía seus esquemas no quadro negro, de tal maneira, nenhum desses elementos é passível de serem transpostos à escrita. Sob tal contexto, Miller (2011b, p. 6) foi o primeiro a assumir a inexistência do texto fundador, a falta da origem, no ponto de instauração discursiva do lacanismo: “Mais bien entendu, ici l’original n’existe pas, puisque que d’abord Il n’y a pas de manuscrit, il y a la sténographie d’un discours oral”.<sup>9</sup>

Na ausência da origem, qual seria a tarefa em jogo na transcrição dos seminários lacanianos? Miller (2011b, p. 6) nos indica que se trata de um trabalho de invenção de uma escritura, feito não a partir daquilo que Lacan disse, mas antes em cima do que ele *não disse*, da sua intenção, do seu querer-dizer: “Ce dont Il s’agit, dans ce qui est mon travail, c’est de retrouver ce que Lacan a voulu dire! Et qu’il n’a pas dit. Ou qu’il a dit de façon imparfaite, obscure”.<sup>10</sup> Nessa perspectiva, o estabelecimento dos seminários é um projeto de construção a partir do vazio, como as superfícies de uma casa, como as paredes de um jarro. É claro que esse trabalho está longe de ser arbitrário, uma vez que a versão final recupera, pela via da dedução, o fio dos argumentos lacanianos. Vemos aqui emergir uma primeira e importante transformação do discurso laciano, traço da leitura de Miller: o conjunto dos seminários parecem constituir uma ‘obra’, uma ‘novela’, para usar o termo do próprio Miller (2011b), em que podemos acompanhar o desenrolar de uma trama lógica, o primeiro, o segundo e o terceiro Lacan. Resguardados os méritos da editoração, resta a suspeita de que o estabelecimento dos seminários não seja exatamente uma produção laciana, sem, por outro lado, portar a assinatura de Jacques Alain-Miller. Como diz o ditado: a César o que é de César.

No estabelecimento dos seminários, Miller dá nova forma ao velho problema introduzido por Foucault, em 1967: *seria Lacan um autor?* Em outros termos, quais são os enunciados que podemos atribuir a esse significante ‘Lacan’, enquanto nome de um autor? O

<sup>9</sup> Proposta de tradução: Bem entendido, aqui o original não existe, uma vez que não existe um manuscrito, existe a estenografia de um discurso oral.

<sup>10</sup> Proposta de tradução: No meu trabalho, trata-se de reencontrar aquilo que Lacan quis dizer. E que ele não disse. Ou disse de maneira imperfeita, obscura.

próprio Lacan nos indica uma resposta: “De modo algum sou um autor. Ninguém imagina isso quando lê meus Escritos” (LACAN, 1969-1970/1991, p. 182-183). Desse modo, Miller (2011b) localiza Lacan na posição do ‘ensinante’ (*enseigneur*) para diferenciá-lo do autor. O autor se define pela obra, já o ensinante não tem uma obra, e sim um ensino. O autor possui leitores, já o ensinante possui alunos, esses a quem Lacan dirige a palavra nos seminários. A função autor, em Lacan, se ela vem a existir, funda-se por uma operação externa ao seu discurso, no estabelecimento do texto, a qual sempre contou com a mediação de um terceiro, de um aluno.

Nessa perspectiva, retornar a Lacan seria retornar... a quê? Às estenografias? Aos textos estabelecidos por Miller? Aos comentadores? Na ausência do texto fundador, qualquer retorno se torna tarefa impossível.

Alguém certamente poderia argumentar que a coletânea dos Escritos faz a vez do texto fundador, o que resolveria nosso problema. Mas o fato é que a grande parte dos Escritos são resumos dos seminários lacanianos, depósitos nos quais Lacan reserva aquilo que merece ser retido, excluindo-se aí o longo processo de elaboração do saber. Os escritos revelam uma perda, a qual deverá ser computada no campo do discurso. E, mais ainda, eles não fixam uma relação do leitor ao sentido, não há aqui nenhuma direção de leitura, pelo contrário, sua proposta é de abertura interpretativa, em que cada um acrescenta algo de si, modificando o texto já estabelecido: “Queremos, com o percurso de que estes textos são os marcos e com o estilo que seu endereçamento impõe, levar o leitor uma consequência em que ele precise colocar algo de si” (LACAN, 1966/1998, p. 11). Tantas serão as leituras quantos serão os leitores. O retorno a Lacan produz o inusitado efeito de multiplicar as versões de um texto... cujo original não existe.

Toda essa discussão nos traz grandes e importantes consequências à transmissão da psicanálise, tal qual a compreendemos hoje. Pois, da mesma forma que, no campo do ensino laciano, verificamos a ausência do texto fundador, no campo do discurso do psicanalista, Lacan (1969-1970/1991) igualmente não cessou de demonstrar a inexistência do ponto de origem, da ausência do pai como agente discursivo. Há aqui uma falha que insiste em se impor a cada vez que apelamos às origens, e é bem possível demonstrá-la nas diversas práticas que envolvem a transmissão da psicanálise: o ensino, a instituição e, principalmente, a clínica psicanalítica. Sob essa leitura, torna-se possível perceber o quanto as sociedades fundadas no modelo familiar se esforçaram em dar uma consistência imaginária a uma função simbólica: a função do pai em sua relação com a produção do sentido. Nesse ponto, Lacan

denuncia a solidariedade entre o projeto institucional freudiano e a posição do mestre como agente do discurso.

Abstendo-se da função de ‘autor’, Lacan conseguiu multiplicar as relações de autoria face o seu ensino: a partir dele, os analisandos puderam se tornar os verdadeiros autores do texto construído em análise. “O psicanalista só se autoriza de si mesmo” (LACAN, 1967a/2003, p. 248), fórmula lacaniana que preserva o lugar da autoria, no ato de autorizar-se.

Assim, o psicanalista se torna o único responsável pelo seu próprio percurso, é ele quem detém a decisão de começar a receber outros analisandos. Nesse ponto, faz-se necessário diferenciar o ‘de si mesmo’ da fórmula lacaniana do ‘por si mesmo’, espécie de corruptela gramatical do aforismo, frequentemente utilizada pelos psicanalistas. Sutil mudança de preposição que transforma completamente o sentido da frase! O ‘por si mesmo’ nos transmite a ideia de autonomia, de escolha individual, como no exemplo: ‘fulano resolveu por si mesmo determinado problema’. É fácil perceber que o psicanalista não se autoriza por si mesmo, uma vez que não existe deliberação autônoma e consciente no processo de se tornar analista. Ao contrário, o ‘de si mesmo’ nos remete a uma ideia de ‘extração’, como no exemplo: ‘beltrano retirou de si mesmo a força para continuar’. O psicanalista é, portanto, um produto da psicanálise, seu desejo pode ser ‘extraído’ da lógica que conduz um tratamento até o final, até o ponto de destituição subjetiva, por parte do analisando, e de queda de suposição de saber, por parte do analista (iremos retomar a conceituação lacaniana sobre o final de análise nos capítulos seguintes). ‘Autorizar-se de si mesmo’ significa, portanto, tornar-se analista a partir do que extraímos da nossa experiência, da relação que estabelecemos com o nosso próprio texto inconsciente, enquanto analisandos, mas também das contingências da vida, para além da análise.

Os testemunhos de passe precisam ser lidos levando-se em consideração as questões levantadas ao longo desse tópico: em primeiro lugar, as circunstâncias de transmissão da psicanálise lacaniana, que não conta com a função do texto fundador e, por isso, ultrapassa o recurso ao significante mestre enquanto agente do discurso; em segundo, a relação de autoria do analisando com o ‘romance’ construído em análise, cujos resíduos serão recuperados pela via do testemunho; em terceiro, a particularidade em jogo no ato de ‘autorizar-se’, que não pode ser universalizado, precisando de verificação local, fato que nos leva a considerar cada testemunho um a um, em sua singularidade. Levantamos também a hipótese de que, após Lacan, não resguardamos a mesma relação com o sentido: a pergunta ‘o que é a psicanálise’ se desloca em direção a outra, muito mais pontual: *o que é uma psicanálise?* Nessa



perspectiva, só podemos esperar que os testemunhos de passe nos transmitam algo a respeito da passagem a *um* psicanalista.

### 2.3 Uma tese sobre o passe

Para concluir nossas considerações metodológicas, será preciso investigar as especificidades em jogo na proposta de tratar de um dispositivo institucional no contexto da universidade, em um programa de pós-graduação.

Até o presente momento, enquanto escrevemos essas linhas, não tivemos acesso a nenhum outro trabalho acadêmico versando sobre o tema do passe. Das mais de 1700 dissertações e teses disponíveis nas bases de pesquisa das instituições públicas de pós-graduação, é minimamente curioso constatar a completa inexistência de teses dedicadas às escolas de psicanálise e aos seus dispositivos. No contexto da pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, onde estamos inseridos, contamos apenas com uma única pesquisa que alude, indiretamente, ao tema do passe: trata-se da tese de Mirta Zbrun, defendida em 2007, cujo título se apresenta “*A Escola de Lacan e a Formação do Psicanalista*”. Retornaremos a ela mais adiante.

A estranha ausência de interesse do mundo acadêmico pelo dispositivo do passe nos levou a questionar, inúmeras vezes, a própria viabilidade da pesquisa: *afinal, seria possível escrever uma tese sobre o passe?* A dúvida persistia na medida em que esbarrávamos com o argumento de que o passe é um assunto externo à universidade, cuja significação e inteligibilidade se condicionam à transferência com uma Escola de psicanálise (de preferência, uma que adotasse o dispositivo). Porém, mais interessante do que a defesa da viabilidade da tese foi a questão que a ela se impôs como plano de fundo: quais são as relações entre as instituições de psicanálise e a universidade?

O primeiro a colocar o problema das relações entre a universidade e as instituições psicanalíticas foi o próprio Freud (1919/1996), no artigo *Sobre o Ensino da Psicanálise na Universidade*. Freud (1919/1996, p. 187) discute a insuficiência dos currículos médicos em abranger os assuntos relacionados à vida mental, problema que deságua na ‘questão da análise leiga’, na competência dos não-médicos quanto ao exercício da psicanálise: “é claro que o psicanalista pode prescindir completamente da universidade sem prejuízos para si mesmo”. Se o psicanalista pode prescindir da universidade, é indiferente, em termos de formação analítica, o título acadêmico do candidato à análise didática: médicos, psicólogos, filósofos, a deficiência dos currículos acadêmicos coloca todos na igual posição de ‘leigos’ em relação à

psicanálise. Nessa perspectiva, quem deseja tornar-se psicanalista deverá buscar outros meios de garantir sua formação teórica, dado que, na concepção de Freud (1919/1996, p. 187), justifica a permanência das sociedades psicanalíticas na cultura vienense:

O fato de que uma organização dessa natureza existe, deve-se, na verdade, à exclusão da psicanálise das universidades. E, é, portanto, evidente que esses sistemas de organização continuarão a desempenhar uma função efetiva enquanto persistir tal exclusão.

Vemos, aqui, uma primeira conjunção entre universidade e instituição psicanalítica, constituída em razão das falhas dos currículos acadêmicos. Nesse artigo, Freud assume uma posição ‘reformista’ quanto ao ensino da psicanálise na universidade, ansiando por uma mudança na “estrutura educacional regular” (p. 187), de modo a introduzir os temas relacionados à pesquisa do inconsciente. Nesse contexto, se o psicanalista pode prescindir da universidade, a recíproca não parece ser verdadeira: ao longo do tempo, a introdução da psicanálise nos currículos tem se mostrado de fundamental importância à formação de profissionais das mais diversas áreas. É o que testemunham os psicanalistas que hoje estão inseridos no contexto universitário: “Afim, como a descoberta psicanalítica não tocara à prática do médico, do psicólogo etc., quando ela atingiu e concerne à própria relação do homem com a cultura, isto é, dos homens uns com os outros?” (SBANO, 2006, p. 34).

É preciso destacar que a posição freudiana com relação ao ensino se assemelha o exato inverso daquela sustentada sobre a análise pessoal. Quando o assunto são os efeitos de formação da análise didática, Freud (1937/1996) se mostra muito pouco exigente, diz-nos que as análises didáticas são sempre “breves e incompletas” (p. 265) e se restringe a postular um único critério à formação dos psicanalistas: “a convicção firme da existência do inconsciente” (p. 265). Mas, ao tratar do ensino da psicanálise, as exigências são redobradas, não apenas face ao rigor na transmissão dos conceitos, mas também quanto à abrangência das disciplinas a serem ministradas:

Se [...] alguém tivesse de fundar uma faculdade de psicanálise, nesta teria de ser ensinado muito do que já é lecionado pela escola de medicina. [...] Por outro lado, a instrução analítica abrangeria ramos de conhecimento distantes da medicina e que o médico não encontra em sua clínica: a história da civilização, a mitologia a psicologia da religião, a ciência da literatura. A menos que esteja bem familiarizado com essa matéria, um analista nada pode fazer de uma grande massa de seu material. (FREUD, 1926/1996, p. 236).

É bem verdade que nenhum curso de psicologia ou medicina abrange esse ideal freudiano de ensino da psicanálise. Mas é igualmente verdade que as instituições de

psicanálise igualmente estão longe de corresponder ao *universitas literarum* que Freud julga necessário à formação dos psicanalistas. Nesse ponto, constrói-se um problema: por mais que estendamos o rol de disciplinas e ampliemos os espaços de inserção, o ensino da psicanálise sempre se mostrará falho e insuficiente, principalmente se com pretensões de formar psicanalistas. Isso porque o essencial do que se deve aprender em psicanálise se relaciona à posição do sujeito frente o saber constituído, elaboração singular sobre a teoria, e intimamente relacionada ao alcance das análises pessoais. A posição do sujeito, do analisante, assim determina os destinos do ensino, seja na universidade ou na instituição, fato demarcado por muitos, a exemplo de Poli (2006, p. 48):

Mesmo que as produções discursivas sobre as quais, e com as quais, a psicanálise opera tragam sempre a marca do singular e do contingente, mantém-se o compromisso de elas serem portadoras da verdade. Verdade do sujeito, isto é, interna à experiência que a produz, mas que pode ser transmitida e, portanto, compartilhada por uma comunidade, sociedade, cultura. [...] A ética da psicanálise é exclusiva dessa forma de fazer pesquisa – condicionando, portanto, a investigação à formação ou ao desejo de formação em psicanálise. Podemos pensar também, nesse sentido, que essa prática não deveria ser exclusiva dos psicanalistas que trabalham em universidades; também as instituições de formação em psicanálise podem se ocupar de dar lugar a esse desdobramento do desejo do analista.

Esse breve diálogo com o texto de Freud e de outros psicanalistas leva-nos a concluir que os assuntos relacionados à psicanálise podem e devem ser tornados públicos, e pela via de um ensino que não é da ordem do mistério, muito menos da iniciação. Nessa perspectiva, o dispositivo do passe não é privilégio das escolas de psicanálise, uma vez que seus efeitos extrapolam os espaços institucionais, e concernem ao lugar do psicanalista (e da psicanálise) na nossa cultura. Mas não é somente a vertente do ensino que enlaça a universidade e as instituições de formação. As aproximações e distanciamentos entre uma e outras obedecem igualmente a oscilações históricas e contextuais, conforme demonstra o caso francês.

A historiadora e psicanalista E. Roudinesco (1988, p. 162) foi a primeira a sugerir que as crises nas instituições psicanalíticas estão relacionadas à inserção da psicanálise na universidade: “[...] pode-se dizer que Vincennes é o sintoma da crise da instituição lacaniana, assim como Censier seria o sintoma da crise da corrente lagachiana”. Tomando por mote a hipótese de Roudinesco, será necessário remontar brevemente a história da institucionalização da psicanálise, não tanto para investigar como os problemas surgiram, mas principalmente para construir um modo de investigação sobre o nosso problema, que envolve o dispositivo do passe.

No caso de Censier, onde se localiza a Universidade Paris-Diderot (Paris VII), são as interlocuções entre psicanálise e medicina que se impõem na base da institucionalização, principalmente no que concerne à questão da análise leiga. Após a Segunda Guerra, a legislação francesa restringiu aos médicos tanto a condução dos tratamentos quanto a emissão de diagnósticos, situação que prejudicava a prática dos psicanalistas ‘leigos’, os que não eram formados em medicina. Para fazer frente à legislação, a Sociedade Psicanalítica de Paris protegia os seus membros aderentes (responsáveis pela condução das análises terapêuticas), alegando que todos eles estavam em análise e em supervisão com membros titulares (analistas didatas), esses últimos de formação eminentemente médica. Assim, nos anos 1940, a condução dos tratamentos se achava subordinada, direta ou indiretamente, à ordem médica, em termos técnicos e também teóricos, uma vez que as produções dos psicanalistas demonstravam afinidade aos princípios de cura e de normatividade, próprios ao ato médico. Para agravar o problema, a IPA encorajava fortemente os seus membros a uma formação em medicina, muito mais investida do prestígio institucional. Pois apenas os médicos poderiam ascender à categoria de titulares, sendo os únicos com direito ao voto sobre a pertinência ou não da candidatura dos aderentes. A hierarquia em jogo na SPP surgia aliada ao poder conferido aos médicos, mesmo que, em termos práticos, fossem aceitos analistas ‘leigos’ na qualidade de terapeutas.

Nesse período, Sacha Nacht se torna o principal representante do ‘espírito de cura’ dentro da SPP, assumindo uma posição clínica influenciada pelos parâmetros americanos da psicologia do Eu. Contrapondo-se à Nacht e à inclusão da psicanálise no campo da medicina, Daniel Lagache desenvolve uma proposta de ‘psicologização’ da psicanálise, sob os termos da ‘psicologia clínica’. No fim das contas, essas duas posições bem resumem as divergências entre as tradições americanas e inglesas, já presentes na IPA em escala internacional, mas que agora se fazem sentir em escala local, no seio da Sociedade francesa. Nas vicissitudes da institucionalização, Nacht cria um Instituto de psicanálise voltado exclusivamente aos médicos e Lagache, partidário da análise leiga, logra inserir a psicanálise na universidade, mesmo que pela via discutível da psicologia clínica.

Já inserida na Paris VII, a psicologia clínica lagachiana sofre ataques de todas as direções: dos psicólogos experimentais e sociais, dos médicos e também dos próprios psicanalistas. Isso porque o seu estatuto epistemológico demonstra muita fragilidade, pretendendo uma ‘integração’ harmônica entre campos discursivos absolutamente díspares, como a medicina, a psicologia e a psicanálise. De um lado, fazendo concessões ao discurso médico, o termo ‘clínico’ visava suportar o estatuto de cientificidade da psicologia, seu

caráter de experimentação, fundado no olhar sobre o doente. Nessa perspectiva, a psicologia clínica se tornava uma ciência aplicada aos estudos das doenças mentais. Mas, por outro lado, se a clínica preservava a inspiração médica, a teoria aparentava manter um estatuto meramente fenomenológico, psicologizante, de onde Lagache resgatou o conceito de ‘personalidade total’: “[...] poderemos dizer provisoriamente que a psicanálise tem por objeto a personalidade total em suas relações com o mundo e com ela mesma” (LAGACHE *apud* ROUDINESCO, 1988, p. 238). Com tantas concessões, a entrada da psicanálise na universidade pagou o alto preço da recusa do estatuto do inconsciente, tanto enquanto fundamento de pesquisa como também na elaboração da teoria.

É igualmente pela via da psicologia clínica que a psicanálise se inseriu nos cursos de psicologia das universidades brasileiras dos anos 1970, quando a profissão do psicólogo passou a ser reconhecida e regulamentada em nosso país. Até bem pouco tempo, cerca de uma década, quando a autora desse texto ainda cursava a graduação, as ementas das disciplinas de psicologia do desenvolvimento e da personalidade na Universidade Federal do Ceará eram inteiramente ‘psicanalíticas’, malgrado os esforços de alguns professores/psicanalistas em propor leituras dos textos freudianos desconectadas do psicologismo. O fato é que, no quadro das universidades brasileiras, a psicanálise só alcança sua independência epistemológica (com relação à medicina e à psicologia) a partir das contribuições de Lacan, bastante recentes, se localizadas na cronologia geral da história da psicanálise no Brasil. Serão, portanto, os psicanalistas lacanianos os responsáveis por sustentar um lugar de ‘extimidade’ da psicanálise na universidade, a qual, por um lado, insere-se nos cursos de psicologia e contribui à formação dos psicólogos, mas, por outro, preserva a diferença radical instituída pelo conceito de inconsciente, impossível de ser reduzido ao campo psicológico. Devemos, portanto, à Vincennes, onde inicialmente se localizava a Universidade Paris VIII, o pioneirismo na aventura de criação de um departamento de psicanálise inteiramente independente da psicologia e da medicina, conforme discutiremos na sequência.

A partir do movimento estudantil de 1968, as instituições universitárias francesas foram reorganizadas em Unidades de Ensino e Pesquisa (Unités d’enseignement et de recherche), as UER. Posteriormente, essas UER se federaram em treze universidades, de Paris I à Paris VII, localizadas no intramuros, e de Paris VIII à Paris XIII, situadas na periferia (banlieues). Essa informação merece ser retida uma vez que o departamento de psicanálise de Vincennes não se constituiu como uma UER independente, sendo atrelada à já existente UER de filosofia, da Paris VIII, onde à época ensinavam Deleuze, Chatelêt, Lyotard, Foucault, dentre outros. Longe de ser uma formalidade administrativa, essa articulação cumpria o papel

estratégico de desobrigar o departamento da emissão de qualquer diploma que autorizasse o exercício clínico, seja do psicanalista, do médico ou do psicólogo. Assim, o departamento tinha por finalidade produzir pesquisadores em psicanálise, para tanto, ministrando uma formação pluridisciplinar, de cunho sociológico, literário e filosófico. O temor de que a inserção da psicanálise na universidade produzisse desvios na formação do psicanalista era descartado de antemão.

Quanto à fundação do departamento de psicanálise, esse é um assunto cercado de controvérsias, crises e tensões, cujas causas nem sempre podem ser remetidas à universidade, antes se relacionando à situação política da Escola Freudiana de Paris no final da década de 1960. Se nos remetermos à placa da entrada do departamento de psicanálise, hoje situado em Saint-Denis, somos levados a crer que Lacan é o único fundador. E a mesma informação pode ser obtida no site, muito embora as circunstâncias históricas não nos sejam apresentadas. Não, há, portanto, qualquer referência à Serge Leclaire, quem de fato idealizou e concretizou a experiência de Vincennes, em 1968. É ele mesmo quem nos fornece o testemunho sobre o assunto:

En 1968-1969, lorsque jê créai à Vincennes le premier ‘département de psychanalyse’ à exister de par le monde, on me fit bien savoir et sentir au sein du comité central [directoire] de l’EFP qu’il s’agissait là d’une transgression sacrilège, ce qui n’empêcha pas la même instance de tout mettre en ouvre pour récupérer dans son ordre ledit département qui, cela vaut d’être noté, est la seule institution qui ait traversé sans dommage la dissolution, et prospéré, comme l’on sait, à Saint-Denis Paris VIII. (LECLAIRE *apud* SAFOUAN, 2013, p. 346).<sup>11</sup>

Na citação acima, Leclaire nos traz à lembrança um dado interessante e muito pouco comentado entre os psicanalistas lacanianos: de início, Lacan se posicionou contrário ao departamento de psicanálise. Esse fato fora tornado público no ciclo de conferências ministrado em 1969, para os alunos de Vincennes, onde, munido da teoria dos quatro discursos, Lacan (1969-1970/1991, p. 191) faz severas críticas ao sistema de créditos universitário:

Vocês são os produtos da Universidade, e comprovam que a mais-valia são vocês, quando menos no seguinte, que não apenas consentem, mas aplaudem, e ao que eu não teria por que fazer objeções – é que saem dali vocês próprio equiparados a mais

---

<sup>11</sup> Proposta de tradução: Em 1968-1969, quando criei o primeiro departamento de psicanálise existente no mundo, fizeram questão de que eu soubesse e sentisse o quanto o Comitê Central (diretório) da EFP julgava se tratar de uma transgressão, de um sacrilégio. Isso não impediu que essa mesma instância fizesse o possível para recuperar o domínio sobre um departamento o qual, é importante frisar, é a única instituição a atravessar sem prejuízos a dissolução da EFP, e a prosperar, como é bem sabido, em Saint-Denis Paris VIII.

ou menos créditos. Vocês vêm aqui tornar-se créditos. Saem daqui etiquetados como créditos, unidades de valor.

Nesse trecho, Lacan critica fortemente a distribuição dos créditos em Unidades de Valor (em francês, *Unités de Valeur*, as UV), sistema em voga na época. Nele, não há disciplinas obrigatórias e nem optativas, estando o aluno livre para escolher as Unidades de Valor na ordem de sua preferência. Para um curso de licenciatura, por exemplo, seriam necessárias trinta UV, vinte em disciplinas *dominantes* (pertencentes ao departamento) e dez em *subdominantes* (de outros departamentos). Lacan questiona, portanto, a forma ‘mercadológica’ de disponibilização do saber, versão ‘perversa’ do discurso do mestre, reduzindo o aluno à qualidade de mero objeto, de resto do sistema. Diante de tantas possibilidades de ‘escolha’ das unidades de valor, o que o discurso universitário produz é o acúmulo excessivo de um saber que, no fim das contas, não tem valor algum, porque não traz consequência para o sujeito, nem para a cultura. Na contrapartida, um ano antes da criação do departamento de Vincennes, Lacan propôs um dispositivo que geraria inúmeras consequências à comunidade de psicanalistas, à Escola Freudiana de Paris. Trata-se da elaboração de um saber inteiramente inédito sobre a formação do psicanalista, fruto do encontro entre a experiência clínica e a experiência institucional. Assim, a aposta na transmissão pela via do dispositivo do passe torna-se inversamente proporcional ao investimento na transmissão da psicanálise na universidade. De tal modo, na medida em que o passe demonstra seu próprio fracasso, Lacan (1975/2003, p. 316) reverte a posição sobre o departamento de Vincennes, passando a vê-lo com bons olhos:

Talvez em Vincennes venham a se reunir os ensinamentos em que Freud formulou que o analista deveria apoiar-se, reforçando ali o que extrai de sua própria análise, isto é, saber não tanto para que ela serviu, mas de que serviu.

As relações entre a Universidade e a Escola Freudiana de Paris vão muito mais além das coincidências temporais entre as vicissitudes do passe e as do departamento de psicanálise. Em 1970, quando Leclair fora forçado a se demitir de Paris VIII, todos os seminários ofertados nos cursos dominantes eram de responsabilidade de membros da EFP. O diretório da Escola assim tomava as decisões concernentes à vida universitária, sob a vigilância atenta de Lacan. De tal modo, “Durante quase quatro anos, um grupo de pessoas irá gerir o departamento obedecendo às diretrizes da rua Lille” (ROUDINESCO, 1988, p. 606). Emparelhamento entre Universidade e Instituição que se manteve após a dissolução da Escola Freudiana de Paris, no início da década de 1980.

A experiência demonstra que a cada vez que os psicanalistas compreendem suas inserções na universidade sob a perspectiva da filiação institucional, desencadeiam eles efeitos de resistência à transmissão da psicanálise. Aqui, o que se impõe é uma relação fixa ao sentido do ‘que é uma psicanálise’, que se transmuta diretamente do contexto institucional ao universitário. Mas o fato é que a transmissão pela via edípica, onde se insere a questão da filiação, não implica apenas na repetição do idêntico. Freud (1913/1996) bem enfatizou a importância do parricídio para a assunção da posição viril, indicando-nos que os traços paternos precisam ser apagados, para que enfim retornem sob outra roupagem, nas formações substitutivas produzidas pelos filhos, as quais são inteiramente diferentes do traço original. Nessa perspectiva, não existe transmissão integral entre pais e filhos e, do mesmo modo, devemos considerar a existência de rupturas e de cortes entre gerações de psicanalistas. No entanto, ao defender o trabalho na universidade como uma extensão de seus trabalhos nas escolas de psicanálise, alguns psicanalistas nos passam uma sensação de univocidade de sentido de transmissão da psicanálise, como se existisse uma única linha de leitura de Freud e de Lacan, aquela dada pela tradição teórica do psicanalista filiado.

Não é de se surpreender que a ideia de uma linha contínua da cadeia de transmissão ganhe força de expressão máxima na construção das bibliografias. É aí que os psicanalistas confeccionam suas narrativas de sucessão, que se inicia em Freud, atravessa Lacan e deságua em ‘alguns outros’, geralmente os mestres de uma mesma Escola:

Não se trata, portanto, de uma escolha, mas sim da sustentação de uma cadeia de transmissão de trabalho que se realiza com o legado de Freud, Lacan e alguns outros que nos deixaram um ensino. Por isso, dissemos que a transmissão da psicanálise põe em jogo a filiação do analista. (LO BIANCO, 2006, p. 26).

Certamente, não se trata de questionar as escolhas transferenciais, muito menos de ‘higienizar’ os projetos dos laços entre pesquisadores e autores, como se houvesse um ideal de neutralidade a ser cumprido. Parece-nos muito claro o quanto a transferência é a condição fundamental da pesquisa em psicanálise, na clínica e nas instituições, já que, por suas vicissitudes, conseguimos nos conectar ao campo do discurso, ao lugar do Outro, de onde retiramos a nossa própria mensagem. Há uma relação de afinidade entre a construção de uma bibliografia e o delineamento do lugar do Outro, enquanto lócus da suposição de saber.

No entanto, em algumas circunstâncias, podemos verificar o rebaixamento da função simbólica do Outro ao eixo imaginário do pequeno outro, situação que, no caso da apropriação teórica da psicanálise, expressa-se pelo recurso do sujeito à patronímia. Essas são



as consequências do discurso agenciado pelo traço paterno, ponto de resistência à transmissão, que inibe o ato de ‘autorizar-se’ pela própria fala, como bem sinaliza Alain-Didier Weil (2006, p. 19): “essa presença anônima que o analisando descobre em sua fala, quando pára de falar em nome de seu patronímio”. No contexto das escolas de psicanálise, o recurso a patronímia (de Freud, de Lacan, ou de outro psicanalista) se expressa na repetição dos enunciados, das citações, das frases feitas, esses argumentos de autoridade que não dão espaço para o necessário trabalho de reinvenção da psicanálise. Precisamos, portanto, considerar a filiação não como uma via exclusiva de transmissão da psicanálise, mas apenas um caminho entre outros, considerando aqui a possibilidade de uma transmissão que ultrapasse as referências edípicas, sem descartá-las. Questões que iremos retomar no último capítulo da nossa tese.

É sob esse ponto de vista que podemos discutir a única tese que se aproxima do nosso tema, o trabalho de Mirta Zbrun, intitulado “*A Escola de Lacan e a Formação do Psicanalista*”, que embora inove em introduzir a discussão sobre as instituições de psicanálise no contexto da universidade, traz-nos alguns impasses metodológicos, relacionados à dificuldade em inserir a transmissão exclusivamente no campo do Édipo e da filiação. Como veremos a seguir, o ponto central da tese, relacionado à proposta de “demonstrar a ideia central de que ‘não há analista sem escola’” (ZBRUN, 2007, p. 7), parece-nos o resultado da confluência entre a filiação institucional e o trabalho na universidade.

O problema da filiação já se apresenta na construção da bibliografia, que, no caso da autora, resume-se à Freud, Lacan, Miller, à própria orientadora e a ela mesma. Os efeitos dessa cadeia de filiação são bastante visíveis na construção do problema de pesquisa: a autora fixa um conceito de Escola, a Escola de Lacan, incluindo-o em uma linhagem que se inicia em Lacan e deságua, não surpreendentemente, na sua própria filiação institucional, a orientação lacanianiana: “O conceito de Escola de Lacan antecipa o que virá a ser isolado por Jacques-Alain Miller como o ‘último ensino de Lacan’” (ZBRUN, 2007, p. 140).

Mas seria essa uma regra universalmente válida? Em outras palavras: toda Escola deverá comportar, em seu conceito, o que Miller designou como *o último ensino de Lacan*? A leitura do texto nos leva a crer que sim, que malgrado as pequenas diferenças impostas na sucessão temporal, há um sentido a ser conservado, fruto da transmissão genealógica, a posicionar alguns psicanalistas no lugar subjetivo do ‘herdeiro’:

Na história do movimento analítico, temos três momentos marcantes: a obra de Freud, o ensino de Lacan e as “*Orientações Lacanianas*”, em que a experiência analítica se via diante de impasses. Temos aí uma questão fantasmática não

resolvida em Freud, tratada por Jacques Lacan como desejo do analista e resolvida por Jacques Alain-Miller como os paradoxos do fim de análise. Nosso estudo pretende demonstrar que “não há analista sem Escola”. É essa a ideia central que defendemos e dela surge a questão de como fundar uma garantia que não barre o inconsciente. (ZBRUN, 2007, p. 59).

No campo do Édipo e da filiação, onde se desenrola o modelo familiar de transmissão da psicanálise, há uma enorme dificuldade no reconhecimento positivo da diferença, para além da significação fálica. Não à toa, o desdobramento da tese se faz pleno de critérios sobre o conceito de escola, de final de análise e de formação do psicanalista, fora dos quais não há reconhecimento possível, ignorando-se qualquer experiência institucional que não seja a da própria autora. A nosso ver, há um risco de dogmatismo na conjunção entre a experiência de análise e o conceito de Escola, que tende a certa inversão de valor: de uma Escola a serviço da psicanálise para uma psicanálise a serviço da Escola.

A Escola de Lacan supõe que seus membros tenham passado pela experiência analítica. No último ensino de Lacan, essa experiência encontra suas razões lógicas e sua realização efetiva na nomeação do objeto da fantasia e na identificação ao *sinthome*. Ambas as noções se combinam na experiência da Escola como experiência subjetiva e inaugural para cada um, diferentemente de qualquer outro agrupamento social. Disso resulta o seguinte corolário: sintoma e fantasia se realizam na experiência da Escola, de modo que essa experiência faz parte da formação do analista e integra o conceito de Escola. (ZBRUN, 2007, p. 142).

Os critérios de final de análise assim são concebidos a partir de certa leitura dos textos lacanianos, agrupados sob a ordenação lógica de ‘último ensino’. Não se trata de negar a validade dessa leitura, ela é possível, uma vez que o texto laciano nos permite essa e muitas outras interpretações, cuja pertinência pode ou não ser comprovada em termos clínicos. Mas, ao incluir uma via de interpretação dos critérios clínicos dentro do conceito de Escola, a situação muda de figura, induzindo a uma concepção normativa do final de análise e da formação do psicanalista. Mesmo se levarmos em conta as variações de estrutura, a nomeação do objeto e a identificação ao *sinthome* infalivelmente se constituem como um saber pré-estabelecido sobre a formação do psicanalista e, mais grave, capazes de formar a experiência subjetiva necessária para o pertencimento institucional. Assim, o enunciado “não há analista sem Escola” rapidamente se transmuta a “só há analista na minha Escola”, que embora não esteja textualmente expresso, pode ser concluído a partir dos critérios previamente estipulados à experiência institucional. Nova questão para a análise leiga, a pôr em jogo o reconhecimento de psicanalistas de instituições diferentes.

Com essa tese, aprendemos sobre os cuidados metodológicos que devemos sustentar ao inserir a discussão sobre as instituições de psicanálise no contexto da universidade. *Haverá nomeação do objeto? Identificação ao sinthome? Atravessamento da fantasia?* Esses parâmetros não devem entrar em nossa pesquisa na condição de preceitos, mas de perguntas, a serem verificadas caso a caso, considerando-se, inclusive, a possibilidade da não localização de qualquer critério, da ausência de elaboração teórica sobre a experiência clínica. Apenas ao suspendermos a ideia de uma transmissão unívoca, fundamentada na filiação institucional, poderemos apostar na imprevisibilidade dos resultados, e orientar a nossa leitura/escuta dos testemunhos em maior coerência com o discurso analítico. Pois é impossível prever, de antemão, o que transmitem os testemunhos dos psicanalistas, menos ainda a forma pela qual cada um reinventa sua relação com a psicanálise. Cuidado metodológico que reintegra a questão da filiação à particularidade dos finais de análise, essas diferentes respostas ao problema mais geral do que se torna o pai no fim de um tratamento analítico qualquer.

### **3 A ESTRUTURA DO PASSE: PASSANTES, PASSADORES E CARTEL**

O dispositivo do passe dispõe de uma estrutura ternária, que se inicia nos passantes, atravessa os passadores, e se conclui no cartel do passe. Muito embora as atuais escolas de psicanálise façam uso de outros órgãos para pôr em prática o dispositivo (secretariados, conselhos, comissões, diretórios etc.), a estrutura ternária é a célula-base responsável pela transmissão indireta da experiência analítica, interpolando a função do passador entre passante e cartel. Assim, o passe positiva as perdas inerentes a todo processo de transmissão, leva em conta a potencialidade inventiva da elaboração do testemunho, do passante, mas também do passador. Pois o que se põe em jogo não é a literalidade do testemunho, e sim o efeito de difusão da mensagem inconsciente, fenômeno tão facilmente observado na produção do chiste, conforme veremos na sequência.

Ao contrário de propor uma descrição teórica desses três lugares, iremos discuti-lo utilizando o nosso método, o testemunho. De início, apresentaremos três testemunhos de passantes sobre as relações entre o final de análise e a formação do analista. Em seguida, trabalharemos essa articulação sob a perspectiva dos testemunhos dos passadores, que nos demonstram o interessante enlace entre as análises pessoais e a experiência institucional. Por fim, discutiremos alguns relatos de cartéis, já em uma perspectiva de seriação e de elaboração da experiência.

Ao longo desse capítulo, é possível constatar que os testemunhos de passe exemplificam os pontos de incidência dos operadores analíticos, em outros termos, eles elaboram os momentos cruciais de uma análise, sejam relativos ao alívio terapêutico ou à passagem à posição analítica. Se os momentos-chaves são contingentes, frutos de cada experiência, o mesmo não se dá com os operadores, passíveis de serem universalizados. Assim, a função analítica reintroduz indefinidamente a contratransferência, o desejo do analista e o ato analítico, esses operadores da direção da cura, conforme discutiremos no capítulo seguinte.

Por enquanto, trataremos brevemente das relações entre o final de análise, a formação do analista e o dispositivo do passe, para em seguida entrarmos diretamente no tema dos testemunhos.

### 3.1 Final de análise, formação do psicanalista e dispositivo do passe.

O final de análise, a formação do analista e o dispositivo do passe. Será que esses três termos constituem uma sequência? Podem eles ser apresentados na ordem descrita acima? Em alguns momentos, Lacan (1967a/2003) nos dá a impressão de fazer série, pelo menos entre o final de análise e a formação do psicanalista, conforme a clássica citação da *Proposição*: “o término da psicanálise superfluamente chamada de didática é, com efeito, a passagem do psicanalisando à psicanalista” (1967a/2003, p. 257). O extrato nos dá a entender que primeiro terminamos a nossa análise didática, depois nos tornamos psicanalistas. Basta, então, apenas um passo para localizar o dispositivo institucional na ponta da cadeia: após o final de análise e a formação do analista, aí então poderemos apresentar os resultados no procedimento do passe. Mas é preciso perguntar se tal concepção resiste ao teste da experiência. Em outras palavras: seria essa uma série passível de ser reproduzida na formação de cada psicanalista?

Para introduzir o problema, começamos com a articulação entre o final de análise e a formação do analista. Lacan (1967-1968) nos traz a ideia de que a função analítica pode ser extraída do percurso de análise, é ela uma consequência lógica da tarefa do analisando. “O psicanalista definido como produção” (LACAN, 1967-1968, p. 138), aforismo que nos remete a um psicanalista sem substância, que não existe por si mesmo, sendo antes uma produção circunstancial, de cada analisando. São os analisandos que instituem tanto o seu próprio analista na entrada em análise como também a si mesmos enquanto analistas, ao final. Desse modo, “se não houvesse poloneses, não haveria Polônia... também podemos dizer que se não houvesse psicanalisando, não haveria psicanalista” (p. 138).

E como os analisandos produzem um psicanalista?

Na entrada em análise, o analista é produzido a partir da suposição de saber. No curso das associações livres, o psicanalista se reduz a um lócus simbólico privilegiado, “há um lugar qualquer em que tudo o que acontece é sabido” (LACAN, 1968-1969, p. 318), lugar virtual da transferência, onde os significantes do analisando fazem série, na tentativa de alcançar uma resposta à questão sobre o sofrimento psíquico. Esvaziado de substância, o psicanalista se torna o produto da relação que o neurótico estabelece com o campo do Outro, enquanto lócus de suposição de saber. Produto esse bastante particularizado, uma vez que existem variadas ‘modalidades’ de instituição do Outro da transferência.

Para todo neurótico, o saber existe em anterioridade lógica à tarefa de fala, está posto em reserva, na conta do Outro, de tal maneira o desafio será ganhar terreno sobre uma articulação significativa situada para além do sujeito: o inconsciente. Mas as nuances precisam

ser respeitadas: há diferenças na forma pela qual o saber suposto é instituído. Enquanto as históricas subtraem, do campo do Outro, o significante privilegiado da castração, os obsessivos pagam ou dobram suas apostas, reposição sacrificial condenada a jamais alcançar a justa equivalência, incapaz de estancar o imperativo incessante de gozo. No confronto estrutural com a falta no campo do Outro, cada qual instituirá um saber ‘sob medida’, em consonância com sua posição subjetiva.

Mas o essencial do que se precisa saber em psicanálise é que a suposição de saber tem seus dias contados. Assim, ao fim, espera-se que o psicanalista se permita destacar do saber a ele imputado, queda do sujeito suposto, responsável por separar o ‘joio do trigo’, o saber subjetivado pelo analisando do objeto que foi o próprio psicanalista, enquanto suporte da transferência. De fato, não existe nenhuma relação de correspondência entre o saber imputado por um e aquilo que de fato o outro, o psicanalista, sabe: “tudo o que ele sabe não tem nada a ver com o saber textual que o sujeito suposto saber lhe significa” (LACAN, 1967/1995, p. 12). E é por essa razão que o analista não pode suportar indefinidamente os fenômenos de transferência, sob o risco de se confundir com o saber suposto, em uma posição subjetivada, o que relançaria a tarefa analítica no sem-limite das análises intermináveis. O fato é que deixar-se cair ao final, como um objeto, não é tarefa nada fácil de empreender...

À primeira vista, Lacan (1967a/2003) parece introduzir uma diferença entre o final de análise na perspectiva do analisando e o final do lado do analista. Na perspectiva do analisando, a queda do saber imputado à transferência opera nele uma mudança, possibilitando-o “decair de sua fantasia” (p. 257) e, assim, esvaziando a consistência subjetiva assegurada pelo sintoma. Do lado do analista, Lacan (1967a/2003) assinala a separação entre o saber suposto e o ‘ser’ do analista em transferência: na verdade, o analista nada mais é do que semblante de objeto, aquele que causa o desejo do analisando. Para um, a destituição subjetiva, para outro, o des-ser, ou queda do objeto *a*. Mas essa distinção é apenas aparente: o analisando subjetivamente destituído poderá reinvestir a função do saber suposto em outras psicanálises, tornando-se ‘analista’ de sua própria experiência, para outros analisandos. A única condição para tanto é que estejam eles suficientemente prevenidos sobre o ‘golpe’ que incidirá sobre o seu ser ao final do percurso. A destituição subjetiva do analisando é, portanto, a condição que permitirá o seu próprio des-ser, agora na posição de analista.

As contribuições lacanianas em torno do conceito de ato analítico tornaram mais claras essas relações entre o final de análise e a formação do psicanalista. Lacan (1967-1968) localiza o ato nas ‘pontas’ da experiência, no começo e no final. É o ato analítico que instaura o começo de uma psicanálise, engajando o sujeito na tarefa de fala e permitindo que os

significantes se ordenem no lócus do Outro da transferência. Mas também é o ato analítico que marca o final de uma psicanálise, destituindo o analisando de sua posição fantasmática e promovendo a queda do psicanalista do lugar de suposição de saber. O ato assim se articula intimamente à transferência e ao saber, instaurando o final da psicanálise didática, e também o começo de outras psicanálises. Essa relação entre o ato analítico e a transferência será melhor explorada no capítulo seguinte.

A cada novo começo, ao receber um novo paciente, é inevitável que o psicanalista seja remetido ao ato que o destituiu, em sua própria análise, da sua posição de sujeito, permitindo-o, agora, operar na posição de semblante de objeto. A relação entre o psicanalisando e o psicanalista não nos parece linear, como sugerido no início do tópico, mas antes circular: o final de análise engendrando o começo de novas psicanálises que engendrará outros finais de análise e assim por diante. Os círculos não têm começo nem fim. Cabe ao ato analítico seccionar a circularidade entre o final (de análise) e o começo (do psicanalista).

Para investigar de que maneira o final de análise se conjuga com a formação do psicanalista, precisamos, então, voltar a nossa atenção à dimensão do ato, tal qual ela nos é apresentada nos testemunhos dos passantes. O que faz a função do ato ao final de análise? Alguns apontam para um sonho, outros se remetem a uma intervenção específica do psicanalista, há ainda os que destacam aspectos contingentes, extra-análise... Mas, seja lá o que produziu essa marca do final, o interessante é observar o modo pelo qual cada psicanalista consentiu com as consequências do seu próprio ato, o de deixar-se cair do lócus do saber suposto. Tal é a especificidade do ato analítico, que servirá de ponto-chave à leitura dos nossos testemunhos de passe.

Antes, porém, falta situar o terceiro termo da nossa série, o dispositivo institucional. Ainda numa perspectiva linear, tendemos a acreditar que o dispositivo ‘recolhe’ aquilo que se concluiu do percurso, apresentando-o no contexto das Escolas de psicanálise. Essa ideia nos parece reforçada pela concepção milleriana de ‘dois passes’, um que seria ‘clínico’ e o outro ‘institucional’.

Em artigo de 1977, Miller lança pela primeira vez a concepção do ‘passe duplo’, que não está explicitada em Lacan, mas que ganhou uma enorme adesão entre os analistas lacanianos. Para Miller (1977, p. 106), a proposta do dispositivo é sustentada pela descoberta do ‘momento’ clínico do passe, em que se verifica a passagem da posição do analisando à posição do analista: “Lacan n’a invente la procédure que sur le fondement de la découverte du

moment, jamais situe avant lui”.<sup>12</sup> Miller aponta um paradoxo entre os dois passes, uma vez que a transferência é posicionada de forma diferente, na clínica e na instituição. Assim, o primeiro passe, o clínico, é marcado pela queda da suposição de saber, enquanto o segundo, institucional, retoma o saber suposto, relançando-o nas transferências de trabalho entre pares. Há, portanto, um passe simples, sustentado pela transferência ao analista, e um passe duplo, sustentado pela transferência à Escola, que recobre o anterior, esclarecendo-o.

No final das contas, Miller (1977, p. 107) conclui que o passe simples ou clínico só pode ser isolado na sua versão duplicada, institucional: “J’en conclus qu’il y a passe simple et passe double. Sauf que la passe comme ‘simple’ ne s’isoleraït point em tant que telle sans son doublement”.<sup>13</sup> Isso quer dizer que, na prática, existe apenas um único passe, o institucional, que por retroação permite isolar o momento clínico da passagem à psicanalista: “C’est pourquoi, aussi bien, Il n’y en a qu’une, mais rédupliquée, puisqu’elle n’advient que par rétroaction”<sup>14</sup> (p. 107).

Mas a distinção entre dois passes é continuamente confrontada com outros paradoxos, dessa vez, referentes à nossa experiência mais direta e cotidiana. Em primeiro lugar, o final de análise nem sempre coincide com a instalação na posição de analista. De fato, a imensa maioria dos psicanalistas não espera a conclusão de suas análises para começar a receber pacientes: “le passage à la pratique analytique precede, dans la plupart des cas, la fin de l’analyse”<sup>15</sup> (APARICIO, 2000, p. 13). Nessa perspectiva, restam algumas questões: o que sustenta, então, a prática desses psicanalistas, uma vez que suas próprias análises não os levaram ao ponto limite de destituição subjetiva? Será possível empreender um tratamento na posição de analisando? Mais ainda: localizar o final de análise e a formação do psicanalista em anterioridade ao dispositivo institucional não se traduziria em uma nova forma de reavivar o ideal do analista devidamente qualificado?

O segundo problema, um pouco mais raro que o anterior, refere-se aos casos de psicanalistas que retomam suas análises após terem sido nomeados Analistas da Escola (AE). Laure Naveau nos dá o testemunho de tal fato: “Mon retour en analyse s’est effectué par rapport à une modalité surprenante du ravage mère-fille, touchant une zone explorée déjà et

<sup>12</sup> Proposta de tradução: “Lacan inventou o procedimento sobre o fundamento da descoberta do momento, jamais situado antes dele”.

<sup>13</sup> Proposta de tradução: “Concluo aí que existe passe simples e passe duplo. Mas o passe simples não se isola enquanto tal sem a sua ‘duplicação’”.

<sup>14</sup> Proposta de tradução: “É por essa razão, bem entendido, que só existe um passe, porém reduplicado, uma vez que o passe simples só advém por retroação”.

<sup>15</sup> Proposta de tradução: a passagem à prática analítica precede, na grande maioria dos casos, o final de análise.



relative à ce que fut l'accueil au monde du parlêtre que je suis devenue en naissant"<sup>16</sup> (NAVEAU, 2010, p. 44). Diante desses casos, será preciso perguntar qual foi o final de análise elaborado e autenticado ao longo do procedimento institucional, pois talvez existam outros finais, para aquém e para além do dispositivo do passe. E se de fato existirem vários finais de análise, como discernir qual deles poderá ser trabalhado pelo passe? Questão que inclui ainda a velha querela freudiana da distinção entre o fim de análise e os fins terapêuticos de uma psicanálise, esses últimos não raro precipitando os analisandos a se instalarem na posição de analista.

Conforme veremos, as definições de final de análise são continuamente elaboradas, pelos passantes e pelos cartéis de passe, em ampliações constantes do campo de resposta a essas e outras questões.

Foram muitas as perguntas formuladas ao longo desse breve tópico teórico. No entanto, todas elas nos parecem apontar para relações bastante variadas entre a psicanálise e um psicanalista. Verifiquemos, agora, com a ajuda dos testemunhos de passe, de que maneira os três termos da nossa série se ordenam no campo da experiência.

### 3.2 Testemunhos de passantes

Começamos com uma sequência de cinco testemunhos, de autoria de Marcelo Mazzuca, organizados por ordem de data de apresentação, no seu livro *Ecos Del Pase* (2011).

Preliminarmente, algumas breves observações: se fossemos reproduzir de forma literal o conteúdo desses cinco testemunhos, além de um tópico extremamente longo e cansativo, não extrairíamos quaisquer consequências para a elaboração do nosso problema. Diante disso, apostamos na ideia de que os testemunhos requerem um trabalho de construção, tanto da parte de quem os escuta diretamente, dos passadores, mas também dos que com eles entram em contato para além dos limites das instituições, como é o nosso caso. A tarefa de transmissão nos parece aqui mais importante do que a fidelidade à exatidão das palavras e a obediência à sequência temporal utilizada pelos autores.

Retornando aos testemunhos de Mazzuca, nosso trabalho de construção começou ainda nos elementos pré-analíticos, na reconstituição do romance familiar do analisando. Esses fragmentos históricos se distribuem de forma bastante espaçada ao longo dos cinco textos, cada um permitindo avançar apenas um pequeno passo sobre a queixa inicial e sobre a

---

<sup>16</sup> Proposta de tradução: Meu retorno em análise foi feito em relação a uma modalidade surpreendente da devastação mãe-filha, tocando uma zona já explorada, relativa ao que foi o acolhimento no mundo do 'falasser' que eu me tornara ao nascer.

elaboração posterior da demanda de análise. De tal modo, tivemos de ir e de voltar inúmeras vezes no curso da leitura, no intuito de tornar mais claras as pontas da experiência, o que se refere à entrada e à saída de análise.

No terceiro testemunho, de 18 de setembro de 2010, Mazzuca (2011, p. 54) nos apresenta uma cena infantil: “Mientras mi madre daba el pecho al recién nacido, yo me ubicaba a su lado y daba grandes sorbos a una botella de Coca-Cola”. Essa cena constituiu, para ele, uma matriz imaginária, a partir da qual se desenvolveram as posições identificatórias e também o seu modo particular de eleição do objeto amoroso.

Na infância e na adolescência, as relações entre irmãos (em espanhol: *hermanos*) atravessavam as situações mais cotidianas: o gosto pelo esporte, mais particularmente pelo futebol, e a inclinação pela música, pela bateria. Sobre esse último ponto, Mazzuca destaca outra situação, datada dos seus dez anos: durante uma colônia de férias, prestava bastante atenção às mãos do coordenador (em espanhol: *manos*), que se moviam com ritmo e velocidade, parecendo olhá-lo. O coordenador, além de baterista, era igualmente muito bom no futebol, traços determinantes à eleição posterior da música e do esporte. O autor nos fala também sobre a primeira vez em que frequentou um show de rock, quando pôde recolher as baquetas (em espanhol: *palitos*) do baterista, devidamente autografadas: “Para el Pomo (baterista) del año 2000, por su pasión por el deporte y la música” (MAZZUCA, 2011, p. 74). O coordenador e o baterista parecem compor uma série, aparentemente relacionada à *matriz imaginária* da visão do recém-nascido no peito da mãe.

De fato, a articulação entre esses pontos dá a ver o enlaçamento sintomático do sujeito em relação ao campo do Outro: o analisando bem enfatiza o efeito de “inflação do imaginário” (p. 53) que o acometia no encontro com os personagens postos no lugar do ‘irmão maior’ (o coordenador, o baterista etc.), narcisismo que se transmutava facilmente em reverso, na sensação de impotência e no mau humor crônico. Ainda adolescente, emudecia a cada vez em que tentava abordar uma moça por quem se interessava, desencadeando mais uma vez o mau humor e a impotência: “esa suerte de ‘parálisis del habla’ se acompañaba luego de un sentimiento de impotencia, de mal humor e incluso de una serie de auto-reproches” (p. 57). Com relação às mulheres, costumava seriá-las em duas categorias: havia as mulheres ‘N’ e as mulheres ‘F’, tipificação feita a partir da primeira letra de seus nomes. Foi justo a ‘inquietação’ diante das mulheres eleitas pelo inconsciente que o fez buscar um tratamento analítico.

Qual seria então o sintoma a ser analisado?

Mazzuca constrói um vínculo entre a função exercida pelo ‘irmão maior’ e o campo das escolhas amorosas: trata-se da crença de que existe *ao menos um* a servir de guia e de conselheiro quando o assunto são as mulheres. Posto no lugar do ideal, o irmão maior é quem supostamente sabe o que fazer com o feminino. Mas tal delineamento não se deu de imediato, sendo antes o resultado de um longo trajeto de decifração, cujo pontapé inicial fora dado a partir de uma intervenção do psicanalista.

A interpretação do analista, feita ainda no período das entrevistas preliminares, incide sobre um cenário bem construído: o analisando estava tocando bateria com um grupo de música. Seu gênero favorito era a *fusion*. Havia nesse grupo duas mulheres, uma ‘N’ e outra ‘F’, conforme a tipologia ditada pelo inconsciente, quadro que produzia nele um acentuado êxtase narcísico. Diante disso, o analista aponta a condensação de sentido do significante ‘*fusion*’, que de ‘gênero musical predileto’ pôde deslizar-se para a ‘união harmônica das duas variedades de mulheres’ (MAZZUCA, 2011, p. 60). Assim, “*quedaba al descubierto la version musical de la mujer ideal o la version ideal de la mujer musical*” (p. 60). Essa associação significativa entre o gosto pela música e a escolha das mulheres o engaja na tarefa analisante, dando início ao processo de decifração do sintoma, de duração de sete anos.

Há aqui um trabalho terapêutico, marcado pelo suficiente esclarecimento dos determinantes em jogo nas escolhas inconscientes: das mulheres, da música, do esporte e, por fim, da profissão. Sobre o último ponto, a análise o permitiu deslocar-se de uma posição de rejeição do ofício de psicanalista (que, diga-se de passagem, é o mesmo dos pais) ao início de uma prática de escuta intimamente articulada à pergunta proposta pela transferência: “¿seguiría o no lós pasos de mi hermano mayor, el analista?” (p. 80), pergunta atrelada a uma cena de fantasia, a de que o seu pai e a mãe de seu analista eram marido e mulher. Tal fantasia fora facilitada pelo fato de que ambos ocupavam um lugar de destaque, tanto na universidade quanto na Escola de Psicanálise. Podemos observar o quanto o Outro particular, instituído pelo analisando, reservava ao analista o lócus simbólico do irmão mais velho.

Mazzuca nos fornece poucos detalhes sobre como era a sua prática de escuta ao longo da tarefa analisante. Restringe-se a nos dizer que escutava os seus pacientes na medida de suas próprias limitações, apoiando-se nos textos de Freud e no trabalho de supervisão. Sua maior virtude era a “de seguir lós pasos de mis analizantes intentando estorbar lo menos posible” (MAZZUCA, 2011, p. 81), posição que lhe rendia frutos, e a qual se dizia longe de desmerecer. Nosso próximo testemunho se deterá de forma mais precisa sobre as relações entre a análise pessoal e a prática clínica. Por enquanto, gostaríamos apenas de situar a

incidência do corte entre o final de análise e a formação do psicanalista nesse testemunho em particular.

Uma vez conquistados ganhos terapêuticos mais estáveis, Mazzuca se precipita em concluir a sua análise. De fato, ao fim de sete anos, as identificações neuróticas tinham se deslocado, verificando-se um questionamento profundo das versões ideias de A Mulher ('N' ou 'F'), razões que lhe pareciam suficientes para encerrar o percurso. Mas, diante do ato do analisando, o analista não consente em cair do lugar de saber suposto, sustentando, ainda, a transferência: "Mi deseo es proseguir con el trabajo hasta las últimas consecuencias" (MAZUCA, 2011, p. 81), diz o analista. Esse ato mantém o lócus simbólico do Outro fraterno, de tal modo, o analisando acolhe a intervenção na qualidade de 'conselho instruído', como se tratasse de uma orientação sábia, vinda da parte de um irmão maior. Por fim, aceitou o conselho, lançando a contraproposta: "Entonces, hay que llegar hasta el final, no estoy dispuesto a permanecer en analysis toda mi vida" (p. 81).

A partir de então, dá-se início a uma segunda volta da experiência de análise, também de duração de sete anos, denominada pelo autor de *corredor do passe*. A metáfora do 'corredor' nos parece bastante apropriada para tratar das relações entre o final de análise e a formação do psicanalista, uma vez que nos permite posicionar o psicanalisando em uma das extremidades, o psicanalista (em expectativa) noutra, fazendo, do corredor, a própria representação da experiência. Pois qual é o caminho, o 'corredor', que conecta um psicanalisando a um psicanalista? Nesse caso, o *corredor de passe* precisava esclarecer a questão sobre 'o que fazer com o sintoma?', problema que não se impôs ao longo do trabalho terapêutico.

De fato, a decifração do sintoma não se coloca no mesmo nível da invenção de um 'saber-fazer' com os restos sintomáticos: a descoberta dos determinantes em jogo na eleição das mulheres 'N' ou 'F' nada dizia sobre o porquê de nenhuma, naquele momento, ter sido eleita pelo analisando. Assim, os sonhos que acompanharam o corredor de passe giravam todos em torno de uma mesma questão: em que medida a queda do ideal fraterno contribui para a invenção de uma saída singular e subjetivada diante do problema do feminino? Seguem abaixo dois deles, a título de exemplo:

Tercer sueño: *Tengo una relación sexual com una mujer. Mi hermano se encuentra detrás prestándome el órgano.* Respecto del sentido del sueño: la *Gestión* y el ejercicio de la palabra quedan figurados por el falo fraterno.

Cuarto sueño: *Estoy acostado en una camilla a punto de parir. A mi lado se encuentra mi padre junto com um hombre que podría ser mi hermano mayor.*

Sentido: se produce um deslizamiento de la *géstion* a la *gestación* y Del padre al hermano mayor. (MAZZUCA, 2011, p. 42).

Aqui, tanto mais a análise se encaminha a seu termo, mais se radicaliza a posição sintomática ocupada por uma mulher nas escolhas inconscientes do analisando. Após tentar concluir a análise sob o signo de uma “excitante solteira” (p. 62), o analisando empreende uma escolha marcada pelo rechaço, pela negativa, relacionando-se com uma mulher que em nada tem a ver com as anteriores. Como essa ‘uma’ não faz sintoma, a relação tem data de validade, não persistindo por muito tempo. Por fim, chega à eleição de uma mulher ‘distinta’, não totalmente sujeita à tipologia das ‘N’ e das ‘F’, mas que também não é indiferente à prática ‘linguajeira’ do inconsciente.

É interessante notar que, na mesma medida em que o sintoma ‘uma mulher’ se reduz a elementos mínimos, a palavra do analista progressivamente perde seu valor, esvaziando-se. Em suas últimas intervenções, o analista empreende uma relação metonímica entre significantes: “del falo, al hermano, a la mano, a los palos y finalmente a ‘palito’” (p. 63-64). Como em toda metonímia, o que se verifica aqui é um efeito progressivo de subtração de sentido, de perda no nível do ser, conforme a definição dada por Lacan (1957/1998, p. 519):

A estrutura metonímica indica que a conexão do significante com o referente permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação de objeto, servindo-se no valor de envio da significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta.

Lembremos que, inversamente, a entrada em análise fora marcada por um efeito metafórico, de produção de sentido, apoiado sobre a intervenção em torno do significante ‘fusão’. Podemos, então, concluir sobre a existência de uma dupla função do ato analítico, que na entrada induz à montagem do saber suposto e ao trabalho em torno do sentido do sintoma, mas que na saída destitui a suposição de saber, apontando para a perda, para a castração. Consentindo, agora, com a queda da suposição de saber, o analista relança a transferência para outro lócus, que não o da tarefa analítica: “Tal vez em algún momento te den ganas de contarle tu experiencia de análisis a alguien” (MAZZUCA, 2011, p. 83), frase que antecipa o trabalho de transmissão da psicanálise por meio do dispositivo do passe.

À primeira vista, o testemunho de Mazzuca parece reativar a sequência linear entre o trabalho terapêutico, o final de análise, a formação do analista e o dispositivo do passe. No entanto, a elaboração sobre os termos finais de uma análise não é um produto acabado, pertencente ao passado, mas antes um saber sempre em vias de ser construído, muitas vezes

coextensivo ao próprio dispositivo institucional. É até comum que os passantes elaborem algo sobre a experiência analítica no justo instante do dispositivo, algumas vezes refazendo o pedido de análise após o testemunho, questão que, a nosso ver, independe da resposta positiva ou negativa dada pelo cartel. Esses problemas nos remetem novamente ao salto existente entre o final de análise e a formação do analista, esses pontos de corte entre termos, os quais demandam um processo contínuo de elaboração.

Nessa perspectiva, Mazzuca nos fala sobre um período pós-analítico, cronologicamente posterior à última sessão de análise, mas que tem por função ratificá-la retroativamente, ao mesmo tempo em que antecipa a entrada no dispositivo do passe. Trata-se da produção de um sonho topologicamente situado entre o final de análise e a demanda de passe, desestabilizando qualquer tendência em ‘historiar’ de modo cronológico os termos aqui postos em jogo: “La imagen de aquel sueño era la siguiente: se me derretían dos o tres dedos de la mano” (MAZZUCA, 2011, p. 45). O autor o interpreta como um sonho de castração, relacionado ao que resta de satisfação pulsional após o final de análise. Algum tempo depois, quando perguntado pelo secretariado do passe sobre o quê o impulsionou ao dispositivo, ele narra esse mesmo sonho, que embora confirme o final, só o faz externamente ao dispositivo analítico.

Por que justo esse sonho induziu a uma volta a mais sobre o final de análise? A nosso ver, ele aponta para o ‘saldo’ que se pôde retirar do lócus virtual da transferência, o qual antes se mostrava referenciada pelo Outro fraterno. Na última sessão, o ato analítico fora suficiente para fazer cair o sujeito suposto saber, relançando a transferência para outro lugar, o lugar do dispositivo do passe. Mas, posterior ao final, o sonho nos dá a sensação de se sobrepor ao ato analítico, confirmando a extração de um objeto particular, responsável por condensar os investimentos libidinais: do lugar do ‘*Hermano*’, lócus do Outro, a análise fez cair o ‘de la mano’, posto na função de objeto a. Nas palavras do próprio autor, “el objeto que el analista encarnaba se separó o se desvistió de aquella imagen o imago que lo cubría” (p. 85).

Os testemunhos de Marcelo Mazzuca nos ensinaram sobre o modo pelo qual um psicanalista se produz a partir do que se extrai do Outro da transferência. Tal percurso de formação não pode ser dissociado do tratamento do sintoma neurótico, no caso do autor, do destino dado ao sintoma ‘uma mulher’, que se conectava intimamente ao ideal fraterno. Mas seria possível, aos analisandos, conduzirem tratamentos analíticos sem levar às últimas consequências a redução de seu próprio sintoma? Em outras palavras: podemos verificar a produção de algo da ordem do desejo do analista em coextensão ao trabalho terapêutico realizado nas análises pessoais?

No capítulo seguinte, veremos que o desejo do analista não pode ser dissociado da estrutura geral do desejo, constituído a partir do desejo do Outro. Essa ideia nos permite conceber a existência de efeitos didáticos de uma análise e anterioridade ao alívio do sofrimento psíquico, bastando, para isso, que a estrutura do desejo seja suficientemente apreendida ao longo do circuito inconsciente. Sem entrar ainda na discussão teórica, o testemunho de Gabriela Dargenton nos esclarecerá um pouco mais sobre esse ponto.

Trabalharemos simultaneamente com três testemunhos, publicados em números diferentes da revista *La Cause Freudienne: Revue de Psychanalyse*. Os dois sobre o final de análise foram respectivamente publicados nos números 46, de outubro de 2000, e 54, de junho de 2003, enquanto o testemunho que articula os efeitos da análise pessoal à prática clínica corresponde ao número 55 da mesma revista, datado de outubro de 2003.

O primeiro extrato clínico que Dargenton destaca se refere ao atendimento de uma menina psicótica, de cinco anos de idade, a qual, em acordo com a autora, encontrava-se “complètement débordée” (DARGENTON, 2003b, p. 20).<sup>17</sup> Essa menina chega à análise em estado de crise, gritando “A bruxa! A bruxa!” (em francês: *la sorcière*), palavras que se seguem acompanhadas de uma série metonímica de obscenidades, todas ligadas ao corpo. A analista intervém: “tudo isso que você diz quer de fato dizer que você deseja ser um menino” (p. 20). Na sessão seguinte, a falta de uma borda significativa se agrava, na mesma medida em que as palavras ditas pela analista se colam às da paciente, fazendo um efeito de ‘eco’.

O sentido dessa intervenção não se esclarece em razões clínicas para a condução do tratamento de psicóticos. Antes disso, a intervenção encontra sua justificativa na lógica da análise pessoal da autora, em articulação com o trabalho em torno da neurose de transferência. De modo preliminar, tal problema faz surgir a ideia de que existem tratamentos conduzidos por analisandos, e não por psicanalistas, o que, no caso de Dargenton, remete-nos ao seguinte contexto de análise:

A autora solicita tratamento logo após o nascimento da primeira filha, marcando aí um primeiro tempo de análise, de duração de dois anos, cujo final fora ditado pela própria analista. Quatro anos mais tarde, após o nascimento da segunda filha e a obtenção de um diploma de ‘psicomotricista’, a analisante retorna a pedir análise a essa mesma analista, recebendo a seguinte resposta: “qu’elle ne pouvait pas me recevoir et que je ne devais pas étudier Lacan [...], mon intérêt pour le corps méritait que j’étudie M. Klein” (DARGENTON,

---

<sup>17</sup> Proposta de tradução: completamente transbordante.

2003a, p. 20).<sup>18</sup> Diante disso, a escolha da segunda analista se faz orientar pelo ‘não’, por critérios que evidenciam, implícita ou explicitamente, um traço de rechaço: 1. Que fosse mulher, 2. Que fosse lacaniana, 3. Que a analisanda não a conhecesse. Na recusa por um analista homem, a autora articula a rejeição do feminino, pela via da maternidade; na segunda condição, o ‘não’ se caracteriza pela posição de desafio ao Outro, respondendo negativamente à prescrição da analista anterior; por fim, no terceiro ‘não’, a autora aponta a negação daquilo que se afirma: conhecer uma analista. Esses traços de rechaço se reatualizam ao longo da ‘transferência negativa’, já na segunda tentativa de análise, situação contemporânea ao extrato clínico acima descrito.

O que faz com que um analisando continue a comparecer às sessões de análise sem, no entanto, deixar-se analisar? É essa a questão que Dargenton elabora, posteriormente, em relação ao extenso período de entrada em análise com a sua segunda psicanalista. Durante cinco anos, apesar da pontualidade em ‘frequentar’ as sessões, ela se recusava a associar livremente, entregando-se progressivamente ao estado de mutismo, até cessar por completo a tarefa de fala. Tanto mais a analisanda realiza o rechaço à palavra, mais a analista responde com o excesso de interpretações, acentuando os obstáculos transferenciais.

As interpretações da analista assumem um caráter oracular, terminando por posicioná-la no lugar superegóico do sujeito ‘todo saber’, do pai não castrado: “l’analyste incarnait la jouissance non élaborée, liée à l’investissement brutal de la figure fantasmatique du père jouisseur, qui veut la castration du sujet”<sup>19</sup> (DARGENTON, 2003a, p. 21). No início da terceira gravidez, uma dessas intervenções transformou em certeza o que antes era apenas uma suposição fantasmática: “não me fale mais de seu pai”, disse a analista. A partir desse ponto, a analisanda construiu uma espécie de axioma transferencial, suportado pela frase “minha analista quer que eu...”. Tal enunciado indica a consistência do ser da analista, atestando o esmagamento da função ‘x’, função do desejo do analista que, na neurose, promove a abertura (e não o fechamento) da questão “o que o Outro quer de mim?”.

Retornando ao extrato clínico da paciente psicótica, a escuta da analisanda se orientava pelo ‘ideal’ da boa interpretação, intimamente relacionado à posição da sua própria analista em transferência. Se, de um lado, a analisanda não compreendia nada das frases oraculares da sua analista, por outro, essas frases produziam um efeito de idealização, a ponto de fazê-la afirmar que “jamais saberia interpretar” e que “nunca seria psicanalista” (DARGENTON,

<sup>18</sup> Proposta de tradução: que ela não poderia me receber e que eu não deveria estudar Lacan, meu interesse pelo corpo merecia que eu estudasse M. Klein.

<sup>19</sup> Proposta de tradução: A analista encarnava o gozo não elaborado, ligado ao investimento brutal da figura fantasmática do pai gozador, que quer a castração do sujeito.



2003b, p. 20). Mas, ao contrário de inibir as intervenções nas curas por ela conduzidas, o efeito de idealização mais uma vez impulsionava o excesso interpretativo, “un flot de propos sur l’Oedipe, appris dans les textes de Freud”<sup>20</sup> (p. 20). Nessa perspectiva, o extrato clínico bem demonstra quais foram as consequências da injunção de sentido edípico sobre o caso de uma paciente psicótica.

O segundo extrato se refere ao contexto da primeira consulta de uma criança, a qual fora levada pelo pai. Quando a autora se aproximou para acolhê-los, percebeu que o pai levava a filha no colo, abraçando-a. A analista diz, então, a eles: “si ça continue comme ça, elle ne voudra plus jamais entrer”<sup>21</sup> (DARGENTON, 2003b, p. 20). À semelhança da intervenção anterior, essa igualmente não encontra qualquer justificativa clínica. No entanto, o ponto que esclarece o posicionamento da analisanda é diferente do anterior, não mais podendo ser referido ao ideal, ou aos obstáculos da transferência negativa. De fato, diferenciando-se da injunção edípica, aqui não existe qualquer imposição de sentido. Dargenton (2003b) relaciona, então, esse extrato clínico ao trabalho em torno da fantasia neurótica, que funciona como uma espécie de ‘lente’, filtrando a escuta.

Um acontecimento ‘imprevisto’ fora responsável por impulsioná-la à entrada em análise. Durante as férias de verão, seu terceiro filho, recém-nascido, falece sob o diagnóstico de ‘causa súbita’, ela, então, lança-se em uma passagem ao ato que lhe produz uma marca indelével no corpo (nos testemunhos, não há maiores detalhes sobre o assunto). Ao retornar à análise, com o corpo coberto de bandagens, antes mesmo que pudesse narrar o episódio, sua analista a surpreende com as seguintes palavras: “Qu’est-ce qui est tombe de mon regard?”<sup>22</sup> (DARGENTON, 2003b, p. 21). Eis aqui o acontecimento imprevisto: a intervenção da analista reorientou o laço transferencial, “dessa vez, situando o agente como aquele que não sabe” (p. 21). Por suas consequências, podemos então afirmar que essa intervenção se põe no nível do ato analítico, responsável por instituir o lócus da suposição de saber, antes esmagado pela presença da analista. De fato, a partir desse ato, o sujeito pôde operar um deslocamento do sintoma, do corpo tratado pelo saber científico, ao corpo da psicanálise, em sua relação com a linguagem. Por fim, entrava em perspectiva a dimensão do ‘olhar como causa’, elemento heterogêneo, até então inexistente no processo analítico.

Todos esses elementos fornecem as coordenadas do que posteriormente se relacionará ao trabalho de construção da fantasia, o qual situa o “gozo sacrificado ao pai” (p. 21),

<sup>20</sup> Proposta de tradução: Uma enxurrada de proposições sobre o Édipo, aprendidas no texto de Freud.

<sup>21</sup> Proposta de tradução: Se continuar assim, ela não vai querer entrar nunca.

<sup>22</sup> Proposta de tradução: O que caiu do meu olhar?

conforme a expressão utilizada pela autora. A fantasia se ordena em torno de uma cena, a de um grito infantil endereçado ao pai, composto pela seguinte frase: “Dans cette maison, on ne regarde que celui qui est le plus fou” (DARGENTON, 2003b, p. 21).<sup>23</sup> Na cena, o pai lhe responde com um sorriso aprovador. É justamente essa construção da fantasia que atravessa o segundo extrato clínico, acima descrito.

Dargenton (2003b) nos diz que o segundo extrato se articula a uma captura fantasmática, responsável por conectar a ‘praticante’ (em francês: *praticienne*) ao amor ao pai. Tal amor se realizava pela via do sacrifício, modo pelo qual o sujeito se esforçou em tamponar a falta no campo do Outro, a castração. Nessa perspectiva, pareceu-lhe insuportável a cena do pai sustentando a filha em seus braços, questão que não se impôs de imediato, antes demandando algum percurso de análise para esclarecer seu significado. Na vertente epistêmica, a posição do sujeito na fantasia a inclinava à ‘paixão pela verdade’, que, no caso da psicanálise com crianças, traduzia-se pela preeminência do simbólico, do ‘não sabido’, no trabalho com os pais.

A passagem do primeiro ao segundo extrato clínico demonstra uma mudança de posição subjetiva, que mesmo antes da redução do sintoma, nos dá a ver algo sobre a operação do desejo do analista. A intervenção da analista, embora articulada a sua própria cena de fantasia, não é suficiente para fechar o circuito do inconsciente, ou, pelo menos, a autora não menciona o desencadeamento de uma interrupção, por exemplo. Sobre essa questão, Pommier (1992, p. 29) lembra que, em algumas circunstâncias, o ‘erro’ do analista duplica o mal-entendido próprio da estrutura do analisando, pondo-se em acordo com a vertente de ficção da transferência: “Nesse sentido, os erros que um analista pode cometer, sob a condição que ele os perceba, podem finalmente ser úteis para o desenvolvimento do tratamento”. Essa perspectiva nos distancia do ideal da boa intervenção, que tantas dificuldades trouxe à prática da autora no primeiro tempo de sua análise.

O terceiro e último exemplo não é bem um extrato, e sim a construção de um caso clínico, conduzido pela autora ao longo de oito meses. Uma adolescente de dezesseis anos a procurou em análise porque tinha “medo de fazer mal a seus pais” (POMMIER, 1992, p. 20), os quais amava muito, reconhecendo os cuidados e a solicitude. Na sua narrativa, tal medo se associava à descoberta, feita pelos pais, de que ela não comia nada. Chegou a perder quinze quilos muito rapidamente, fato que não deixou de ter consequências ao funcionamento do seu corpo. Em resposta, os pais a levaram a vários tratamentos médicos, pesavam-na pelo menos

---

<sup>23</sup> Proposta de tradução: Nessa casa, só se olha para aquele que é mais louco.

três vezes por semana, inclusive aos domingos, cuidados que não deixavam tempo, nem espaço, para que a moça se ocupasse de outros afazeres. Nesse ponto, a analisanda deixa uma brecha, convidando a analista à tomada de uma posição: trata-se, aqui, de apontar para a relação de exterioridade entre o corpo e as palavras.

Ao longo dessa primeira entrevista, a analista silencia, abstendo-se de propor qualquer tipo de questão. Dargenton (2003b, p. 21) assinala que bem poderia indicar a via de significação edípica, o sentido do ‘medo’, a ideia de ‘fazer mal aos pais’, e outros elementos constituintes do discurso, os quais a adolescente sustentava sem o saber. Mas, ao invés disso, restringiu-se a marcar uma afirmação silenciosa, sustentada por um semblante de interesse autêntico, algamático, verdadeira pesquisa sobre o que se colocava em jogo ao longo da entrevista. Essa intervenção, embora silenciosa, evidenciava o desregulamento entre o corpo e as palavras, em causa no sintoma anoréxico.

Na sessão seguinte, a jovem traz um sonho, que tanto lhe causou surpresa quanto angústia: sua mãe lhe servia um enorme prato de croissants bem no meio do consultório da analista. As elucubrações sobre o sonho renderam ainda dois equívocos: o primeiro relacionado à produção do significante ‘*maranha*’ (neologismo formado por ‘mãe’ e ‘aranha’) e o segundo em torno do ato de ‘se precipitar’, que surge como consequência do trabalho em torno do sonho e do primeiro neologismo. Na entrada da tarefa analisante, a jovem começa a ler a relação que a sua mãe estabelece com o seu próprio corpo, precipitando-se a dizer aos pais que não mais deseja se pesar tantas vezes por semana. Por um lado, abre-se, para ela, a possibilidade de se responsabilizar pelas consequências de suas decisões, por outro, tal tarefa implica subjetivar as satisfações retiradas da posição de rejeição, do ‘não querer comer’ endereçado ao Outro.

Nos meses que se seguem, a adolescente elabora sobre a relação entre o corpo e o feminino. Conta à analista que não menstrua mais, situação que até então não a havia preocupado, mas que, nesse momento, parecia-lhe suspeita. Lembra-se de uma frase, que fora dita por ela mesma: “pourquoi une autre femme puisqu’il y en a déjà une, ma maman?”<sup>24</sup> (2003b, p. 21). A elaboração está em curso, alguma coisa da ordem do corpo lhe faz signo, compondo um enigma lançado ao lócus da suposição de saber.

O que possibilitou a entrada dessa jovem anoréxica em análise? Onde podemos localizar a dimensão do ato analítico? Qual a diferença entre esse caso clínico e os dois fragmentos anteriores? De modo preliminar, a construção do caso demonstra a existência de

---

<sup>24</sup> Proposta de tradução: por que outra mulher, uma vez que já existe uma, minha mãe?

um desejo, o desejo do analista, operador de uma análise, mas também veículo de transmissão de uma psicanálise.

De fato, os oito meses que compreendem o tratamento da jovem anoréxica são contemporâneos à passagem da posição de analisante a de analista. Um sonho e duas interpretações abrem o início do final de análise, de duração de dois anos. No sonho, a analista é representada morta, enquanto a analisanda se encontra em um grande corredor vazio, sustentando, nos braços, um bebê que ela própria desconhece. Seguem-se duas intervenções: um aumento importante de honorários e a questão posta ao término da sessão: “Quand est-ce que vous revenez?”<sup>25</sup> (DARGENTON, 2003a, p. 22). Essa pergunta se repete no final de todas as sessões subsequentes, assumindo o estatuto de equívoco, na medida em que os anos transcorrem. Assim, a analisanda se determina a fixar o dia e a hora das sessões em acordo com sua própria apreciação diagnóstica, tentando convencer a analista da gravidade do seu caso e da urgência em se fazer analisar. Inicia-se o tempo de elaboração do trajeto de análise, onde cada elaboração de saber é confirmada com sonsões da analista, em intervenções monossilábicas, interjeições ou tosses.

Na última sessão, a analisanda narra a cena de um filme: um pai é acometido por uma forte dor, senta-se debaixo de uma árvore e deixa-se morrer, de forma relaxada e tranquila. A cena se conclui com a chegada do filho, que vem apresentar, ao pai morto, seu bebê recém-nascido. Mais uma vez, trata-se aqui da representação fantasmática do sacrifício ofertado ao pai: “le père existe, celui qui, même mort, regarde le sacrifice qu’on lui offre, un fils”<sup>26</sup> (DARGENTON, 2000, p. 22). A analista interrompe a narrativa, afirmando “oui, oui” (p. 22), intervenção que ressoa, para a analisanda, como um delineamento da repetição significativa: “encore et toujours du même”.<sup>27</sup>

Com a agenda de encontros fechada e ainda de frente para a analisanda, ela agora propõe um ponto de interrogação, ao que então era um ‘sim’ afirmativo: “oui?”. Antes que a analisanda se apressasse a marcar no mesmo dia e horário da próxima semana, antes mesmo que ela pagasse sua analista e reunisse seus pertences, a analista se afasta de modo progressivo, os braços cruzados, o olhar ao fundo, com um semblante de evidente tranquilidade. Há, aqui, um desinvestimento brusco da função analítica, o que permite que a autora se formulasse a pergunta: “o que eu faço aqui?”. Ela se percebe, então, só no consultório, com o dinheiro na mão, diante do sofá e do divã vazios. A analista a reencontra

<sup>25</sup> Proposta de tradução: quando você volta?

<sup>26</sup> Proposta de tradução: O pai existe, aquele que, mesmo morto, olha para o sacrifício a ele ofertado: um filho.

<sup>27</sup> Proposta de tradução: ainda e sempre o mesmo.

na porta de saída, a mão estendida para receber os honorários, e com um sorriso e um olhar resoluto. “Tout ceci se déroule dans le cadre discours sans parole”<sup>28</sup> (DARGENTON, 2003a, p. 22).

Dargenton (2003a, p. 22) menciona o efeito de ‘destruição’ (em francês: *anéantissement*) que se sucedeu à última sessão, bastante manifesto nas elaborações sobre a experiência de análise: o gozo não é propriedade de ninguém, não há aquele que lhe diz ‘sim’ ou ‘não’, não há inclusive o que dizer, “Il n’y a pas, tout simplement”.<sup>29</sup> A analisanda se encontra mais uma vez com a analista para lhe contar o saldo da experiência, o pouco de saber constituído nas bordas do real. Esse derradeiro encontro, embora com apenas uma semana de distância da sessão de final de análise, é posicionado externamente ao dispositivo analítico, em outras palavras, ele se sucede à queda da suposição de saber. Dois lapsos autenticam a torsão produzida ao final de análise: no primeiro, a analisanda diz ‘meu consultório’ ao ler a placa de entrada do consultório da analista. No segundo, ao entrar na sala, convida espontaneamente a sua analista a se sentar. Por fim, ao procurar o dinheiro para fazer o pagamento, a analista, sorridente, recusa em aceitá-lo, dizendo-lhe: “nous comptes sont soldes, j’attends seulement de vous cet écrit. Je l’attends!”<sup>30</sup> (p. 22). Trata-se de um texto iniciado ao final da última sessão de análise e que lhe serviu de base à transmissão de sua análise, no decorrer do dispositivo do passe.

Se os testemunhos de Dargenton fossem publicados cinquenta anos atrás, certamente seriam lidos sob a chave interpretativa dos fenômenos de contratransferência. Tanto no relato do seu próprio ‘caso analisante’ como nos fragmentos das curas por ela dirigidas, parece haver aí a insistência de um mesmo obstáculo, relacionado aos domínios do ‘ser’, ao atravessamento inoportuno da subjetividade do analista ao longo dos tratamentos por ele empreendidos. Mas, a contratransferência nem sempre adquiriu conotações negativas nas bibliografias dos analistas pós-freudianos. É preciso lembrar que, na década de 1950, essas discussões possuíam um caráter ambíguo: por um lado, suspeitava-se de que falhas na transferência ao didata retornavam nas análises terapêuticas empreendidas a *posteriori*, causando um ‘efeito dominó’ de análises intermináveis; por outro, se bem conduzida, a contratransferência servia de forte aliada à formação do psicanalista, permitindo um controle progressivo sobre as manifestações do inconsciente do analista. Seja concebida como obstáculo ou como solução, a contratransferência se refere a um esforço continuado em

<sup>28</sup> Proposta de tradução: tudo isso se desenrola no quadro do discurso sem palavras.

<sup>29</sup> Proposta de tradução: simplesmente, não existe.

<sup>30</sup> Proposta de tradução: Nossas contas estão quitadas. Eu apenas espero de você esse escrito. Eu o espero!

‘calar’ o inconsciente do analista que, de modo reverso, só tende a reforçar ainda mais a existência de um analista na posição de sujeito.

Depois de Lacan, fala-se cada vez menos em contratransferência. De fato, Lacan (1958/1998, p. 593) nos alivia das preocupações em torno do ser do analista, a sua proposta é “colocar o analista na berlinda”, único meio de fazer surgir o verdadeiro operador de uma análise: o desejo do analista. Nessa perspectiva, os testemunhos de Dargenton podem até levantar o problema da interferência da subjetividade do analista, mas essa é uma questão menor, diante do grande problema, por ela apresentado: *o que é o desejo do analista?* E ainda: *como esse desejo opera (em) uma psicanálise?*

Dargenton (2003b) nos apresentou de uma maneira muito bem construída a extração do ‘desejo de analista’ nas últimas sessões de sua análise: o atravessamento do fantasma do sacrifício ao pai, os lapsos que nos indicaram o surgimento de uma nova analista, capaz de restaurar a função ocupada pela anterior, o trabalho de transmissão da psicanálise e assim por diante. Também nos deu a oportunidade de verificar a produção do seu desejo na prática de escuta, no atendimento da jovem anoréxica. Ficamos até tentados a imaginar que, uma vez transposta a passagem do analisando à analista, o desejo aí produzido se eterniza, surge um analista definitivo, que sempre funcionará como tal. Mas será que o desejo do analista não está sujeito a contingências externas ao domínio das análises pessoais? Seria esse um desejo operativo para todos analisandos, em todas as circunstâncias de análise? Esses pontos nos remetam a uma mesma questão: a ideia de que uma análise certamente é necessária à formação de um psicanalista, mas nem sempre é suficiente.

Parece haver, portanto, um fator ainda não contabilizado, um ‘a mais’, o qual, encadeado com a experiência analítica, constitui as bases de surgimento do novo, do *desejo do analista*. O último testemunho que escolhemos para a discussão nos faz notar que esse ‘plus’ que se acresce à análise pessoal é da ordem da pura contingência e, portanto, precisa ser verificado caso a caso. Se Lacan (1958/1998, p. 260) define o desejo do analista como “um desejo de obter a diferença absoluta”, o testemunho de Marie-Annick Gobert nos mostra que o consentimento subjetivo à diferença está condicionado à lógica do impossível e do contingente, própria ao feminino.

Gobert (2000) promove três escansões temporais no curso de seu testemunho: o primeiro referente à direção da cura e ao ponto de incidência do ato analítico (final de análise); no segundo, destaca-se a passagem do psicanalisando à psicanalista e, por último, o dispositivo do passe e a elaboração de saber sobre o ato. Esses três tempos não se sucedem

cronologicamente: entre a passagem à psicanalista e o final de análise, três anos foram decorridos; do final de análise à entrada no dispositivo do passe, mais três anos se passaram.

A autora entra em análise com uma queixa relacionada a sintomas fóbicos: angustia-se diante de fotos de crianças, evita essas fotografias. Em articulação ao sintoma, mas inteiramente por acaso, sua transferência com a analista se instala logo à primeira vista, já na porta de entrada do consultório: a analista está grávida, “l’objet du fantasme est contenu dans le ventre de l’analyste”<sup>31</sup> (GOBERT, 2000, p. 137). Será necessário um longo período de análise para que o sintoma fóbico encontre sua significação, articulando-se à experiência traumática de uma grave meningite que a acometera aos seis meses de idade.

‘Por que não estou morta?’, essa é a questão que a analisanda, agora aos cinquenta anos, endereça à sua analista. A pergunta remete ao caráter enigmático em jogo na frase proferida pela mãe, frase sujeita a equívocos, por não deixar claro se ali se tratava de um desejo de vida ou de morte: “quando você fez essa sua psicomeningite, eu imaginei que você estava morta” (em francês: “J’ai cru que tu étais morte quand tu as fait ta psycho-méningite”) (p. 137). A doença fora desencadeada num contexto bastante específico, em que os pais tinham se mudado para Paris, deixando-a, ainda bebê, no interior (a autora não especifica sob o cuidado de quem ela fora deixada). Gobert (2000, p. 137) enfatiza, então, a importância do olhar do Outro enquanto suporte à própria existência, “pour ne pas mourir”<sup>32</sup>, e anseia o retorno incessante dessa dimensão do olhar, em vários aspectos do cotidiano: no ativismo, na mudança de profissão, na militância pela causa dos outros e, também, na análise. ‘Partir’ e ‘retornar’ tornam-se sintomas analíticos, agravados com a expectativa do final de análise.

Duas intervenções da analista modificam a posição fantasmática e concedem um novo estatuto ao sintoma. A analista intervém: ‘você jamais me perguntou se meu bebê tinha nascido...’ (p. 137), interpretação que possibilita à analisanda significar a pulsão de morte não mais como um elemento puramente destrutivo, mas também como o fundamento da própria vida. O fantasma em torno do risco de morte é atravessado, “ela aprende que todo ser vivo obrigatoriamente faz um pacto com a pulsão de morte” (p. 138). Na segunda intervenção, feita três anos antes da suspensão da análise, a analista arregala bem os olhos (*écarquillement des yeux*), encarnando o objeto olhar. O olhar da analista, ao mesmo passo em que mergulha o sujeito no vazio, também possibilita a extração do objeto causa do desejo... de viver: “je suis identifié au seul symptôme incontournable, irréductible, celui de vivre”<sup>33</sup> (p. 136).

<sup>31</sup> Proposta de tradução: o objeto do fantasma estava contido no ventre da analista.

<sup>32</sup> Proposta de tradução: para não morrer.

<sup>33</sup> Proposta de tradução: Eu estou identificada a um único sintoma incontornável, irreduzível: o de viver

O tempo que introduz o final de análise se refere à incidência do ato analítico, onde Gobert destaca o atravessamento da fantasia, a redução do sintoma e também um novo pacto do sujeito com a pulsão de morte. No entanto, apesar dos benefícios terapêuticos, a experiência da análise, isoladamente, não foi suficiente para promover o surgimento do psicanalista. Isso não significa que a analisanda não pudesse conduzir análises e operar analiticamente na direção da cura de seus pacientes. De fato, Gobert há muito sustentava uma prática com pacientes psicóticos, mas, durante esse período, intitulava-se como ‘analisanda’, e não como analista.

“Uma prática não precisa ser esclarecida para operar” (LACAN, 1974/2003, p. 512), Gobert retoma essa frase lacaniana para demonstrar que o desejo do analista, enquanto operador de uma análise, esclarece a lógica do tratamento, afastando a psicanálise das técnicas obscurantistas e da sugestão. Talvez essa seja uma possível diferença entre uma prática conduzida por um analisando e outra por um analista. A posição subjetivada, de analisando, não o permite ver com clareza os operadores do tratamento, uma vez que a fantasia neurótica costuma interferir na leitura do ato analítico. Isso não o impede, entretanto, de operar analiticamente e de conduzir tratamentos a um bom termo. Em contrapartida, o lugar do analista implica a construção e a elaboração do caso clínico, é o seu desejo que transmite o modo pelo qual a psicanálise pode operar.

No caso de Gobert, a passagem à psicanalista se articula a um segundo encontro com a pulsão de morte (lembramos que o primeiro se deu ao final de análise), encontro real e puramente contingente. A analisanda começa a atender uma jovem esquizofrênica, quase muda, em estado de autismo, que se apresenta ao olhar dos outros como um cadáver. Essa moça passou um ano enclausurada em seu quarto, alimentando-se apenas de castanhas. Suas duas únicas palavras são ‘não incomodar’ (em francês: *pas deranger*), pronunciadas sempre que a ela se dirijam.

‘Por que ela não está morta?’, a pergunta reduplica inversamente a sua própria questão, enquanto analisanda: ‘*por que não estou morta?*’ O encontro com a jovem esquizofrênica assim promove uma volta a mais no tratamento analítico, cronologicamente concomitante à intervenção da analista sobre o ‘bebe não nascido’. É nesse contexto que irá operar a incidência do ato da analisanda, a decisão de ‘incomodar’ (*deranger*) a paciente, pondo-se a ler para ela um romance, mesmo sem esperar resposta. Como efeito, a jovem esquizofrênica começa pouco a pouco a falar.

O ato analítico, como qualquer ato, desencadeia consequências. Aqui, vemos que a consequência mais direta do ato de ‘incomodar’ foi a entrada da jovem psicótica em análise,



momento em que ela começa a falar. Mas o ato também marca uma diferença do lado do psicanalista: se até então Gobert se achava na posição de analisanda, concernida pela sua própria questão ('por que não estou morta?'), a partir do ato analítico, a posição se inverte, surge aí uma psicanalista, ou alguém capaz de fazer semblante de objeto para o outro. Nesse caso, a inversão lógica do psicanalisando ao psicanalista põe em jogo o objeto 'olhar': de uma analisanda fascinada pela visão do corpo cadavérico, à analista, capaz de sustentar o objeto 'olhar' para a jovem esquizofrênica. Exemplo que demonstra muito claramente a maneira pela qual o ato analítico enlaça o final de análise e o começo de outras psicanálises.

Mas, no momento de incidência do ato analítico, nada fora pensado ou calculado, não houve nenhuma elaboração de saber. Em acordo com a autora, os seis anos que separam o ato da demanda de passe correspondem a um período de *consentimento ao desejo do analista*, marcado pela invenção de um saber sobre a própria formação. Na elaboração do passe, a autora conclui que, em seu caso, *o desejo do analista é um efeito direto da pulsão de morte* (GOBERT, 2000, p. 143), da experiência íntima com o trauma infantil, por um lado, e do encontro com a jovem esquizofrênica, por outro. Para ela, o desejo do analista foi um produto, uma consequência lógica do duplo encontro com a pulsão de morte, na análise, mas também nas contingências da vida.

Retomando a definição lacaniana do desejo do analista como desejo de diferença absoluta, precisamos investigar o estatuto dessa diferença absoluta. Talvez seja preciso distingui-la do domínio de uma *diferença relativa*, marcada pelo binarismo, pelo signo de presença e de ausência. Sabemos que a leitura neurótica do mundo não conhece outra ordem de diferença senão aquela marcada pelo binarismo: o sim e o não, o eu e o outro, o masculino e o feminino etc. E é por essa via que a analisanda Gobert reintegra, à sua própria fantasia, a diferença em jogo nos fenômenos psicóticos, formulando a seguinte pergunta: "por que ela não está morta?". O que podemos concluir de seu testemunho é o quanto o desejo do analista, dirigindo-se à pura diferença, mostra-se particularmente operativo no tratamento de pacientes psicóticos, desviando o psicanalista do desejo de normalizar, de neurotizar o doente.

### **3.3 Os passadores são o passe**

No livro sobre os chistes, Freud (1905/1996) assinala que o processo de produção dos chistes envolve três pessoas, à diferença do cômico, o qual põe em cena apenas dois personagens. Assim, temos o narrador, posto em primeira pessoa, temos também a segunda pessoa, de quem o chiste trata, e, por fim, a terceira, a quem ele é endereçado. Freud

acrescenta, ainda, que o terceiro termo é necessário para que o chiste complete o seu circuito: o riso, surgido no lugar do Outro, autentica o sucesso do dito espirituoso. Seria possível então fazer uma analogia entre a estrutura do chiste e a do dispositivo do passe? Para Lacan (1970/2003, p. 269), há sim uma aproximação entre ambos, embora ele nunca chegasse a desenvolvê-la: “Quem verá, pois, que minha proposição é formada a partir do modelo do chiste, do papel da *dritte Person*?”.

No passe, os passantes cumprem a função do narrador, daquele que ‘presenteia’ o ouvinte com sua própria formação do inconsciente. Seus testemunhos estão endereçados a um terceiro, ao lugar simbólico do Outro, que podemos aproximar do lócus da Escola de psicanálise. A cada vez que surge uma demanda de passe, esses lugares estruturais são reativados: escolhem-se passadores, enquanto os membros do cartel assumem a posição do terceiro, do lócus que irá acolher a mensagem do passante. Enquanto o chiste é autenticado pelo riso, no passe, é a nomeação de Analista da Escola (A.E.) que assinala retroativamente o sucesso da transmissão. Por fim, do mesmo modo que é impossível rir de um chiste sozinho, as narrativas de passe não se fecham sobre si mesmas, nem se concluem na nomeação dos A.E.s. Para além do dispositivo, há a prática de ensino exercida pelos A.E.s, que pode ser comparada ao “impulso de contar o chiste a alguém” (FREUD, 1905/1996, p. 138).

Freud (1905/1996) ainda acrescenta que não é qualquer um que cumpre a função do terceiro: é preciso um acordo psíquico entre o sujeito do chiste e o ouvinte, como se houvesse uma propensão à escuta, caracterizada pela suspensão das inibições. Do mesmo modo, os passantes endereçam suas demandas a um ouvinte particular, ao cartel do passe, assinalando uma relação de confiança quanto aos dispositivos disponíveis naquela Escola. Em outras palavras, o passante faz um acordo psíquico com a instituição, visando transmitir algo sobre a experiência analítica.

Até esse ponto, não exploramos o lugar da segunda pessoa, aquela que é objeto do chiste. De fato, trata-se de um elemento discreto, silencioso, o próprio Freud (1905/1996, p. 100) não se detém demasiado sobre a sua importância, restringindo-se a articulá-la ao conteúdo, tanto do dito espirituoso quanto do cômico: “deve haver uma segunda pessoa que é tomada como objeto da agressividade hostil ou sexual”. Embora pouco evidenciada, a segunda pessoa é a própria substância do chiste. No clássico exemplo de Heine, trabalhado no livro, o poeta, autor do chiste, faz entrar em cena o personagem cômico Hirsch-Hyancinth, que se ressentia da sua posição menos favorecida no meio aristocrático. Heine faz com que esse personagem, alvo de preconceito e de agressividade, sirva de veículo ao seu próprio chiste: Hirsch-Hyancinth se vangloria de que o nobre Barão Rothschild o tenha tratado como

um igual, muito ‘*famíliarmente*’. Hirsch-Hyancinth, personagem fictício, é, portanto, o passador da mensagem chistosa do poeta Heine.

Infelizmente, são raros os testemunhos de passadores. Temos a impressão de que o conteúdo se transmite com o custo de apagar subjetivamente os seus veículos, os próprios passadores, uma possível razão para a escassez desse tipo de testemunho. O texto de Izcovich (2000, p. 170), por exemplo, é um dos poucos que encontramos sobre a experiência de passador, e ele comenta as razões pelas quais jamais havia falado sobre o assunto: “Je n’ai jamais parlé auparavant de cette expérience. Il y a une raison pour cela: le passeur est l’élément silencieux du dispositif”.<sup>34</sup> Um pouco mais à frente, ao recomendar que os testemunhos dos passantes não sejam atravessados pela ‘fantasia do passador, Izcovich conclui que a função do passador requer o desaparecimento do próprio sujeito do inconsciente. Sem dúvida, tarefa difícil de empreender.

Lacan (1967a/2003, p. 260) concebeu a função do passador igualmente na perspectiva de um lugar estrutural do qual se fala, endossando a fórmula de que ‘os passadores são o passe’: “Donde se poderia esperar, portanto, um testemunho correto sobre aquele que transpõe esse passe, senão de um outro que, como ele, o é ainda, esse passe [...]”. De fato, os passantes falam sobre o momento em que agora se encontram os passadores, esse conteúdo se refere ao limite da passagem do psicanalisando à psicanalista. Embora os passadores ainda não o tenham franqueado, é justo tal instante que os capacita a escutar aqueles que acreditam ter ‘passado’, no caso, os passantes.

Para ‘ser o passe’, é preciso, portanto, estar um passo atrás do desenlace de sua própria análise. A nosso ver, essa é uma proposta interessante, uma vez que desconstrói qualquer hierarquia entre os lugares dispostos no dispositivo. Assim, os passantes não se reportam aos que estão à frente, aos analistas didatas, mas aos que estão atrás, aos ‘*analistas em expectativa*’, conforme a terminologia usada por Lacan (1970/2003). Como, então, escolher passadores tendo em vista esse momento específico de suas análises pessoais? Surge, aqui, o problema da designação, assunto bastante controverso, ainda em nossos dias.

Lacan (1986/1995) propõe que sejam os Analistas da Escola os responsáveis por designar os passadores. Nas suas clínicas, os A.E.s considerariam os analisandos que estão no passe, “onde precisamente advém o desejo do psicanalista” (p. 21). Essa escolha não é comunicada diretamente ao analisando: ele só fica ciente de que fora designado ao receber a convocação de um passante, não podendo mais recusar a oferta, nem se furtar à

---

<sup>34</sup> Proposta de tradução: Nunca falei antes sobre essa experiência. Existe uma razão para isso. O passador é o elemento silencioso do dispositivo.

responsabilidade de fazer parte do dispositivo. Lacan (1974/2001, p. 21) nos diz ainda que o final de análise não é critério suficiente à designação dos passadores:

Não basta que um analista acredite ter obtido o fim de análise para que, do analisante que chegou a esse termo, ele, por tê-lo elaborado, faça um passador. O fim de uma análise pode não ter feito mais que um funcionário do discurso analítico.

O ponto fundamental, então, não é o desenlace da análise, mas que o passador seja capaz de se portar como ‘placa sensível’ ao inconsciente do passante, fazendo passar os significantes em jogo naquela experiência em particular.

À diferença de Lacan, Safouan (2013) sempre foi contrário à designação dos passadores por seus analistas, sustentando que os primeiros deveriam se autorizar de si mesmos, como o fazem os passantes. Para o autor, a designação pelo analista compreende um risco, relativo à incidência excessiva das instituições de psicanálise no andamento das análises pessoais. De fato, como um analista pode intervir sobre o desejo de transmissão de seu analisando? Será que o dispositivo do passe não terminaria por produzir efeitos imprevistos e indesejados na análise dos passadores? Vale à pena reproduzir a longa citação de Safouan (2013, p. 342-343) sobre o assunto:

L’objection consistait à souligner que la désignation d’un passeur était une idée irrecevable. [...] La didactique n’étant plus, dès lors, une analyse « pure », mais une analyse mise au service de l’École. On objectait, en outre, que les effets d’une telle sorte de désignation [...] ne manqueraient pas de compliquer considérablement son analyse, sinon de la fausser. Lacan admit que cette forme de désignation aurait des effets sur le cours de l’analyse, mais qu’il n’était nullement nécessaire qu’ils aillent dans le sens du pire. « Attendons voir », conseilla-t-il.<sup>35</sup>

Não podemos creditar inteiramente ao dispositivo do passe o problema da incidência das instituições de psicanálise sobre o curso das análises pessoais. Basta, por exemplo, que se recomende análise com um dos membros de tal ou qual Escola para que todo um campo de interferências comece a se abrir. Nessa perspectiva, torna-se quase impossível resguardar as análises dos cruzamentos de transferência que as instituições promovem. Mais ainda, a experiência demonstra que tanto menor é o universo da instituição, com analisandos e analistas frequentando as mesmas atividades, maior será o efeito sobre as análises pessoais

---

<sup>35</sup> Proposta de tradução: A objeção consistia em sublinhar que a designação de um passador era uma ideia inadmissível. A didática não era mais, desde então, uma psicanálise pura, mas uma análise colocada à serviço da Escola. Alguém poderia igualmente objetar que tal sorte de designação certamente complicaria muito sua análise, se não acabasse por distorcê-la. Lacan admitia que essa forma de designação teria efeitos sobre o curso das análises, mas que não necessariamente seriam efeitos no sentido do pior. “Esperem para ver”, aconselhava Lacan.

dos membros. A diferença é que, nas instituições que trabalham com o dispositivo do passe, esses riscos aparecem conscientemente assumidos: o passe “asegura una presencia de la institución en los análisis” (p. 131), conforme afirma Miller (2012). Desse modo, a mera oferta do dispositivo introduz questões às análises pessoais, modificando as concepções de começo e de final de análise. E sabemos que o dispositivo do passe sustenta abertamente uma proposta de enlace entre a experiência clínica de formação (psicanálise em intensão) e a experiência institucional (psicanálise em extensão).

Não se trata, portanto, de defender o ideal de psicanálise pura e higienizada de possíveis interferências externas. Essa concepção, levada ao limite, tende a favorecer relações paranoicas entre os analisandos e as instituições de psicanálise, recrudescendo as defesas e acentuando o sentimento de mal-estar. Fora esse o caso da polêmica, levantada pela IPA, sobre os analisandos de Lacan que assistiam a seus seminários, para dar apenas um exemplo. Nessa perspectiva, se a incidência existe e não pode ser contornada, então será preciso consultar os analistas e os passadores sobre os efeitos da designação no curso das análises pessoais.

Começando com o testemunho de Lola López (2008), a autora nos conta que recebeu a demanda do passante com muita surpresa, embora já demonstrasse um vivo interesse pelo passe ao longo de sua análise. Tal interesse mesclava-se ao medo, “ao temor do que pudesse acontecer e ao temor da responsabilidade que introduzia” (LOPEZ, 2008, p. 26). Diante da designação, sua análise lhe permitiu que o temor cedesse espaço a um “querer o que desejava” (p. 27).

A chamada do passante lhe chega em um momento analítico específico: “tratava-se da hora da verdade e não havia nenhuma garantia sobre isso” (LOPEZ, 2008, p. 27). Lopez dá a entender que a designação produziu um efeito de antecipação do tempo de final sem, no entanto, desencadear a queda da suposição de saber. Assim, ela não se precipita à interrupção da análise, mas a escuta do passante a permite antever o que seria um ato fora do eixo da transferência, no tempo que se sucederia ao des-ser do psicanalista. Os paradoxos trazidos à análise referiam-se a “afrontar o desejo do analista, a destituição subjetiva fruto de sua divisão” (p. 27), sem, no entanto, pôr em cheque a transferência. Tratava-se menos da antecipação em ato que do vislumbre do final, promovido pela via da palavra.

Com relação à escuta do passante, Lopez assinala o seu cuidado em interferir o mínimo possível, apenas com perguntas sobre os pontos obscuros e com pedidos de retomar alguns dados da história. O passador aparece aqui no ‘meio termo’, entre o analisante e o analista: ele não interpreta os significantes do passante, não é um analista, mas também não se

apresenta em uma posição subjetivada, como seria de se esperar de um analisando. É essa duplicidade, entre a suposição de saber e a destituição subjetiva, que lhe permite construir o seu relato, transmitindo-o ao cartel do passe:

O extraído do testemunho do passante se articula ao saber adquirido na própria análise do passador. Por isso, não se trata de ser só um simples mensageiro, de transferir de um lugar para outro o texto literal que o passante lhe deu para levar, mas sim que o testemunho do passador deve permitir que algo passe para que o cartel possa chegar a uma decisão. (LOPEZ, 2008, p. 29)

No caso de López, o saber extraído a partir de sua condição de passadora lhe permitiu avançar no percurso de análise, antecipando discursivamente o momento de desenlace. Mas os bons efeitos nem sempre se confirmam. Em perspectiva diferente, Vidal (2010) se detém sobre os riscos que envolvem o ato do analista em designar analisandos, riscos que, em sua concepção, não podem ser previstos, mas que podem ser analiticamente manejados. Como exemplo, ele destaca as diferentes respostas subjetivas à surpresa diante da convocação do passador. Para alguns, a notícia de sua designação é subjetivada como signo de eleição: o analisando se imagina “alguém especial para o analista” (VIDAL, 2010, p. 98). Nesse caso, a estratégia do analista deverá permitir o deslocamento do narcisismo em direção à ideia de que a função do passador é efêmera, contingente, incompatível com a consistência imaginária do ser. Outros interpretam a sua designação como um anúncio de final de análise, interrompendo o processo analítico. De qualquer modo, seja qual for a resposta do analisando, é preciso que o analista não recue diante das consequências do seu ato, reintegrando-as à direção do tratamento.

“A designação do passador produz um ponto de inflexão na experiência de uma análise” (VIDAL, 2010, p. 97), problema que aponta para a necessidade de definir com mais precisão o momento clínico em que essa designação se torna possível. Vidal (idem) assinala a existência de um lapso temporal entre o instante em que o analista indica o nome de um passador e o momento em que o analisando de fato se descobre indicado por seu analista. Em todos os contextos com os quais trabalhamos, a escolha dos passadores é aleatória e feita por sorteio. Há, portanto, a possibilidade de um grande espaço entre um acontecimento e outro, entre a indicação e a convocação, no caso de o nome do analisando não ser imediatamente sorteado pelo passante. Quais seriam os efeitos analíticos das convocações tardias, de passadores há muito indicados? Infelizmente, não encontramos nenhum testemunho sobre o assunto. Na contrapartida, Vidal enfatiza a importância de uma revisão constante da lista de passadores, o que permite que o analista reafirme o seu próprio ato e reatualize as razões de

sua decisão: “A comissão, passado um tempo, pode se endereçar ao analista para saber se confirma a designação do analisante na função de passador. São modos de manter viva a experiência [...]” (VIDAL, 2010, p. 98).

À diferença da época de Lacan, hoje a grande maioria dos passadores é designada pelos Analistas Membros da Escola, os A.M.E.s, uma vez que o título de A.E., na maior parte dos casos, tem prazo de validade, geralmente de três anos. Sobre o título de A.M.E, ele não é resultado do dispositivo do passe, na verdade, esses analistas sequer demandam à Escola qualquer tipo de garantia. Desse modo, são as provas de trabalho para com a psicanálise que determinam as nomeações dos A.M.Es, conforme nos indica Lacan (1970/1995):

O acesso ao título de Analista Membro da Escola não precisa ser solicitado. A decisão do Júri de acolhimento é tomada a partir do que ele conhece da prática efetiva do interessado. Além do parecer favorável do analista didata, a opinião do ou dos supervisores, os testemunhos dos que concordaram com a prática do candidato constituirão os elementos essenciais de apreciação pelo Júri de acolhimento. Além do mais, este levará em conta de modo especial a participação efetiva do interessado nos diversos grupos de trabalho da E.F.P. (seminários, cartéis...), essa participação podendo eventualmente fazer a vez de trabalho escrito. (LACAN, 1970/1995, p. 45).

Mas, seja feita por um A.E. ou um A.M.E, o fato é que a designação dos passadores aparece intimamente articulada à experiência de análise. Surpreendentemente, encontramos uma passadora que não fora designada por essa via. Trata-se do testemunho de Colette Chouraqui-Sepel (2000).

A autora nos conta que, ao longo de sua análise, sempre se dedicou à escrita de trabalhos que transmitiam algo sobre a clínica, os quais ela apresentava regularmente aos pares, quando havia oportunidade. Após concluída a análise, Chouraqui-Sepel então se dedica à escrita de seu próprio caso clínico, tornando-o transmissível e decidindo apresentá-lo ao dispositivo do passe. Para sua surpresa, a resposta do Cartel indicou a nomeação... à passadora.

O Cartel autentica, aqui, um trabalho que já estava em exercício, porém não necessariamente em função: a analisanda era uma passadora, sem ser designada para tal. Desse modo, o desejo de transmissão pôde ser redirecionado ao trabalho para com a Escola, transformando uma habilidade suposta em uma tarefa de fato:

Le passeur en fonction, c'est-à-dire dans l'exercice de sa tache, est aussi cette fonction même, au sens mathématique, qui fait corréler passant et cartel. Il est ainsi

l'articulation, le pivot, la courroie de transmission [...]. (CHOURAQUI-SEPEL, 2000, p. 94).<sup>36</sup>

Esse exemplo preserva sua importância ao demonstrar de que maneira um passador pode se autorizar de si, embora nada saiba sobre sua própria autorização. Nessa perspectiva, devemos considerar a existência de passadores que ‘não estão em função’, os que transmitem a psicanálise sem necessariamente operar um trabalho institucional em torno do passe.

Será que essas diferenças, relacionadas às designações e aos trajetos clínicos, não surtem efeitos sobre a recepção de cada passador ao testemunho do passante? Godin (1988, p. 120) assinala que as diferenças entre os textos produzidos por passadores de um mesmo passante, ao contrário de servirem de impedimento, contribuem para o esclarecimento do próprio testemunho: “les contradictions entre les textes de chaque passeur désignent des points obscurs et importants”.<sup>37</sup> A existência de dois passadores revela toda a sua importância: no dispositivo do passe, importa menos o conteúdo literal dos testemunhos que a insistência do enunciado, essa mensagem inconsciente transmitida por cada um, com seus respectivos estilos.

Mas há também casos em que os passadores fracassam em passar adiante a mensagem. Sobre o assunto, Godin (1988) nos alerta sobre a possibilidade de uma ‘discriminação’ feita pelo passante em relação aos seus passadores: alguns seriam alvos de uma ligação positiva, transmitindo sem dificuldades o relato do passante ao Cartel. Mas há aqueles que são alvo de uma ligação negativa, despertando raiva, irritação e toda sorte de ‘recusa’ no passante, problemas que, no limite, servem de obstáculo ao funcionamento do dispositivo. Embora haja uma tendência em ler essas situações sob a ótica dos fenômenos de transferência, Godin (1998, p. 121) recomenda prudência quanto às conclusões apressadas: “On peut, dans certains cas, parler de transfer, mais il s’agit alors d’un transfer sans analyse, qui évoque donc l’*acting out*, la monstration du mal lu, mal dit dans la cure”.<sup>38</sup>

Ainda sobre a recepção dos passadores ao relato, Soler (1989/2000) nos traz um exemplo bastante significativo, fruto de sua experiência como membro de Cartel de Passe. Trata-se de um sujeito que entra no dispositivo ainda mergulhado na ‘tarefa analisante’, em associação livre. Soler (1989/2000) se pergunta: seria a mesma coisa testemunhar sobre um

<sup>36</sup> Proposta de tradução: O passador em função, quer dizer, no exercício de sua tarefa, é essa função mesma, no sentido matemático do termo, que faz a correlação do passante e do cartel. É, portanto, a articulação, o pivô, a correia de transmissão [...].

<sup>37</sup> Proposta de tradução: As contradições entre os textos de cada passador indicam os pontos obscuros e importantes.

<sup>38</sup> Proposta de tradução: Em certos casos, nós podemos falar de transferência, mas se trata de uma transferência sem análise, que evoca então o *acting out*, a ‘monstração’ do mal lido, maldito na cura.



percurso e estar nele engajado? Esse passante parecia colocar os passadores numa posição analítica, fazendo com que cada um encarnasse, à sua maneira e de forma heterogênea, a estrutura do objeto *a*. Os dois reagem de modo diferente à ‘transferência’ do passante: o primeiro ‘cai’ da cena ( $a \downarrow$ ), muda-se de cidade por alguns meses, estancando, em ato, a cadeia significante. Ao retornar, sua posição se inverte: ele se faz de ‘espelho’ do passante, identifica-se com ele, escrevendo um relato que preserva o mesmo estilo de livre associação. Já o segundo aceita se instalar no lugar de analista ( $a \rightarrow \$$ ), embora não seja isso o que dele se espera. No seu texto, ele constrói um diagnóstico e isola uma sequência de análise, incluindo a significação do sintoma maníaco enquanto tal. O passador assim ‘denuncia’ as identificações do passante, isolando o significante pelo qual o sujeito se representa no campo do Outro materno. Diante das dificuldades, o Cartel conclui que o ‘luto separador’ do analisando ao analista ainda estava por vir, respondendo contrariamente à nomeação do passante.

A discussão sobre os passadores nos permitiu retirar algumas consequências: a primeira é que uma análise pode ser conduzida a um bom termo, sem, entretanto, demonstrar algo sobre o desejo de analista (lembremos que, no tópico anterior, mencionamos a situação inversa, em que o desejo do analista se manifesta em anterioridade à redução do sintoma). Assim, se o passador não é necessariamente um analista, o que dele se espera é algum nível de deslocamento de sua posição fantasmática, condição fundamental para que o testemunho seja passado adiante: “O que esperamos deles é um testemunho, uma transmissão”(LACAN, 1973/1995, p. 58) A segunda é que o dispositivo do passe incide diretamente sobre a experiência analítica de formação, mesmo para os analisandos que não estão engajados no dispositivo, marcando graus de interferência das Escolas de psicanálise sobre o curso da análise pessoal de seus membros. No caso dos passadores, a incidência da instituição sobre a análise pessoal se mostra mais visível, mas vimos também que a mera oferta do dispositivo modifica as concepções de entrada e de saída de análise. Por fim, para além da análise dos passadores, há fatores contingentes que condicionam a disponibilidades de ‘passar’ o passe: o encontro com o passante, os investimentos transferenciais, a construção singular do caso clínico etc. Fatores esses que não podem ser negligenciados sob o argumento da não interferência da subjetividade do passador no processo de escuta.

### 3.4 Seriar os graus da experiência: o cartel de passe

Para a construção desse tópico, tivemos acesso a vários testemunhos de psicanalistas que foram membros de cartéis e que puderam elaborar algo sobre seus trabalhos. Mas também travamos contato com alguns poucos relatórios de cartéis, os quais eram publicados periodicamente na *Revue La Cause Freudienne*, ao longo da década de 1990. Tais relatórios enfatizavam bastante os detalhes do funcionamento institucional, incluindo dados estatísticos, o que extrapola o objetivo da nossa pesquisa. Portanto, só iremos recorrer a eles na medida em que esclarecem algum ponto sobre a nossa questão concernente à formação de um psicanalista.

Ao analisar os textos sobre os cartéis, pudemos notar que são muitos os trabalhos que discorrem sobre os ganhos terapêuticos de uma análise, mas escassas as elaborações sobre o final de análise e sobre a formação do psicanalista. Esse ponto nos deixou a impressão de que seria uma tarefa mais simples constatar que uma análise existe e que produz efeitos, se comparada ao esclarecimento da passagem do psicanalisando à psicanalista. Vários extratos confirmam tal suspeita: “Los efectos de alivio son fáciles de observar...” (COTTET, 2012, p. 20), diz-nos Serge Cottet, “Pour trop de sujets, le gain thérapeutique certain dont ils témoignaient relevait d’une inscription dans le discours psychanalytique [...]”<sup>39</sup> (LEGUIL, 2002, p. 53), diz-nos o relatório do Cartel A5. Se há um assunto incontestado nas elaborações dos cartéis é o quanto uma psicanálise promove resultados. Os passantes afirmam que suas análises lhes trouxeram benefícios, importantes mudanças subjetivas, alívio do sofrimento psíquico, uma nova escolha amorosa, questões facilmente escutadas pelos passadores e, posteriormente, elaboradas pelos membros dos cartéis. Entretanto, por alguma razão, ficamos sem saber de que maneira o alívio terapêutico se articula à produção de um psicanalista.

Temos, então, um dispositivo institucional que pode atestar, com relativa facilidade, os efeitos de uma psicanálise, espécie de ‘subversão’ do passe originalmente concebido por Lacan, o qual se dispunha a verificar (e autenticar) a passagem à psicanalista. Mas será que podemos utilizar o dispositivo apenas para confirmar a existência de uma análise? Esse problema está no centro do debate na década de 1990 sobre a ‘entrada pelo passe’, no contexto da École de la Cause (ECF).

Em 1990, Miller (2011a) lança a famosa ‘pergunta de Madrid’, por ocasião da fundação da Escola Europeia de Psicanálise: além do acesso à Escola pelo reconhecimento de

---

<sup>39</sup> Proposta de tradução: Para muitos sujeitos, o ganho terapêutico sobre o qual eles testemunham revela uma inscrição no discurso analítico.

um trabalho para com a psicanálise (ao modo da nomeação dos A.M.Es), não seria possível postular uma entrada via dispositivo do passe? Essa proposta não seria uma obrigatoriedade, mas sim uma alternativa àqueles que desejam se engajar na instituição a partir da tarefa do analisando, do percurso de suas análises. Ela também desloca as seleções demasiado ‘acadêmicas’, apoiadas nos textos produzidos pelo candidato, no ‘currículo’ profissional, nas participações das atividades da Escola etc. Miller (2011a, p. 11) assim resume os dois modos de acesso:

Prever dois modos de entrada na Escola deixa a cada um a liberdade de saber se pede sua entrada a partir de seu trabalho feito a favor da causa analítica, ou se quer entrar enquanto analisando, pelo passe, tendo como argumento que está fazendo um trabalho analítico, uma análise.

O acesso à Escola via dispositivo induz, portanto, a uma distinção entre dois tipos de ‘passes’: o primeiro, ‘passe de entrada’, restringe-se a verificar se uma análise está em curso, se produz efeitos, critérios fundamentais à recomendação do nome do candidato ao Conselho; o segundo, ‘passe conclusivo’, compreende a concepção ‘clássica’ do dispositivo: a investigação sobre o final de análise e a autenticação do analista via nomeação de A.E. No entanto, essas distinções não são estanques. Soler (1991/2000, p. 492), à época em que ainda fazia parte da École de la Cause, entrelaça o campo que autentica a existência de uma análise àquele que condiciona a produção de um psicanalista: “Il y a eu de l’analyse, c’est à dire que l’on a vérifié les premiers effets du travail analytique. Et s’il y a eu de l’analyse, Il y a chance pour de l’analyste au moins à venir”.<sup>40</sup>

A autora nos deixa claro que a existência de uma análise não pode ser tomada enquanto garantia de produção do psicanalista: o passe de entrada em nada determina o futuro do passe conclusivo. No entanto, se a análise não é suficiente, pelo menos poderá ela abrir espaço para que uma formação se torne possível. Nada impede a um analisando, que entrou pelo passe, um dia refazer seu pedido, agora com o intuito de verificar os efeitos de final de análise. De modo inverso, diante de uma demanda de ‘passe conclusivo’, o Cartel poderá responder com a indicação do passante à membro da Escola, atestando apenas a existência de uma análise.

A entrada pelo passe, embora relativa a um contexto histórico e institucional bastante restrito, relança a discussão sobre a articulação entre as finalidades de uma análise e a formação do psicanalista. Mas ela também modifica o quadro das demandas endereçadas ao

---

<sup>40</sup> Proposta de tradução: houve análise, isso quer dizer que é possível verificar os primeiros efeitos do trabalho analítico. E se houve análise, há chance de um analista advir.

dispositivo. Se, no início da década de 1990, os pedidos de entrada pelo passe eram bastante tímidos, alcançarão eles a cifra de 90% no ano 2000, nas instituições ligadas à Associação Mundial de Psicanálise (AMP). Assim, o Cartel A5 (1998-2000) da ECF reporta que, dos 38 pedidos de passe, 34 eram de passantes que desejavam entrar na Escola, apenas dois afirmando já ter concluído suas análises e outros dois ainda incertos sobre o assunto. O Cartel A5 nomeou apenas um Analista da Escola (A.E.), indicando outros 14 a membros. Dados que nos indicam o quanto o dispositivo do passe progressivamente se tornou menos um instrumento de investigação sobre a psicanálise que um modo de seleção à serviço da Escola, conforme explicita o próprio relatório:

[...] la passe, comme procédure, risquait de voir se dissoudre son étonnante possibilité d’investigation clinique et se corrompre sa potentialité inégalée de sériation et d’évaluation des niveaux de l’acte analytique”. (LEGUILL, 2002, p. 55).<sup>41</sup>

Diante desses problemas, optamos por não tratar aqui dos textos dos cartéis relativos aos passes de entrada, restringindo-nos apenas às discussões sobre os níveis de seriação da experiência, indicado no extrato acima. O exemplo exposto a seguir foi escolhido por articular os efeitos terapêuticos da psicanálise ao surgimento do desejo do psicanalista, mas em uma perspectiva diferente daquela apresentada pelos testemunhos dos passantes. No lócus estrutural dos cartéis, veremos em que medida o dispositivo do passe contribui para o avanço da teoria da formação do psicanalista, esta que está sempre em vias de se construir.

Esse exemplo se refere ao *Informe Conclusivo do Cartel 2*, publicado na Revista Lacaniana de Psicanálise, em 2012. Esse Cartel fora composto por quatro membros acrescidos de ‘mais um’, conforme a estrutura de funcionamento dos cartéis proposta por Lacan (1964/2003), no ato de fundação da Escola Freudiana de Paris. Sobre o ‘mais um’, é importante lembrar que essa função não se confunde com a do líder, o qual seria responsável por garantir a homogeneidade do grupo. Trata-se aqui de um elemento heterogêneo, encarregado “da seleção, da discussão e do destino a ser reservado ao trabalho de cada um” (LACAN, 1964/2003, p. 235). No Cartel com o qual iremos trabalhar, Miquel Bassols cumpria a função de ‘mais um’. Foram escutadas sete demandas de passe e nomeados dois A.Es.

Discutiremos as elaborações em torno do testemunho de um dos A.Es nomeados pelo Cartel 2. Pelos detalhes fornecidos no texto, é fácil inferir tratar-se do testemunho de

---

<sup>41</sup> Proposta de tradução: O passe, como procedimento, corria o risco de dissolver a sua incrível possibilidade de investigação clínica e de corromper sua potencialidade inegável de seriação e de medição dos níveis do ato analítico.

Angelina Harari, publicado na revista *Latusa*, em 2010. A leitura paralela do testemunho de Harari complementa a interpretação do Cartel de Passe, tornando mais claras suas contribuições teóricas. De fato, a grande maioria dos textos publicados pelos cartéis restringe-se apenas a apresentar as consequências extraídas do testemunho do passante, sem fornecer maiores detalhes sobre os significantes em jogo na construção do sintoma. Como resultado, o leitor que não tem acesso ao testemunho original resta sem compreender de onde surgiram certas conclusões, o que torna alguns textos confusos e obscuros. Para evitar o problema, exporemos brevemente o testemunho de Angelina Harari, a partir do qual trabalharemos a elaboração feita pelo Cartel 2.

Harari (2010) percorreu três experiências de análise com três analistas diferentes, nas quais pôde desenvolver a questão de sua ‘indeterminação’ subjetiva, conforme o termo utilizado por ela. As relações amorosas eram marcadas por um ‘deixar-se levar’ e ‘deixar-se enganar’ pelos parceiros masculinos, sintoma esclarecido a partir de uma fixação precoce da analisanda enquanto objeto de gozo de um primo mais velho. Quanto à escolha dos analistas, ela se mostrava condicionada por um traço de ‘dureza’, significante qualquer da transferência, que desencadeava a suposição de saber. Assim, o primeiro analista era um personagem importante no movimento psicanalítico da IPA, que cumpriu uma função de dissidência no quadro das ditaduras latino-americanas. A segunda era “uma figura feminina dura e forte” (HARARI, 2010, p. 119), que sabia se impor entre os homens do seu círculo institucional. Harari não comenta sobre o terceiro, mas nos dá a entender que fora ele a ‘quebrar’ a série ditada pelo sintoma histórico.

As duas primeiras análises foram igualmente concluídas com a interpretação de um sonho, na qual cada analista atestava o final de análise e o surgimento do desejo do analista. Sem sair de sua posição fantasmática, a analisanda ‘se deixava levar’ pela demanda do Outro, instalando-se no lugar de analista sob o aval das interpretações: “responder à expectativa do Outro foi uma interpretação plantada pelo analista: ‘você é o joker (o curinga) da expectativa do analista’” (HARARI, 2010, p. 118).

O primeiro analista desencadeou uma série de *actings outs*, com efeitos desastrosos para o curso do tratamento. Já o segundo, em uma estratégia de ‘normalizar’ o sentimento de clandestinidade em jogo no desejo histórico, incentivou-a a uma parceria com um amante, casamento que se mostrou igualmente fonte de devastação. Apenas com o terceiro, a analisanda conseguiu deslocar a sua posição de mulher submetida ao gozo do Um, de ‘*todohomem*’, afirmando uma saída para a indeterminação: “minha posição não apontava tanto, como eu acreditava, para aquela que se deixava levar, mas sim para aquela que

ativamente escolhia essa posição” (HARARI, 2010, p. 120). A resposta subjetiva para a questão do feminino compartilha de uma homologia estrutural ao surgimento do desejo de analista, como desejo de obter a diferença. Assim, seu saber-fazer com o sintoma a permitiu estabelecer parcerias diferentes, no campo das relações amorosas, e também na sustentação da escuta clínica.

O Cartel 2 interpretou o testemunho de Harari como uma passagem da necessidade à contingência, trabalho sobre o sintoma que não deixou de ter consequências ao surgimento do desejo do analista. Sob o plano da necessidade, do universal, fora possível isolar a estruturação edípica do desejo histórico, onde A Mulher faz par com o homem perverso, com o ‘todohomem’. Assim, no horizonte do ‘todohomem’, a analisanda apostava existir “al menos uno que vendría a nombrala mujer al cercar su goce ilimitado y poner allí um término” (BASSOLS, 2012, p. 144). É essa estrutura que desencadeia a repetição ditada pela fantasia de ser o objeto rebaixado para o gozo de um homem, fixada na relação com o primo mais velho e reencenada nas parcerias amorosas, depois de adulta.

Esse caso também é esclarecedor sobre o limite da análise de mulheres, discutido por Freud (1937/1996) em *Análise Terminável e Interminável*. Lembremos que Freud dissuadiu os analistas de tentar ‘convencer’ as mulheres da impossibilidade em jogo na reivindicação fálica, sob o argumento de que essa era uma demanda irrealizável. Assim, ao final de análise, o rochedo da castração nelas produziria um sentimento ‘depressivo’, “devido à convicção interna de que a análise não lhe será útil e de que nada pode ser feito para ajudá-la” (FREUD, 1937/1996, p. 269). Mas o fato é que a castração só se coloca enquanto obstáculo incontornável sob a condição dos analistas visarem à normalização do gozo feminino, essa boa saída para o Complexo de Édipo. Fora esse o caso dos dois primeiros analistas, que orientaram suas estratégias em torno do caráter regulador do Édipo.

O Cartel interpreta a posição do primeiro analista como ‘cínica’: ele se instala no lócus do mais-de-gozar, confortando a analisanda em sua posição fantasmática do ‘deixar-se levar’ e do ‘fazer-se ver’. Como consequência, essa análise desencadeou uma série de atuações históricas. Já o segundo analista “dirigió la cura apuntando a la norma a través del cumplimiento de una suerte de ‘légalización’ del deseo, incluso de la pareja com um amante” (BASSOLS, 2012, p. 143). Essa análise deslocou a analisanda de sua própria singularidade, dirigindo-a ao universal da norma, pela via do matrimônio. Já o terceiro analista pôde reintroduzir um fator de contingência no contexto de um universal regido pela norma masculina, pelo ‘todohomem’.

Essa terceira experiência de análise a encaminhou mais além do Édipo, propondo uma saída singular aos paradoxos do gozo feminino. O ato analítico introduziu um ‘antes’ e um ‘depois’, a passagem do ‘objeto de gozo’ para o ‘fazer-se responsável’, indicando que ela não era apenas aquela que se ‘deixava levar’, mas também a que escolhia ativamente a sua posição. Nesse ponto, caiu a identificação a uma mulher forte da família paterna, assim como houve o desinvestimento da cena infantil, responsável por fixar o gozo. O Cartel concluiu que a passagem do necessário ao contingente é, nesse caso, a condição de surgimento do desejo do analista, o qual lhe permitiu “apropriarse del acto por el cual se presta a ocupar el lugar, en el semblante, del objeto causa de deseo para los analizantes” (BASSOLS, 2012, p. 144).

O trabalho do Cartel 2 propôs certo modo de articulação entre os ganhos terapêuticos de uma análise e a produção do desejo do analista. Para ele, o tratamento do sintoma aparece condicionado às coordenadas do romance edípico (necessário), enquanto o desejo do analista se articula ao mais além do Édipo, à singularidade do sintoma histérico (contingente). Temos, aqui, a difusão da ideia de que os efeitos didáticos de uma análise ultrapassam as perspectivas terapêuticas e, por vias distintas, outros testemunhos de cartel se encaminham a essa mesma conclusão. Assim, o relatório do Cartel B4, de 1996 a 1998, também isola as diferenças entre o domínio do necessário, trabalho terapêutico em torno da estrutura edípica, e o campo das contingências, referentes às saídas singulares para o sintoma, no mais além do Édipo:

Ces témoignages s’originent généralement dans une histoire oedipienne, dont les passants ne manquent pas de relever les coordonnés dans le récit de leur roman familial. C’est effectivement dans le cadre de la procédure de la passe qu’on peut le mieux mesurer ce qu’il en est de l’Oedipe et de son au-delà. C’est, ici surtout, que nous rencontrons une sorte de frontière qui fait le partage des eaux, relativement au symptôme, entre analyse thérapeutique et analyse didactique<sup>42</sup> (ATTIÉ, avril/2006, p. 62).

Essas elaborações teóricas dos cartéis estão amparadas nas formulações de Lacan (1975-1976/2007) em torno do conceito de *sinthome*, discutido ao longo do Seminário XXIII. Para tanto, precisamos circunscrever brevemente a distinção entre o sintoma edípico e o *sinthome* de final de análise. Os testemunhos dos passantes nos indicam que o trabalho terapêutico de uma análise incide diretamente sobre a estruturação de linguagem dos sintomas neuróticos, em íntima relação com o Édipo e com a castração. Mas o sintoma pode ser

---

<sup>42</sup> Proposta de tradução: Esses testemunhos se originam geralmente em uma história edípica, na qual os passantes não cessam de revelar as coordenadas no relato de seus romances familiares. É efetivamente no quadro do procedimento do passe que nós podemos mensurar melhor o que é próprio ao Édipo e o que é seu mais além. Aqui, sobretudo, encontramos uma sorte de fronteira que faz a divisão de águas, relativamente ao sintoma, entre análise terapêutica e análise didática.

reduzido a elementos mínimos, impossíveis de serem analisados, que parecem articulados a uma falha ainda mais estrutural do que a castração: trata-se de verificar os modos contingentes de resposta à ausência da relação entre os sexos e à inexistência do Outro do Outro, enquanto garantidor da verdade. Esse seria o domínio do *sinthome*, invenção de uma resposta ao que é da ordem do impossível, à ausência de relação entre os sexos: “Há, portanto, ao mesmo tempo, relação sexual e não há relação sexual. Há relação na medida em que há *sinthoma*, isto é, em que o outro sexo é suportado pelo *sinthoma*” (LACAN, 1975-1976/2007, p. 98). Os efeitos didáticos de uma psicanálise seriam verificados a partir dos destinos que cada analisando confere ao seu *sinthome* particular, em jogo nos laços sociais e também no modo de operar a função analítica.

Poderíamos reler os três testemunhos de passe discutidos no primeiro tópico sob a chave teórica do *sinthome*. Cada um circunscreve uma resposta neurótica à castração do Outro, sintoma edípico, que na entrada em análise torna-se o signo daquilo que não vai bem, do que não funciona para o sujeito. Assim, no nível do sintoma estruturado como linguagem, Mazzuca discorre sobre a tipologia das escolhas amorosas, esclarecida pela identificação fraterna. Dargenton nos fala sobre o sacrifício de gozo ao pai interditor, maneira pela qual ela responde à questão do amor ao pai. Gobert questiona o desejo do Outro primordial, com seu poder de vida e de morte sobre o sujeito. Mas, no campo do *sinthome*, a relação ao Outro se modifica, dando a ver os modos de reparação da falta de relação entre os sexos: no caso de Mazzuca, a tipologia das mulheres se reduz à eleição de ‘uma mulher’, aquela que se conecta ao inconsciente do sujeito; Dargenton cessa de tamponar a falta do Outro pela via do sacrifício, efeito de ‘destruição’, que não deixa de ter relação com sua posição de analista. A análise de Gobert a encaminha ao campo da diferença absoluta, não suportada pelo significante fálico, a qual lhe permite operar no tratamento de pacientes psicóticos. Temos aqui três saídas distintas para o que é da ordem do impossível, isso que Lacan (1975-1976/2007) escreveu utilizando o matema da falta de significante no campo do Outro: ( $\bar{A}$ ). O desenlace lógico de uma análise nos parece lançar então luzes sobre duas questões fundamentais: *o que é um pai?*, ou o tratamento do sintoma pela via do Édipo, e *o que é uma mulher?*, as saídas para o feminino, no além do complexo de Édipo, que nos dão a ver a dimensão do *sinthome*.

É importante não acolhermos essas elaborações de forma estanque, concluindo que a passagem à analista só poderá ser demonstrada no mais além dos fins terapêuticos. Atrelar a formação do analista ao trabalho em torno do sintoma não seria igualmente uma maneira de reavivar um horizonte de normatividade? Em perspectiva contrária, o conceito de *sinthome*



não se submete à lógica da normatividade, nem da adequação, de modo que seria impossível atrelá-lo às finalidades terapêuticas. Conforme veremos na discussão trazida por Geneviève Morel (2008), o *sinthome* está muito mais próximo do que existe de incurável em todo tratamento analítico, insistindo em se transmitir em outras psicanálises.

A autora parte da premissa de que os sintomas neuróticos não desaparecem completamente ao final, reduzindo-se ao *sinthome*: “Dans l’analyse, l’analysant crée donc un nouveau symptôme, un *sinthome*, à partir d’un noyau symptomatique initial, présent à l’entrée de la cure”<sup>43</sup> (MOREL, 2008, p. 173). A sua hipótese é a de que o *sinthome* construído pelo analisando responde ao do próprio analista, sem, no entanto, repetir os mesmos termos.

Há aqui uma proposta de transmissão da psicanálise pela via do prolongamento do *sinthome*: o analisando retoma a carência estrutural do seu psicanalista, modificando-a com seus recursos subjetivos, *sinthome* que o permitirá operar no futuro, com seus próprios analisandos. É preciso esclarecer que a transmissão do *sinthome* analítico não se confunde com as discussões sobre a contratransferência, tampouco se trata de uma crítica ao manejo da técnica. Morel (2008, p. 173) localiza as contribuições do *sinthome* do lado da invenção de uma saída, que não deixa de se articular ao sintoma édípico, mas que o modifica a partir do encontro com um analista: “l’invention d’un *sinthome* à partir d’un symptôme antérieur du sujet, qui prolonge celui de l’analyste ou y répond, sans être le même, par une invention”<sup>44</sup>. Temos, então, mais uma via de investigação sobre as relações entre a finalidade terapêutica de uma análise e a formação de um psicanalista.

Ao longo de seu trabalho como membro do Cartel do passe, Morel pôde escutar vários testemunhos de analisandos de um mesmo analista, o que lhe deu a oportunidade de investigar melhor a hipótese do prolongamento do *sinthome*. O exemplo que discutiremos a seguir demonstra a saída de um analisante psicótico para a falha na inscrição da castração, *sinthome* em consonância com a ‘carência’ do próprio analista. Veremos como o *sinthome* construído em análise é o meio pelo qual o analisando irá operar como analista, na sua prática de escuta.

Jim procura análise aos dezoito anos, após atravessar uma experiência traumática: ele estava diante do público, em uma cena de teatro, e no instante de recitar alguns versos sobre mulheres, nada lhe vem à cabeça. Essa ‘pane’ aparece correlacionada a uma dificuldade em torno das parceiras sexuais: Jim é incapaz de repetir, por duas vezes, uma relação sexual com

<sup>43</sup> Proposta de tradução: na análise, o analisando cria então um novo sintoma, um *sinthome*, a partir de um núcleo sintomático inicial, presente na entrada da cura.

<sup>44</sup> Proposta de tradução: a invenção de um *sinthome* a partir de um sintoma anterior do sujeito, que prolonga aquele do analista ou responde a ele, mas por uma invenção, sem ser o mesmo.

a mesma mulher, situação que lhe faz experimentar vertigem e medo, sempre que a oportunidade se apresenta. Nessa mesma época, ele perde um tio, único homem da família que lhe parece, a seus olhos, ter alguma consistência viril. Esses problemas desencadeiam uma série de sintomas hipocondríacos: Jim pensa bastante na sua morte e na de seus pais, emagrece, sofre de vômitos como a mãe, enxaquecas e assim se decide a ir a um analista.

A entrada em análise é marcada pelo sentimento do ‘feminino em seu corpo’, que, posteriormente, no momento do passe, será interpretado como a consequência de uma identificação à mãe. Durante a primeira experiência, ele se autoriza a começar a receber pacientes, não sem experimentar uma forte sensação de ‘ilegalidade’, por não ter ainda concluído os estudos. Todo o percurso de análise se faz atravessar da invasão de vozes, de caráter alucinatório, em íntima articulação ao contexto transferencial.

Jim escolheu, para analista, um homem que ele considerava extremamente viril. Logo no primeiro encontro, ele esbarra contra esse analista, o que faz com que os óculos do último caiam no chão. Ao apanhá-los, o analista comenta: “vous méritez de vous analyser avec un homme”<sup>45</sup> (MOREL, 2008, p. 177), enfatizando o aspecto imaginário da posição masculina. A partir de então, Jim adquire uma grande consistência viril, apaziguando as dificuldades mais imediatas de sua vida. Mas tal efeito terapêutico não impede o ‘retorno do feminino’ sobre o seu corpo. Em certa altura, Jim protagoniza trocas verbais violentas com seu analista, fazendo com que ele retruque: “ce n’est pas vous qui allez m’apprendre à m’analyser”<sup>46</sup> (MOREL, 2008, p. 177). Ao sair da sessão, já na rua, há um carro de polícia estacionado, com o capô aberto. Ele não resiste em observar o porta-malas, momento em que escuta uma voz alucinatória e feminizante: “*Curioso!*”. Ele se deixa petrificar diante do insulto.

Quando muda de analista e começa seu percurso com P., esse rapaz já se encontra completamente invadido pelas ‘panes’ e pela ‘impotência feminina’. No entanto, as dificuldades em relação às mulheres cedem logo após uma interpretação de P., fazendo com que Jim experimentasse uma ‘*virilité exuberante*’: ele agora repete o ato sexual com uma mesma mulher até a saciedade. P. freia o impulso liberatório da virilidade do seu analisando, assinalando que ‘*nem tudo pode ser dito*’, intervenção que termina por localizá-lo sob um ângulo superegótico. As retificações de P. precipitam atuações, Jim começa a praticar o tiro e a se interessar pelas armas de fogo. O gosto pelas armas é lido por ele como uma resposta à violência do Outro, diante da qual se acovarda.

---

<sup>45</sup> Proposta de tradução: Você mereceria se analisar com um homem.

<sup>46</sup> Proposta de tradução: Não é você quem vai me ensinar a me analisar.

As armas se inserem em uma tradição familiar: o avô paterno possuía um revólver de brinquedo, enquanto o pai portava um calibre 22. Esse pai só sacava a arma a título de ameaça, para fazer com que os credores lhe pagassem as dívidas. Jim o considera um ‘falso’ homem, arruinado e incapaz de sustentar suas próprias convicções. As armas se tornam então um modo de enfrentamento da covardia: fazia-se uso delas para driblar as situações de medo, visando igualmente contornar os efeitos de feminilização sobre o corpo.

Um acontecimento envolvendo P se torna decisivo para o desenlace da análise e a precipitação posterior ao dispositivo do passe. Em uma reunião institucional entre analistas, P empurra um amigo de Jim. Na sessão seguinte, o analisando, furioso e lutando contra sua própria covardia, anuncia que deseja suspender a análise. O analista desmorona: fala por duas ou três horas, com a cabeça baixa, sobre a sua própria vida e sobre os fracassos de sua análise didática. Ele termina por ‘confessar’ que suas dificuldades se relacionam a frequentes transbordamentos passionais.

Para Jim, essa sessão fora crucial, na medida em que desloca a imagem superegógica do seu analista em direção ao lócus do Outro inconsistente, contraditório, dividido. Se antes Jim se encontrava paralisado pela violência do Outro, a partir do ato de seu analista ele consegue superar a ‘covardia’ e responder a ela. As armas se tornam um esporte de lazer. Jim não sente mais a necessidade de entrar em choque fálico com os outros, incluindo-se aí os analisandos. De tal modo, esse *sinthome* produzido em análise é que o permite operar enquanto analista.

O testemunho desse passante deixa para trás alguns restos: no momento em que decide suspender a análise, após o incidente de P. com seu amigo, Jim disse ter escutado uma voz alucinatória dizendo-lhe “*ainda não*” (em francês: *pas encore*). Ele permanece em tratamento apenas por obediência à voz. Dois anos depois, ao se apresentar aos passadores, fora acometido por um tipo de vertigem momentânea: *e se nada me vier à cabeça?*, questão muito semelhante à ‘pane’ da cena de teatro, aos dezoito anos. É possível que a análise não tenha conseguido conter em definitivo a invasão das vozes alucinatórias e nem o ‘pane’ no enfrentamento com o Outro.

O que o Cartel de Passe elabora a partir do testemunho de Jim? Para Morel (2008, p. 178), embora criticável, a ‘confissão’ do analista sobre os seus próprios erros e limites funcionou como um verdadeiro ato analítico: “*la carence et le sinthome de P. ont pris le devant de la scène et ont été les agents véritables de l’acte analytique*”<sup>47</sup>. O ato se apresenta como um divisor de águas, há um antes e um depois, mudança que se verifica tanto em

---

<sup>47</sup> Proposta de tradução: A carência e o sinthome de P. tomaram o primeiro plano da cena e foram os verdadeiros agentes do ato analítico.

relação do sujeito ao sintoma quanto na sua prática de escuta. A partir do laço sintomático inicial, Jim produz um *sinthome*, que responde à carência do analista, mas não pela via da identificação.

Qual é o sintoma edípico de Jim? Morel o define como uma questão em torno da *legitimidade de sua própria inconsistência*, falha comum a todo ser falante, mas que, para esse sujeito, é da ordem do insuportável. A falta-a-ser se mostra impossível de ser subjetivada. A cada vez que ela se apresenta, sob a forma da ‘covardia não viril’, Jim responde com supercompensações fálicas, no uso da violência e das armas. A autora nos lembra de que, no caso da neurose, a lei da inconsistência é dada pela relação com a castração do Outro, a qual permite ao sujeito neurótico lidar com sua própria insuficiência, sem ser por isso obrigado a empunhar um fuzil. Mas, no caso de Jim, não houve a inscrição da castração simbólica. Por essa via, podemos compreender a importância da prova extraída da realidade, da constatação real da insuficiência do analista. É justo esse ponto o responsável por ‘legalizar’ a inconsistência subjetiva do analisando, espécie de lei artificial, que será ‘citada’ tanto na saída para a posição masculina quanto na prática com os analisandos: “remplaçant la loi forclosée de la castration, le *sinthome* regule lês relations de Jim avec lês autres hommes, et aussi avec sés analysants”<sup>48</sup> (MOREL, 2008, p. 179).

Morel (2008) também nos traz extratos clínicos que exemplificam uma transmissão pela via do prolongamento do *sinthome*. Trata-se de dois analisandos de um mesmo analista, os quais reportaram suas análises no dispositivo do passe. O analista conduzia seus tratamentos a partir do *sinthome* de ‘fazer o bom pai’, que produziu ressonâncias diferenciadas num caso e noutro. Para o primeiro analisando, um neurótico obsessivo, M.X. (nome do analista) jogava a função do pai imaginário, capaz de autenticar o reconhecimento do analisando no meio analítico e de assim desfazer os efeitos de impostura. Para o segundo, M.X. ocupou o lugar do pai simbólico, substituindo o lugar vazio deixado pelo pai real do sujeito. Esse analisando, nomeado de Jules, construiu um *sinthome* em torno da filiação a partir da tradição judia, interpretando a castração em termos de letra. Desse modo, a análise orientada pela ‘letra’ será o operador da passagem do analisando à posição de analista, permitindo-o agora conduzir outras análises, como a de Éve, que também ofereceu seu testemunho ao dispositivo do passe. De Jules para Éve, há a construção de um novo *sinthome*, que não repete os mesmos termos, mas não deixa de ter relação com o início da série, o *sinthome* de M.X.

---

<sup>48</sup> Proposta de tradução: Substituindo a lei forcluída da castração, o *sinthome* regula as relações de Jim com os outros homens e também com seus analisandos.

É interessante observar que a transmissão pela via do *sinthome* não é da mesma ordem da transmissão genealógica: a ideia de prolongamento não se confunde com a de identificação. No primeiro caso, não há a conservação do traço, o *sinthome* do analista se mostra inteiramente distinto daquele produzido pelo analisando. Já na vertente da identificação, tão enfatizada pelos analistas pós-freudianos, a transmissão genealógica se expressa em seu aspecto mais conservador: os resíduos do investimento no analista são erigidos no eu do analisando. Por essa via, o analista se torna o parâmetro da formação, há aqui uma perspectiva normativa, que não se coloca em jogo no prolongamento do *sinthome*.

Ao longo desse capítulo, os testemunhos apresentados demonstraram várias possibilidades de articulação entre a experiência de análise, a formação do analista e o dispositivo institucional, que nos deslocaram de qualquer perspectiva linear ou teleológica. Mas, ao tratar da passagem à posição analítica, os testemunhos de passe também voltaram a nossa atenção para o modo pelo qual uma psicanálise opera, marcando os pontos de incidência do ato analítico e a sustentação do desejo do analista, para além da contratransferência. Na exposição dos testemunhos, não tivemos oportunidade de aprofundar os conceitos, a apresentação dos fenômenos comportou certo grau de indefinição teórica, dificuldade mencionada por Freud (1915/2004, p. 145), na clássica introdução do texto sobre as pulsões:

No princípio, as ideias devem conter certo grau de indefinição, e ainda não é possível pensar em uma delimitação clara de seu conteúdo. Enquanto elas permanecem nesse estado, podemos concordar sobre o seu significado remetendo-nos repetidamente ao material experiencial a partir do qual aparentemente foram derivadas.

No capítulo seguinte, propomos retomar as contribuições de Freud e de Lacan sobre os conceitos de contratransferência, de desejo do analista e de ato analítico, mas agora os relendo sob a perspectiva dos testemunhos de passe. Esse movimento de ida e de retorno entre a elaboração teórica e o campo da experiência nos parece fundamental ao avanço da pesquisa em psicanálise, dando-nos os instrumentos necessários a uma reflexão mais ampla sobre as questões que cercam a formação do analista em nosso tempo.

#### **4 OPERADORES DO TRATAMENTO: A CONTRATRANSFERÊNCIA, O DESEJO DO ANALISTA E O ATO ANALÍTICO**

Historicamente, um dos problemas mais fundamentais relacionados à formação do psicanalista se refere à verificação de como um analista ‘recém-formado’, saído de sua análise didática, torna-se capaz de conduzir o tratamento para outros analisandos. O esforço crescente de regulamentação da psicanálise não teria outro objetivo senão o de garantir a qualificação de jovens analistas, preservando os futuros analisandos dos efeitos desastrosos de análises malconduzidas, os quais, em última instância, terminariam por levar ao descrédito não apenas o analista, mas a instituição e a própria psicanálise. Com esse espírito de qualificação, o Instituto de Berlim propôs o primeiro modelo sistemático de formação do psicanalista, concretizado por Karl Abraham e Max Eitingon, a partir de 1920.

Para quem desejasse se tornar analista, o Instituto ministrava um ensino teórico, de caráter obrigatório, com duração de um ano. Além dos seminários, a instituição se articulava a uma policlínica, aberta a receber o grande público, para o qual eram dispensados tratamentos gratuitos ou a preços módicos. O candidato que se submetesse por seis meses a uma análise didática, ao final, estaria apto a receber os primeiros pacientes, selecionados dentre os casos mais ‘leves’ da policlínica. Esse início da prática se fazia acompanhar de perto por uma análise de controle, ou supervisão, onde o jovem analista prestaria contas do seu trabalho a analistas mais experientes. Nesse primeiro modelo, já se encontrava presente o ‘tripé de formação do psicanalista’, constituído pela análise pessoal, pelo ensino teórico e pela supervisão.

A partir de 1930, o sistema de formação se tornou cada vez mais rígido, principalmente em relação ao processo seletivo dos candidatos. Não mais eram aceitos neuróticos graves, fazendo-se desejáveis atributos nunca bem definidos, como traços de caráter e de personalidade. Após uma análise didática de um ano, os resultados eram levados ao julgamento de um Conselho, responsável por determinar o momento oportuno para o início da prática. Vale acrescentar que os candidatos não eram livres na escolha de seus analistas, deveriam fazê-lo dentre os didatas habilitados e reconhecidos pela Comissão de Formação, os quais integravam uma lista.

Logo, esse conjunto de regras serviu de modelo às normas internacionais, regendo as sociedades locais e os analistas independentes: “na base dessa empreitada, estava a ideia de que era necessário estabelecer condições idênticas de formação a que todos os psicanalistas deveriam se submeter” (MILLOT, 2006, p. 34). Mas, como acreditar que a crescente

regulamentação da psicanálise soluciona o problema da qualificação do psicanalista? E seria mesmo desejável a imposição de regras comuns, com o pretexto de garantir a excelência e homogeneidade da formação do psicanalista?

Na contrapartida da institucionalização, a década de 1950 fora assolada pela suspeita de que existiam falhas no sistema de formação, imputadas principalmente às análises didáticas, cujos pontos cegos, acreditava-se, retornavam inadvertidamente nas análises terapêuticas empreendidas *a posteriori*. Curioso observar que, tanto mais as análises didáticas demonstravam suas falhas, mais a IPA respondia pela via do regulamento, esticando o tempo de duração das análises e controlando progressivamente a prática dos candidatos pela via da supervisão. Essa crise no sistema de formação fez com que Balint (1953) denunciasse um verdadeiro paradoxo, surgido a partir da década de 1930: concluídas as obrigações com a análise didática, os analistas não raro buscavam uma análise pós-didática (em inglês: *post-training analysis*), esta última um ‘assunto privado’, livre das interferências institucionais. Desse modo, a procura de uma análise após a formação ‘oficial’ sinalizava sutilmente a insuficiência desta, sua incapacidade de qualificar os analistas iniciantes:

The post-training analysis is either a continuation of the newly graduated analyst, i.e, a public affair, or the newly graduated analyst is still in need of analytic help in which case both the original selection procedure and the recent graduation come under suspicion of not have been quite adequate. (BALINT, 1953, p. 158).<sup>49</sup>

Podemos observar (ainda em nossos dias) que onde há um apelo crescente a estatutos, regimentos, leis e demais artifícios de regulamentação da prática do psicanalista, há também um desconhecimento fundamental acerca dos operadores que envolvem essa prática. As instituições de psicanálise, mesmo as de tradição lacaniana, não estão livres da produção desse verdadeiro ‘sintoma’ da formação do psicanalista, em que as recomendações de análise e de supervisão se tornam progressivamente respostas rígidas, cristalizadas, sempre que se avizinha um mal-estar relacionado à falta de garantia sobre os resultados de uma psicanálise. Desse modo, “o dogmatismo apela para uma estrutura institucional autoritária e que o benefício dessa estrutura leva a proteger a ignorância” (SAFOUAN, 1985, p. 23). Mas, para além dos regulamentos, o que faz com que uma psicanálise produza efeitos didáticos, de formação de um psicanalista? Em outros termos, como opera um psicanalista na direção do tratamento?

---

<sup>49</sup> Proposta de tradução: Ou a análise pós-didática é uma continuação da formação do analista recém graduado, ou seja, uma questão pública, ou o analista recém graduado ainda necessita de ajuda analítica, caso em que tanto o procedimento original de seleção quanto a recente graduação caem sob a suspeita de não terem sido suficientemente adequadas.

Tratando dessas questões, Lacan (1958/1998) nos indica que os psicanalistas pós-freudianos localizaram os princípios de sua ação no domínio do ‘ser’, concedendo especial importância à pessoa do analista na direção das análises. O problema do ‘ser do analista’ substancializou a função da transferência, fazendo-a, literalmente, ganhar corpo, conferindo peso à presença real do analista diante do seu analisando. Lacan (1958/1998) dá um exemplo muito ilustrativo dessa presença ‘pesada’ e ‘onipotente’ do analista no curso da análise: o caso de um paciente que sentiu o ‘odor’ do seu analista, fenômeno interpretado pelo último como uma saída ‘exitosa’ da transferência. Na perspectiva ‘olfativa’, o analista estava por todos os lados, presença contínua e impossível de ser descartada que, como bem lembra Lacan, reduziu à zero a distância entre analisando e analista, dessa vez no real. Assim, a crítica de Lacan (1958/1998) à noção de contratransferência se articula intimamente aos impasses que essa substancialização da transferência produz à direção da cura. Para ele, a contratransferência não passa de uma resposta à transferência, mas não uma resposta qualquer: ela indica o uso inconveniente do poder imputado ao analista, que culmina na tentativa de satisfação da demanda neurótica.

O título desse capítulo inclui a contratransferência como um dos operadores da direção do tratamento, muito embora Lacan (1958/1998) nos deixe claro que o ser do analista não dirige o tratamento, mas antes dirige o paciente. Por que, então, fizemos essa escolha, aparentemente contrária às indicações dadas por Lacan? Em primeiro lugar, porque existe toda uma literatura analítica, impossível de ser negligenciada, que faz uso da contratransferência em benefício da técnica. Como veremos, sob essa perspectiva, as manifestações do ser do analista são úteis ao tratamento, podem ser reintegradas à transferência, contribuindo para ampliar a percepção do analisando sobre a realidade. Mas essa não é a única justificativa: é a partir da contratransferência que Lacan (1958/1998) chega ao operador por excelência do tratamento, o desejo do analista. Há, portanto, uma articulação entre a contratransferência e o desejo do analista, a primeira relacionada ao ‘ser’ e o segundo, em contraponto, assinalando a dimensão da ‘falta-a-ser’.

No tópico seguinte, iremos nos aprofundar na especificidade da resposta contratransferencial, mas, por enquanto, cabe introduzir o problema da articulação entre a resposta e a demanda, eixo a partir do qual se centra a crítica lacaniana. As manifestações do ser do analista encerram o tratamento em uma perspectiva dual, imaginária, e tudo se passa como se existisse uma complementaridade entre o que um pede e o que outro tem a oferecer. A substância transferencial se torna uma ‘oferta’ do analista em preencher o furo instaurado pela demanda, gratificando ou frustrando o analisando, e assim operando pela via da sugestão:



“quer se pretenda frustradora ou gratificante, toda a resposta à demanda na análise conduz a transferência à sugestão” (LACAN, 1958/1998, p. 641). Para sair desse impasse, Lacan propôs recuperar a dimensão simbólica da função analítica, fazendo, do analista, o portador da fala do analisando. A condição para tanto é que ele se esvazie de substância, “o i(a) do analista deve se comportar como um morto” (LACAN, 1960-1961/1992, p.189), diz-nos. Assim, operando com sua ‘falta-a-ser’, o analista abre mão do uso do poder transferencial, abstendo-se de impor sua opinião e o seus preconceitos sobre o analisando.

Na sequência, veremos que a distinção entre a contratransferência e o desejo do analista pode ser referida à dimensão da verdade como causa, a primeira relacionada à causa eficiente e a segunda à causa material. Por fim, trataremos das relações entre o ato analítico e a transferência, recorrendo aos testemunhos de passe sempre que necessário.

#### **4.1 A contratransferência e a causa eficiente**

Em Freud, as discussões sobre a contratransferência, além de serem escassas, estão carregadas de contradições. Em 1910, no artigo sobre as perspectivas futuras do tratamento analítico, Freud (1910/1996, p. 150) define a contratransferência como “resultado da influência do paciente sobre os sentimentos inconscientes [do analista]”, levando-nos a crer que as interferências do inconsciente do analista devem sempre ser recebidas com suspeita, cabendo, a ele, reconhecer a contratransferência e dominá-la antes que traga prejuízos à análise. Mas, apenas dois anos depois, nas suas recomendações aos médicos que exercem a psicanálise, Freud (1912/1996) incentiva os analistas a confiarem no seu inconsciente, sem se preocuparem em selecionar o material trazido pelo analisando, seja por meio de notas ou do esforço de memória. Sob a regência da atenção flutuante, o analista “deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente” (p. 129). Diante disso, como é possível, ao mesmo tempo, confiar no inconsciente e ainda assim sustentar uma atitude de suspeita quanto à sua manifestação ao longo da análise? Parece haver, aqui, um tipo de causalidade entre o inconsciente do analista e a condução do tratamento de ordem obscura e enigmática.

Tradicionalmente, as discussões sobre a contratransferência em Freud trazem à tona recomendações quanto ao envolvimento dos analistas na demanda de amor de seus analisandos. Para citar apenas um exemplo, Patrick Guyomard (2011) remete o nascimento do conceito ao contexto das cartas trocadas entre Freud e Jung em 1909, durante o famoso *affaire* com Sabrina Spielrein. As cartas teriam por intuito auxiliar Jung no reconhecimento da

contratransferência, com o fim de sobrepujá-la. Assim, em 07 de junho de 1909, Freud escreve a Jung: “[...] on devient maître du contre-transfert dans lequel on est tout de même chaque fois placé, et on apprend à déplacer ses propres affects et a les placer correctement”<sup>50</sup> (FREUD *apud* GUYOMARD, 2011, p. 24), e essa fora a primeira aparição do conceito no texto freudiano. Mas, para além do controle do inconsciente do analista, há ainda um aspecto pouco comentado sobre a contratransferência em Freud: ela coloca em jogo um operador ‘mágico’ do tratamento, cujos efeitos extrapolam o habitual manejo da transferência.

Nessa perspectiva, é possível demonstrar que Freud trata com muito mais sofisticação a contratransferência em seus textos sobre o ocultismo do que nos artigos dedicados à técnica analítica. Em 1932, ele nos descreve um exemplo incontestado de contratransferência, mas articulando-a ao domínio da transferência... de pensamentos (!). Trata-se do caso de um analisando, Herr P., que aparentemente é sensível às preocupações de Freud, seu analista, com assuntos externos ao dispositivo analítico.

Ao longo da Primeira Guerra, os analisandos estrangeiros, que compunham boa parte da clientela de Freud, não podiam se deslocar à Viena, fato que constituiu grande golpe à clínica freudiana, que se encontrava praticamente esvaziada. Foi nesse contexto de pós-guerra que Freud recebeu em análise um homem inteligente, de cerca de quarenta e cinco anos, com dificuldades no relacionamento com as mulheres. Freud (1932/1996) não acreditava que o tratamento de Herr P. pudesse dar resultados, mas aceitou escutá-lo com a condição de que a análise se interrompesse tão logo os analisandos estrangeiros retornassem à Viena.

Certo dia, pouco antes do horário de atendimento de Herr P., Freud recebera um cartão de visitas do Dr. David Forsyth, quem acabara de chegar de Londres. Curiosamente, durante a sessão, as associações de Herr P. giraram em torno do nome ‘Forsyth’, sem que o analisando tivesse qualquer conhecimento do cartão de visitas. Assim, Herr P. contou sobre o intento em manter relações sexuais com a namorada, a qual, diante dos impedimentos do parceiro, resolvera apelidá-lo de ‘Herr Von Vorsicht’ (Senhor Cuidado), palavra homófona a ‘Forsyth’. Mais intrigante ainda, algumas semanas antes, Herr P., que gostava muito de literatura inglesa, havia presenteado Freud com um romance de Galsworthy, cujo enredo se refere a uma família de nome ‘Forsyte’. Diante dos fatos, Freud (1932/1996, p. 55) conclui:

---

<sup>50</sup> Proposta de tradução: Devemos dominar a contratransferência na qual nos instalamos a cada vez, e aprendemos a desinstalar os seus afetos, reposicionando-os corretamente.

P. realmente selecionara de suas preocupações pessoais exatamente o nome que, ao mesmo tempo ocupava meus pensamentos, como resultado de uma ocorrência da qual ele não tinha conhecimento.

Freud dá ainda outros exemplos da sensibilidade do analisando em detectar distrações suas com assuntos outros que não a fala: Herr P. ‘acertou’ incidentalmente o título de um livro de Ernest Jones e o nome do Dr. Anton Von Freund, ambos exemplos envolvendo amigos e analisandos de Freud que estavam de passagem por Viena. Mas o que se põe em jogo nesse enigmático fenômeno da transferência de pensamento entre analista e analisando?

Desde o início, é possível verificar o recuo de Freud em seguir com o tratamento de Herr P., condenando o fracasso da análise já nas primeiras sessões e condicionando-a à chegada dos analisandos estrangeiros. Nesse caso, não sabemos exatamente o que opera na direção do tratamento, qual o desejo que sustenta a escuta de Freud. De modo enigmático, o inconsciente do analista se manifesta nas associações do analisando, exemplo de contratransferência. Mas, ao invés de aquiescer ao desejo de interrupção de Freud, Herr P. reage impondo o seu próprio, o de se fazer escutar apesar do analista. Tudo se passa como se Herr P. dissesse a Freud:

Para mim é doloroso que os pensamentos do senhor se ocupem tão intensamente com essa nova chegada. Volte para mim; afinal, eu também sou um Forsyth – embora, é verdade, eu seja apenas um Herr Von Vorsicht, como diz a namorada (FREUD, 1932/1996, p. 57).

Os fenômenos telepáticos estão relacionados a um modo muito peculiar de transmissão da mensagem inconsciente, a qual insiste em se dizer pela boca do outro, por vias distorcidas. Em uma carta endereçada a Freud (agosto de 1910), Ferenczi nos traz vários extratos nos quais os seus pensamentos foram expressos pelas associações de um analisando, um rapaz homossexual, com fortes resistências e uma transferência difícil de manejar. Em dada ocasião, o analisado, ao se deitar no divã, levanta-se de um pulo, dizendo-lhe: “Quantos vermezinhas o senhor tem no divã! Uma infinidade!” (FREUD; FERENCZI, 1908-1911/1994, p. 265). Nesse mesmo dia, Ferenczi havia mantido relações sexuais com uma moça que costumava chamar os espermatozoides de ‘vermezinhas’. Durante a sessão, surgiu, ao analista, a ideia de que “não seria direito empregar a mesma cama para o trabalho e para as atividades amorosas” (FREUD; FERENCZI, 1908-1911/1994, p. 265), pensamento que ganhou expressão distorcida nas palavras do analisando, como um corpo estranho, aparentemente desarticulado ao texto da análise. Essa inusitada interferência do inconsciente

do analista se torna menos obscura se a considerarmos no contexto da definição freudiana dos fenômenos telepáticos:

[...] um desejo extraordinariamente poderoso, abrigado por determinada pessoa e colocado numa relação especial com sua consciência, conseguiu, com o auxílio de uma segunda pessoa, encontrar expressão consciente sob forma ligeiramente disfarçada, tal como a extremidade sensível do espectro se revela aos sentidos, em uma chapa sensível à luz, como uma extensão colorida. (FREUD, 1922/1996, p. 196).

A contratransferência, quando articulada à transferência de pensamentos, refere-se à localização da verdade do lado do analista, sob a forma de um desejo extraordinariamente poderoso, capaz de se fazer ouvir a qualquer custo, e por isso encontrando expressão no texto do analisando. Ao discutir as quatro causas aristotélicas, Lacan (1965/1998) demonstra que a localização da verdade do lado do agente é a operação própria ao discurso mágico, em que a verdade funciona como causa eficiente do processo terapêutico. O exemplo do xamanismo, evocado por Lévi-Strauss (1949/2003), bem ilustra esse fato. O xamã trata o corpo da mulher como um significante, que responde diretamente aos significantes do encantamento por ele entoado. A eficácia simbólica se deve à integração no quadro mítico de algo não formulado em palavras, a dificuldade do parto, que é encenada na trama do encantamento, no conflito do xamã com os maus espíritos.

Desse modo, a magia supõe “o significante respondendo como tal ao significante. O significante da natureza é evocado pelo significante do encantamento” (LACAN, 1965/1998, p. 885), e não seria exatamente essa mesma estrutura operatória em jogo nos fenômenos de transferência de pensamentos? Nesse caso, o analista toma um extrato das associações do analisando como um significante, o qual responde diretamente à sua própria cadeia significante, aos seus pensamentos inconscientes. Mas, aqui, a relação do feiticeiro com o doente se inverte: contrariamente ao xamanismo - em que o doente sofre do que não é formulado, enquanto o xamã opera o mito - na contratransferência, é o analista quem sofre de um ponto cego, destinado a reaparecer no mito individual do neurótico. A contratransferência induz a uma confusão de tarefas entre analista e analisando, a ponto de não mais sabermos o que (ou quem) está operando na direção da cura. Nessa perspectiva, só temos acesso aos efeitos obscuros que se articulam à dimensão da causa eficiente.

Essa mesma estrutura do significante respondendo ao significante pode ser localizada nos diversos exemplos de contratransferência dados pelos psicanalistas pós-freudianos. Na década de 1950, a contratransferência era comumente integrada à ideia de ‘reação’, de

‘resposta’ do analista a certos aspectos da transferência do analisando. Nesse contexto, M. Gitelson (1952, p. 6) nos apresenta a seguinte definição do conceito: “The counter-transferences comprise the analyst’s reaction to 1. The patient’s transference, 2. The material that patient brings in, and 3. The reactions of the patient to the analyst as a person”.<sup>51</sup>

Gitelson nos traz um exemplo de um analisando que comenta, logo no início da sessão, o quanto o seu analista parecia cansado, muito embora ele, o analista, não tivesse qualquer consciência disso. Nesse mesmo dia, Gitelson reage com irritação ao pedido do analisando de mudança de horário. Na sessão seguinte, ele associa a sua reação a um contexto externo à análise, relacionado a um episódio ocorrido na universidade, em que os estudantes chegaram tarde ao encontro de supervisão. Desse modo, o material trazido pelo analisando torna-se o significante que responde à cadeia significante do analista, ao cansaço e à irritação em estado não formulado. Tão logo Gitelson localiza a contratransferência, apressa-se em anunciá-la ao analisando, com o intuito de utilizá-la na direção do tratamento. Assim, na análise da contratransferência, cabe ao analista “reintegrate his position as an analyst and regain a position from which he can utilize the interfering factor for the purpose of analysing the patient’s exploitation of it”<sup>52</sup> (GITELSON, 1952, p. 7).

Parece-nos claro o quanto o conceito de contratransferência responde aos problemas relacionados à qualificação do psicanalista a partir de suas análises didáticas. Se as análises didáticas são sempre intermináveis, conforme bem apontou Freud (1937/1996), então, podemos esperar que o que não foi devidamente analisado retorne, de maneira inoportuna, na transferência com um analisando. O testemunho de Gabriela Dargenton (2003b), discutido no capítulo anterior, à primeira vista, leva-nos a esse mesmo raciocínio: o ideal da boa interpretação, erigido a partir da sua análise pessoal, ressurgiu sob a forma de uma enxurrada de proposições edípicas, na análise que ela empreende com a paciente psicótica. De fato, quanto mais desafiador o caso clínico, maior a possibilidade de se fazerem presentes os limites da escuta de um analista. Desse modo, seguindo o raciocínio dos analistas pós-freudianos, para que a contratransferência não se torne obstáculo à transferência, será preciso localizá-la, utilizando-a em benefício da técnica.

Essa é a proposta de Margaret Little (1957), no famoso artigo “*R – The Analyst Total Response to his Patient’s Needs*”, o qual fora comentado por Lacan (1962-1963/2005) no seminário *A Angústia*. A discussão de Little gira em torno dos chamados ‘casos limites’, de

<sup>51</sup> Proposta de tradução: as contratransferências englobam a reação do analista a 1. Transferência do paciente, 2. O material trazido pelo paciente, 3. As reações do paciente à pessoa do analista.

<sup>52</sup> Proposta de tradução: reintegrar sua posição como analista e recuperar uma posição a partir da qual ele pode utilizar o fator de interferência com o propósito de analisar a exploração que o paciente faz desse fator.

psicose e de neuroses de caráter, em que a interpretação da transferência não parece surtir qualquer tipo de efeito. Lembramos que, na tradição teórica kleiniana, a transferência segue um curso ‘natural’, de reprodução das primitivas relações de objeto esquizo-paranóides e depressivas, nessa mesma ordem. Enquanto artifício técnico, a interpretação da transferência retifica as fantasias do analisando, remetendo-as ao contexto dessas experiências primitivas, como bem sinaliza a definição dada por Paula Heimman (1956, p. 307): “It is the transference interpretation which fully re-instates the past in the present and makes it accessible to the patient’s ego”.<sup>53</sup>

A condição para a boa interpretação da transferência é que o analista opere como um ‘ego suplementar’ (HEIMMAN, 1956) do analisando, duplo especular investido de neutralidade, que não interfere no caminho natural da transferência. Mas a fachada de neutralidade do analista parece cair por terra diante dos casos limites, em que falhas no processo de simbolização tornam inviáveis as interpretações transferenciais. Para Little, é isso que justifica o artifício da ‘resposta total do analista’ (‘R’) diante das necessidades de pacientes gravemente prejudicados em sua capacidade de simbolização.

A resposta total engloba o ‘todo’ das atitudes do analista, tudo o que ele diz, pensa, imagina, sente em relação ao analisando, seja de ordem consciente ou inconsciente. Assim, o ‘R’ se torna mais extenso do que o conceito de contratransferência, esse último definido pela autora como “repressed elements, hitherto unanalysed, in the analyst himself which attach to the patient in the same way as the patient ‘transfers’ to the analyst affect”<sup>54</sup> (LITTLE, 1957, p. 240). Little chama a responsabilidade do analista por qualquer resposta dada em análise, “For the whole of his response to his patient’s needs the analyst’s responsibility is 100%”<sup>55</sup> (LITTLE, 1957 p. 241), e até aqui estamos de acordo com o seu raciocínio. O grande problema se refere ao conteúdo da resposta, a qual deverá necessariamente implicar uma “affirmation of the analyst’s self as a person”<sup>56</sup>, localizando o operador do tratamento do lado do ser do analista.

Qual é o limite da responsabilidade assumida por um analista? Little nos diz que, no caso de pacientes neuróticos, boa porcentagem dessa responsabilidade pode ser delegada ao próprio sujeito, muito embora a decisão sobre o *quantum* fique a cargo do analista. Para os

<sup>53</sup> Proposta de tradução: É a interpretação da transferência que reintroduz completamente o passado no presente, e o torna acessível ao ego do paciente.

<sup>54</sup> Proposta de tradução: elementos reprimidos, até então não analisados, presentes no analista os quais são atribuídos ao paciente no mesmo sentido que o paciente ‘transfere’ afeto ao analista.

<sup>55</sup> Proposta de tradução: A responsabilidade do analista é 100% para o conjunto de sua resposta às necessidades do paciente.

<sup>56</sup> Proposta de tradução: afirmação do self do analista como uma pessoa.

pacientes psicóticos, a responsabilidade será distribuída com a família e com o sistema de saúde. Mas, com relação aos casos limites, de neuroses de caráter e de “*bordeline psychotics*”, a decisão de ‘para quem’ destinar a responsabilidade se torna particularmente difícil. Há, aqui, uma gradação do comprometimento do analista, de 100% até o ‘tirar completamente o corpo fora’ diante das dificuldades postas pela transferência.

Lacan (1962-1963/2005) nos adverte sobre o caráter problemático dessa classificação nosográfica dos *boderlines* e das patologias do caráter, que coloca em jogo uma tipologia do sujeito, quando, para ele, o que está de fato em questão é o campo nunca bem definido do *acting out*. Reformulando a nossa pergunta, qual é a responsabilidade do analista diante das atuações do seu analisando? Para Lacan, o *acting out* sempre se dirige ao Outro, e como, em análise, o analista ocupa o lugar do Outro imputado pela transferência, não há como se furtar à responsabilidade: “afinal, ele [o analista] tem responsabilidade que cabe ao lugar que concordou ocupar” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 142). No entanto, essa responsabilidade na direção da cura não se confunde com a implicação da pessoa do analista na direção, não do tratamento, mas do próprio analisando. Nesse último caso, o analista funciona como um “*guia moral*”, para usar a expressão de Lacan (1958/1998), dirigindo a consciência do analisando no sentido que mais se aproxima de suas próprias crenças e valores.

No artigo de Little, a discussão sobre a responsabilidade sinaliza o embaraço da analista em manejar a transferência de um caso difícil, relacionado a uma paciente cleptomaníaca. Frieda, a dita paciente, fora encaminhada a ela por uma psiquiatra, após alguns episódios de furto. A descrição geral do caso indica que essa analisanda, de família judia, atravessou uma infância difícil na Alemanha, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Ambos os pais eram abusivos: a mãe a obrigava a cuidar dos irmãos menores e aplicava castigos bastante severos quando ela desobedecia; o pai fazia vistas grossas à violência materna, deixando Frieda desamparada diante de uma mãe psicotizante, que tomava o corpo de suas crianças como uma extensão de si. Esse pai era um homem brilhante, porém egoísta e megalomaníaco, traços que, segundo a autora, contribuíram para a sua morte no campo de concentração. A mãe sobreviveu à guerra, mas Frieda jamais teve êxito em fazer o luto pela morte do pai.

Little admite que os primeiros sete anos de análise foram marcados por um grande repertório de interpretações transferenciais, as quais fracassaram em mobilizar minimamente as defesas da analisanda: “her emotional attachment to her mother was unchanged, and her

mourning for her father never reached”<sup>57</sup> (LITTLE, 1957, p. 247). Até que, um dia, Frieda chega à análise inteiramente vestida de preto, com o rosto inchado e chorando muito: tinha acabado de receber a notícia do falecimento de sua amiga Ilse, que morava na Alemanha. Por cinco semanas, esse estado de angústia permaneceu inalterado. Ela não comia, não dormia, espalhava fotos de Ilse por todos os cantos da casa e acreditava ver o espectro da amiga nas ruas. Encontrava-se inteiramente fora de contato com a família, com os amigos e também com a analista. Como de hábito, Little dispôs de seu leque de interpretações transferenciais:

I showed her her guilty about Ilse’s death, her anger with her, and fear of her; I showed her that she felt that Ilse had been stolen from her by me; that she was reproaching the world, her family, and me; that she wanted me to understand her grief as Ilse had understood her childhood unhappiness, and to sympathize with her. (LITTLE, 1957, p. 247).<sup>58</sup>

Nada do que a analista dissesse parecia surtir efeito. Frieda se encontrava à beira do colapso, com o risco de morrer de fome e de exaustão. Essas atuações suicidas não eram raras no contexto do tratamento: certa feita, no caminho de casa para a análise, Frieda se envolveu em um grave acidente de carro, escapando por um milagre com vida. A analista outra vez a surpreendeu dirigindo, nas proximidades da sua casa, por cima da calçada de pedestres, ultrapassando loucamente os carros, colocando a todos em perigo, gerando reclamações dos vizinhos. Assim como os furtos, os *acting out* suicidas costumavam surgir em momentos de tensão, principalmente quando a mãe ia visitá-la em casa.

Impotente diante de um luto cada vez mais acentuado, a analista lança sua última e desesperada cartada: diz à Frieda o quanto aquela tristeza é dolorosa, não apenas para ela e para a sua família, mas também para a sua analista. Acrescentou que ninguém podia suportar permanecer ao seu lado sem se sentir profundamente afetado por aquele estado de dor e de luto: “I felt sorrow with her, and for her, in her loss”<sup>59</sup> (LITTLE, 1957 p. 247), diz-nos Little. A confissão da angústia da analista surtiu um efeito imediato: na mesma sessão, Frieda se tornou mais calma, chorando de maneira ordinária, menos triste. Nas semanas seguintes, retomou o cuidado com os filhos e o contato com a família e com os amigos. Mais interessante ainda: as interpretações da transferência, que até então passavam ao largo, agora

---

<sup>57</sup> Proposta de tradução: sua ligação emocional com a mãe permanecia inalterada e o luto pelo pai não foi alcançado.

<sup>58</sup> Proposta de tradução: mostrei a ela seu sentimento de culpa pela morte de Ilse; a raiva que tinha dela e também o medo; mostrei que ela sentia que Ilse tinha sido roubada por mim; que ela estava repreendendo o mundo, a família e a mim; que ela queria que eu entendesse a sua dor como Ilse havia entendido a sua infância infeliz, que assim eu simpatizaria com ela.

<sup>59</sup> Proposta de tradução: Eu senti o pesar com ela e por ela, em sua perda.



assumiam um sentido: “I remember you saying many times... now I understand It”<sup>60</sup> (p. 248), afirma Frieda.

Por que essa intervenção, em específico, produziu um efeito sobre o estado de luto da analisanda? Qual foi o operador responsável por tornar Frieda sensível às demais interpretações de sua analista?

Little credita o sucesso de sua intervenção à manifestação do analista como uma pessoa real, provida de sentimentos e capaz de reagir. A resposta total do analista seria uma estratégia técnica mais pulsional que a interpretação, onde a presença real corrige diretamente as falhas no processo de simbolização, preparando o eu do analisando às futuras interpretações da transferência. Mais uma vez, a causa é vislumbrada a partir da eficácia imediata dos resultados, discurso mágico, em que se observa um paralelismo entre a operação e o efeito de estrutura. Inversamente, o discurso analítico implica a primazia dos efeitos, dados pelo significante, que só retroativamente nos fazem vislumbrar a dimensão da causa... do desejo. Antes de entrarmos nesse assunto, percorreremos brevemente a leitura lacaniana do caso tratado por Margareth Little.

Lacan (1962-1963) indica que o efeito produzido pela intervenção da analista se refere à introdução, por vias involuntárias, da função de corte, que aponta para a relação do sujeito com a falta. A função de corte não existia nos sete primeiros anos de análise: a cada vez em que a falta emergia no plano do discurso, seja articulada aos furtos ou à história familiar, a analista respondia com o excesso de interpretações, como se fosse possível preencher, com palavras, um furo de ordem estrutural.

Na sua história de vida, Frieda jamais pôde se constituir enquanto falta para o Outro: a mãe a trancava no armário por horas quando ela desobedecia, ministrava banhos com gelo na banheira para ‘curar’ a masturbação, o pai a espancava com um chicote etc. Uma cena, em particular, aponta para o extremo embaraço dessa analisanda diante da falta: quando ela tinha quatro anos, o pai retirou-lhe à força das mãos uma varinha de madeira e a arremessou no rio. Para ela, tratava-se de um objeto muito representativo do pênis, remetendo-a à castração e à posição feminina. Lacan (1962-1963/2005, p, 160) assinala que essas histórias de infância “mostram, sobretudo, que ela não podia representar, de maneira alguma, seja por que ângulo fosse, alguma coisa que pudesse faltar a seu pai”.

Assim, quando a analista expressa a sua angústia diante da tristeza da analisanda, a função da falta é reconsiderada no tratamento analítico, reorientando o luto patológico:

---

<sup>60</sup> Proposta de tradução: Eu me lembro de você dizendo isso muitas vezes... agora eu entendo.

[...] o que atinge o sujeito, e que lhe permite propriamente transferir para a relação com a analista a reação de que se trata nesse luto, prende-se ao aparecimento disso: de haver uma pessoa para quem ela pode ser uma falta” LACAN, 1962-1963/2005 p. 159).

Curiosamente, ao contrário do que teoriza M. Little, não foi o ser do analista, a realização de sua pessoa, o que produziu efeito sobre o luto de Frieda. Antes, o que operou a função de corte foi a *falta-a-ser* do analista, sua impotência em conferir uma resposta ‘total’ diante das necessidades dessa analisanda. E, nesse caso, a falta-a-ser do analista encontrou expressão a partir de sua própria angústia.

Mas o que é a função de corte? Qual a sua importância na estruturação do desejo? E como essa função dá a ver a relação do sujeito com a falta?

Para Lacan (1958-1959/2013, p. 451-452), a função de corte é responsável por conferir forma ao objeto causa de desejo, ao objeto *a*:

[...] c’est comme coupure et comme intervalle que le sujet se rencontre au point de son interrogation. Aussi bien, c’est essentiellement comme forme de coupure que le *a*, dans tout sa generalité, nous montre sa forme.<sup>61</sup>

Lacan demonstra, portanto, uma relação entre a falta de um significante no campo do Outro, falta simbólica, e o efeito de imaginarização dessa falta, apreendida pelo sujeito como uma perda corporal, parte destacada de si com a qual ele ‘paga’ pelo acesso ao mundo das palavras. Assim, na experiência analítica, a função de corte é que nos permite estabelecer uma articulação entre linguagem e corpo, entre a falta e a perda, e podemos confiar que o deslizamento do sujeito pela cadeia significante incidirá sobre os modos de organização da libido, modificando a sua relação com a pulsão e com o erotismo. A condição para que essa função opere na estrutura é que o analista não responda à demanda de amor do seu analisando, posicionando-se no lócus do Outro barrado ( $\bar{A}$ ), lá onde o desejo se instaura, para o sujeito, enquanto enigma: *afinal, o que quer o Outro de mim?*

Devemos, portanto, contar com um resto na dialética do sujeito com o Outro, perda real ao fim do processo, ou queda do objeto causa de desejo. A falta de um significante no campo do Outro se duplica no nível do corpo, função de corte, o qual incide imaginariamente sobre as bordas da superfície corporal, conferindo formato ao objeto de investimento da libido. O corte determina, portanto, duplamente a borda e a forma do objeto: na zona erógena da boca, temos o seio como paradigma do objeto oral; na borda do ânus, constitui-se o objeto

---

<sup>61</sup> Proposta de tradução: É como corte e como intervalo que o sujeito se encontra no ponto de sua interrogação. Também é essencialmente como forma do corte que o *a*, em toda a sua generalidade, nos mostra sua forma.

anal; no erotismo do olho, destaca-se o objeto olhar; das bordas do ouvido, cai a voz; e, por fim, temos uma forma privilegiada de corte, a castração, responsável por conferir forma ao falo, ao significante da diferença sexual. Essas são as cinco formas do objeto *a*, trabalhadas por Lacan (1962-1963/2005) na última parte do seminário *A Angústia*.

A tese que Lacan defende ao longo desse seminário é que a angústia sinaliza a reaproximação entre essas duas faltas, a falta simbólica e a perda imaginária, instante em que o objeto *a* reaparece onde não devia, tamponando a hiância aberta pelo desejo do Outro ( $a \rightarrow \mathbf{A}$ ): “a angústia é a única tradução subjetiva do objeto *a*” (1962-1963/2005, p. 113), diz-nos Lacan. Desse modo, Lacan avança na ideia de que a angústia é uma etapa constitutiva do próprio desejo, a sua manifestação assinala para a localização do objeto no campo do Outro, quando este se encontra ainda não destacado pela função de corte: “a angústia, portanto, é um termo intermediário entre o gozo e o desejo, uma vez que é depois de superada a angústia, e fundamentado no tempo da angústia, que o desejo se constitui” (p. 192).

Retornando à nossa discussão sobre a contratransferência, será que o analista deverá operar necessariamente com a sua angústia com o intuito de destacar a relação do sujeito ao objeto causa de desejo? Pois a angústia de M. Little diante do luto de Frieda nos indicou certo manejo do objeto *a*, que Frieda tantas vezes colocou em cena nas atuações suicidas e nos episódios cleptomaníacos que ela endereçava ao Outro. Lacan (1962-1963/2005, p. 161) nos dá a seguinte interpretação dos *acting out* de furto dessa analisanda:

[...] o sujeito entrega-se sistematicamente a um furto, o qual, como todos os furtos do cleptomaníaco, quer simplesmente dizer: *Mostro-lhe um objeto que peguei à força ou pela esperteza, porque em algum lugar há um outro objeto, o meu, o a, que mereceria ser considerado, merecia que o deixassem isolar-se por um instante.*

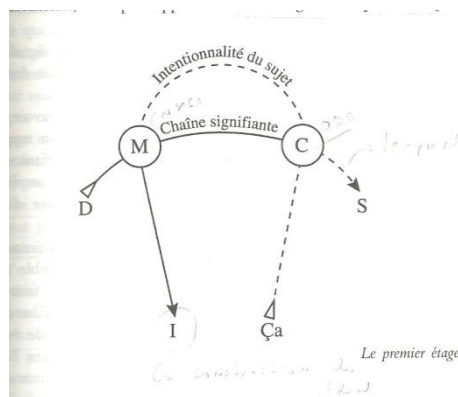
No quadro da contratransferência, demonstramos que a resposta total do analista se inclui no rol dos operadores mágicos, em que os significantes do analisando respondem à cadeia significante inconsciente do analista. Mas a declaração da angústia de M. Little nos parece introduzir algo de novo nessa discussão: a localização do objeto causa de desejo do lado do Outro, do analista, produziu um efeito de corte na direção do tratamento. A manifestação da angústia surge aqui como uma etapa preliminar, capaz de nos fazer ver adiante, lá onde poderá se constituir a dimensão do desejo... do analista. Assim, por vias indiretas, a contratransferência nos encaminhou à outra dimensão da verdade como causa, à causa material do significante, responsável por constituir o desejo do analista, o operador por excelência do tratamento

## 4.2 O desejo do analista e a causa material

A constituição do desejo do analista não pode ser distinta da constituição do desejo como tal. Se o desejo do analista é comumente discutido em seu caráter de novidade, de ineditismo surgido ao final de análise, a matéria com a qual se constrói o novo não se diferencia daquela que ordinariamente constitui o desejo neurótico, a saber, a matéria significante. Para nos aproximarmos, então, do conceito de desejo do analista, será preciso retroceder à determinação significante do desejo, dada na relação do sujeito com o campo do Outro.

Lacan (1958-1959/2013) dedica um seminário inteiro à questão de como se constitui a posição desejante e, para tanto, recorre à construção do seu famoso grafo do desejo. São duas as etapas de estruturação do desejo: no primeiro nível, temos a relação do sujeito, da criança, com o Outro real, com a mãe, quem pode ou não satisfazer ao apelo infantil em torno das necessidades vitais; no segundo nível, para além do Outro real, desenha-se o circuito inconsciente do desejo, em que o desejo do sujeito se confronta com o obscuro e enigmático desejo do Outro. Conforme veremos, a operação em que o desejo do sujeito se estrutura a partir do desejo do Outro deixa atrás de si um resto, o objeto causa de desejo, esse que será retomado na experiência com um analista.

Primeiro nível: A estrutura da demanda



Fonte: Lacan (1958-1959/2013, p. 21).

Retornando ao primeiro nível, temos aqui a posição subjetiva a mais originária, nível *infans* do discurso, em que o sujeito é fundamentalmente marcado pela demanda de satisfação. Em uma perspectiva mítica, Lacan (1958-1959/2013) chega a nos falar de um ser ainda não subjetivado, um ‘isso’ (‘Ça’) marcado pela mais pura intencionalidade, o sujeito idêntico ao objeto, e posto em anterioridade à captação pelo código (C): “Ici, ce sujet n’est

pas autre chose que le sujet du besoin”<sup>62</sup> (p. 41), diz-nos Lacan. Mas esse sujeito objetivado, premido pela necessidade de sobrevivência, muito cedo endereça seu apelo ao Outro, fazendo com que a sua necessidade se encontre profundamente marcada pela cadeia significativa. Em um momento em que ainda não dispõe da palavra, a criança assim se vê assujeitada aos caprichos do Outro primordial, da mãe, quem pode ou não satisfazer a demanda, sem que se saiba exatamente o que regula o seu desejo, o que comanda a sua presença ou ausência. A demanda de satisfação é, portanto, modificada, ganha um valor distinto da simples satisfação da necessidade, tornando-se demanda de amor:

L’Autre, qui est ici quelqu’un de réel, sujet réel, Sr, se trouve en posture, du fait qu’il est interpellé dans la demande, de faire passer celle-ci, quelle qu’elle soit, à une autre valeur, qui est celle de la demande d’amour, en tant qu’elle se réfère purement et simplement à l’alternative présence-absence.<sup>63</sup> (LACAN, 1958-1959/2013, p. 439).

Como resultado da estruturação da demanda, temos a identificação primeira ao Ideal (I), para onde converge a seta pontilhada do grafo. É no plano narcísico, imaginário, que a criança inicialmente se defende dos efeitos traumáticos relativos à sua posição originária de objeto face ao desejo do Outro, “Il faut dit que le sujet se défend avec son moi”<sup>64</sup> (1958-1959/2013, p. 29), diz-nos Lacan. De fato, a imagem especular não reconhece a dimensão da falta, o sujeito aí se apreende como uma totalidade unificada, quando o seu estado real de maturação orgânica revela ainda uma dependência de vida e de morte da boa vontade do Outro. A estruturação da demanda implica, portanto, certo modo de articulação entre o sujeito e o campo do Outro que se funda no engodo da justa relação de objeto, como se fosse possível uma adequação entre as bordas do corpo e os objetos de satisfação.

As consequências psíquicas desse primeiro nível de estruturação da demanda são facilmente reconhecidas na clínica da neurose. O testemunho de Marie-Annick Gobert sinaliza para o caráter traumático relacionado ao desejo do Outro, o qual, para ela, se enuncia a partir de uma frase proferida pela mãe, por ocasião da meningite desenvolvida aos seis meses de idade: “J’ai cru que tu étais morte...” (GOBERT, 2000, p.137), diz-lhe a mãe. Qual é a intenção por detrás do enunciado? Seria um desejo de vida ou um desejo de morte? Afinal, o que sou diante do desejo do Outro? Para além da demanda, essas perguntas introduzem um

---

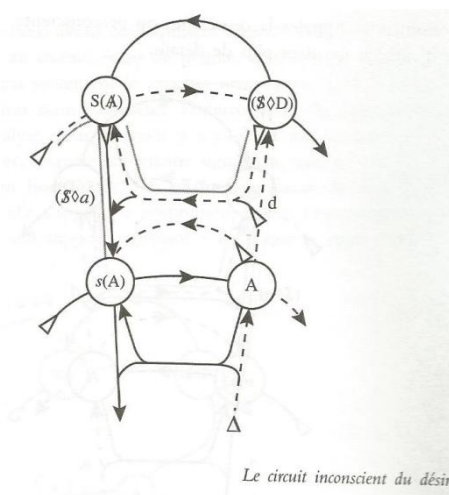
<sup>62</sup> Proposta de tradução: aqui, o sujeito não é outra coisa que o sujeito da necessidade.

<sup>63</sup> Proposta de tradução: O Outro, que é aqui alguém de real, sujeito real, Sr., se encontra em posição, do fato que ele é interpelado na demanda, de fazer passar isso, o que quer que seja, a um outro valor, que é esse da demanda de amor, no tanto que ela se refere puramente e simplesmente à alternativa presença-ausência.

<sup>64</sup> Proposta de tradução: É preciso dizer que o sujeito se defende com o seu eu.

segundo nível, relativo ao circuito inconsciente, pré-condicionado à aquisição da fala pelo sujeito:

Segundo nível: o circuito inconsciente do desejo.



Fonte: Lacan (1958-1959/2013, p. 338).

Para além do Outro subjetivado, ponto de captura da intencionalidade do *infans* (A), o sujeito se destina a firmar encontro com a sua própria questão inconsciente, que se desenvolve a partir do ponto  $S(\bar{A})$  (leia-se: significante de ‘A’ barrado). O que significa a barra posta sobre o ‘A’, no segundo andar do esquema? Lacan (1960-1961/1992, p. 236) nos ensina que, em princípio, nada falta ao simbólico, o conjunto dos significantes condiciona os limites da nossa apreensão do mundo, “o que não puder se exprimir na dita língua, pois bem, simplesmente, isso não será sentido nem subjetivado”. É por essa via que devemos apreender a onipotência do Outro real diante da criança, momento estrutural em que o Outro é tomado como totalidade dos significantes. Nessa perspectiva, nada estaria ao abrigo do Outro, nem mesmo os pensamentos, e Lacan (1958-1959/2013) nos chama a atenção para o grande passo que é a descoberta infantil da possibilidade de mentir. Assim, o circuito inconsciente se constitui a partir do que o Outro *não sabe*, representado no gráfico pelas linhas pontilhadas iniciadas em  $S(\bar{A})$ . Temos, então, o seguinte circuito:  $S(\bar{A}) \rightarrow (\$ \diamond D) \rightarrow d \rightarrow (\$ \diamond a) \rightarrow S(\bar{A})$ .

A falta se constitui a partir do momento em que o sujeito desafia o universo simbólico, endereçando uma pergunta ao campo do Outro: *afinal, o que queres de mim? O que sou face o teu desejo?* Do desejo pelo Outro, campo de estruturação da demanda, o sujeito aqui se lança no desejo do Outro, campo do inconsciente, lá onde ele poderá avançar em torno da

pergunta relativa ao seu ser. O problema é que não existe nada, nenhum significante no campo do Outro, que possa garantir uma resposta consistente à pergunta sobre o ser e sobre o desejo, impasse representado por Lacan pelo símbolo do significante do Outro barrado  $S(\bar{A})$ : “Il n’y a pas d’Autre de l’Autre. Il n’y a dans l’Autre aucun signifiant qui puisse dans l’occasion répondre ce que je suis”<sup>65</sup> (1958-1959/2013, p. 354), diz-nos ele. De tal modo, o Outro real sempre se mostra impotente em servir de suplência à falta instaurada na relação do sujeito ao campo da linguagem, e o exemplo do caso Frieda bem demonstra os obstáculos surgidos quando o analista desconsidera essa impossibilidade, rebaixando o desejo ao nível da demanda. Assim, o excesso interpretativo de M. Little, o esquadrihar de cada manifestação da transferência, funcionou como uma ‘rolha’ a impedir a abertura do circuito inconsciente e o relançamento da demanda ao segundo andar do grafo do desejo.

O circuito inconsciente reposiciona a relação do sujeito ao objeto o qual, no nível da demanda, assemelhava-se ilusoriamente a uma relação de adequação. Nesse segundo nível, a demanda se encontra absolutamente ‘significatizada’, imersa no universo de linguagem, e, portanto, desviada do suporte orgânico que marcava a intencionalidade do *infans* em seus primeiros apelos em direção ao Outro. Lacan se utiliza do símbolo ( $\$ \diamond D$ ) para representar as variadas relações possíveis entre o sujeito e a demanda, que se estruturam em razão da impossibilidade do objeto em aplacar a exigência da pulsão. Nesse ponto, a falta de significante no campo do Outro é imaginariamente subjetivada enquanto perda de objeto, o *objeto a*, responsável por causar o desejo. No seminário 6, com o qual estamos trabalhando, o objeto é tomado em perspectiva imaginária, confundindo-se com o lugar do outro especular, para onde convergem os primeiros investimentos libidinais. Mas Lacan (1962-1963/2005) logo se dá conta do caráter real do objeto *a*, peça destacada do corpo, que, ao se destacar, introduz os diferentes modos de distribuição da libido nas zonas erógenas, nas bordas do corpo. Nesse caso, o objeto *a* nos remete a um resto na operação em que o desejo do sujeito se constitui a partir do desejo do Outro.

No gráfico, podemos perceber que, situada para além do Outro real (A), a localização do desejo (d) é regulada pela posição da fantasia, posta à esquerda. Em outros termos, o desejo encontra seu ponto de fixação no confronto permanente do sujeito com o objeto para sempre perdido, uma vez que a perda é o preço que se paga pelo acesso à palavra. É pela via da fantasia que o neurótico sustenta a precariedade concernente ao seu próprio desejo, seja ele como um desejo insatisfeito, no caso da histeria, ou como desejo impossível, na neurose

---

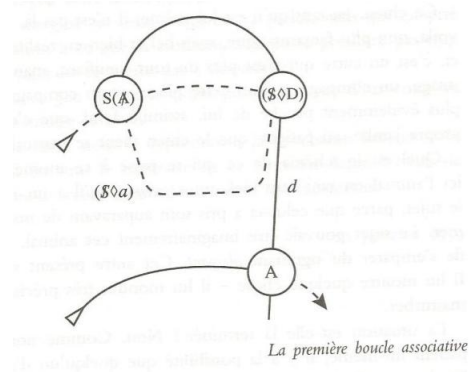
<sup>65</sup> Proposta de tradução: Não há Outro do Outro. Não há no Outro nenhum significante que possa na ocasião responder o que eu sou.

obsessiva. É possível, portanto, concluir que a fantasia consiste na resposta neurótica por excelência à falta de significante no campo do Outro  $S(\mathbb{A})$ , tela que o permite proteger-se contra a angústia, não da sua própria castração, mas da castração do Outro: “aquilo diante de que o neurótico recua não é a castração, é fazer da sua castração o que falta ao Outro. É fazer de sua castração algo de positivo, ou seja, a garantia da função do Outro” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 56). Em sentido inverso, a análise revela o circuito inconsciente onde se estrutura o desejo, radicalizando o encontro com a falta de significante do Outro, com a castração.

Conforme discutimos a partir do grafo do desejo, são os efeitos da cadeia significante que determinam a função da causa, dito de outro modo, o engajamento do sujeito no significante tem por resultado a sua própria divisão ( $\$$ ) e a queda do objeto  $a$ , que é recuperado no circuito inconsciente, causando o desejo. Separado da significação, o significante funciona como causa material da divisão do sujeito, promovendo a indeterminação subjetiva, a falta do significante último sobre o ser, marca da posição desejante face o desejo do Outro. Assim, “a psicanálise acentua seu aspecto de causa material [...] Essa causa material é, propriamente, a forma de incidência do significante como aí eu defino” (LACAN, 1965/1998, p. 890).

A causa material, dada pelo significante, é o que distingue a psicanálise das práticas religiosas, nas quais o objeto se encontra à frente do desejo, na condição de Bem supremo, de finalidade teleológica (causa final). Também aqui se introduz a distinção entre a psicanálise e a ciência, que localiza a causa não no campo do Outro, do significante, mas do lado do próprio real, forcluindo a implicação do sujeito na descoberta científica (causa formal). Feitas essas distinções, podemos, agora, avançar em uma definição mais precisa sobre o desejo do analista, dada no modo pelo qual ele opera em uma psicanálise.

O desejo do analista e o dispositivo analítico.



Fonte: Lacan (1958-1959/2013, p. 203).



Ao formular seu pedido de análise, o analisando posiciona o futuro analista no lugar do Outro da demanda, ponto 'A', onde o sujeito supõe encontrar o conjunto dos significantes passíveis de fornecer uma resposta ao seu sofrimento psíquico. Devemos considerar, aqui, a importância da presença real do analista no encontro com o analisando, uma vez que a demanda de análise se endereça inicialmente ao ser do analista, e não à função. Assim, as entrevistas preliminares, anteriores à entrada no dispositivo analítico, ganham ares de uma partida intersubjetiva, em que temos um sujeito endereçando a demanda a outro sujeito, ao analista em posição de Outro real.

No nível da demanda, é função do código (A) captar a intencionalidade do sujeito a partir da cadeia significante, relançando-a mais adiante, ao ponto ( $\$ \diamond D$ ), onde a demanda ressurgiu amplamente significantizada. Essa 'filtragem' da demanda pela via da associação livre produz um primeiro efeito de divisão subjetiva, relacionada à falta de um significante passível de responder à pergunta proposta pelo sintoma: *o que isso quer dizer? Qual o sentido do meu sintoma?* Na formulação da pergunta, a demanda neurótica revela a sua intransitividade: trata-se de uma demanda que não implica em nenhum objeto, como bem assinala M. Safouan:

“Ele me demanda...” O espaço em branco indica que nenhum objeto poderia vir no lugar do complemento direto e, em contrapartida, que o fato de ser uma demanda de nada não anula essa demanda, mas, ao contrário, mantém-na: como demanda de nada, precisamente (SAFOUAN, 1991, p. 170).

A pergunta relativa ao sentido do sintoma finalmente deságua no ponto  $S(\mathbf{A})$ , lugar por excelência do desejo do Outro, onde o universo simbólico será desafiado em sua competência. É interessante observar que a linha que se inicia em A em direção ao  $S(\mathbf{A})$  é uma linha contínua, domínio do discurso consciente, que se articula pelo sujeito sem que haja a necessidade de entrada no dispositivo analítico: “En effet, avant qu’il y ait eu une analyse et des analystes, les êtres humains se sont posés la question [...] de savoir où était leur véritable volonté”<sup>66</sup> (LACAN, 1958-1959/2013, p. 336). Mas, embora a questão exista antes de existir análise, coube à psicanálise direcioná-la de maneira absolutamente original, na abertura do circuito do inconsciente. O destino da análise depende do que se passará no lócus do significante do Outro barrado, ponto em que poderemos, enfim, localizar a operação do desejo do analista.

---

<sup>66</sup> Proposta de tradução: De fato, antes que existisse uma análise e analistas, os seres humanos se colocavam a questão de saber onde se localizava sua verdadeira vontade.

Lacan (1967a/2003) nos diz que o desejo do analista opera como um ‘x’, uma incógnita, que permite ao analisando avançar sobre a questão concernente à constituição do seu desejo. O desejo do analista assim mantém operativo o lócus do  $S(\mathcal{A})$ , lugar da incógnita, onde se inicia o circuito inconsciente. Ao sustentar a castração no campo do Outro, o analista assim autoriza a tarefa de fala do analisando, engajando-o no dispositivo analítico. Seguindo adiante no circuito, a cada volta associativa, o analisando se destina a retornar ao campo da demanda ( $\$ \diamond D$ ), mas agora em outra perspectiva, em uma visada de esvaziamento, uma vez que a análise lista e coloca em dia o rol das demandas neuróticas. Apenas atravessando o campo da demanda é que o neurótico poderá vislumbrar a ‘altura’ em que se localiza o seu desejo, posição regulada pelo confronto do sujeito ao objeto desde sempre perdido ( $\$ \diamond a$ ). Desse modo, abstendo-se de responder à demanda, o desejo do analista abre o circuito em que o desejo do sujeito se estrutura a partir do desejo do Outro:

A que tem que responder o desejo do analista? A uma necessidade que só podemos teorizar como tendo que produzir o desejo do sujeito como desejo do Outro, ou seja, fazer-se causa desse desejo. Mas, para satisfazer essa necessidade, o psicanalista tem que ser tomado tal como é na demanda (LACAN, 1970/2003, p. 271).

O que aconteceria se, no lugar do ‘x’, do significante do Outro barrado, adviesse um significante qualquer, articulado à pergunta proposta pelo sintoma? Retomemos, aqui, uma passagem do testemunho de Dargenton (2003b) em que a analista afirma, de modo taxativo: “não me fale mais de seu pai”. Tal injunção superegóica, surgida no lócus do  $S(\mathcal{A})$ , tamponou a abertura promovida pelo desejo do Outro, promovendo o fechamento do circuito inconsciente. Como resultado, a analisanda radicalizou o rechaço à fala, apreendendo o seu próprio desejo pela via da demanda: “minha analista quer que eu...”, frase que sustentava o período analítico de transferência negativa.

Esse exemplo nos faz perceber que o desejo do analista não é a única forma de operar no lócus do Outro barrado, mas, ali onde o significante da falta é requisitado, o analista poderá responder com sua própria neurose, no lugar de analisando, a partir da solução dada pela sua fantasia. Assim, na via da fantasia, o analista responde a partir do Outro particular que constituiu o seu desejo, o que muito frequentemente serve de impedimento à abertura do inconsciente, ‘filtrando’ a escuta das associações livres.

O testemunho de Pierre Naveau (1996) é bastante ilustrativo sobre esse ponto. No seu caso, a questão fundamental de estruturação da neurose, relacionada à ‘preferência do pai’, mostrava-se antagônica à passagem à analista. Na lógica da fantasia, o sujeito retirava sua

consistência subjetiva do lugar de objeto excluído (do desejo do Outro), o que interditava o advento da posição de objeto causa de desejo, a ser sustentada pelo analista na direção da cura. Nas palavras do autor: “J’insiste sur le fait que je n’aurais pas pu faire ce pas avant et sur le fait qu’il y a, selon moi, une incompatibilité d’ordre étique entre la position qui était la mienne dans le fantasme et la position de l’analyste”<sup>67</sup> (NAVEAU, 1996, p. 49). Parecem existir, portanto, condições analíticas relacionadas à operação do desejo do analista, o que nos leva a retomar, mais uma vez, a relação entre o final de análise e a formação do analista.

Com os testemunhos de passe, aprendemos que a demonstração do desejo do analista não segue a nenhuma fórmula acabada, antes se subordinando às contingências variáveis da tarefa de fala, ao modo singular pelo qual cada analisando propôs a sua questão ao Outro. Mas, para além do singular, haveria elementos de estrutura relacionados ao final de análise, condições gerais de surgimento do desejo do analista?

Soler (1993/2000) indica a vacilação da segurança proposta pela fantasia como um desses elementos estruturais constatados ao final de análise. No neurótico, a incidência da fantasia se demonstra pela suspensão da dúvida, no sentimento de certeza sobre si e sobre os outros que encarnam o Outro da demanda: “chaque fois que le névrosé cesse de douter, on peut affirmer que le fantasme s’y trouve impliqué”<sup>68</sup> (SOLER, 1993/2000, p. 569). A fantasia assim fixa uma estabilidade ao ‘eu sou’, propondo soluções estereotipadas aos variados acontecimentos da vida, como exemplificam as escolhas amorosas no testemunho de Mazzuca (2012), as que giravam em torno das mulheres ‘N’ e ‘F’. No atravessamento da fantasia, tanto mais o neurótico se aproxima do objeto causa de desejo, mais ele se ‘apaga’ enquanto sujeito, radicalizando os efeitos de divisão subjetiva: “En présence de l’objet a, Il y a évanouissement du sujet”<sup>69</sup> (LACAN, 1958-1959/2013, p. 130), diz-nos Lacan. Podemos, portanto, listar uma primeira condição de surgimento do desejo do analista: a destituição subjetiva, que permite ao futuro analista operar suspendendo a certeza ditada pela sua própria posição fantasmática, sem incluir a diferença no campo do mesmo.

No entanto, a destituição subjetiva, por si, não fornece as chaves de constituição do desejo, não implica na localização do objeto causa. O que Lacan (1967/1995) assinala em sua proposição é que a destituição do analisando se conclui em uma volta a mais no percurso analítico, na operação de *des-ser* do analista. Qual era, afinal, o objeto em causa na

<sup>67</sup> Proposta de tradução: Insisto sobre o fato de que eu não poderia fazer esse passo adiante e sobre o fato de que, na minha perspectiva, existia uma incompatibilidade de ordem ética entre a posição que era a minha no fantasma e a posição de um analista.

<sup>68</sup> Proposta de tradução: Cada vez que o neurótico cessa de duvidar, podemos afirmar que o fantasma se acha implicado.

<sup>69</sup> Proposta de tradução: na presença do objeto *a*, há o apagamento do sujeito.

estruturação do desejo neurótico? Por um lado, a manifestação desse objeto faz com que não mais seja possível sustentar a função da transferência, desenlace real de uma análise, marcado pela queda da suposição de saber. Por outro, sempre há a possibilidade de reintroduzir o objeto causa de desejo em outras psicanálises, restaurando a função da transferência. Ora, não há nenhuma obrigação que determine que, ao final de uma análise, o analisando deva retomar o ‘bastão’ do seu analista, restituindo a função da causa para outros analisandos. Servir de objeto à transferência se refere à singularidade de uma escolha, ou melhor, trata-se do consentimento que cada analisando pode fornecer ao desejo surgido ao final de uma psicanálise.

Nem toda psicanálise produz um psicanalista, no sentido profissional, mas toda psicanálise levada a termo produz uma mutação na economia do desejo, passível de ser correlacionada ao advento do desejo do analista. Assim, o desejo do analista aqui pode ser compreendido como um desejo ‘advertido’ do desejo do Outro, função de incógnita (‘x’), que se conquista nos pontos de atravessamento da fantasia. Se o neurótico não consente em fazer uso desse desejo na condução de outras análises, pelo menos saberá ele de que modo o desejo operou na sua análise em particular, na função ‘x’ introduzida pelo seu analista.

Para além da formação, o desejo do analista nos parece intimamente relacionado à transmissão da experiência analítica, é ele responsável por revelar o circuito inconsciente, demonstrando como uma psicanálise funciona. Nessa perspectiva, os efeitos do desejo do analista não precisam esperar o final de uma análise para se fazerem perceber: a psicanálise se transmite continuamente, na clínica e na cultura, e isso desde os primeiros psicanalistas, os quais, diga-se de passagem, jamais foram analisados. Considerar o desejo do analista parcialmente desatrelado da formação nos protege de tomá-lo como um desejo ‘puro’, higienizado do desejo neurótico, o que só tenderia a reavivar o ideal de normatização. O desejo do analista assume aqui uma perspectiva ética, é resultado da causa material dada pelo significante, a qual, conforme discutimos, em nada se relaciona à teleologia do Bem supremo, ao campo da moral religiosa.

Se o advento do desejo do analista não implica necessariamente a instalação na posição de analista, o que faz com que um analisando consinta com esse desejo, restaurando a função da transferência em outras psicanálises? Em outras palavras, de que maneira o desejo do analista pode servir de suporte ao ato analítico? Em inúmeros artigos, Isabelle Morin (1994, 1996) trata do problema do consentimento ao desejo do analista, correlacionando-o a função do ato. Segundo a autora, o desejo do analista é o que possibilita ao psicanalista sustentar as consequências do seu ato em momentos difíceis da cura, mantendo a função da

transferência mesmo quando os analisandos se precipitam na recusa à fala ou na interrupção real de suas análises: “concrètement, le désir du psychanalyste, c’est ce qui soutient le psychanalyste dans son acte<sup>70</sup>” (MORIN, 1994, p. 42-43), diz-nos ela. Essas questões nos remetem à falta de consistência do desejo do analista, que não pode ser tomado como um atributo que, uma vez adquirido, garantirá a boa condução das análises, para qualquer analisando. O desejo do analista não apenas está sujeito às contingências da sua produção, na análise feita por um analista, mas também às contingências referentes ao encontro com cada analisando, nas análises empreendidas *a posteriori*. Como vimos no tópico anterior, o próprio Freud se deparou com um caso que desafiava o seu desejo de levar adiante a análise, condicionando a continuidade do tratamento de Herr P. à chegada dos analisandos estrangeiros. Para concluir o nosso capítulo, será preciso voltar atenção ao terceiro operador de uma análise, o ato analítico, cujas consequências estão condicionadas à função ‘x’, à sustentação do desejo do analista.

#### 4.3 Do desejo ao ato: a função da transferência

A dimensão do ato nos relança um pouco mais além da função da causa, tal qual viemos discutindo até aqui. A cada vez que interrogamos o ato, não é a causa exatamente o que importa, mas sim a consequência, que só pode ser tomada em perspectiva diacrônica, no desenrolar da cadeia significante. O ato é responsável por introduzir a temporalidade, e um exemplo muito ilustrativo disso é o *Big Bang*, essa mitologia científica da origem do universo. Antes do *Big Bang*, não havia o tempo, apenas o espaço vazio, sem matéria. A grande explosão é o ato que ‘inaugura’ a expansão sucessiva da matéria pelo espaço, (con)sequência temporal de eventos que desemboca no surgimento da vida, bilhões de anos depois.

Desse modo, a consequência primordial de todo ato é introduzir um começo, lá onde o real não reconhece a temporalidade, não apresenta começo nem fim. Começo que de modo algum é ‘natural’, uma vez que a sucessão não tem qualquer relação de afinidade com o real, sendo-lhe estrangeira. Assim, a primeira indicação que Lacan (1967-1968, p. 8) nos dá sobre o ato se refere ao seu caráter ‘transgressor’, de ultrapassamento de um limite, o qual, no campo da linguagem, refere-se ao franqueamento do limiar ditado pela lei:

Se posso caminhar aqui de um lado para outro, falando a vocês, isso não constitui um ato, mas se um dia ultrapassar um certo limiar onde me coloque fora da lei, nesse dia minha motricidade terá valor de ato”.

<sup>70</sup> Proposta de tradução: concretamente, o desejo do psicanalista é o que sustenta o psicanalista no seu ato.

Essa citação nos permite apreender melhor a estrutura do ato parricida, desenvolvida por Freud (1913/1996) em *Totem e Tabu*, cujo caráter transgressor inaugura uma nova relação com a lei, responsável por regular o desejo incestuoso.

Retornando à clínica, onde podemos localizar a dimensão do ato analítico? Que tipo de começo esse ato instaura? E quais seriam as suas consequências?

À semelhança de outros atos, o ato analítico também introduz uma temporalidade, mas aqui relacionada à diacronia da cadeia significante, sucessão montada a partir da associação livre. Nesse ponto, Lacan (1967-1968) diferencia o ‘ato’ do ‘fazer’: o ato do psicanalista institui o fazer do lado do analisando, autorizando a tarefa de fala. O fazer de ‘palavra’, a que o analisando se entrega, desenrola-se sem que o analista precise fazer especificamente alguma coisa, bastando apenas que sustente as consequências do seu ato, na oferta de escuta: “a função da psicanálise se caracteriza claramente pelo seguinte: instituir um fazer pelo qual o psicanalisando obtém um certo fim” (LACAN, 1967-1968, p. 65). Conforme vimos, a ‘captura’ do analisando pela cadeia significante tem por fim a localização da estrutura do desejo, dada na relação do sujeito com o objeto causa.

No texto da proposição, Lacan (1967/1995) lembra que a sucessão entre significantes ( $S_1 \rightarrow S_2, \dots, \rightarrow S_n$ ) constitui um saber, o saber inconsciente, posto em ‘reserva’ sob a barra do recalque. Ao associar livremente, o analisando ganha terreno sobre um saber que ele não se imaginava sabendo antes, ao qual ele até então não tinha acesso. Trata-se, portanto, de um “saber sem sujeito”, conforme a expressão utilizada por Lacan (1967-1968, p. 96).

De fato, a experiência analítica demonstra que tanto mais os analisandos realizam a consistência do seu ser na fala, maiores são as interrupções na cadeia significante, fechando-se o acesso ao saber inconsciente. As preocupações de ordem moral, o apelo à coerência, o preconceito, tudo isso que se restringe ao domínio do Eu mostra-se antagônico à única regra estabelecida pelo ato analítico: ‘fale o que lhe vier à cabeça’. Assim, a cada vez que o discurso do Eu atravessa o circuito inconsciente, cabe ao psicanalista remeter o analisando novamente à tarefa de fala, sustentando o ato que autorizou o início de uma psicanálise.

Assim, a simples regra de associar livremente já introduz efeitos de destituição do sujeito, impossibilitando a fixação do ser em um significante em particular:

[...] o significante presente no inconsciente e suscetível de retorno é recalado precisamente na medida em que ele não implica o sujeito, em que não é mais o que representa um sujeito para outro significante”. (LACAN, 1967-1968, p. 96).

Mas, se o saber inconsciente não comporta nenhum sujeito, um paradoxo lógico parece aqui se insinuar: onde estaria o saber antes que o soubéssemos? Em outros termos, o que servia de suporte ao saber inconsciente antes que o sujeito o conquistasse em análise? É nesse ponto que Lacan (1967-1968) desenvolve o que concerne à função da transferência, introduzida pelo ato analítico.

Antes que o soubéssemos, o saber se encontrava posto em reserva, na conta do Outro, lá onde o inconsciente se estrutura como linguagem. A entrada em análise implica uma subjetivação desse lugar simbólico, é para o Outro da demanda que o neurótico endereça sua questão, fazendo, do seu analista, um sujeito... suposto saber. Quem suporta, portanto, o saber inconsciente no começo da psicanálise é o analista, muito embora ele de fato nada saiba dos significantes que determinaram a formação do sintoma neurótico. O analista aceita se revestir da suposição que a transferência lhe concede, joga a partida como se fosse um sujeito, mas sabendo que não pode sê-lo, destinado que está a cair do lugar de suposição, ao final. Assim, o ato analítico a um só passo autorizou a tarefa de fala e instituiu a função da transferência, dando início à construção do saber inconsciente.

Os testemunhos de passantes discutidos no capítulo anterior são bastante ilustrativos sobre a incidência do ato analítico no começo de uma psicanálise. Conforme nos mostrou Dargenton (2003b), é possível frequentar uma análise durante anos sem que se entre efetivamente no dispositivo analítico, o que nos permite diferenciar a entrada no consultório, relacionada ao acolhimento da demanda neurótica, da entrada em análise, sancionada pelo ato analítico. O lugar físico, comumente nomeado de *setting*, não se confunde com o lugar simbólico, para onde o analisando endereça a sua fala. No caso dessa passante, uma intervenção específica da analista teve o efeito de ato, redirecionando a transferência: “Qu’est-ce qui est tombé de mon regard?”, pergunta a analista, intervenção que dá início à tarefa analisante, à associação livre.

Se Lacan (1967a/2003, p. 252) afirma que “no começo da psicanálise está a transferência”, o que existia então antes do ato analítico, em anterioridade à autorização da tarefa analisante? No caso de Dargenton, se houve transferência no longo período de ‘mutismo’ da analisanda, seria mais prudente falar de uma transferência ‘selvagem’, não manejada por um analista e, portanto, desconectada da função de suposição de saber. Sustentar as consequências do ato implica, portanto, assumir as rédeas da transferência, manejá-la na direção da cura, permitindo o trabalho de decifração do sintoma e de produção de um saber sobre o inconsciente: “fora do que chamei de manejo da transferência, não há ato analítico”, lembra-nos Lacan (1967-1968, p. 46).

Nem todos os testemunhos de passantes são esclarecedores sobre o ato analítico. É mais comum encontrarmos nos textos o resultado extraído da tarefa analisante, esse saber já decantado pelo final de análise, sem que se levante a questão dos operadores que possibilitaram a sua construção. Propositadamente, todos os testemunhos de passantes discutidos no capítulo anterior nos ensinam algo sobre o ato analítico: no caso de Mazzuca (2011), a interpretação do analista em torno do significante ‘fusão’ terá efeito de ato, engajando-o no trabalho de decifração do sintoma; e Gobert (2000) trata da incidência do ato ao final de análise, conforme comentaremos mais adiante. Para não ficar repetitivo, trabalharemos a incidência do ato analítico em outro exemplo, no testemunho de Sonia Chiriaco (2012), intitulado “*Retour sur le réel*”.

A analisanda se encaminha a uma primeira tentativa de análise queixando-se de uma irrupção enigmática do real, que a acomete como um lampejo, pouco após o adormecimento. Ela desperta tomada de angústia diante do que chama de ‘*l’éclair sur l’horreur*’ ou ‘*l’éclair de vértité*’, suspeitando que, para além do horror, o relâmpago comportava uma verdade desconhecida e atroz, porém passível de ser sabida. A entrada no dispositivo analítico levanta a hipótese de que algo relativo ao ser do sujeito se achava implicado nesse misterioso fenômeno de angústia. As associações livres assim lhe permitiram isolar a frase materna “on t’a desirée quando on a su que tu allais mourrir”<sup>71</sup> (CHIRIACO, 2012, p. 80), enunciada no período de infância, mas que retroativamente conferia sentido à situação de sua vinda ao mundo, quando fora dada por morta ao nascer.

O testemunho dessa primeira análise nos dá acesso à construção da fantasia, sem, no entanto, dizer-nos muita coisa sobre o ato que sancionou a tarefa analisante. Não sabemos como operou o primeiro analista, conhecemos apenas as consequências produzidas por sua operação. Nessa perspectiva, a analisanda conseguiu destacar uma primeira construção da fantasia, gozo fixado no equilíbrio entre vida e morte, presença e desaparecimento, esconder-se e mostrar-se. A fantasia que conferia consistência ao ser do sujeito se condensava no seguinte enunciado: “Il fallait disparaître pour être désiré, aimé, reconnue”<sup>72</sup> (CHIRIACO, 2012, p. 80), frase que determinava as respostas sintomáticas dadas no confronto com o obscuro e enigmático desejo do Outro, com o desejo da mãe. Aos quinze anos, logo após uma dramática tentativa de suicídio feita pela mãe, o sujeito empreendeu uma ‘fuga’, saiu de casa, “ne mesurant pas que cette sortie de la scène était autant une réponse au geste suicidaire maternal

<sup>71</sup> Proposta de tradução: nós te desejamos quando soubemos que tu irias morrer.

<sup>72</sup> Proposta de tradução: Era preciso desaparecer para ser desejada, amada reconhecida.



qu'à la phrase traumatique"<sup>73</sup> (CHIRIACO, 2012, p. 81). No entanto, a atuação selvagem do fantasma só pôde ser vislumbrada ao longo do processo de análise.

Chiriaco (2012) comenta um deslocamento do sintoma de partida, consequência da construção da frase de fantasia: os lampejos de angústia cederam lugar a um pesadelo recorrente, que a despertava sob o efeito de uma fórmula: “Je vais être découverte”<sup>74</sup> (p. 81). Nesse ponto, ela destaca o significante ‘descoberta’, sem ainda atinar para o núcleo de gozo, para a opacidade relativa ao ‘fora de sentido’ do sintoma: *descoberta de quê? De quelle culpabilité, de quelle honte, de quelle jouissance?*<sup>75</sup> Fora necessário, ainda, outro percurso de análise para que a questão abrisse novo circuito, possibilitando uma nova construção de saber.

Na sala de espera, antes do primeiro contato com o segundo analista, a analisanda se sente invadida por uma angústia comparável, segundo ela, àquela experimentada quando criança, na véspera de ser ‘descoberta’ no jogo de ‘esconde-esconde’ (em francês: *cache-cache*). É no intervalo entre esconder-encontrar que a angústia alcança seu ápice. Ao entrar no consultório, a analisanda conta uma história sobre a nomeação, mas sem articulá-la aos episódios de angústia. Em uma discussão com o pai, descobriu que a sua certidão de nascimento contava com um nome a mais, anterior ao que correntemente ela usa. À época do nascimento, um amigo do pai, oficial de Estado, forçara-o a preceder o nome estrangeiro ‘Sonia’ por outro mais francês, ‘Dominique’, esse último ‘escondido’ por detrás de Sonia. Nesse ponto, a intervenção do analista terá efeito de ato: “En somme, vous êtes un mensonge ambulante”<sup>76</sup> (p. 81), resume a analista. Interpretação que de imediato atingiu o sujeito como um insulto, mas para logo em seguida desencadear um sentimento de alívio, recebido com surpresa.

Por que essa interpretação tão inicial, feita logo no primeiro encontro com a analisanda, teve o valor de um ato? Como vimos, o ato analítico é a operação responsável por instituir o começo da psicanálise, introduzindo o lugar de sujeito suposto (A), onde os significantes se encadeiam diacronicamente para produzir o saber sobre o inconsciente. A intervenção da analista fora, portanto, o ato que autorizou a tarefa de fala: a partir dele, a analisanda se lançou na decifração do que se mostrava ‘encoberto’ pelos seus episódios de angústia, o sentido edípico do sintoma, intimamente articulado à divisão entre dois nomes. De fato, antes de conhecer a mãe, o pai havia se apaixonado por uma jovem russa chamada Sonia,

<sup>73</sup> Proposta de tradução: sem mensurar que essa saída de cena era tanto uma resposta ao gesto suicida da mãe quanto à frase traumática.

<sup>74</sup> Proposta de tradução: Vou ser descoberta.

<sup>75</sup> Proposta de tradução: De qual culpabilidade, de qual vergonha, de qual gozo?

<sup>76</sup> Proposta de tradução: Em síntese, você é uma mentira ambulante.

que encarnava para a analisanda a figura da ‘Outra Mulher’, com quem secretamente se identificava. No romance familiar, o sujeito assim se posicionava como ‘a preferida’ entre três filhas, por ser a única a portar o nome valorizado pelo pai.

No campo da neurose, “o Édipo desempenha o papel de saber com pretensão de verdade” (LACAN, 1969-1970/1991, p. 92), e vemos aqui de que modo o ato da segunda analista, apontando para a ‘mentira ambulante’, possibilitou a construção de um saber regulado pelo Édipo, pela significação fálica, onde a verdade demonstrava sua estrutura ‘mentirosa’, de ficção. E qual seria a verdade em jogo na decifração do sintoma neurótico?

A verdade é que, no lugar em que os significantes se ordenam, lá no campo do Outro, há sempre a constatação da falta de um significante, interditando ao sujeito o acesso ao saber totalizante, absoluto, sobre o enigma do seu sintoma. Desse modo, o caminho de construção do saber remete sempre o sujeito às perdas próprias ao campo da linguagem: para cada significante que se sucede, há uma defasagem em relação ao anterior, ciclo infernal da cadeia em que o saber, trabalhando, produz a entropia do sistema, institui a *perda de gozo*. A castração do Outro, relacionada à falta simbólica ( $-\phi$ ), encerra uma relação de parcialidade da verdade ao significante, “a verdade só pode ser concebida se enunciada em um semi-dizer”, diz-nos Lacan (1969-1970/1991, p. 97).

Essas considerações teóricas servem para lembrar que a destituição subjetiva e o confronto com a castração não podem constituir os últimos termos de uma análise, pois não nos dizem muito sobre os destinos dados à perda de gozo, o qual o sintoma neurótico visa restituir. É fácil constatar que a aquisição de um saber sobre o sintoma nem sempre resulta em alívio terapêutico: mesmo ‘sabendo’, o neurótico continua aferrado ao núcleo de gozo do seu sintoma, fenômeno clínico inusitado e em íntima articulação com a transferência, a que Freud (1937/1996) nomeou de ‘resistência contra o restabelecimento’. Tanto mais a transferência avança pela via do sentido, mais o neurótico reage sustentando o *non-sense* próprio ao gozo do sintoma. Nas palavras do próprio Freud:

Percebemos que há uma resistência contra a revelação das resistências e que os mecanismos defensivos realmente merecem o nome que lhe demos originalmente [...]. Constituem resistências não apenas à conscientização dos conteúdos do Isso, mas também à análise como um todo e, assim, ao restabelecimento. (FREUD, 1937/1996, p. 255).

Assim, a cada vez que o analista ‘força’ sua interpretação em direção ao sentido edípico, depara-se com o limite estrutural do aparelho psíquico, resistência contra a revelação da resistência, que aponta para a falta do Outro do Outro. No termo de uma análise, esse

limite do campo do sentido ganha expressão por meio do *obstáculo da castração*, a manifestar-se de maneira diferente em homens e em mulheres (FREUD, 1937/1996). No caso delas, há uma reivindicação do atributo fálico, avidez que assume, ao fim de análise, colorações melancólicas, ante o impossível de se ter. Já os homens evitam a posição de passividade na relação com outros homens, recusam a própria cura, e não suportam pôr-se em dívida com o analista. Assim, o *repúdio ao feminino* é o nome freudiano do impasse concernente à significação fálica, da impossível inscrição do Outro sexo no aparelho psíquico.

No seminário sobre a angústia, Lacan (1962-1963/2005) demonstra que a castração só surge como obstáculo quando se mantém o pano de fundo do ideal de genitalidade, a conferir sentido à relação entre os sexos. Assim, ele lança a proposta de fazer uma análise avançar mais além da angústia de castração, a qual inevitavelmente nos remete ao mais além da decifração do sintoma neurótico, e do alívio terapêutico aí produzido. Ultrapassando a falta de significante no campo do Outro ( $-\phi$ ), Lacan (1962-1963/2005) se depara com a perda do objeto ( $a$ ), em jogo na regulação da economia pulsional. Essa diferença entre a falta e a perda nos parece fundamental para tratarmos da incidência do ato analítico ao final de análise, ato que torna possível a separação entre o objeto  $a$  e o falo:

É na medida em que o que dá suporte à transferência está lá [...] que o analista não é o sujeito suposto saber, mas que é alçado pelo de-ser que atinge o sujeito suposto saber, e que no final é ele, o analista, que dá corpo ao que o sujeito se torna, sob a forma de objeto  $a$ . [...] o sujeito que se realizou em sua castração pela via de uma operação lógica, via alienada, se descarrega (eis aí a função do analista) desse objeto perdido, donde, na gênese, nós podemos conceber que se origina toda a estrutura. Distinção da alienação do pequeno  $a$ , enquanto vem aqui a separar-se do  $-\phi$ , que ao fim de análise é idealmente a realização do sujeito (LACAN, 1967-1968, p. 100).

Assim, para que a realização da castração, via destituição subjetiva, torne-se de fato uma operação efetiva para o sujeito, deverá ela encontrar seu complemento na queda do objeto  $a$ , dada pelo des-ser do psicanalista. Mas, à semelhança do começo, o final de análise não é uma operação ‘natural’, subordinando-se à incidência do ato do psicanalista. Cabe ao analista condescender ao golpe final do seu ato, deixando-se cair do lócus do saber suposto, e assim permitindo, ao sujeito, o vislumbre do objeto causa de desejo. Retomemos, agora, o nosso exemplo para investigar a dimensão do ato analítico ao final de análise.

A transferência com o segundo analista convocava repetidamente a dimensão do objeto olhar, presente a cada encontro, na angústia que se manifestava na sala de espera, antes de ser recebida pelo analista. Chiriaco (2012, p. 82) comenta que a angústia cedeu a partir de um sonho de transferência, responsável por isolar a voz e o olhar do analista: “Je vais vous

apprendre à regarder dans les yeux”<sup>77</sup>, disse o analista do sonho. A passagem da frase ao texto das associações livres fez cair o objeto causa de desejo, demarcando um ponto de atravessamento da fantasia.

Desse modo, o tempo do final de análise se introduz pelo destacamento do objeto em jogo na transferência neurótica, em outros termos, a análise precisa responder ao que se põe em causa na estrutura do desejo, no que ele se regula a partir do desejo do Outro. Para essa analisanda, a perda do objeto, por um lado, lhe permitiu franquear o limite da fantasia de ‘ser descoberta’, mas não sem deixar por rastro um sentimento de desamparo, uma solidão extrema: “la parole analysante ne résonnait plus, l’angoisse elle-même m’avait désertée”<sup>78</sup> (CHIRIACO, 2012, p. 82). Ao final dessa análise, o inconsciente cessou de demandar sentido, experiência de ‘desertificação’ do significante, que a analisanda pôde expressar a partir de um último sonho.

Ela sonhou que lhe abriam o crânio para extrair qualquer coisa, sem dúvida, a última palavra (em francês: *le fin mot*). Vemos, aqui, o desdobramento final dos ‘lampejos de angústia’, tentativa última em se aferrar à crença no enigma da existência, conforme nos relata a autora. Ela associou o texto do sonho a um episódio da véspera, uma colheita noturna de conchas e de ostras (em francês: *ormeaux*). O anúncio do final de análise se apresentou, portanto, no equívoco significante entre ‘*le fin mot*’ e ‘*ormeaux*’:

Je ne pouvais manquer d’associer: ormeaux, le mot en or, le mot précieux et son envers, mort, signifiant maître usé jusqu’à la corde, devenu dérisoire, et bien sûr « hors mots », équivoque qui emportait avec elle tous les espoirs de trouver le mot de la fin<sup>79</sup> (CHIRIACO, 2012, p. 82)

Esse sonho de final de análise fora sancionado pelo ato analítico: “Você quer terminar”, disse-lhe o analista. E a analisanda retrucou: “Não dessa maneira boba”. Por último, o analista respondeu: “Escreva sobre o medo de ser boba”. Esse breve extrato demonstra o relançamento da transferência para além do dispositivo analítico, operação de des-ser, que vem se acrescentar ao anúncio onírico do final de análise. Para a analisanda, essa última intervenção do analista instituiu uma relação mais livre com a sua escrita, fora escutada como um ‘*se vire com isso!*’ (em francês: *débrouillez-vous avec ça*), um saber-fazer com a

<sup>77</sup> Proposta de tradução: Vou lhe ensinar a olhar nos olhos.

<sup>78</sup> Proposta de tradução: A palavra analisante não ressoava mais, a angústia, por si mesma, me tinha desertificado.

<sup>79</sup> Proposta de tradução: Eu não podia deixar de associar: ostras (*ormeaux*), a palavra em ouro (*le mot en or*), a palavra preciosa e seu avesso, morte (*mort*), significante mestre usado até seu ponto de desgaste, tornado irrisório, e, claro, o fora das palavras (*hors mots*), equívoco que incluía todas as esperanças de encontrar a última palavra.

palavra fora-de sentido que restou ao final de análise: “ces ‘hors mots’, hors sens, venus signaler qu’il n’est ni le mot de la fin, ni aucun signifiant qui dise tout de la jouissance”.<sup>80</sup> Assim, a falta fálica, relacionada à cadeia significante, nos dá a ver a dimensão da perda de objeto, uma falta ainda mais estrutural, situada para além do Édipo e da castração.

Os testemunhos de passe trabalhados no capítulo anterior também demonstram esse efeito do ato analítico em isolar a dimensão do objeto causa, a partir da queda do sujeito suposto saber. Vimos que, para Gobert (2000), a dimensão do objeto ‘olhar’ se destacou a partir do ato da analista de abrir bastante os olhos, o que introduziu para analisanda um novo modo de relação com a pulsão de morte. Para ela, fora ainda necessária uma volta a mais, dada no encontro com a paciente esquizofrênica, para que o objeto olhar caísse do lugar privilegiado que ocupava na fantasia, servindo de causa para outros analisandos, em outras psicanálises. Para concluir nosso capítulo, retomaremos a junção entre o ato analítico no começo de análise e no seu final, questão trabalhada por Lacan (1967-1968) ao longo do seminário XV.

De fato, não há distinção qualitativa entre o ato que introduz a transferência e aquele responsável por produzir a sua queda: trata-se de um mesmo e único ato, mas com incidência em pontos diferentes da experiência analítica. É nessa perspectiva que podemos compreender a passagem do psicanalisando à psicanalista, quando o ato que produziu o des-ser do analista, na via do psicanalisando, será retomado em uma nova psicanálise, na restauração da função do sujeito suposto saber para outro sujeito, na via do psicanalista. O ato analítico enlaça, portanto, o final de análise ao começo de outras psicanálises, conforme nos aponta Lacan (1967-1968, p. 87):

Começar a ser psicanalista, todo o mundo sabe, é algo que começa no fim de uma psicanálise. [...] Chegou-se ao fim uma vez, é aí que preciso deduzir a relação que isso tem com o começo de todas as vezes. Chegou-se ao fim de sua psicanálise uma vez, e é este ato, tão difícil de apreender no começo de cada uma das psicanálises, que nós garantimos.

A dimensão do ato analítico nos remete à ideia de que existe um começo para o psicanalista, e que esse começo se articula intimamente ao que o sujeito extraiu de seu próprio percurso, da autorização de si mesmo feita ao final de análise. No entanto, a articulação entre o final de análise e o começo do psicanalista não implica nenhum tipo de linearidade, não há cronologia possível entre o fim e o começo. A citação acima é bastante clara ao delimitar o

---

<sup>80</sup> Proposta de tradução: esses fora das palavras (hors mots), fora do sentido, vieram sinalizar que não é nem a palavra do fim, nem nenhum significante que diz tudo sobre o gozo.

'*fim uma vez*', abrindo-nos a possibilidade de existirem vários finais de análise e – por que não? – muitos 'começos' de psicanalistas, *a cada uma das psicanálises*. Não estaria essa lógica amplamente de acordo com a recomendação freudiana de tratar cada caso como 'um', suspendendo o saber previamente adquirido em outras psicanálises? Assim, ao receber novo analisando em seu consultório, o analista será mais uma vez confrontado com a dimensão do ato analítico, introduzindo um novo começo, instaurando a singularidade da função da transferência, que apenas retroativamente, ao final, garantirá uma direção à pergunta: *há psicanalista?*

Há psicanalista pela operação do psicanalisando, operação que ele autorizou, de alguma forma sabendo qual é seu final, e operação da qual ele se institui a si mesmo como o ponto de chegada, malgrado, se posso dizer, o saber que tem do que é esse final (1967-1968, p. 146).

Entre o final de análise e o começo do psicanalista, existe um 'salto', uma 'hiância', uma 'sombra espessa', metáforas lacanianas para o real em jogo no cerne da formação de cada psicanalista. Sabemos que essa especificidade relacionada à formação dos psicanalistas coloca alguns problemas à lógica da profissionalização própria ao mercado de trabalho. Como garantir a existência de um psicanalista qualificado? Questão que abriu a discussão desse capítulo e a partir da qual iremos apontar algumas conclusões.

Do começo ao final de uma psicanálise, o ato analítico opera sobre a transferência, reduzindo a função do sujeito suposto saber a um saldo mínimo, o objeto causa de desejo. Poderíamos, assim, resumir as consequências do ato analítico em uma fórmula simplificada:  $SsS \rightarrow a$ , do sujeito suposto saber, instituído na entrada do dispositivo, ao objeto causa de desejo, extraído ao final. Mas quem agencia o ato analítico? Lacan (1967-1968) nos recomenda prudência ao responder apressadamente 'o psicanalista'.

De fato, nós não podemos saber o que é 'o psicanalista', falta-nos uma definição comum que caracterize o universo do 'todos', inviabilizando, portanto, a existência do 'psicanalista-padrão'. Alguém poderia pensar em atributos, qualificações, habilidades especiais que garantissem, ao psicanalista, a sustentação do seu ato, tornando viável toda e qualquer psicanálise. Mas a prática nos ensina que o psicanalista é sempre uma produção circunstancial, fruto do encontro singular com determinado analisando, de tal modo um mesmo analista pode autorizar a função da transferência para uns, mas não para outros. Essa ausência de qualidade do psicanalista é o que torna impossível a regulamentação da

psicanálise, uma vez que o que está em jogo no ato analítico não é um aprendizado técnico, nem a aquisição de um atributo, mas a relação do analista com o seu desejo.

Retomando a nossa questão, muito embora a introdução da transferência assuma ares de ser agenciada por um sujeito (o sujeito suposto saber), o que verdadeiramente causa o ato analítico é um objeto, o objeto *a*. Que esse objeto se anuncie ao final de uma psicanálise didática, não é por acaso: “o objeto *a* é a realização desse tipo de de-ser que atinge o sujeito suposto saber”, diz-nos Lacan (LACAN, 1967-1968, p. 97). Aqui, o ‘truque’ da transferência se revela em toda a sua sutileza: o que autorizou a tarefa de fala do analisando não era exatamente um sujeito, mas o semblante de um objeto privilegiado, suportado por um psicanalista, para onde convergiam os investimentos libidinais do analisando. Ao final de análise, espera-se que esse objeto, já sem uso, seja descartado do campo da suposição de saber, como um resíduo, um dejetivo ou, para usar a expressão de Lacan (1967-1968), sob a forma de des-ser do analista.

É nesse ponto em que o analisando pode retomar o lócus da suposição de saber, operando a função da transferência em outras psicanálises. A condição para tanto é que ele saiba que, ao reintroduzir a suposição de saber, inevitavelmente reintroduz o objeto causa de desejo, esse que fora responsável por ‘ferir’ o ser do seu analista. A passagem da posição do analisando a de analista implica, portanto, a produção inédita de um estranho desejo, o de servir de suporte aos fenômenos de transferência em outras psicanálises, mesmo sabendo que o destino final do processo é o de se ‘deixar cair’, tornando-se o resíduo da tarefa do analisando.

Nessa perspectiva, os testemunhos de passantes cumprem a tarefa de lançar luzes sobre o real em jogo na formação do analista, fornecendo-nos assim outro tipo de garantia, distante da lógica da regulamentação. A garantia retirada do ato não se faz suportar por um sujeito, não tem qualquer consistência ontológica, antes se trata de uma autenticação definida a partir da posição do objeto *a*, em outros termos, é sempre a partir do desejo que um analista pode exercer sua função. Aqui, as Escolas de psicanálise demonstram toda a sua importância, uma vez que elas permitem a inscrição do desejo do analista no plano da cultura, por meio das estratégias de reconhecimento entre pares e do trabalho coletivo em torno da psicanálise. Questões a serem tratadas no último capítulo da nossa tese.

## 5 PASSAR À PÚBLICO: A TRANSMISSÃO DE UMA PSICANÁLISE NA CLÍNICA E NA INSTITUIÇÃO

A pesquisa em torno dos testemunhos de passe atesta a transmissão dos operadores em jogo no tratamento analítico, mas sem perder de vista o caráter contingente da formação de cada psicanalista. A nossa tese, no entanto, se encaminha um pouco mais adiante da constatação dos efeitos didáticos de uma psicanálise: defendemos que os testemunhos inauguram um modo inédito de transmissão sobre a formação do psicanalista e, para tanto, precisamos retomar alguns pontos de especificidade próprios ao testemunho.

O primeiro se refere à posição *sui generis* sustentada pelo autor da narrativa o qual, de um lado, se inclui no fato testemunhado, mas, de outro, põe-se em posição terceira, de observador. Esse lugar de exclusão interna do sujeito do testemunho é o que permite inserir a pergunta sobre a formação no cerne da experiência atravessada pelo psicanalista, mudança de paradigma que reduz a zero qualquer dicotomia entre teoria e práxis. Até Lacan, a história do movimento analítico sempre tratou da formação como um problema concernente ao ‘outro’, ao candidato à análise didática, ao analista (mal) qualificado, ao didata, mas nunca relacionado ao próprio sujeito, àquele que teoriza sobre a sua própria formação. De algumas décadas para cá, os psicanalistas começaram a tratar de suas formações em primeira pessoa, na posição de analisando, mudança de paradigma em íntima articulação com a invenção do passe.

De fato, o dispositivo do passe retoma, no campo da formação do psicanalista, um método de pesquisa já bastante familiar à Freud, desde a *Interpretação dos Sonhos*: a construção teórica da psicanálise a partir da experiência subjetiva do pesquisador/psicanalista. Assim, na construção do complexo de Édipo, Freud (1900-1901/1996) extraiu a universalidade do mito edípico do cerne de sua autoanálise, utilizando-se de seus próprios sonhos para fundamentar os conceitos e fazer avançar a pesquisa em torno do inconsciente. “O Édipo é um sonho de Freud”, diz-nos Lacan (1969-1970/1991, p. 110), uma teoria construída a partir das formações freudianas do inconsciente, da análise e da interpretação que Freud deu a seus próprios sonhos.

Como vimos no primeiro capítulo da tese, essa inclusão da posição do analisando não se confunde com o personalismo, nem com a narrativa autobiográfica. Nos testemunhos de passe, a posição de autoria e o lócus do sujeito do inconsciente constituem dois níveis de discurso não confluentes, que podem ser concebidos como a face e o reverso de uma banda de moebius, os quais, embora distintos, compõem uma mesma estrutura topológica. Assim, a



sustentação via testemunho dos níveis do enunciado e da enunciação produz consequências à transmissão da psicanálise, promovendo o enlace entre o público e o privado, entre a psicanálise em intensão (clínica) e a psicanálise em extensão (instituição) ou, como veremos adiante, entre o trabalho de transferência e a transferência de trabalho. Problema que desenvolveremos ao longo desse capítulo.

Para introduzir a questão, trataremos da diferença entre *transmissão da teoria* e *transmissão da experiência* a partir da discussão proposta por G. Pommier (1992) no texto *A Neurose Infantil da Psicanálise*. De acordo com ele:

Existe realmente um corpo de enunciados da psicanálise, e este último é transmissível. Todavia, ele não permite compreender uma experiência psicanalítica singular. Uma coisa é a transmissão do saber e outra coisa a experiência (e, portanto, *a fortiori*, a “formação” do “psicanalista”). (POMMIER, 1992, p. 65).

Como se promove, então, o salto entre a singularidade da clínica ao corpo teórico da psicanálise, esse último passível de ser comunicável?

O caráter de transmissibilidade se põe no cerne de toda discussão sobre a ciência. Seja qual for o paradigma utilizado, excluindo-se a possibilidade de se transmitir os resultados, não há ciência possível. Isso porque um dos fundamentos da ciência, desde a introdução da dúvida metódica com Descartes, é a apreciação crítica dos seus pressupostos, os quais poderão ser confirmados ou refutados. Como apreciar criticamente o que é intransmissível? Nessa perspectiva, sob o ponto de vista da teoria, a psicanálise se comporta perfeitamente como uma ciência: nós nos utilizamos de conceitos passíveis de serem utilizados não apenas por psicanalistas como também por teóricos de outros campos do saber. Além disso,

[...] todos os psicanalistas, aqueles que escrevem e aqueles que dispensam a escrita, procuram testemunhar certos determinismos cuja perspectiva só pode ser atribuída à ciência. (POMMIER, 1992, p. 51).

Negar uma racionalidade mínima à construção do edifício teórico da psicanálise seria mergulhá-lo no delírio, no discurso que retira sua certeza de si mesmo.

Na contrapartida, se a teoria é perfeitamente comunicável, o mesmo não se pode afirmar sobre a experiência clínica. A prática do psicanalista se confronta cotidianamente com um limite que a impede de ser integralmente transmitida. Pommier (*idem*) articula esse limite à ausência de um axioma que sirva de suporte ao cálculo do inconsciente. De fato, esvaziado de substância, o inconsciente só se faz conhecer por seus efeitos de superfície, nas formações

do inconsciente, “é só depois que se pode fazer sua hipótese, e antes que o sintoma se forme, nada permite que se lhe dê um nome” (POMMIER, 1992, p. 56).

Na clínica, a hipótese do inconsciente precisa ser verificada caso a caso, em cada nova psicanálise, considerando-se a particularidade dos significantes trazidos por cada analisando. Apenas ao final essa hipótese ganhará o estatuto de uma *convicção firme na existência do inconsciente*, único critério de formação do psicanalista, de acordo com Freud (1937/1996). Assim, na perspectiva da experiência, a falta de um axioma prévio para o cálculo do inconsciente nos leva a concluir que a psicanálise não é uma ciência e, portanto, resta intransmissível.

O que temos, então, é uma localização ambígua e contraditória da psicanálise no campo do discurso científico, em que ela se apresenta simultaneamente como ciência e como não ciência. Ora, essa contradição se acentua tanto mais o psicanalista recusa a polaridade estática entre teoria e práxis, incutindo, no seio da transmissibilidade teórica, o intransmissível de toda experiência para com o inconsciente. Nessa perspectiva, a distinção entre transmissão da teoria e a transmissão da experiência só se justifica se levarmos em conta as diferentes posições do sujeito face ao saber, na clínica e na cultura. Assim, na psicanálise em intensão, o psicanalista se confronta cotidianamente com o não-saber próprio à práxis, que o impede de utilizar o acúmulo da experiência como um pressuposto para novos casos, impossibilitando a totalização do saber. Mas, na psicanálise em extensão, há um saber passível de ser comunicado entre psicanalistas da mesma instituição e/ou de instituições diferentes. O grande desafio de toda pesquisa em psicanálise é fazer avançar o campo do saber sob o plano de fundo do não-saber estrutural que orienta cada experiência analítica. E essa postura metodológica não é privilégio do dispositivo do passe.

Mas o que é particular ao testemunho é a construção de um saber sobre o seu próprio caso, sobre ‘o caso psicanalista’, essa experiência pela qual nos formamos. Precisamos nos interrogar, portanto, como a teoria sobre o caso se constrói no trabalho de transferência para, em seguida, vislumbramos a forma por ela tomada na transferência de trabalho.

### **5.1 Transferência, trabalho e transmissão: passar o caso analisante**

A noção de ‘trabalho’ não é estranha ao texto freudiano. Em *A Interpretação dos Sonhos*, Freud (1900-1901/1996, p. 538) utiliza correntemente a expressão ‘trabalho do sonho’ para tratar da tradução dos pensamentos oníricos em conteúdo manifesto, trabalho esse de caráter muito particular, uma vez que “não pensa, não calcula e nem julga de nenhum

modo, restringindo-se a dar as coisas uma nova forma”. É nessa mesma perspectiva que podemos definir a noção de ‘trabalho de transferência’, a qual, apenas de maneira bastante inapropriada, pode ser remetida ao trabalho do psicanalista. Ao contrário, a transferência é o meio pelo qual o analista faz trabalhar, instituindo uma tarefa para o seu analisando: *fale o que lhe vier à cabeça*.

Em transferência, as associações livres ordenam o campo do saber, “um saber que se diz sem que a gente saiba quem o diz” (LACAN, 1967b/2003, p. 335), passível de ser experimentado por todo analisando. Endereçando-se a um analista, o neurótico elabora um saber sobre os determinantes que ele imagina relacionar-se ao seu próprio caso clínico, elaboração de tipo bastante incomum, porque não se faz suportar por nenhum sujeito. Assim, a tarefa de fala implica a ausência de qualquer determinação subjetiva prévia ao enunciado, fazendo, do sujeito, apenas o resultado do que se articula no universo simbólico: *o significante representa o sujeito a outro significante*, aforismo lacaniano que nos remete ao ‘efeito-sujeito’ produzido no encadeamento de dois significantes.

Em diversos momentos do seu ensino, Lacan (1964/1998, 1967-1968) faz uso do cogito cartesiano para demonstrar a relação de incompatibilidade entre o domínio do ‘eu sou’, em que o sujeito encontra sua consistência imaginária, e aquele do ‘eu penso’, lócus do inconsciente. Retornando ao texto freudiano da *Interpretação dos Sonhos*, ele propõe um conceito de inconsciente esvaziado de qualquer determinação psicológica e subjetivante, um ‘isso’ que pensa e que, assim o fazendo, põe em cheque o ‘eu sou’: “Freud está seguro de que esse pensamento está lá, completamente sozinho de todo o seu eu sou, se assim podemos dizer” (LACAN, 1964/1998, p. 39).

Alguns anos depois, Lacan (1967-1968) desenvolve melhor essa questão, introduzindo os elementos da lógica e da teoria dos conjuntos: “*ou eu não penso ou eu não sou*” (p. 82), diz-nos ele. Assim, lá onde existe a recusa do inconsciente, o ‘eu não penso’, é nesse ponto em que o sujeito atesta o limite de sua condição patológica, o seu ‘eu sou’: “*Jamais se é tão sólido em seu ser como quando não se pensa*” (LACAN, 1967-1968, p. 83). Inversamente, no ponto em que o neurótico afirma ‘eu não sou’, ou ‘eu não me reconheço no que digo’, é aí que devemos encontrar os pensamentos inconscientes, esse saber acéfalo, sem sujeito<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Lacan parece introduzir, já no seminário 15, um deslocamento do conceito de sujeito, que da ‘falta-a-ser’, marca do significante, direciona-se ao ‘falasser’, sujeito atravessado pelo gozo. Muito embora o termo ‘falasser’ (em francês: parlêtre) só tenha sido utilizado uma única vez, no texto de 1979 ‘*Joyce, o Sintoma*’, é possível deduzir, ao longo de todo o seminário 20, por exemplo, a ideia de um sujeito marcado pelo ‘isso fala’, em que a dimensão pulsional se reinsere na articulação significante.

Mas como transmitir um saber que inicialmente não se faz suportar por nenhum sujeito? Em análise, a transmissão se faz alicerçar pela função do sujeito suposto saber. A presença do analista induz ao ‘engano’ que faz coincidir o lócus do sujeito com o campo do saber, engano fundamental, porque é a partir dele que o analisando se engaja na tarefa de fala. Ao associar livremente, o neurótico *não sabe que sabe*, seu saber está posto em reserva, na conta do Outro, lá onde ele localiza o analista. O que a transferência transmite, portanto, é a estrutura do inconsciente, em que um saber se ordena sob o plano de fundo do não saber.

Passar à público essa estrutura não é nada simples. Ela implica a transmissão de uma teoria particularizada, construída sob a medida do Outro da transferência, e a ser verificada caso a caso. De fato, o primeiro teórico da psicanálise é sempre o analisando. Por exemplo, a teoria da sedução não é propriamente freudiana, mas antes uma teoria produzida pela histórica, como bem nos lembra Clavreul (2010). Freud apenas forneceu consistência à elaboração apresentada por suas pacientes, acrescentando-lhe os conceitos de fantasia e de inconsciente, e assim elevando a teorização particular ao nível de um saber científico.

Ao estabelecer os conceitos fundamentais da psicanálise, Freud lançou um desafio a todos os psicanalistas posteriores: como articular a particularidade da teoria do neurótico com o caráter universal da teoria psicanalítica? Pergunta essa que também pode ser formulada em sua forma invertida: em que medida o saber teórico da psicanálise nos auxilia diante do não saber próprio à condução de cada caso clínico?

Para Lacan (1964/2003, p. 242), a passagem da teoria do caso à teoria psicanalítica depende de uma nova modalidade de transferência, que ele nomeou ‘transferência de trabalho’: “o ensino da psicanálise só pode transmitir-se de um sujeito para outro pelas vias de uma transferência de trabalho”. À diferença do trabalho de transferência, a transferência de trabalho não se faz suportar por um sujeito, por um psicanalista, trata-se aqui de uma transferência ‘despersonalizada’, cuja visada é o ensino. As especificidades dessa transferência podem ser vislumbradas nos dois dispositivos mais correntemente utilizados pelas instituições lacanianas: o dispositivo do passe e o dispositivo da supervisão.

Em ambos, encontramos uma mensagem que se transmite malgrado o peso que o portador poderia conferir àquilo que ele diz: não há transferência direta entre o passante e o cartel e, de modo semelhante, não há transferência entre o analisando e o supervisor do analista. Essa transmissão indireta suspende provisoriamente o recurso ao sujeito suposto saber, mensagem que se transmite sem fazer apelo ao Outro particular que constituiu a neurose. Como resultado, a relativa independência entre os campos do sujeito e do saber possibilita uma transferência, não apenas para com um psicanalista, mas também para com a

própria psicanálise. Por fim, da mesma maneira que no dispositivo do passe é o passador quem transmite a mensagem do passante, no dispositivo da supervisão é o analista quem cumpre a função do passador, transmitindo a mensagem do analisando.

O paralelo entre esses dois dispositivos encontra seu limite em diferenças fundamentais: o passante não teoriza sobre o seu caso clínico da mesma forma que o faz um analisando, conforme veremos adiante. E se o passe retroativamente autentica a produção de um psicanalista, a supervisão, na melhor das hipóteses, só pode autenticar a produção... de uma psicanálise. Em outros termos, a pergunta sobre a formação do analista não está explicitamente formulada no dispositivo da supervisão. Problemas que nos levam a concluir que as relações entre o trabalho de transferência e a transferência de trabalho não são de mesma ordem em um caso e noutro.

Mas, antes de retomar essas distinções, será preciso avançar um pouco mais na especificidade da teoria construída pelo neurótico em análise. Sob transferência, essa teoria atualiza a realidade do inconsciente, no que ela apresenta de sexual.

Lacan (1964/1998) introduz a dimensão sexual da realidade do inconsciente a partir de uma crítica aos psicanalistas que definiram a transferência sob a perspectiva de um ‘engano’, de uma ‘ilusão’. Ele fundamenta essa crítica na leitura de um artigo de Thomas Szasz, em que o autor concebe a “análise da transferência nos termos de um assentimento obtido da parte sã do eu, a que está apta a julgar a realidade e a distinguir da ilusão” (LACAN, 1964/1998, p. 127). Para Lacan (1964/1998), a transferência implica uma estrutura de *tapeação*, que não deve ser retificada sob a referência de uma verdade ‘externa’ à sua própria lógica, pretensamente situada do lado do analista. Em perspectiva inversa, ele assinala que o analista faz parte do próprio conceito de inconsciente, do *inconsciente como discurso do Outro* (p. 126), circuito que se ordena do ‘*lado de fora*’ (p. 126), no lócus da suposição de saber. Precisamos, ainda, investigar qual é a realidade sexual que se atualiza no encontro do desejo do analisando com o desejo de um psicanalista.

O artigo freudiano sobre *As Teorias Sexuais das Crianças* (1908/1996) nos parece bastante ilustrativo sobre esse ponto. Freud jamais desqualificou o valor das teorias infantis, não julgou a realidade trazida pela fala das crianças como menos ‘verdadeira’ se comparada à realidade material. Elevando as elucubrações das crianças ao estatuto de uma verdadeira formulação teórica, Freud demonstrou que elas são capazes de investigação, avançam nos problemas da vida e do sexo, inclusive confrontando as informações que lhes são dadas com aquilo que a experiência imediata lhes apresenta. Por exemplo, não escapa à criança a relação de causalidade entre o aumento do ventre da mulher e o surgimento de um bebê alguns meses

depois, e Freud (1908/1996, p. 194) bem enfatiza o efeito de dissociação psíquica que nelas se produz quando o adulto lhe nega a justa palavra, aquela que autoriza o saber que já se sabia:

[...] deduzi que as crianças se recusam a crer na teoria da cegonha e que, a partir dessa primeira decepção, começam a desconfiar dos adultos [...]. Com isso, entretanto, a criança experimenta seu primeiro conflito psíquico, pois certas concepções pelas quais sente preferência instintual não são consideradas corretas pelos adultos e contrapõem-se a outras defendidas pela autoridade dos mais velhos, as quais, entretanto, não lhe parecem aceitáveis. Esse conflito psíquico logo pode transformar-se numa dissociação psíquica.

É interessante marcar que a grande parte do material colhido por Freud não proveio diretamente da observação das crianças, mas das narrativas apresentadas em análise pelos seus pacientes neuróticos. Esse ponto nos leva a concluir que Freud inicialmente teve acesso à dissociação psíquica apresentada pelo adulto neurótico, a partir da qual ele pôde deduzir a existência de um teórico sobre o sexo, de uma criança. Encontramos, aqui, uma primeira especificidade da teoria produzida pelo neurótico em análise: ela é infantil, em outros termos, ela se sustenta no infantilismo característico da sexualidade humana.

As teorias sexuais infantis são o meio pelo qual temos acesso à realidade do inconsciente, que se atualiza na fala do neurótico em transferência. Por exemplo, a negação da castração materna – que, diga-se de passagem, é completamente independente da realidade material, da percepção do outro sexo – encontra sua tradução fantasmática nas diversas representações da mulher fálica, tanto na neurose quanto na perversão. De forma semelhante, a *concepção sádica do coito*, terceira teoria sexual apontada por Freud (1908/1996), pode ganhar várias formas de expressão no impasse que alguns obsessivos estabelecem com o parceiro amoroso, como bem esclarece o testemunho de Sérgio Campos (2010), a ser discutido adiante. Assim, as teorias do neurótico, de caráter infantil, nos dão a ver a ‘altura’ em que o sujeito posiciona o seu desejo, altura regulada pela realidade sexual do inconsciente, pela fantasia.

É importante lembrar que, na neurose, as teorias sexuais caem sob a barra do recalque e não aparecem amplamente integradas ao discurso do analisando. Temos, aqui, um bom exemplo de saber que se ordena sob o plano de fundo de um não saber estrutural. Nessa perspectiva, nem sempre é fácil, para um analista, extrair a lógica que regula a economia desejante do sujeito, uma vez que essa elaboração teórica se acha sempre em vias de ser constituída. É nesse ponto que o dispositivo da supervisão ganha toda a sua importância.

Ao falar sobre os seus atendimentos, o analista retira a teoria sexual do campo da singularidade e do inefável, articulando-a à teoria psicanalítica, essa última possível de ser

transmitida. Como bem sinaliza Jorge (2006, p. 288), “a supervisão articula o universal da teoria ao particular da clínica e reabre o lugar de escuta, isto é, o lugar do analista, para a subjetividade em questão”. Assim, todo relato de caso nos permite vislumbrar uma elaboração teórica implícita ou explicitamente formulada, cujo autor é sempre o analista. Clavreul (2010) nos traz exemplos bastante interessantes dessas formulações, nem sempre conscientemente articuladas pelos supervisionandos: um analista que se afirma ‘lacaniano radical’ expõe um fragmento de caso em que se verifica uma tentativa de fortalecer o Eu do analisando; em outro exemplo, uma analista que se jura kleiniana se surpreende com os efeitos imprevistos dos equívocos entre significantes. O interessante aqui não é a dissociação entre teoria e prática, mas o modo pelo qual cada um sustentou uma posição de autoria frente suas práticas, feita por sua própria conta e risco, e não pela autorização de Lacan ou de Melanie Klein, conforme eles mesmos imaginavam.

Há, no entanto, uma condição para que um analista se torne capaz de passar à público a sua experiência clínica: tal passagem não pode estar referenciada pela sua própria suposição de saber, caso em que teríamos o atravessamento da teoria sexual do psicanalista na elaboração do caso do analisando. É o que acontece quando o trabalho de transferência é reinstaurado no dispositivo da supervisão, situação que se agrava tanto mais o supervisor aceita investir-se do saber a ele suposto. Como resultado, a demanda de supervisão se transmuta em demanda de análise, e logo o analista falará mais de si mesmo do que das análises por ele conduzidas. Diante desses impasses, Safouan (2006, p. 283) recomenda certo manejo da transferência por parte do supervisor, que consiste em “cuidar para que essa transferência permaneça uma transferência de trabalho”. Assim feito, o trabalho em torno do ensino da psicanálise poderá ser retomado, abrindo espaço a uma elaboração teórica que não faz apelo ao sujeito suposto saber.

Por último, precisamos discutir por quais razões o dispositivo da supervisão não se mostra o mais apropriado para tratar dos problemas relativos à formação do psicanalista.

Durante as cisões produzidas pela introdução do passe na Escola Freudiana de Paris (EFP), um aluno e analisando de Lacan chamado J-P Valabrega propôs que o passe fosse substituído pela ‘análise de controle’ (supervisão), segundo ele, a única forma de um analista falar sobre a sua própria análise (ROUDINESCO, 1988). Alguns anos depois, já tendo se demitido da EFP, Valabrega desenvolveu um dispositivo em que os impasses da formação seriam ‘tratados’ na observância da condução clínica do candidato, ou seja, na localização das interferências que o jovem analista poderia produzir sobre a direção da cura de seus analisandos. Esse dispositivo recebeu o nome de ‘análise quarta’, por contar com quatro

referentes: 1. Um paciente em análise; 2. Um candidato que é analista desse paciente; 3. O analista do candidato; 4. Um outro analista (portanto, o quarto). Mas, acreditando articular a análise didática com a prática de supervisão, o que Valabrega (1983, p. 51) de fato empreendeu foi o reinvestimento da análise da contratransferência, agora concebida como um dos objetivos da supervisão:

Os “analistas quartos” [supervisores] têm por função descobrir uma vida [sic] de acesso ao candidato e ajudá-lo a identificar os pontos de contato e de interferência de sua prática com a sua própria análise. Desse modo, eles abrem também uma janela para o terceiro referente, ou seja, para a prática do analista do candidato; para aquilo que o candidato reteve dessa prática, para aquilo que ele lhe deve, aquilo que o torna dependente dela, em síntese, para o que ele faz dessa prática em sua formação.

Ao introduzir a pergunta sobre a formação no cerne do dispositivo da supervisão, Valabrega assumiu o risco de normatizar a prática dos supervisionandos, rebatendo as ‘falhas’ na condução dos casos para o campo das análises didáticas. Ora, é sempre possível, a um supervisor, evitar essa situação de ida e vinda com o analista didata, bastando, para isso, que ele próprio assuma para si a tarefa de retificar os ‘erros’ do seu supervisionando. Situação essa que não é mais promissora que a anterior: nesse caso, temos uma análise feita por ‘procuração’, em que o analista se torna o ‘mensageiro’ das interpretações do seu supervisor face o analisando. Aqui, um trabalho de transferência se instaura para além do analista, entre o analisando e o supervisor. O exemplo clássico desse inusitado estado de coisas é o caso do pequeno Hans, em que as interpretações de Freud se transmitiam para a criança por intermédio do pai. O fato é que análises feitas por procuração estão condenadas ao fracasso: em primeiro lugar, porque a psicanálise não é uma técnica, e muito menos passível de ser transmitida pedagogicamente; em segundo, porque a transferência com o supervisor demite o analista da sustentação do seu próprio ato, fechando o circuito do inconsciente.

Como, então, inserir a pergunta sobre a formação do analista no cerne dos dispositivos institucionais? Veremos na sequência que o dispositivo do passe propõe uma saída a essa questão. Mas, antes, é importante frisar que essa não nos parece ser a única: há muitas instituições de psicanálise que tratam dos problemas relacionados à formação sem fazer uso do dispositivo do passe, o que não as desqualifica em seu estatuto de Escola, nem as torna menos ou mais ‘lacanianas’. Nesses casos, a supervisão pode se inserir em uma série composta pelas demais provas de trabalho que um psicanalista oferece sobre sua prática: seminários, cartéis, textos escritos, apresentações de casos, testemunhos da prática efetiva etc. Essa articulação da supervisão com outras atividades livra os psicanalistas de tomá-la por



aquilo que ela não é: uma garantia contra erros e/ou um instrumento de avaliação da prática do psicanalista. Perspectiva semelhante à introduzida por Lacan na nomeação dos Analistas Membros da Escola, título concedido a partir das provas de trabalho, em que a supervisão surge como uma possibilidade entre outras:

O acesso ao título de Analista Membro da Escola não precisa ser solicitado. A decisão do Júri de acolhimento é tomada a partir do que ele conhece da prática efetiva do interessado. Além do parecer favorável do analista didata, a opinião do ou dos supervisores, os testemunhos dos que concordarem sobre a prática do candidato constituirão os elementos essenciais de apreciação pelo Júri de acolhimento. Além do mais, este levará em conta de modo especial a participação efetiva do interessado nos diversos grupos de trabalho da E.F.P. (seminários, cartéis...), essa participação podendo eventualmente fazer as vezes de trabalho escrito. (LACAN, 1970/1995, p. 45).

Definimos, então, a supervisão como um dispositivo de transmissão, na qual se verifica a passagem da teoria sexual do neurótico, fruto do trabalho de transferência, à teoria psicanalítica, elaborada via transferência de trabalho. Qual seria então a novidade introduzida pelo dispositivo do passe? Assim como na supervisão, no passe também temos um analisando que construiu, em transferência, a sua teorização particular sobre o desejo. E igualmente há um analista que passa à público o caso analisante, utilizando-se do dispositivo institucional e instaurando uma transferência de trabalho. Mas, agora, a passagem do psicanalisando ao psicanalista coincide na experiência de um mesmo sujeito: é o passante quem nos diz as razões pelas quais ele se autorizou como psicanalista, transpondo, por sua própria conta e risco, a particularidade da teoria da neurose à universalidade da teoria psicanalítica. Assim, as diferenças entre a elaboração do passante e a do analisando não são apenas estilísticas, como também nos parece vago creditá-las exclusivamente ao tempo que cada um passou no divã. Longe disso, o que temos aqui são modos distintos de fazer passar a experiência: a posição de analisando requer o encontro com o desejo do psicanalista para tornar transmissível a lógica do caso, já o passante se faz *psicanalista de sua própria experiência*, conforme a expressão usada por Lacan (1967a/2003, p. 248), extraíndo o desejo do analista do coração de sua experiência como analisando.

Como é possível elaborar um saber, enquanto psicanalista, sobre o saber que se construiu em análise, enquanto psicanalisando?

O testemunho de Sérgio de Campos (2010) é bastante ilustrativo sobre essa questão. A teoria sexual se estrutura na construção de duas cenas infantis, de caráter traumático, as quais foram resgatadas ao longo da tarefa analítica. Na primeira, datada nos quatro anos de idade, o sujeito escuta sua mãe gritar. Posiciona-se por detrás da porta dos pais, interpretando o grito

materno como um apelo de socorro diante da agressão paterna. Essa cena permanece sob a barra do recalque, sendo recoberta por outra, cronologicamente posterior, e contada e recontada inúmeras vezes em análise: um episódio de violência remetido ao contexto de separação dos pais.

Acusada de infidelidade conjugal, a mãe perde a guarda das crianças, que ficam sob a custódia dos avós paternos. Na primeira visita dominical, após a separação, o sujeito liga para o pai para pedir-lhe permissão de dormir, juntamente com os irmãos, na casa da avó materna, onde morava também a mãe. O pai se rebela, desliga o telefone de um só golpe e sinaliza que vai pegá-los imediatamente. Quando ele invade a casa, sem pedir permissão à avó materna, as crianças correm para se trancar no banheiro. Ele as assegura que nada de mal vai lhes acontecer, negociação que termina por fazer com que elas abram uma pequena frestra, suficiente para fazer passar um braço. Pela frestra da porta, o pai agarra violentamente o menino pelos cabelos e o exhibe como troféu, ao longo do corredor, diante de um público horrorizado.

O que essas duas cenas, fruto do trabalho de transferência, possuem em comum? Ambas são atravessadas pelo infantilismo próprio à sexualidade humana.

Aqui, a elaboração se constrói na suposição de que existe o Outro não castrado, o pai detentor de gozo, representação imaginária que se repete em ambas as cenas. Na concepção sádica do coito, Campos (2010) demarca o efeito de paralisia e de impotência diante da missão de *salvar o Outro*, a mãe, afrontando a potência paterna. A significação dessa cena encontra o seu limite na queda do objeto ‘voz’, objeto real, em causa na relação com o Outro sexo: é preciso *salvar as mulheres*, dando-lhes os meios, o ensino, a compreensão e até mesmo o dinheiro. A segunda cena corresponde à estruturação da fantasia ‘bate-se numa criança’, a qual, para o autor, desenvolveu-se em três tempos: no primeiro, o sujeito está fora da cena, observando à distância um pai que bate na criança (odiada pelo sujeito); na segunda, ele se vê representado na cena pela silhueta de um adolescente: “mon père bat l’enfant que je suis et que je hais”<sup>82</sup> (p. 21), diz-lhe a gramática da fantasia; na terceira, ele é novamente inserido na cena, mas agora como um adulto, apesar da temática permanecer infantil. Esse terceiro tempo se conclui com um sonho que aponta para a castração do Outro. Articulada à segunda cena, o texto da fantasia faz decair a dimensão do objeto olhar, em jogo na posição sintomática de *submeter-se ao Outro*, ao pai não castrado.

---

<sup>82</sup> Proposta de tradução: meu pai bate na criança que eu sou e que eu odeio.

Em outra perspectiva, a passagem à teoria psicanalítica aparece condicionada ao destino que o sujeito pôde dar à suposição de saber. Esse é mais um ponto de aprendizado que podemos retirar do dispositivo do passe: a queda da suposição de saber modifica a teorização do caso clínico, transpondo as fronteiras, nem sempre bem definidas, entre a teoria sexual e a teoria psicanalítica. Conforme as palavras do próprio autor, no dispositivo do passe, “o saber não é mais suposto, mas exposto” (CAMPOS, 2010a, p. 126). Temos visto ao longo da tese o quanto é comum, nos testemunhos, a sinalização do instante de queda da suposição de saber, operação que se conclui com o des-ser do analista. É justo esse instante que marca, para o sujeito, o relançamento da transferência para outro lócus, fora do dispositivo analítico, lá onde ela poderá se reconstituir sobre as bases da transferência de trabalho.

Campos (2010) destaca esse momento de passagem a partir da construção de um chiste: em análise, ele comenta sobre um retrato cuja função é cobrir o nada, como uma fina película recobrando o furo do Outro, para ele, uma última camada de proteção, nomeada de ‘infantil’. O analista intervém se referindo ao nada: “Isso é o seu retrato”, diz-lhe o analisando. “É o retrato do Isso”, responde chistosamente o analisando. O analista o olha nos olhos, consentindo com a conclusão da análise: “Sim. Boa entrevista com os passadores” (p. 26). Ele o acompanha pelo braço até a porta. Na partida, o sujeito olha para trás e vê o seu analista acenando um adeus. Tal extrato marca o desinvestimento da suposição de saber, instante em que a transferência fora relançada para o dispositivo do passe.

No trabalho de transferência, temos um psicanalista em posição de causa, incitando a construção de saber do analisando: “o ato analítico apresenta-se como uma incitação ao saber” (1968-1969/2008), lembra-nos Lacan. Mas, na transferência de trabalho, espera-se que a mensagem se transmita sem o recurso ao Outro da transferência, e não à toa o psicanalista do passante se acha ausente. Agora, é o sujeito que precisa se colocar em posição de causa na elaboração do seu testemunho, tornando-se o *psicanalista de sua própria experiência*. Sobre esse assunto, Pierre Bruno (2007, p. 14) assinala uma frase muito curiosa dita por um analisando/passante a seu analista: “vous ne pouvez plus compter sur moi”<sup>83</sup>, reverso da demanda neurótica que, nesse caso, assinalou a queda da suposição de saber. Ao final de análise, cada analisando constata, à sua maneira, a existência da falta no campo do Outro, ponto de intransmissível próprio à experiência analítica. Curiosamente, é essa mesma falta que induz à transferência de trabalho, incitando o desejo de transmissão e possibilitando que cada um se autorize a reinventar a psicanálise a sua própria maneira: “É desagradável que

---

<sup>83</sup> Proposta de tradução: Você não pode mais contar comigo.

cada psicanalista seja forçado a reinventar a psicanálise”, diz-nos Lacan (1978a/1995, p. 66). Desse modo, se há algum juízo possível sobre o que é o passe, devemos encontrá-lo nas saídas propostas à suposição de saber:

Sans écarter la prise en compte des syntagmes classiques, « traversée du fantasme », « identification au symptôme », et a condition de ne pas les mobiliser sans le souffle d’ironie qui interdit d’en faire des insignes, reste que la passe se juge à partir de la solution qu’elle propose à la sortie du transfert analytique, soit à sa modalité d’entrée dans le procès de destitution du sujet supposé savoir.<sup>84</sup> (BRUNO, 2007, p. 15).

As questões discutidas nesse tópico tornam mais clara a posição de exclusão interna sustentada pelo autor do testemunho: de um lado, enquanto analisante, o passante se acha transferencialmente implicado na elaboração da teoria sexual infantil, mas de outro, enquanto analista, dele se espera outro uso da suposição de saber, a qual lhe permitirá avançar na elaboração teórica da psicanálise. Assim, o dispositivo do passe demonstra as diversas formas de enlace entre o trabalho de transferência e a transferência de trabalho, relações que se estabelecem em análise, mas também nas escolas de psicanálise. Nos dois tópicos seguintes, trataremos das articulações entre as saídas à transferência, na experiência de análise, e o laço social entre psicanalistas, nas instituições de psicanálise. Como veremos, os diferentes tipos de enlace entre esses dois eixos compreendem iguais diferenças no campo da transmissão da psicanálise.

## 5.2 Transmissão genealógica na análise didática e nas sociedades psicanalíticas

A proposta freudiana da análise didática em muito se distingue da acepção que o termo posteriormente assumiu nas instituições psicanalíticas, a partir da década de 1940. Para Freud (1926/1996), a análise didática tinha por único objetivo permitir ao futuro analista experimentar, em si mesmo, a hipótese do inconsciente, que só de maneira bastante precária se faz comprovar pela via do ensino teórico. Freud (1926/1996) percebeu o quanto era comum que os estudantes recebessem as informações teóricas da psicanálise com frieza e distanciamento, como se fossem abstrações metafísicas, sem consequências de fato. Nessa perspectiva, o que ele esperava da análise didática era a produção de um ‘afeto’ em relação à

---

<sup>84</sup> Proposta de tradução: Sem desconsiderar a inclusão dos sintagmas clássicos como “travessia do fantasma”, “identificação ao sintoma”, e na condição de não os envolver sem um sopro de ironia que impede de fazê-los insígnias, resta que o passe se julga a partir da solução que ele propõe à saída da transferência analítica, em sua modalidade de entrada no processo de destituição do sujeito suposto saber.

psicanálise, uma sensibilização dos futuros analistas quanto às manifestações de seu próprio inconsciente, único modo de se tornar sensível ao inconsciente do analisando:

É somente no curso dessa ‘auto-análise’ (como é confusamente denominada), quando eles realmente têm a experiência de que sua própria pessoa é afetada – ou antes, sua própria mente – pelos processos afirmados pela análise, que adquirem as convicções pelas quais são ulteriormente orientados como analista. (FREUD, 1926/1996, p. 194).

A ideia de que a análise didática deveria levar a uma convicção da existência do inconsciente foi batizada por Balint (1953) de *período de demonstração* da formação do psicanalista, empreendido por Freud até a sua morte. Mas a concepção corrente da análise didática, aquela que de fato se estabeleceu nas instituições de psicanálise, em nada se assemelhou a esse caráter demonstrativo: com o tempo, o interesse das instituições se voltou cada vez mais à excelência da formação, ao ideal do analista qualificado, caso em que a análise didática se tornava ‘mais’ do que uma simples análise terapêutica: ela se transformava em uma *superterapia*.

Foi Ferenczi (1927/2011) quem primeiro sugeriu a ideia de que as análises didáticas deveriam ir mais ‘longe’ e mais ‘fundo’ do que as análises terapêuticas, proposta que visava corrigir a bizarra situação em que se encontrava o sistema de formação da década de 1920: os analistas da segunda geração eram muito melhor analisados do que seus próprios analistas, de primeira geração, os que tinham feito algumas poucas sessões de análise com Freud ou com algum outro discípulo, em curtos períodos de tempo. Para Ferenczi (1928a/2011), essas variações de níveis na formação do psicanalista repercutiam diretamente em variações na condução dos tratamentos: cada analista parecia conduzir as análises até o limite dado pela sua própria subjetividade, esbarrando em pontos cegos, não analisados na transferência com o didata. Assim, a intenção de estender a análise didática ao limite da superterapia se configurava também como uma tentativa de apagar a influência do ‘fator pessoal’ do analista, produzindo o grau zero de normalidade, com o conseqüente benefício da homogeneização da técnica:

[...] a segunda regra fundamental da psicanálise, isto é, que quem quer analisar os outros deve, em primeiro lugar, ser ele próprio analisado. Após a adoção dessa regra, a importância da nota pessoal do analista dissipou-se cada vez mais. Toda pessoa que foi analisada a fundo, que aprendeu a conhecer completamente e a controlar suas inevitáveis fraquezas e particularidades do caráter, chegará necessariamente nas mesmas constatações objetivas, no decorrer do exame e do tratamento do mesmo objeto de investigação psíquica e, por via de conseqüência, adotará as mesmas medidas táticas e técnicas. De fato, tenho a impressão de que,

após a introdução da segunda regra fundamental, as diferenças de técnica analítica estão prestes a desaparecer. (FERENCZI, 1928a/2011, p. 31).

Para o autor, o ‘tato do analista’ corresponde a esse atributo invariável adquirido na análise de formação, meio pelo qual o analista qualificado irá operar com seus analisandos. Mas, dentro do campo do invariável, o tato também adquire certa *elasticidade*, acomodando-se, como um diapasão, aos sentimentos e necessidades do paciente. Assim, Ferenczi assinala uma série de características pessoais, desejáveis ao psicanalista, que são variações decorrentes do tato: capacidade de exercício de uma espécie de ‘bondade’, a faculdade de *sentir com*, a paciência, a modéstia, o rigoroso controle do narcisismo, e assim por diante. O problema é que o mero tratamento do conflito psíquico, deflagrado pelo sintoma neurótico, não parece suficiente para a aquisição de tantas habilidades. A análise didática precisa ir além do que se manifesta sintomaticamente, tratando dos conflitos latentes, não manifestos, os que são silenciados pela *neurose de caráter*.

Freud (1923/2007) define o caráter como um precipitado de investimentos libidinais, constituído a partir das perdas de objeto. Ele dá o exemplo das experiências amorosas de uma mulher, as quais deixam rastros no aparelho psíquico. De fato, toda experiência amorosa contribui para a formação do caráter, e a mais paradigmática e importante dessas experiências é sempre o complexo de Édipo, em que o fracasso do investimento no objeto incestuoso precipita a identificação e o surgimento dos traços de feminilidade e de virilidade. Mas o importante a salientar é que o caráter indica modos de satisfação pulsional que não implicam nenhum tipo de sofrimento ou de conflito, fazendo surgir a questão de sua possibilidade de análise. Afinal, como analisar algo que permanece silencioso, não articulado pela fala? Para tanto, os analistas voltaram suas atenções aos elementos ‘não verbais’, esses pequenos sinais de resistência que se manifestam na conduta do analisando.

É nesse contexto que Ferenczi (1927/2011) propôs fazer uso da transferência para despertar conflitos psíquicos ainda não existentes, desestabilizando o equilíbrio pulsional sustentado pelo caráter. E precisamos lembrar que Freud (1937/1996, p. 248) desaconselhou categoricamente a proposta: “criar um novo conflito só tornaria o trabalho de análise mais prolongado e mais difícil”, adverte-nos. Por qual razão, então, a análise do caráter e a perspectiva de uma superterapia se tornaram tão difundidas nos institutos de psicanálise, permanecendo em voga ainda em nossos dias? Podemos encontrar a resposta na emergência, a partir da década de 1950, de um tipo especial de caráter, aparentemente reforçado pelo sistema de formação da IPA: o caráter narcísico, característico do ‘candidato normal’.

Em um artigo de 1953, M. Gitelson fez uma longa descrição do que seria o candidato normal e das dificuldades que esse ‘tipo’ apresentaria à condução das análises didáticas. Trata-se de alguém que solicita análise apenas com a finalidade de se tornar analista, sem conflito psíquico aparente. Movido pela ambição e pelo ‘carreirismo’, o candidato normal é capaz de fazer uso da teoria psicanalítica como uma defesa contra a mobilização de seus sintomas, criando uma fachada de “pseudo-normalidade” (GITELSON, 1953, p. 178). É com essa estratégia que ele convence o didata a lhe dar o título de analista de forma mais rápida, sem muitos custos.

Gitelson (1953) percebeu que a mera existência desse estado de coisas revelava o quanto a instituição interferia nos destinos da análise didática, incentivando direta ou indiretamente uma ‘negociação’ entre analisando e analista, único meio de ascender na hierarquia institucional. A sua proposta era a de ‘corrigir’ as distorções produzidas pelo sistema de formação, remetendo o analisando a situações da sua vida em que negociações semelhantes eram feitas, no intuito de obter ganhos narcísicos. Assim, Gitelson (1953, p. 183) acreditava tornar a análise didática uma análise de fato, sem estratégias de intelectualização, fazendo com que os conflitos ‘mascarados’ pela cultura psicanalítica pudessem finalmente vir à tona:

It becomes the task of analysis to provide first of all an opportunity to test out a new reality – the analytic situation, to establish its integrity, and to prove its relevance to the basic nature of the person. In this context, and looking upon the culturally determinate ‘normal’ behavior as itself a resistance, we may attempt to mobilize conflict made latent by the culture and thus, in the end, analyse the vicissitudes of the libido itself.<sup>85</sup>

Um clima de desconfiança e de suspeita se instaurou no cerne do sistema de formação da IPA: estariam os candidatos se utilizando de artimanhas para enganar seus analistas? E pior: como pode um didata, presumidamente melhor analisado e qualificado do que o resto dos mortais, deixar-se enganar tão bobamente por analisandos oportunistas e ambiciosos, como o são os candidatos normais?

Se esses analistas temem o engano, só o fazem na mesma medida em que se situam em referência a uma verdade externa ao discurso analítico: em algum lugar, existiria alguém capaz de formular a demanda ‘legítima’, o verdadeiro pedido de se tornar analista. Essa

---

<sup>85</sup> Proposta de tradução: Se tornou objetivo da análise proporcionar, antes de tudo, uma oportunidade para testar a nova realidade – a situação analítica – estabelecendo sua integridade e provando sua relevância para a natureza básica da pessoa. Nesse contexto, e considerando como resistência o comportamento normal culturalmente determinado, nós podemos tentar mobilizar os conflitos tornados latentes pela cultura e, por fim, analisar as vicissitudes da libido.

situação assumiu tal gravidade que, em artigo recente, um psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) comentou sobre a desconfiança que acomete os analistas quando eles veem surgir uma demanda de formação no curso das análises terapêuticas. Como podemos notar, os psicanalistas da IPA continuam discutindo os mesmos problemas de sessenta anos atrás:

Mencionaria ainda aqueles pacientes que procuram a psicanálise apenas com o objetivo de melhorar seus sofrimentos emocionais e que, após um longo período de análise, passam a desejar ser também psicanalistas. Nesses casos, como sublinham vários autores, cabe ao analista analisar esse desejo, da mesma forma que são passíveis de interpretação outros desejos. Alguns argumentam que esses casos devem ser encarados de modo diferente, podendo ser vistos como expressão de identificação, inveja, competição, rivalidade etc. com o analista, porquanto esse desejo se liga a uma atividade do analista. Penso que a questão deve ser trabalhada com bastante cuidado, pois desejos legítimos podem ser abordados em consequência de visões precipitadas e distorcidas. (D'ABREU, 2007, p. 47).

Esse extrato nos permite ver com mais clareza o contraponto introduzido pelo ensino lacaniano, que em muito se distancia da concepção ipeísta de formação do analista. De partida, vimos que Lacan (1964/1998) concebe a transferência em uma estrutura de engano, de tapeação, que longe de visar a realidade material, atualiza o realismo do inconsciente, no que ele é sexual. Assim, quando o analisando nos diz *'eu minto'*, *'eu lhe engano sobre a minha demanda de ser analista'*, não se trata aqui de um desejo ilegítimo, muito menos da expressão de inveja ou de competição. Longe disso, o enunciado *'eu minto'*, nível discursivo sustentado pelo *'eu'*, reenvia a significação a um segundo nível de discurso, nível da cadeia inconsciente, lá onde se articula a posição do sujeito em relação ao seu desejo. A existência de dois níveis discursivos é o que permite ao analisando afirmar a verdade sobre o seu desejo mesmo que por uma via *'mentirosa'*, fantasística, atualizada na transferência: “Nesse caminho de tapeação em que o sujeito se aventura, o analista está em posição de formular esse *'você diz a verdade'*, e nossa interpretação jamais tem sentido senão nessa dimensão” (LACAN, 1964/1998, p. 133)

Temos, então, mais um ponto de diferenciação entre Lacan e a IPA: para ele, a demanda de ser analista não se constitui em anterioridade ao endereçamento ao Outro, ao analista, perspectiva que põe em cheque a oferta institucional de uma análise didática. Pois, como toda demanda, a de *'ser analista'* também precisa atravessar os desfiladeiros do significante, e é *só-depois* que conseguimos vislumbrar o desejo a ela articulado. Por exemplo, alguém pode procurar um analista com fins de formação, mas desistir da ideia ao longo da análise. De modo inverso, nada impede que essa demanda surja lá onde menos se



espera, em sujeitos que nunca pensaram em ser analistas. Em todo caso, ninguém consegue prever, antecipadamente, se uma análise implicará ou não na formação de um psicanalista. Desse modo, não existe promessa antecipada de análise didática, a análise se constitui como didática apenas ao final, por um efeito de retroação sobre o querer do sujeito:

O único princípio certo a formular, ainda mais por ter sido desconhecido, é que a psicanálise constitui-se como didática pelo querer do sujeito, e que ele deve ser advertido de que a análise contestará esse querer, na medida mesma da aproximação do desejo que ela encerra. (LACAN, 1964/2003, p. 240).

Atravessando as produções atuais dos psicanalistas filiados à IPA, é fácil notar que a crítica por eles feita ao sistema de formação sempre converge a um mesmo ponto: a solicitação da análise didática. O problema começa já na procura de um analista para dar início à formação, demanda que na maioria das vezes é muito maior do que a oferta. Por exemplo, em fins da década de 1970, alguns anos após a fundação da Sociedade Brasileira de Psicanálise São Paulo, a instituição chegou a receber 250 solicitações de análises didáticas. À época, havia apenas treze didatas em exercício, de modo que os candidatos por vezes tinham de esperar anos até conseguir uma ‘vaga’, quatro vezes por semana, com um analista reconhecido institucionalmente (AZEVEDO, 2008). E, quando conseguiam, sentindo-se privilegiados, esses candidatos formavam ‘castas’ dentro da instituição, fechando-se em atividades restritas, sem articulação com os demais membros. Azevedo (2008) também menciona a intervenção massiva da IPA sobre a SBPSP ao longo da década de 1980, cuja finalidade era acabar com o nicho de mercado instaurado pelos didatas: a IPA ‘ordenou’ que se triplicasse o número de didatas, caso contrário, a Sociedade teria o sistema de formação paralisado. Em pouco tempo, o número subiu de 13 para 40, o que não deixava de levantar a suspeita sobre os reais critérios em jogo no reconhecimento de um psicanalista didata.

É surpreendente perceber que há diferenças de posicionamento entre esses analistas a respeito da análise didática e que muitos são até mesmo abertamente contrários ao sistema de formação, como é o caso de Meyer (2007, p. 34): “em resumo: a análise didática contribui para a criação de uma atmosfera paranoica, identificações doentias, um microcosmo endogâmico e conservador, incentivando a permanência de oligarquias administrativas”. Na contrapartida, aqueles que defendem a permanência das análises didáticas argumentam a necessidade de a instituição se responsabilizar pela análise de seus candidatos, o que diferenciaria a formação do psicanalista de uma formação universitária:

O que pode um Instituto ensinar sobre análise pessoal, senão promover as condições para que esta aconteça? Seminários clínicos? Supervisões? Teoria analítica? Será

que é possível na verdade formar analistas na instituição? Ou será um outro processo, na análise pessoal, que talvez possa ajudar alguém a vir a ser analista? (AZEVEDO, 2008, p. 182).

Tais perguntas retomam novamente o problema da transmissão na experiência analítica: o que a transferência com o didata de fato transmite? Sobre esse assunto, não são raros os testemunhos que atestam uma transmissão pela via da identificação, conforme formula claramente Sauberman (1995, p. 175), a respeito de sua própria análise didática: “Lembramos de situações reais [...] que tiveram um efeito transformador em nosso modo de pensar, gerando um desejo nosso de, por identificação, querer nos comportarmos como pessoa e como analista, como nosso analista comportou-se conosco [...]”. Assim, a posição privilegiada assumida pelo didata, no âmbito da instituição, inevitavelmente lhe destina ao lugar do ideal, no âmbito da clínica, favorecendo uma transmissão por *fac-símile* entre gerações de psicanalistas, em que os traços do analista didata - seu estilo, sua técnica e até seu modo de se vestir - se pluraliza nos candidatos por ele formados.

Para se transmitir, não dispondo da lei do sangue, que implica a geração, nem da lei da adoção, que pressupõe a aliança, resta-lhe a via da reprodução imaginária que, por uma modalidade de *fac-símile* análoga à impressão, permite, por assim dizer, sua tiragem num certo número de exemplares em que o único se pluraliza. (LACAN, 1955a/1998, p. 479).

Seria mesmo inevitável a repetição do idêntico na transmissão entre gerações de analistas? Ou seria o conservadorismo da transmissão uma característica específica da transferência com o didata? Essas são questões que nos remetem a uma modalidade muito particular de transmissão da psicanálise, facilmente observada nas análises didáticas e também nas instituições ipeístas: a transmissão genealógica, agenciada pela *exceção paterna*.

O exemplo paradigmático de transmissão genealógica foi introduzido por Freud (1913/1996), no seu famoso mito da horda primitiva, em *Totem e Tabu*. Retrocedendo na linhagem masculina, Freud se deparou com a exceção paterna, a existência de *ao menos um* homem que não se privava de nada, de nenhuma satisfação, detendo o gozo de todas as mulheres do clã. Em sua releitura de *Totem e Tabu*, Lacan (1971/2009) demonstra que esse lugar da exceção só se torna operativo a partir do parricídio, do momento traumático em que os irmãos se unem para cometer o crime contra o pai. O assassinato assim introduz o pai enquanto função: ele agora assume o lugar do ‘zero’, do traço apagado, responsável por dar início à série genealógica.

A transmissão genealógica preserva a função do número, ela é contável, e o exemplo mais claro de tal contabilidade são os nomes de família, transmitidos de pai para filho: Neto, Júnior, Filho, Primeiro, Segundo, exemplos que destacam a existência de uma série, com começo bem definido. Utilizando as contribuições do matemático Peano, Lacan (1971/2009) desenvolve a função do número na série genealógica, em que o ponto de origem, o marco 'zero', é instituído pelo pai morto. Assim, a questão nodal para a genealogia se refere à passagem do 'zero' ao 'um', da função paterna à posição masculina, eixo a partir do qual giram as identificações do complexo de Édipo. Na matemática, a passagem do 'zero' ao 'um' por um lado preserva a igualdade (uma vez que o 'zero' é elemento de todo conjunto), mas por outro também marca a diferença (o surgimento do 'um' a partir do 'zero'). De modo semelhante, no Édipo, a função paterna transmite os signos de virilidade, em uma perspectiva conservadora, mas também introduz uma 'falha' entre pai e filho, que permite instaurar o novo, a diferença.

A instauração da falha depende do trabalho que cada sujeito irá empreender de apagamento do traço paterno, tão bem caracterizado por Freud (1939/1975) em sua discussão sobre o período de latência. Pois, se a inscrição do traço paterno é um dado universal, será preciso que cada um efetue um trabalho psíquico singular de apagamento do 'não' do pai, para enfim retomá-lo, posteriormente, com seus próprios recursos simbólicos. A transmissão genealógica é, portanto, uma estrutura composta de três tempos: 1. Inicialmente, temos a inscrição do traço paterno na origem mítica da linhagem masculina; 2. Segue-se um período de latência, tempo necessário ao trabalho subjetivo de apagamento do 'não' do pai. Aqui, são três as possibilidades de apagamento: o recalque, o desmentido e a forclusão. 3. Por fim, há o retorno do traço apagado por vias substitutivas, formação de compromisso que por um lado conserva a relação com o traço, mas por outro se mostra inteiramente original, introduzindo a dimensão da diferença.

Nesse ponto, a transmissão genealógica introduz o difícil problema da conexão entre o substituto e o traço, uma vez que os vínculos entre uns e outros foram perdidos ao longo do período de latência. Para Freud (1916/1996), a restituição dos vínculos produz, retroativamente, a emergência do sentido (dos sintomas), operação responsável pela direção da cura. De tal modo, a função do pai não apenas agencia a transmissão na perspectiva das gerações como também regula os limites do campo do sentido, na perspectiva do sujeito.

O que determina o aspecto mais ou menos conservador da transmissão genealógica? Existem formações de compromisso que preservam com mais clareza o traço paterno e, de modo contrário, há outras que o substituem em tal grau de deformação que quase não

conseguimos recuperar os vínculos com a experiência original. No extremo do polo conservador do complexo de Édipo, podemos localizar a formação do *supereu*, o qual “reterá o caráter do pai” (FREUD, 1923/2007, p. 45). O autor lembra que a formação do supereu não apenas implica na conservação dos resíduos do investimento ao pai, mas é também “uma energética formação reativa contra essas escolhas” (FREUD, 1923/2007, p. 44), combinando o imperativo de ‘ser como o pai’ com a proibição do gozo: “você não pode ser assim (como seu pai); isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz, algumas coisas permanecem prerrogativas dele” (p. 44). No outro extremo, no polo da máxima diferença, encontramos a negação radical da inscrição do traço, posta em jogo na construção do delírio.

Se concebermos a formação do analista como uma formação de compromisso, trata-se de uma que não pode prescindir do mito edípico, sob o risco de se tornar delirante. Pois a função paterna não é apenas uma necessidade lógica que torna possível a posição masculina: é ela também uma *necessidade de discurso*, a tornar possível a regulação do universo simbólico, o funcionamento ‘normal’ da cadeia significante. Na ausência do limite imposto pela significação fálica, a diacronia significante não encontra seu ponto de basta, o que comprometeria a produção retroativa do sentido. Nesses casos, a cadeia significante tende a deslizar incessantemente, uma frase se emendando com a outra, como bem demonstra a verborragia de certos psicóticos. Assim, a experiência institucional, qualquer que seja ela, também se faz regular pela lógica fálica, ela implica o exercício de uma função simbólica na transferência entre pares: “retire-se o Édipo, e a psicanálise em extensão, diria eu, torna-se inteiramente da alçada do delírio do presidente Schreber” (LACAN, 1967a/2003, p. 262).

Na contrapartida, a lógica masculina demonstra incessantemente suas zonas de ‘desfuncionamento’, próprias ao discurso agenciado pelo pai legiferante, intedor do gozo. O lado homem se apresenta, portanto, continuamente parasitado pelas *patologias da lei*, termo bastante feliz, cunhado por Geneviève Morel (2008). Sob a regência da lógica fálica, convivemos com o risco constante de conceder consistência imaginária a uma função simbólica (lembramos o quanto Freud enfatizou a importância estrutural do pai morto). Por consequência, pela via sintomática, produzem-se fenômenos muito facilmente observáveis, tanto na clínica das neuroses quanto no laço social: a idealização, o segregacionismo, a identificação imaginária, o acirramento da tensão entre o eu e o supereu etc.

Nas instituições de psicanálise, quando algo ou alguém assume o lugar da exceção paterna, o que se observa é a produção de um tipo muito peculiar de sintoma: a formação *superegógica* do psicanalista, fundada sob o argumento de autoridade. Aqui, a análise didática a um só passo institui o imperativo da identificação – *você deve ser como o seu analista* – mas

também introduz a dimensão da proibição - *há coisas que são prerrogativas do didata* -, deixando os candidatos sempre embaraçados com o lugar de diferença, na sua análise e na instituição. Pois como é possível tornar-se *um psicanalista*, diferente dos demais, quando o conceito de *O Analista* já está posto de entrada, no endereçamento ao didata?

Os analistas da década de 1950 não estavam desavisados quanto a essa reação adversa produzida pelas análises didáticas: estava claro que a submissão aos dogmas e à autoridade, no âmbito institucional, em muito se relacionava com a função superegóica exercida pelo didata nas análises de formação, conforme bem nos lembra Poli (2012). Retomando as discussões de Balint, a autora demonstra o quanto o caráter conservador da transmissão se relacionava ao problema da identificação ao ideal do eu, que levava os analistas a se “segregarem em grupos genéticos, desenvolvendo entre si fortes críticas em relação a outros grupos e, de modo geral, seguindo cegamente seus mestres” (POLI, 2012, p. 66). E embora Balint fosse um grande crítico do sistema de formação da IPA, Poli (2012, p. 66) nos indica que ele jamais questionou esse processo de introjeção do analista, “que passa a operar como o núcleo um novo superego”. O problema, para ele, antes se relacionava à conciliação de uma estrutura dogmática, no campo da instituição, com a posição do analista assumida em transferência, o qual precisa renunciar a todo poder sugestivo e às intenções de conduzir a vida do analisando. Nesse ponto, Poli (2012) destaca a incongruência entre a institucionalização da psicanálise e a formação dos analistas em suas próprias análises, visível desde a criação da IPA, em 1910.

De fato, ainda em nossos dias, a análise didática cristaliza um saber prévio e já instituído sobre a formação, bastando ao candidato cumprir as etapas necessárias, como o bom aluno que segue as orientações de seu mestre:

Tentou-se discernir o obstáculo interno à análise didática na atitude psicológica de postulação em que se coloca o candidato em relação ao analista, mas isso não equivale a denunciá-la em seu fundamento essencial, que é o desejo de saber ou de poder que move o candidato como princípio de sua decisão. [...]

O fruto positivo da revelação da ignorância é o não saber, que não é uma negação do saber, porém sua forma mais elaborada. A formação do candidato não pode concluir-se sem a ação do mestre ou dos mestres que o formam nesse não saber, sem o que ele nunca será nada além de um robô de analista. (LACAN, 1955b/1998, p. 360).

Como vimos, os analistas da IPA creditam todos os males do sistema de formação à postulação da demanda da análise didática, divergindo entre si sobre as motivações dessa demanda, se seriam elas ‘legítimas’ ou mais uma estratégia de tapeação dos candidatos normais. Na citação acima, Lacan (1955b/1998) nos indica que esse é um problema menor se

comparado às relações entre o sujeito e o saber estabelecidas no trabalho de transferência e, por consequência, nas transferências de trabalho.

No âmbito da análise pessoal, a função do didata não se faz exercer a partir da falta de um significante no campo do Outro: o analista verdadeiramente sabe (ou acredita saber) sobre o que é necessário para a formação, seu saber não é barrado, e sim tornado consistente pelos títulos e pela autorização concedidos pelos pares. No âmbito da instituição, a teoria psicanalítica se transmite pela via da ‘patronímia’, da reprodução do saber do mestre. Assim, o candidato se torna uma ‘cria’ do psicanalista didata, a ele referenciado nos sucessos e nos fracassos de sua futura profissão:

Partamos da hipótese de que, na análise didática, mais que nas análises comuns, a questão das necessidades narcísicas não-atendidas dos analistas encontra condições mais favoráveis de reativação. Essa hipótese se fundamenta no fato de que, com muita facilidade, o analista se envolve ou se deixa envolver numa fantasia que o coloca no lugar de formar, dar à luz, produzir um futuro analista que transitará entre colegas e outros analisandos-candidatos e será, pelo menos em nosso País, referido a ele, analista, com frequência e naturalidade; é uma “cria” sua, com todo o investimento libidinal que esta condição comporta. (SAUBERMAN, 1995, p. 183).

A manutenção do lócus do Outro consistente, não barrado, no topo da hierarquia da IPA parece aproximar esse modelo institucional daqueles propostos por Freud (1921/1996) no seu texto sobre a *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, a saber, a Igreja e o Exército. Lacan (1955c/1998, p. 478) foi o primeiro a notar essas relações de semelhança e de afinidade entre a posição ocupada pelo didata diante de seus analisandos e a função exercida pelo líder diante das massas: “investigação essa cuja evidente parcialidade justifica-se pela descoberta fundamental da identificação do eu de cada indivíduo com uma mesma imagem ideal, cuja miragem é sustentada pela imagem do líder”. Posteriormente, essas indicações foram retomadas por outros psicanalistas, os quais puderam circunscrever uma lógica própria de funcionamento das sociedades do tipo IPA, caracterizada pelos laços libidinais de identificação entre membros e de idealização dos membros em relação ao líder (ao didata), conforme aponta Quinet (2009, p. 102):

A conjunção do ideal do eu I(A) e do objeto *a* no lugar do líder se encontra no fundamento do fanatismo de seitas, grupos, e até mesmo Escolas e Sociedades de psicanálise, formadas em torno de um líder que se coloca como o Menos-Um, o que não é igual a todos. É o lugar da exceção – a que constitui a regra.. que é para os outros.

O fato é que nenhuma instituição de psicanálise está livre dos efeitos de grupo agenciados pelo lugar da exceção paterna, nem mesmo as Escolas lacanianas. E também não nos parece justo afirmar a existência de uma sociedade psicanalítica completamente regulada pela lógica das psicologias das massas. É caricata a concepção que alguns lacanianos fazem da IPA como um grupo coeso e homogêneo, quando sabemos que divergências teóricas e políticas sempre fizeram parte dessa instituição, como ilustra o exemplo das disputas entre partidários da Melanie Klein e de Anna Freud, na década de 1950. Assim, mesmo as estruturas hierárquicas mais rígidas e estratificadas suportam certa margem de diferenciação entre membros, questão que pode ser bem visualizada nas ‘falhas’ produzidas pelas análises didáticas, essa diferença que se transmite entre gerações de psicanalistas. O grande problema é que a IPA concebe essas falhas, não como a manifestação da diferença, mas como um erro que precisa ser corrigido pela via da regulamentação.

O estudo da transmissão genealógica e da função paterna se torna verdadeiramente útil na medida em que nos esclarece, por contraposição, a existência de outra lógica passível de reger o laço social entre psicanalistas: a lógica do não-todo, que agencia a transmissão do lado mulher. Essa é uma perspectiva que possibilita estabelecer relações de maior congruência entre a formação dos psicanalistas em análise e a institucionalização da psicanálise, ambas enlaçadas por um mesmo discurso: o discurso analítico.

### **5.3 Uma mulher, um psicanalista, uma escola de psicanálise: transmitindo a contingência**

As fórmulas lacanianas da sexuação, apresentadas em sua forma final no Seminário *Mais Ainda* (LACAN, 1972-1973/1985), trazem-nos a possibilidade de retomar as discussões sobre a transmissão em outra perspectiva, menos atrelada ao problema do funcionamento institucional. Essa nova via de leitura prescinde da excessiva ênfase que até então a bibliografia psicanalítica tem concedido aos aspectos burocráticos, às rixas entre membros e as pequenas diferenças entre grupos, que se expressam nos usos particulares dos dispositivos institucionais. Pois mais interessante do que considerar as instituições de psicanálise em sua realidade factual, cotidiana, será compreendê-las em sua realidade discursiva, na lógica que rege o laço entre os membros, e deles com a própria psicanálise. Assim, do lado homem, a transmissão genealógica nos remete a uma lógica fundada no argumento de exceção fálica:

As fórmulas da sexuação.

$\exists x \overline{\Phi x}$	$\overline{\exists x} \overline{\Phi x}$
$\forall x \Phi x$	$\overline{\forall x} \Phi x$
$S$	$S(A)$
$\Phi$	$A$

Fonte: Lacan (1972-1973/1985).

Há, de fato, muitas e variadas maneiras de ler e elaborar as fórmulas quânticas da sexuação. Nesse tópico, escolhemos explorá-las enfatizando as quatro categorias da lógica aristotélica: o necessário, o contingente, o possível e o impossível. Assim, na parte esquerda e acima do esquema lacaniano, do lado ‘homem’, a primeira proposição  $\exists x \overline{\Phi x}$  (existe ao menos um ‘x’ para o qual a função fálica  $\Phi x$  não é predicado) mostra-se da ordem do *necessário*. É ela que institui o *possível* do conjunto dos homens, tornando verdadeira a proposição que se segue logo abaixo:  $\forall x \Phi x$ , para todo ‘x’, a função fálica é um predicado válido.

Essa primeira proposição afirma o domínio da existência, *existe ao menos um*, que aqui não deve ser compreendida enquanto existência material, e sim como necessidade lógica: a existência da origem, de um ponto de fundação externo ao discurso, onde o conjunto ‘todos os homens’ se fecha e encontra o seu limite. Esse lugar mítico da origem discursiva é preenchido, de acordo com Lacan (1971-1972/2011), pela função do pai, mas, evidentemente, não de qualquer pai: o *ao menos um* que escapa à castração é o pai da horda primitiva, o detentor do gozo de todas as mulheres, tão bem caracterizado por Freud (1913/1996), em *Totem e Tabu*. Isso quer dizer que, do lado masculino, a função paterna demonstra sua máxima importância, é ela o ponto ideal a partir do qual os homens retiram suas referências de virilidade, fazendo bom uso da castração que, diga-se de passagem, foi-lhes transmitida de pai para filho. Afinal, “a partir de que existe um, é a partir daí que todos os outros podem funcionar, é em referência a essa exceção, a este ‘existe’”. (LACAN, 1971-1972/2011, p. 32).

Para não repetir argumentos já explorados no tópico anterior, basta mencionarmos que a lógica masculina atravessa a constituição do *modelo familiar de formação do psicanalista*, conforme nos aponta Safouan (2013, p. 39):



Lacan a montré que l'existence d'un au-moins-un faisant exception conditionne la formation de la proposition affirmative universelle. Et il a mis ce principe logique en lumière précisément parce qu'il fonctionne subrepticement dans la fabrication du mythe du père de la horde primitive. [...] Il est clair que ce principe a été mise en oeuvre d'une manière particulièrement implacable dans la création de l'IPA.<sup>86</sup>

No modelo familiar, a questão do reconhecimento se introduz pela via genealógica, pelo argumento de autoridade do 'ao-menos-um' (seja ele Freud, a IPA, o analista didata), a garantir o exercício profissional dos 'filhos', ou dos filiados. Desse modo, a função da exceção ( $\exists x \overline{\Phi x}$ ) é o que torna possível o estabelecimento do conjunto dos psicanalistas ( $\forall x \Phi x$ ), todos marcados pelo mesmo traço de 'qualificação'. Vale acrescentar que a relação entre o necessário e o possível, entre a exceção e o conjunto fechado, é também a base da psicologia das massas a qual, em termos freudianos, refere-se à constituição dos laços libidinais entre o líder e os membros, e dos membros entre si (FREUD, 1921/1996).

Ao fundar a Escola Freudiana de Paris (EFP), Lacan tomou a si o desafio de propor um modelo de formação fundado em outra lógica, que não necessariamente agenciada pelo mito paterno. Nesse ponto, poderemos demonstrar relações de afinidade entre a posição feminina e a analítica, pois muito embora a lógica do feminino não exclua o recurso à exceção (uma vez que se trata de uma necessidade de discurso), do lado mulher, há a possibilidade de afirmar uma 'existência não caucionada', sem fazer apelo à autoridade externa. Uma mulher, assim como um psicanalista, autoriza-se de si mesma...

Retomando o quadro das fórmulas da sexuação, do lado direito e acima, encontramos uma articulação entre o *impossível* e o *contingente*: a primeira equação -  $\overline{\exists x \Phi x}$ , não existe 'x' para o qual a função fálica não seja atributo – determina a ordem da impossibilidade, em outros termos, da ausência de qualquer índice no real do corpo de uma mulher que possa conceder uma significação positiva sobre o feminino. Nessa perspectiva, a relação da mulher com a função fálica é puramente contingente, precisando ser observada caso a caso:  $\overline{\forall x \Phi x}$ , para não-todo 'x', a função fálica é predicado válido. O 'não-todo' aqui designa uma divisão do ser das mulheres, que de um lado se conecta ao gozo fálico e de outro está sujeito a um gozo que as ultrapassa, o gozo suplementar, relacionado ao  $\$ (A)$ : "Não é porque ela é não-toda na função fálica que ela deixa de estar nela de todo. Ela não está lá não de todo. Ela está lá à toda. Mas há algo mais" (LACAN, 1972-1973/2011, p. 100).

<sup>86</sup> Proposta de tradução: Lacan mostrou que a existência do ao-menos-um fazendo exceção condiciona a formação da proposição afirmativa universal. E ele trouxe à tona esse princípio lógico precisamente porque ele funciona sub-repticiamente na fabricação do mito do pai da horda primitiva. É claro que esse princípio fora colocado em cena particularmente na criação da IPA.

Na ausência da exceção, enquanto ponto de exterioridade discursiva, o conjunto formado pelas mulheres permanece aberto, de modo que elas não compartilham nenhum traço em comum que as permita universalizá-las: *A Mulher não existe*, aforismo lacaniano que nos distancia de qualquer tentativa de definição do ‘ser mulher’. Mas, prescindindo-se da exceção, o quê exatamente agencia e movimenta o discurso do lado do feminino? Em outras palavras: como se produz uma mulher? A resposta a essa questão, poderemos vislumbrá-la no conceito de ‘ato’.

Se, do lado homem, os signos de virilidade se transmitem de pai para filho, do lado mulher, é falso afirmar que elas retiram suas referências de feminilidade a partir de uma identificação direta com a mãe. Se a identificação existe, ela jamais é suficiente, uma vez que falta igualmente à mãe o significante da diferença sexual. De tal modo, é função do ato introduzir um ‘começo’ no mundo, produzindo aquilo que antes não existia: uma mulher, em sua relação única e contingente com o falo. Nesse ponto, interessante seria investigar as variadas dimensões do ato responsáveis por produzir uma mulher: o ato de amor, relacionado ao ‘ser mulher’ no campo do Outro, o ato criminoso, do qual Medéia é o exemplo mais paradigmático, o ato performativo, muito mais próximo da ‘mascarada’ feminina etc. Questões para desenvolvimentos futuros.

De modo semelhante, os testemunhos de passe nos remetem às várias dimensões do ato responsáveis por produzir um psicanalista, ao final de uma psicanálise. O ato analítico se torna um artifício necessário diante da ausência do argumento de exceção, esse significante responsável por dar início à série numérica dos analistas. Assim como *A Mulher*, podemos afirmar que *O Psicanalista* não existe, ele é da ordem do impossível, razão pela qual a produção do psicanalista se verifica na contingência de cada trabalho de transferência, na maneira pela qual o sujeito endereça a sua questão ao campo do Outro.

Podemos acrescentar aqui uma terceira figura de contingência, que complementa a série dos ‘uns’: uma mulher, um psicanalista... e uma Escola de psicanálise. Enquanto a série genealógica é sequencial (0, 1, 2, 3...), essas três figuras não comportam o conceito de número, demandam ser contabilizadas uma a uma, na condição de pura diferença (1, 1, 1, 1...). Muito embora alguns autores, a exemplo de Quinet (2009), apostem na existência de um conceito de Escola, o fato é que *A Escola* não existe, nem mesmo A Escola de Lacan, cuja inexistência real foi sancionada pelo ato de dissolução. Assim, por um lado, todas as instituições que se seguiram à dissolução da EFP puderam igualmente reivindicar a sua filiação à Escola de Lacan, são elas tributárias do movimento lacaniano. Por outro, a Escola Freudiana de Paris não se presta muito bem ao lugar de exceção fálica, ela não é um modelo a

ser conservado: “é um fracasso completo esse passe”, constatou Lacan (1978b/1995, p. 63). Foi justo o fracasso do passe que instituiu a falta do significante último responsável por nos dizer o que é uma escola psicanálise, e que abriu espaço para a invenção de experiências institucionais absolutamente heterogêneas. Assim, algumas escolas reafirmaram a aposta no passe, outras optaram por tratar da formação do analista por vias alternativas, nas demais provas de trabalho apresentadas por seus membros. De uma maneira ou de outra, o desafio permanece, já que, felizmente, nunca se inventou nenhum dispositivo que respondesse, de uma vez por todas, à pergunta “*o que é um psicanalista?*”.

Mas a inexistência do conceito de Escola não se deve unicamente à pluralidade de experiências institucionais decorrentes da Escola Freudiana de Paris. Os testemunhos de passe nos demonstram que uma mesma Escola pode assumir representações diferentes ao longo da formação de um mesmo psicanalista. Assim, as consequências do ato analítico extrapolam o domínio do trabalho de transferência, incidindo igualmente sobre as transferências de trabalho, outro modo de investigar as articulações entre psicanálise em intensão e em extensão.

O testemunho de Marie-Annick Gobert (2000), discutido no segundo capítulo, indica que um dos efeitos do ato analítico foi uma mudança no seu modo de se endereçar à Escola de psicanálise. Lembremos que, no caso dela, o ato analítico se produziu no encontro contingente com uma paciente psicótica, que mal falava e pouco se alimentava, “apresentando-se ao olhar dos outros como um corpo quase sem vida” (GOBERT, 2000, p. 140). O encontro com a jovem esquizofrênica se fez marcar pela dificuldade em conduzir o tratamento, pelo embaraço diante da dimensão do ato: “por que ela não está morta?”, pergunta-se Gobert, ainda em posição de analisanda, atravessa pela sua própria fantasia.

Para a autora, esse ponto de impasse revelava um primeiro modo de enlaçamento entre os registros RSI, anterior à incidência do ato analítico: a paciente estava em R, do lado do real, como um corpo não atravessado pelo significante, quase a encarnação da morte; a analisanda estava em I, do lado do imaginário, procurando um modo de contato com a paciente, desejando “fazê-la falar”; e a Escola se posicionava em S, no nível simbólico, lugar de suposição da garantia do psicanalista.

Diante do ‘não incomodar’, únicas palavras ditas pela paciente, a analisanda apresentou a decisão de incomodá-la, pondo-se a ler um romance, e vimos que esse ato engajou a paciente na direção da cura, instaurando a analisanda na posição de analista. Após a operação do ato, verifica-se, portanto, um novo modo de enlace entre os registros RSI: a paciente agora está em S, no lugar de ensino, de onde se espera uma resposta simbólica sobre o ato analítico;

a analisanda, em posição de analista, está em R, tomando para si os resíduos do significante, e assim articulando a pulsão e a linguagem; por fim, a Escola de psicanálise vem ocupar o lugar do imaginário, I, onde a autora se faz escutar sobre a passagem à analista: “L’École est en place de devenir un corps qui pourra incorporer du savoir nouveau s’il en a”<sup>87</sup> (GOBERT, 2000, p. 141). O ato operou um deslizamento sobre o lócus reservado à Escola de psicanálise: da garantia simbólica do psicanalista à deposição imaginária do saber analítico.

Na ausência do conceito, o Outro institucional adquire dimensões variadas, e nada descarta aqui a possibilidade de endereçamentos sintomáticos, suportados pela questão neurótica por excelência: “*afinal o que esse Outro, a Escola, quer de mim?*”. É um verdadeiro desafio sustentar, via transferência de trabalho, as variadas respostas que cada um propõe a essa questão, que vão desde a posição de sacrifício (*‘tudo pela Escola’*) até o tirar completamente o corpo fora. O testemunho de Gustavo Stiglitz (2010) bem exemplifica uma dessas respostas sintomáticas, a ganhar expressão no laço entre psicanalistas: tratava-se do sentimento de ‘estar de fora’ (em francês: *en dehors*), excluído do campo Outro.

Uma sequência de cenas infantis esclarece tal posição subjetiva: o menino observava excitadamente seus pais se afastarem até o limite do suportável, correndo para se juntar com eles em seguida; os adultos falavam em inglês sempre que queriam excluir as crianças de determinado assunto e, quando o sujeito finalmente aprendeu os rudimentos da língua, eles passaram a se comunicar em yiddish, mantendo o lugar de exclusão; por fim, o trabalho de transferência o remeteu ao encontro com o olhar melancólico e mortífero de sua mãe, quando esta o acalentava para fazê-lo dormir, instante de fixação do gozo de ‘estar de fora’.

Mas a relação entre o sintoma neurótico e o laço à instituição não estava dada de partida, precisou ser esclarecida a partir de uma escansão do psicanalista, curiosamente operada fora do consultório, em um encontro fortuito com o analisando no elevador do prédio onde se localizava a Escola.

Há muito que o sujeito circundava as vizinhanças da instituição, exercendo trabalhos no mesmo prédio, mas sem chegar tomar a iniciativa de participar de qualquer atividade. No momento de sair do elevador, ele escuta o analista lhe dizer: “Ce n’est pas ici, c’est en haut”<sup>88</sup> (STIGLITZ, 2010, p. 34), e imediatamente lhe responde, mentindo: “Je monte tout de suite”<sup>89</sup> (p. 34). Com uma voz mais forte, o analista repete: “Ce n’est pas ici, c’est en haut” (p. 34). A

---

<sup>87</sup> Proposta de tradução: a Escola está no lugar de se tornar um corpo que poderá incorporar um saber novo, se é que ele existe.

<sup>88</sup> Proposta de tradução: Não é aqui, é em cima.

<sup>89</sup> Proposta de tradução: Eu subo já.

frase lhe envergonha e lhe dá a ver a fragilidade do seu laço à instituição: “là aussi, j’étais un peu sur le bord, en dehors. Le savoir était chez les autres” (p. 34).<sup>90</sup>

Em outra ocasião, depois de passar a sessão reclamando sobre um trabalho recusado em Congresso, ao final, o analista lhe diz, já na porta de saída do consultório: “não convém se identificar ao lugar do excluído, é um mau lugar” (STIGLITZ, 2010, p. 35). A interpretação teve por efeito reduzir o lugar de exclusão à dimensão do traço, impulsionando o sujeito a publicar esse mesmo trabalho em outras vias, o que indicava um deslocamento da submissão ao ‘não’ do Outro. Esses extratos nos dão a entender que as intervenções do analista incidiram sobre as bordas, situando-se no limite do dentro e do fora, e não à toa elas se constroem para além do limiar físico da análise: no elevador do prédio e na porta de saída do consultório.

O autor comenta que esse percurso de análise lhe trouxe o benefício da extração fantasmática do objeto olhar, deduzida a partir de um sonho de transferência: o analisando vai apresentar um trabalho na Escola e solicita ao colega de mesa que lhe empreste uma tesoura para cortar algumas figurinhas de dupla face, com os dois lados idênticos. Na hora de procurar o objeto, ele não o encontra, não há nada a cortar. Na construção do fantasma, Stiglitz (2010) destaca uma orientação do olhar, resultado da função de corte: “le regard peut maintenant être orienté. Vers l’Autre, vers l’Autre sexe, vers l’École”<sup>91</sup> (STIGLITZ, 2010, p. 34).

No entanto, o falecimento prematuro do analista interrompe a direção da cura, lançando o sujeito mais uma vez no campo da exclusão: ele não desejava ver ninguém, nenhum colega da Escola, nem endereçar a demanda a outro analista. Verifica-se, nesse ponto, uma queda temporária da suposição de saber, que em nada se relaciona ao des-ser do analista ao final de análise: “Il s’agissait d’un cynisme transitoire étayé sur cette phrase: ‘Les analystes meurent aussi’”<sup>92</sup> (STIGLITZ, 2010, p. 35).

Passado o período de luto, o analisando escolhe mais um analista, esse último autor de um romance em que o personagem principal vivia entre duas cidades, como foi o caso do próprio sujeito, em certo momento de sua vida. Com esse analista, o sujeito conseguiu operar um deslocamento do seu lugar de exclusão, autorizando-se como um psicanalista ‘a mais’ (em francês: *en plus*), dentre outros membros da comunidade analítica. Aqui, há a passagem do campo de exterioridade (‘de fora’) ao da heterogeneidade (‘a mais’), modificando o laço do sujeito ao campo do Outro. A experiência de análise produziu efeitos de formação, que

<sup>90</sup> Proposta de tradução: Lá também eu estava um pouco na borda, do lado de fora. O saber estava com os outros.

<sup>91</sup> Proposta de tradução: O olhar pode agora ser orientado. Em direção ao Outro, ao Outro sexo, à Escola.

<sup>92</sup> Proposta de tradução: Tratava-se de um cinismo transitório suportado por essa frase: “os analistas também morrem”.

posteriormente puderam ser inscritos na experiência institucional, no trabalho com outros psicanalistas.

Ao deixar de lado a exigência da análise didática e o impulso de regulamentação da prática, as escolas lacanianas se tornaram o lugar mais propício ao acolhimento dos efeitos de formação, que precisam ser observados caso a caso, na relação que cada um estabelece com a psicanálise. Esses efeitos, como as demais formações do inconsciente, são atemporais e surpreendentes, e, ao contrário do que se pensa, nem sempre se referem ao maior engajamento do sujeito na comunidade analítica. Tal foi o aprendizado que pude extrair da minha própria experiência institucional, ao escutar alguns pedidos de se associar ao Corpo Freudiano de Fortaleza.

O pedido mais comum e frequente é o de ‘entrar’ na Escola na condição de membro associado em formação básica. A formação básica respeita o princípio do ‘mínimo necessário’: oferecemos módulos, não sequenciais, em que são discutidos os conceitos fundamentais da psicanálise e os operadores da clínica psicanalítica, mínimo de saber teórico necessário às trocas entre pares. Mas a formação básica também se constitui enquanto um tempo fundamental para que se verifique a produção (ou não) de outra demanda, situada para além do interesse teórico: a demanda de se tornar analista. Enquanto o pouco de saber veiculado pela formação básica é limitado, estendendo-se por um período curto de tempo, a formação do psicanalista não tem limite de tempo pré-estabelecido, é ela permanente, e implica um trabalho continuado de transmissão da psicanálise. Nessa perspectiva, para aqueles que desejam se vincular à Escola associando-se à formação permanente, recomendamos que já tenham iniciado um percurso de análise (com um analista de livre escolha) e que proponham alguma atividade a ser desenvolvida com os demais membros (cartel, grupos de estudo, discussão de casos da literatura analítica etc.). Por essas vias, esperamos acolher os efeitos de formação, frutos da contingência de cada experiência de análise. Também é preciso acrescentar que não existe nenhuma relação de linearidade entre a formação básica e a permanente, de modo que a Escola oferece outros espaços para quem deseja sustentar um vínculo institucional sem se engajar na formação analítica.

Recentemente, tive a oportunidade de trabalhar, juntamente com outra analista, no acolhimento de uma demanda de entrada na formação permanente. Tratava-se de uma moça jovem, com um excelente percurso acadêmico, que tinha atravessado a formação básica de maneira engajada, estudando os textos e participando dos seminários. A carta por ela endereçada à Escola enfatizava bem esses ganhos pela via do ensino, indicando igualmente um interesse pela clínica, embora nada mencionasse sobre a entrada ou não em análise. Por

seis meses, tentamos marcar mais de uma vez a entrevista de acolhimento, sem conseguirmos nos encontrar em razão da disponibilidade de horários. Quando finalmente a data foi agendada, ela recuou no pedido. Deixamos em aberto a possibilidade de endereçar nova demanda, em outro momento.

Pouco depois, ela me enviou, de maneira informal, um projeto de pesquisa, em que pude observar um curioso impasse metodológico: apesar da excelente compreensão teórica, não havia nenhum problema de investigação. O projeto era uma espécie de ‘compêndio’ bibliográfico, um resumo do ponto de vista de diversos autores da psicanálise sobre um determinado tema. Quando perguntada sobre o assunto, queixou-se de que estudava muito, mas que, de uns tempos para cá, não sabia mais para quê servia a teoria. Deixou indicado que a demanda de iniciar a formação analítica se fez suportar pelo saber teórico, e que, à época, ela se autorizou em sua prática pelo fim da formação básica e pela conclusão do curso de psicologia.

Mas esse espaço de um semestre, entre a proposta e o recuo, também coincidiu com a entrada em análise, fazendo com que ela se formulasse uma interessante questão: em que medida a teoria auxilia na sustentação da prática analítica? Havia aí um verdadeiro problema de pesquisa, que não deixava de mobilizar a angústia do sujeito, porque a interrogava sobre as razões que a impulsionaram a se instalar na posição de analista. Atravessada pela experiência de análise, ela começa então a pesquisar as relações entre a teoria e a prática, agora com seus próprios recursos, deslocando-se parcialmente do apelo à autoridade externa.

Como não escutar os efeitos de formação aqui endereçados à Escola? No caso dela, a suspensão do saber constituído também incidiu sobre o laço institucional, produzindo o recuo da demanda, e demonstrando que nem sempre a experiência de análise caminha na mesma direção do engajamento na psicanálise. Sustentar, na prática, essa ausência de garantia quanto à formação do psicanalista não é nada fácil. Trata-se de um exercício constante de preservação do lugar simbólico da Escola, submetendo-a à ‘barra’ da castração, e esvaziando a Escola de qualquer consistência imaginária. Pois ao fazer d’*A Escola* um conceito da ordem do impossível ( $\overline{\exists x \Phi x}$ ), torna-se possível abrir espaço para a inscrição contingente dos efeitos de formação ( $\overline{\forall x \Phi x}$ ), modo pelo qual cada um se autoriza de si mesmo, a partir de sua própria experiência.

Esses três exemplos, extraídos de três contextos diferentes, sinalizam para a articulação existente entre a lógica do feminino e a inserção institucional do psicanalista a qual, conforme vimos, não obedece a nenhuma regra pré-estabelecida, nem se submete a qualquer modelo de regulamentação. De fato, de algumas décadas para cá, a partir do final

dos anos 1980, a literatura analítica tem enfatizado bastante as relações de afinidade entre as posições femininas e analíticas, relações que, diga-se de passagem, não estão textualmente explicitadas nos três seminários em que Lacan desenvolve as fórmulas da sexuação: *De um discurso que não seria do semblante* (1971/2009), *Ou pior* (1971-1972/2011) e *Mais Ainda* (1972-1973/1985). Trata-se, portanto, muito mais de uma elaboração *a posteriori* dos psicanalistas lacanianos, porém perfeitamente coerente com as balizas conceituais introduzidas pelo próprio Lacan, a partir da década de 1970.

Para dar alguns exemplos, em uma Jornada em Paris, em fevereiro de 1990, Colette Soler (1990/2000, p. 491) torna bastante explícita tal relação: “La logique du pas-tout propre à l’analyste, qui, comme la femme, n’existe pas, inquiète et travaille le groupe analytique”<sup>93</sup>. Quase na mesma época, em 1991, na Argentina, a apresentação de Diana Rabinovich nos conduz a raciocínio semelhante: “‘o’ psicanalista como universal tem o ‘o’ tão barrado quanto a mulher barrada tem o ‘A’ das fórmulas da sexuação” (RABINOVICH, 1991/2000, p. 151). E tal flerte entre os psicanalistas e o feminino progressivamente extrapolou o domínio da função analítica, estendendo-se igualmente ao ensino da psicanálise, ao problema da transmissão e, também, às questões relacionadas à inserção institucional. É o que nos demonstram os extratos a seguir: “a relação lógica que a psicanálise mantém com a ciência é a mesma que A mulher mantém com a função fálica” (PINTO, 2006, p. 38) e, por fim, “Há de fato um laço entre Escola e feminilidade que não é da ordem literária ou alegórica, mas decorre de um parentesco estrutural” (MONRIBOT, 2000, p. 40).

Em sintonia com essas e com outras leituras, as discussões desse capítulo remetem a lógica do feminino à experiência analítica, fruto do trabalho de transferência, e também ao laço entre psicanalistas, na transferência de trabalho. Enquanto o argumento de exceção, próprio à lógica masculina, atravessa as análises didáticas e o reconhecimento entre pares, para além do Édipo e da filiação, o ato de ‘autorizar-se’ é tributário da lógica do ‘não-todo’, em jogo no acolhimento dos efeitos contingentes de formação. Por fim, como esses construtos lógicos não são dicotômicos e estanques, nada impede que algo ordem da diferença se insinue nos mais estratificados sistemas de formação. E que, de modo semelhante, as escolas lacanianas reinvestam o argumento de autoridade, ao se avizinhar do mal-estar referente à falta de resposta à pergunta “*como se forma um psicanalista?*”.

---

<sup>93</sup> Proposta de tradução: A lógica do não-todo, própria ao analista, o qual, como a mulher, não existe, inquieta e faz trabalhar o grupo analítico.



## 6 CONCLUSÃO: O PASSE ENTRE INVESTIGAÇÃO E NOMEAÇÃO

Ao longo dos capítulos, discutimos o dispositivo do passe por um caminho bastante específico: o da transmissão da experiência analítica. Foi com esse intuito investigativo que interpelamos os testemunhos, endereçando a eles uma pergunta: como um psicanalista se forma a partir de sua própria experiência? Mas tal proposta não é uma linha exclusiva e única de abordagem do tema. Na verdade, são poucos os trabalhos que enfatizam a vertente investigativa do dispositivo e que dão ênfase direta à pesquisa sobre a passagem à analista. É muito mais comum encontrar textos que expressam uma preocupação com os fins de seleção, com os critérios de final de análise ou com as consequências da nomeação do analista passante. Seria até mesmo possível reescrever essa tese, não mais sob a perspectiva investigativa, e sim contando a história das sucessivas crises que acompanharam a questão da nomeação, e das saídas que cada instituição propôs para o problema da garantia do psicanalista.

Parece estranho concluir um trabalho mencionando um caminho que não foi feito, mas o fato é que esse ‘não realizado’ constituiu o limite do que pudemos avançar sobre o passe, circunscrevendo, externamente, os contornos do nosso próprio trajeto. É por essa razão que, antes de serarmos os ganhos da nossa proposta, gostaríamos de tratar brevemente da relação entre o passe e a nomeação, pesquisa ainda por ser desenvolvida.

O problema da nomeação dos psicanalistas se apresenta desde a fundação da Escola Freudiana de Paris, quando Lacan optou por conservar, em sua Escola, as antigas titulações adquiridas no contexto da Sociedade Psicanalítica de Paris. A criação da EFP não zerou os ‘direitos’ previamente adquiridos, instituindo um princípio hierárquico entre os analistas, que já nessa época se dividiam entre analistas membros da Escola (AME) e analistas da Escola (AE). A invenção do passe surgiu exatamente nesse contexto de estagnação institucional, de manutenção dos privilégios, constituindo-se como uma resposta para driblar a hierarquia da IPA, agora transmutada nas categorias da Escola Freudiana de Paris. Pela via do passe, propôs-se uma nomeação mais coerente com o discurso analítico: o psicanalista se autoriza de sua própria experiência de formação, sem precisar demandar uma autorização externa. Lembramos que a Escola também podia reconhecer a existência de efeitos analíticos de formação, como o era no caso da concessão do título de analista membro da Escola, introduzido a partir das provas de trabalho.

Se o dispositivo do passe inicialmente fez convergir a atenção dos membros da EFP para o momento clínico de passagem à psicanalista, logo se tornou um fim em si mesmo, um

instrumento de seleção e de nomeação dos Analistas da Escola. Tratava-se, é verdade, de uma seleção bastante inusitada, porque em treze anos de existência, de 1967 a 1980, foram feitos quase duzentos passes, com apenas nove nomeações pelo júri de confirmação. Nunca se viu um dispositivo mais seletivo que o passe! E tais cifras não deixavam de causar problemas: quais eram os critérios utilizados pelo júri para a nomeação do passante à analista da Escola? O que de fato acontecia no funcionamento real do dispositivo? Além disso, não havia como impedir que a hiperseletividade do passe alimentasse a vaidade dos psicanalistas nomeados, os quais ganhavam posição de destaque em meio à multidão de anônimos que compunha a Escola Freudiana de Paris.

“É um fracasso completo esse passe”, concluiu Lacan nas Jornadas de Deauville, em 1978. A frase lacaniana recebeu inúmeras interpretações, e aqui podemos arriscar a nossa própria: o passe fracassou em seu propósito de pesquisa sobre a formação do psicanalista. A história demonstra que a cada vez que o dispositivo se torna um mero instrumento de seleção e de nomeação, crises e rupturas são reinstauradas, como testemunham as rixas internas à Associação Mundial de Psicanálise, que em 1998 deram origem aos Fóruns do Campo Lacaniano. Retomando os textos, cartas e testemunhos dos psicanalistas que participaram desse momento de cisão, é possível localizar algumas perguntas que se repetem, em ritornelo: seriam confiáveis as decisões dos cartéis de passe? Haveria algum tipo de incidência política, externa ao dispositivo, influenciando no curso das nomeações? Estaríamos reativando o autoritarismo da IPA no seio das escolas lacanianas? Tomadas em conjunto, essas perguntas expressam um clima de desconfiança quanto ao dispositivo do passe, bastante semelhante ao mal-estar que o movimento psicanalítico experimentou em relação à titulação via análises didáticas, na década de 1950.

Esse breve desvio em torno da nomeação torna mais clara a nossa proposta de pesquisa: sentimos a necessidade de recuperar a potência investigativa do dispositivo do passe, o que só seria possível se deixássemos de lado a ênfase excessiva no processo de nomeação. Pois, ao colocar em primeiro plano a transmissão da experiência, pudemos falar sobre o passe sem adentrar nos detalhes do funcionamento institucional, estratégia que nos desobrigou da promoção de defesas ou da promulgação de ataques, posições partidárias que tendem a responder rigidamente à complexidade das questões. A invenção do passe se mostra incompatível com a lógica do ‘tudo’ ou ‘nada’, entre um polo e outro, há uma enorme gradação de perspectivas, concepções diversas sobre as vantagens e desvantagens. Além disso, quer seja contra ou a favor, não é possível ignorar os efeitos de transmissão que o passe

inscreve no campo psicanalítico, os quais extrapolam os limites restritos das instituições lacanianas, e que, acreditamos, podem ser compartilhados a um público mais amplo.

Essa dimensão investigativa do dispositivo do passe não é óbvia por si mesma, e nem está dada de partida: nenhuma oferta institucional garante antecipadamente a transmissão da experiência. Nesse ponto, o recurso ao testemunho conferiu direção ao nosso movimento de pesquisa, permitindo-nos instaurar uma lógica de retroação sobre os problemas que o passe nos apresentava. Partimos das consequências, dos resultados extraídos do passe, e apenas em um segundo momento, de forma retroativa, pudemos constatar seus efeitos de transmissão. Assim, nossa tese demonstrou que os testemunhos de passe não apenas transmitem a experiência de formação, como o fazem de uma maneira bastante específica, promovendo a passagem da teoria sexual do analisando, de caráter contingente e intransmissível, à teoria psicanalítica, essa última passível de ser transmitida.

Nos parágrafos seguintes, iremos compilar de forma sucinta alguns resultados do nosso trabalho, os quais devem ser acolhidos em seu caráter de parcialidade. De fato, não temos nenhuma tese geral sobre o passe, apenas questões pontuais que, por sua vez, se abrem a novas questões de pesquisa, demandando continuamente outros esforços investigativos. Podemos resumir as principais contribuições apresentadas pelos testemunhos em três eixos: 1. A relação entre o final de análise e a formação do psicanalista, 2. A relação entre o ato analítico e a transferência, 3. A elaboração teórica sobre a experiência de formação.

O primeiro eixo é o mais difuso e obscuro, remetendo-nos a uma grande variedade de circunstâncias analíticas e extra-analíticas que nos impedem de propor uma regra universalmente válida sobre as condições de final de análise, e sobre como essas condições contribuem para a formação do psicanalista. Grosso modo, a grande maioria dos testemunhos sinaliza momentos clínicos de destituição subjetiva, que são autenticados pela ‘queda’ do analista enquanto objeto de investimento transferencial (des-ser). Mas foi bastante surpreendente constatar a existência de efeitos didáticos em análises que ainda não tinham desestabilizado a série das identificações, análises estas que possibilitaram a sustentação de uma escuta analítica, apesar da interferência constante da fantasia do analisando. Os testemunhos de Gabriela Dargenton são muito esclarecedores sobre esse ponto. Neles, pudemos verificar a construção de casos clínicos em articulação aos avanços e retrocessos da análise do psicanalista, o que nos fez compreender o final de análise, não como um momento clínico pontual, mas como uma experiência extensiva, relacionada à extração do desejo do psicanalista.

Mais ainda, podemos constatar que a mutação na economia do desejo, verificada ao longo do período de final de análise, não corresponde necessariamente à instalação do analisando na função analítica. Em seus testemunhos, Isabelle Morin enfatizou bastante a ideia de um ‘consentimento ao desejo do analista’, o qual não coincide cronologicamente com o final de análise. Assim, se toda análise levada a termo produz o desejo do analista, nem todo final de análise produz um analista, no sentido profissional do termo. Faz-se necessário um *plus*, um ‘a mais’ da ordem da pura contingência, para que o desejo do analista se articule à sustentação da função analítica. É o que bem demonstrou o testemunho de Anne-Marie Gobert, em que um evento extra-análise, o encontro com uma jovem paciente esquizofrênica, foi o ‘gatilho’ responsável por tornar operativo o desejo do analista. Esse e outros testemunhos nos fazem concluir que a experiência de análise, embora necessária, não é suficiente à formação de um psicanalista. Há muitas e variadas relações entre a psicanálise e o psicanalista, que precisam ser verificadas caso a caso.

O segundo eixo, o da relação entre o ato analítico e a transferência, trouxe contribuições mais precisas: pudemos localizar o ato nas pontas da experiência, na entrada e na saída do dispositivo analítico. Os efeitos de corte do ato analítico sobre a extensão temporal de uma análise estão intimamente relacionados à função da transferência, no que ela é responsável por ‘autorizar’ a tarefa de fala do analisando. Assim, na entrada em análise, o ato analítico inaugura o lócus da suposição de saber, possibilitando o endereçamento da fala do analisando para o analista e, assim, dando início ao trabalho de decifração do sintoma. Muitos testemunhos de passe demonstram esse momento de entrada no dispositivo analítico, sancionada pela operação do ato. Marcelo Mazzuca, por exemplo, remete o início do trabalho de decifração do sintoma a uma intervenção específica do seu analista, que assumirá o valor de ato.

Tal intervenção incidiu sobre um cenário de fantasia bem construído: o analisando estava tocando o seu estilo jazzístico preferido, a *fusion*, com um grupo de amigos. Nele, havia duas mulheres, uma ‘N’ e outra ‘F’, iniciais dos nomes que marcavam a tipologia das escolhas inconscientes. O analista apontou a condensação de sentido do significante ‘fusão’, que tanto significava ‘gênero musical’ como a ‘união entre duas mulheres’, ato analítico que o engajou na tarefa de decifração do sintoma, de duração de sete anos.

Se o ato analítico introduz a função da transferência, vimos que não se trata de uma função permanente, nem impossível de ser destituída. A qualquer momento, um analista pode recuar diante das consequências do seu ato, produzindo o fechamento do inconsciente. Mas há uma diferença entre o ‘horror ao ato’, signo da resistência do analista, e o desenlace lógico de

uma análise, onde o ato porá em cheque a suposição de saber. A interrupção não se confunde com o término. Marcelo Mazzuca, por exemplo, ao experimentar efeitos terapêuticos mais estáveis, ensaiou a interrupção de sua análise, recebendo a seguinte resposta do seu analista: *meu desejo é prosseguir com o trabalho até as últimas consequências*. Nesse caso, o analista sustentou as consequências do ato, apesar da tentativa de interrupção do analisando, mantendo o lócus da suposição de saber.

Assim, se o desejo do analista encaminha o desenlace de uma análise para além dos ganhos terapêuticos, será preciso que o analista consinta com a incidência do ato analítico ao final de análise, deixando-se cair do lócus da suposição de saber. Caso contrário, há o risco de ‘eternizar’ a função da transferência, tornando as análises intermináveis. Nessa perspectiva, Mazzuca nos apresenta diversos índices de destituição subjetiva ao longo de extenso período de final de análise, os quais, em seu último termo, foram sancionados pelo ‘des-ser’ do psicanalista. O objeto que o analista encarnava se separou do lócus da transferência, dando a ver a dimensão da causa de desejo. Por fim, consentindo com a queda da suposição de saber, o analista relançou a transferência para outro lócus, o do dispositivo do passe.

Do começo ao final de uma psicanálise, o ato analítico opera sobre a transferência, reduzindo a função do sujeito suposto saber a um saldo mínimo, o objeto causa de desejo. Poderíamos resumir as consequências do ato analítico em uma fórmula simplificada:  $SsS \rightarrow a$ , do sujeito suposto saber, instituído na entrada do dispositivo, ao objeto causa de desejo, extraído ao final. Essa fórmula também denota a passagem da posição de analisando, constituída em referência à suposição de saber (SsS), à posição do analista, daquele que opera a partir da função do objeto causa de desejo (objeto *a*). O terceiro eixo da nossa pesquisa retoma essa passagem, mas agora enfatizando o trabalho de elaboração teórica em torno da experiência de formação.

Como é possível elaborar um saber, enquanto psicanalista, sobre o saber que se construiu em análise, enquanto analisando?

Certamente, há uma diferença entre falar em análise, no dispositivo analítico, e falar sobre a análise, no dispositivo do passe. Endereçada a um analista, a fala do sujeito atualiza a realidade do inconsciente, em seu caráter sexual e infantil. Em transferência, o analisando é perfeitamente capaz de construir uma elaboração de saber, por vezes bastante refinada, sobre os determinantes em jogo no seu sofrimento psíquico. Mas, essa teorização em transferência é feita sob a medida da suposição de saber, e visa suturar a dimensão traumática do desejo do Outro: *afinal, o que o Outro quer de mim?*, questão para a qual não há respostas. A teoria sexual da neurose nos fornece uma via de acesso à realidade do inconsciente, lá onde o desejo

do sujeito se constitui em referência ao desejo do Outro. O problema é que cada sujeito responde à castração do Outro de maneira absolutamente singular e contingente, a partir dos significantes de sua própria história, esses que estão na base da estruturação do desejo. Então, como transmitir uma teoria que é da ordem da pura contingência e singularidade?

O desejo do analista é o operador responsável por promover a passagem da teoria sexual da neurose à teoria psicanalítica. Na construção do caso clínico, o psicanalista retira a teoria sexual do campo do inefável, atribuindo-lhe conceitos e formulações que a tornam passível de ser comunicada a outros psicanalistas. Se a fala em análise é ‘causada’ por um psicanalista, ao falar sobre a sua análise, no dispositivo do passe, o analisando se torna a causa do seu próprio discurso, é ele o psicanalista de sua experiência.

Como vimos, essa passagem do trabalho de transferência à transferência de trabalho está condicionada às saídas que cada analisando propõe a sua suposição de saber. Pois, se o final de análise remete o sujeito à falta de um significante no campo do Outro (queda do saber suposto), para além do dispositivo analítico, cada analista é convidado a fazer bom uso do ponto de intransmissível a que chegou sua própria análise, reinventando a psicanálise à sua maneira.

Os testemunhos de passe nos ensinaram o quanto a formação do psicanalista é tributária da lógica do ‘não-todo’, que Lacan desenvolve no ‘lado mulher’ de suas fórmulas da sexuação. O desejo do analista não segue a nenhuma fórmula acabada, não se subordina ao argumento de exceção, longe disso, ele está relacionado às variações do trabalho de fala, à maneira pela qual cada analisando propõe a sua questão ao Outro. Questões que nos remetem à ‘ingovernabilidade’ do desejo do analista, avesso às leis regulamentadoras do exercício da psicanálise, no campo da cultura, e às tentativas de normatizar o ofício do analista, no campo das análises didáticas.

Por fim, esses três eixos extraídos do nosso trajeto de pesquisa convergem para um ponto comum: para o caráter contingente da transmissão da psicanálise. Como o ato de ‘autorizar-se’ não pode ser universalizado, as estratégias de investigação sobre a experiência de formação são sempre parciais, locais, o que torna os testemunhos de passe uma fonte inesgotável de pesquisa. Vale lembrar que a nossa proposta de trabalhar com os testemunhos alinha-se às circunstâncias da transmissão da psicanálise a partir de Lacan: na ausência do texto fundador, somos confrontados com uma transmissão que ultrapassa o recurso ao significante mestre enquanto agente de discurso. Essa transmissão agenciada pelo ato nos remeteu a uma ordem de diferença que ultrapassa o binarismo da lógica fálica: trata-se da pura diferença, articulada à extração do desejo do analista. Pois se, historicamente, a vertente

de nomeação do passe bem enfatizou as estratégias de reconhecimento entre pares, montando diferenças relativas, a sua vertente de investigação nos introduziu o problema do reconhecimento do 'ímpar', do um absoluto, acolhendo cada formação do analista em sua radical contingência e singularidade.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. Le désir contre le sens. **La Cause Freudienne**: Revue de Psychanalyse, Publicationa de l'école de la cause freudienne, Paris, n. 53, p. 51-54, février/2003.

APARICIO, S. Thérapeutique et didactique In: FORUM DU CHAMPS LACANIEN. **Retour à la Passe**. Paris: Forums du Champ lacanien, 2000.

ATTIÉ, J. Rapport du Cartel de la Passe B4. **La Cause Freudienne**: Revue de Psychanalyse, Publicationa de l'école de la cause freudienne, Paris, n. 45, p. 61-72, avril/2000.

AZEVEDO, A. M. N. Formação psicanalítica: algumas reflexões sobre a análise didática. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 41, p. 74, p. 179-186, jun. 2008.

BALINT, M. Analytic Training and Training Analysis. In: INTERNATIONAL PSYCHOANALYTICAL CONGRESS. **Anais...** London, 28 July, 1953.

BASSOLS, M. Informe conclusivo del cartel 2. **Revista Lacaniana de Psicoanálisis**, Buenos Aires, año 9, n. 12, abr. 2012.

BRUNO, P. Sans la passe In: **Essaim**. 2007/1, n. 18, p. 11-24. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-essaim-2007-1-page-11.htm>>. Acesso em

CAMPOS, S. *L'a-spièglerie* du sinthome In: **La cause freudienne**: nouvelle revue de psychanalyse. La psychanalyse en forme. n. 75. Paris: La Cause Freudienne, 2010.

CAMPOS, S. Do apego ao desapego na análise In: **Latusa 15**: Testemunho e passe, psicanálise e escrita, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, out. 2010a.

CHIRIACO, S. Retour sur le Réel. **Revue La Cause du Désir**: Comment ça se passe?, n. 83. Paris: Navarin, Éditeur, 2012.

CHOURAQUI-SEPEL, C. Fonction: passeur In: FORUMS DU CHAMP LACANIEN. **Retour à la passe**: Paris: Forums du Champ lacanien, 2000.

CLAVREUL, J. **La formation des psychanalystes**. Paris: Hermann Éditeurs, 2010.

COTTET, S. Informe conclusivo del cartel 1. **Revista Lacaniana de Psicoanálisis**, Buenos Aires, año 9, n. 12, abr. 2012.

D'ABREU, A. A. Análise didática: uma questão sem solução. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 41, n. 3, p. 41-50, 2007.



DARGENTON, G. Conclusion, écriture et passe. **La Cause Freudienne**: Revue de Psychanalyse, Publicationa de l'école de la cause freudienne, Paris, n. 46, p. 22-24, octobre/2000.

\_\_\_\_\_. Jusqu'au comble du sens. **La Cause Freudienne**: Revue de Psychanalyse, Publicationa de l'école de la cause freudienne, Paris, n. 54, p. 20-23, juin/2003a.

\_\_\_\_\_. DARGENTON, G. Ce que parler veut dire. **La Cause Freudienne**: Revue de Psychanalyse, Publicationa de l'école de la cause freudienne, Paris, n. 55, p. 19-22, octobre/2003b.

DHÉRET, J. Un pas de plus. **La Cause Freudienne**: Revue de Psychanalyse, Publicationa de l'école de la cause freudienne, Paris, n. 54, p. 13-16, juin/2003.

FERENCZI, S. (1927). O Problema do Fim de Análise. In: **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. (1928a). Elasticidade da técnica analítica. In: **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. (1928b). O Processo da Formação Psicanalítica. In: **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. (1969). Qu'est-ce qu'un auteur. In: **Dis et Écrits (1964-1985)**. Paris: Seuil, 1994.

FREUD, S (1900-1901). **A Interpretação dos Sonhos Segunda Parte**. Vol. V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1905). **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1908). Sobre as teorias sexuais das crianças In: **Gradiva de Jensen e outros trabalhos**. Vol. V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1910). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In: **Cinco Lições de Psicanálise, Leonardo da Vinci e outros Trabalhos**. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: **O Caso Schreber, Artigos sobre a Técnica e Outros Trabalhos**. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1913). Totem e Tabu. In: **Totem e Tabu e outros Trabalhos**. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1914). A História do Movimento Psicanalítico. In: **A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre Metapsicologia e Outros Trabalhos**. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1916). O sentido dos sintomas. In: **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1917). O Caminho de Formação dos Sintomas. In: **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III)**. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. (1919). Sobre o Ensino da Psicanálise na Universidade. In: **História de uma Neurose Infantil**. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1921). Psicologia de grupo e análise do eu. In: **Além do princípio do prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos**. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1922). Psicanálise e telepatia. In: **Além do princípio do prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos**. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1923). O Eu e o Id. In: **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. (1926). A Questão da Análise Leiga. In: **Um Estudo Autobiográfico, Inibições, Sintomas e Ansiedade, A Questão da Análise Leiga e outros trabalhos**. Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1932). Sonhos e Ocultismo. In: **Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e outros Trabalhos**. Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1937). Análise Terminável e Interminável. In: **Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros Trabalhos**. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1939). Moisés e o Monoteísmo In: **Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros Trabalhos**. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1915) Pulsões e Destinos da Pulsão. In: **Escritos sobre Psicologia do Inconsciente**. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004.

FREUD, S.; FERENCZI, S. (1908-1911). **Correspondência**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GITELSON, Maxwell. The Emotional Position of The Analyst in The Psycho-Analytic Situation. **IJP**, v. XXXIII, part 1, 1952.

\_\_\_\_\_. Therapeutic Problems in the Analysis of the 'Normal' Candidate. **IJP**, v. XXXVII, july-october/1953.

GOBERT, A. M. Il y aura donc eu passage à l'analyste In: FORUMS DU CHAMP LACANIEN. **Retour à la passe**. Paris: Forums du Champ lacanien, 2000.

GODIN, J.-G. Passe fictive, passe effective. **Ornicar?**, n. 44, Ed. Navarin, 1998.

GUYOMARD, P. **Lacan et le contre-transfert**. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

HARARI, A. Analista sob demanda. **Latusa 15**: Testemunho e passe, psicanálise e escrita, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, out. 2010.

HEIMANN, Paula. Dynamics of Transference Interpretations. **IJP**, v. XXXVII, parts 4/5, july-october/1956

IZCOVICH, L. Incidences de la passe sur la clinique In: FORUMS DU CHAMP LACANIEN. **Retour à la passe**. Paris: Forums du Champ lacanien, 2000.

JAPIASSU, H. **Introdução à Epistemologia da Psicologia**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.

JORGE, M. A. C. Aprender a aprender Lacan e a supervisão psicanalítica. In: \_\_\_\_\_. (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

KEHL, M. R. Minha vida daria um romance In: BARTUCCI, G. (org.). **Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1955a). A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1955b). Variantes do Tratamento Padrão. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1955c) Situação da Psicanálise e Formação do Psicanalista em 1956. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1957). A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1958). A Direção do Tratamento e os Princípios de seu Poder. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1958-1959). **Le Séminaire livre VI: Le Désir et son Interprétation**. Paris: Éditions de la Martinière Le Champ Freudien Éditeur, 2013.

\_\_\_\_\_. (1960-1961) **O Seminário: Livro 8: A Transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

\_\_\_\_\_. (1962-1963) **O Seminário: Livro 10: A Angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. (1964). **O Seminário Livro 11: Os quatro conceitos da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1964). Ato de fundação. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. (1965). A Ciência e a Verdade. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1966). Abertura desta coletânea In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 (1º versão). In: **Documentos para uma Escola II: Lacan e o Passe**. Documento de circulação interna da Letra Freudiana – Escola Psicanálise e Transmissão. Rio de Janeiro: 1995, ano XIV, nº 0’.

\_\_\_\_\_. (1967a). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. (1967b). O engano do sujeito suposto saber. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. (1967-1968). **O Seminário Livro 15: O Ato Psicanalítico**. Seminário Inédito.

\_\_\_\_\_. (1968-1969). **O Seminário Livro 16: De um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

\_\_\_\_\_. (1969). Pronunciamento na Escola. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. (1969-1970). **O Seminário Livro 17: O Averso da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

\_\_\_\_\_. (1970). Proposição A: Princípios referentes ao acesso ao título de psicanalista da Escola Freudiana de Paris In: **Documentos para uma Escola II: Lacan e o Passe**. Documento de circulação interna da Letra Freudiana – Escola Psicanálise e Transmissão. Rio de Janeiro: 1995, ano XIV, nº 0’.

\_\_\_\_\_. (1970). Discurso na Escola Freudiana de Paris. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. (1971). **O Seminário Livro 18: De um discurso que não seria do semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

\_\_\_\_\_. (1971-1972) **...Ou Pior**. Publicação não comercial exclusiva para os membros do Espaço Moebius. Salvador, 2011.

\_\_\_\_\_. (1972-1973) **O Seminário Livro 20: Mais Ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

\_\_\_\_\_. (1973). Sobre a experiência do passe. In: **Documentos para uma Escola II: Lacan e o Passe**. Documento de circulação interna da Letra Freudiana – Escola Psicanálise e Transmissão. Rio de Janeiro: 1995, ano XIV, nº 0’.

\_\_\_\_\_. (1974). Nota sobre a escolha dos passadores. In: **Documentos para uma Escola III: um percurso de 20 anos**. Documento de circulação interna da Letra Freudiana – Escola Psicanálise e Transmissão. Rio de Janeiro: 2001, ano XX, nº 0’.

\_\_\_\_\_. (1974). Televisão. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. (1975). Talvez em Vincennes. In: **Novos Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. (1975-1976). **O Seminário Livro 23: O Sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. (1978a). Conclusões Congresso sobre a transmissão In: **Documentos para uma Escola II: Lacan e o Passe**. Documento de circulação interna da Letra Freudiana – Escola Psicanálise e Transmissão. Rio de Janeiro: 1995, ano XIV, nº 0’.

\_\_\_\_\_. (1978b). Jornadas sobre a Experiência do Passe In: **Documentos para uma Escola II: Lacan e o Passe**. Documento de circulação interna da Letra Freudiana – Escola Psicanálise e Transmissão. Rio de Janeiro: 1995, ano XIV, nº 0’.

\_\_\_\_\_. (1986). Um Procedimento para o Passe. In: **Documentos para uma Escola II: Lacan e o Passe**. Documento de circulação interna da Letra Freudiana – Escola Psicanálise e Transmissão. Rio de Janeiro: 1995, ano XIV, nº 0’.

LAURENT, E. Quatro observações sobre a preocupação científica de Lacan In: GIROUD, F. et al. (org.). **Lacan, você conhece?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1993.

LEGUIL, F. Rapport de Cartel de la Passe « A5 ». **La Cause Freudienne**: Revue de Psychanalyse, Publicationa de l'école de la cause freudienne, Paris, n. 50, p. 53-58, février/2002.

LEVI, P. **Le Devoir de Mémoire**. Paris : Ed. Mille et une nuits, 2000.

LÉVY, R. **O desejo contrariado**: ensaio sobre a impossível transmissão da psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LIMA, C. R. A escritura do nome próprio: um ponto de balança. **Opção Lacaniana**: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, Rio de Janeiro: Edições Eolia, n. 19, 1995.

LITTLE, M. 'R' – The analyst's total response to his patient's needs. **IJP**, v. XXXVIII, parts 3/4, may-august/1957.

LO BIANCO, A. C. Psicanálise e Universidade: a questão da filiação do analista In: \_\_\_\_\_. **Freud não explica**: a psicanálise nas universidades. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

LÓPEZ, L. Experiência do Passador. **Wunsch**: Boletim Internacional da Escola de psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. O Passe na Escola, n. 7, p. 26-30, jan. 2008.

MAZZUCA, M. **Ecos del Pase**. Buenos Aires: Letra Viva, 2011.

MEYER, L. A análise didática deve ser mantida. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 41, n. 3, p. 33-40, 2007.

MILLER, J.-A. Introduction aux Paradoxes de La Passe. **Ornicar?** Bulletin Périodique du Champ Freudian, Décembre 1977.

\_\_\_\_\_. A Pergunta de Madrid. **Opção Lacaniana online nova série**, ano 2, n. 4, março/2011a. Disponível em: <[http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_4/A\\_pergunta\\_Madri.pdf](http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_4/A_pergunta_Madri.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Curso de Orientação Lacaniana 3, Primeira Sessão**: 19.01.2011. Paris: Publicação de circulação interna da École de la Cause Freudienne, 2011b.

\_\_\_\_\_. ¿Es Pase? **Revista Lacaniana de Psicoanálisis**, Buenos Aires, año 9, n. 12, abril 2012.

MILLOT, C. Sobre a história da formação dos analistas In: JORGE, M.A.C (org.). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

MONRIBOT, P. Uma Erótica da Escola. **Opção Lacaniana**: O despertar da Primavera, São Paulo, Edições Eolia, n. 29, 2000.

MOREL, G. **La loi de la mère**: Essai sur le sinthome sexuel. Paris: Economica Anthropos, 2008.

MORIN, I. (1994). Le désir du Psycanalyste dans la passe In: FORUMS DU CHAMP LACANIEN. **Retour à la passe**: Paris: Forums du Champ lacanien, 2000.

\_\_\_\_\_. (1996). Consentir au Désir de l'Analyste In: FORUMS DU CHAMP LACANIEN. **Retour à la passe**: Paris: Forums du champ lacanien, 2000.

NAVEAU, L. Le Retour d'un AE em analyse In: MILLER, J.-A. **Conversation sur la Passe**. Paris : École de la Cause Freudienne, 2010.

NAVEAU, P. La Condition Inhumaine. **La Cause Freudienne**: Revue de Psychanalyse, Publicationa de l'école de la cause freudienne, Paris, n. 33, p. 47-50, mai/1996.

PASKVAN, E. Les tours du dire. **La Cause Freudienne**: Revue de Psychanalyse, Publicationa de l'école de la cause freudienne, Paris, n. 52, p. 32-36, novembre/2002.

PINTO, J. M. Psicanálise e Universidade: mais, ainda. In: LO BIANCO, A. C. (org.). **Freud não explica**: a psicanálise nas universidades. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

POLI, M. C. “Eu não Procuo, acho”: sobre a transmissão da psicanálise na universidade In: LO BIANCO, A. C. (org.). **Freud não explica**: a psicanálise nas universidades. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

\_\_\_\_\_. **Leituras da Clínica, Escritas da Cultura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

POMMIER, G. **A Neurose Infantil da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

QUINET, A. **A Estranheza da Psicanálise**: a Escola de Lacan e seus analistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RABINOVICH, D. S. (1991). Lógicas da Escola em psicanálise In: \_\_\_\_\_. **O desejo do psicanalista**: liberdade e determinação em psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

ROUDINESCO, E. **História da Psicanálise na França 2: A Batalha dos Cem Anos (1925-1985)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

SAFOUAN, M. **A Transferência e o desejo do analista**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. **Jacques Lacan e a Questão da Formação dos Analistas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

\_\_\_\_\_. Respostas a algumas questões relativas à supervisão In: JORGE, M.A.C. (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

\_\_\_\_\_. **La Psychanalyse: science, thérapie – et cause**. Vincennes: Éditions Thierry Marchaisse, 2013.

SAUBERMAN, Paulo Roberto. A Questão da Técnica na Análise Didática In: OUTEIRAL, J. O.; THOMAZ, T. O. (orgs). **Psicanálise Brasileira**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SBANO, V. O Ensino da Psicanálise na Universidade e as aulas de Osman Lins. In: LO BIANCO, A. C. (org.). **Freud não explica: a psicanálise nas universidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

SELIGMANN-SILVA, M. O Local do testemunho. **Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em história**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan / jun de 2010.

\_\_\_\_\_. Testemunho e a política da memória: o tempo das catástrofes. **Proj. História**, São Paulo, n. 30, p. 71-98, jun. 2005.

STIGLITZ, G. Bonjour École Une In: **La cause freudienne: nouvelle revue de psychanalyse. La psychanalyse en forme**. n. 75. Paris: La Cause Freudienne, 2010.

SOLER, C. (1989). Une par Une In: In: FORUMS DU CHAMP LACANIEN. **Retour à la passe**: Paris: Forums du Champ lacanien, 2000.

SOLER, C. (1990). Trois Fins. In: FORUMS DU CHAMP LACANIEN. **Retour à la passe**: Paris: Forums du Champ lacanien, 2000.

SOLER, C. (1991). Entrer par la passe. In: FORUMS DU CHAMP LACANIEN. **Retour à la passe**: Paris: Forums du Champ lacanien, 2000.

\_\_\_\_\_. (1993) Le moment de la passe In: In: FORUMS DU CHAMP LACANIEN. **Retour à la passe**: Paris: Forums du Champ lacanien, 2000.

STRAUSS, L. (1949). A Eficácia Simbólica In: \_\_\_\_\_. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.



VALABREGA, J.-P. **A Formação do Psicanalista**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VIDAL, E. O Passador, entre a análise e a escola. In: **Documentos para uma Escola V: O Passe em andamento**. Documento de circulação interna da Letra Freudiana – Escola Psicanálise e Transmissão. Rio de Janeiro: 2010, ano XXIX, nº 0''''.

WEILL, A D. Sobre a História da Formação do Psicanalista para Lacan In: JORGE, M. A. C. (org.). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

ZBRUN, M. **A Escola de Lacan e a Formação do Psicanalista**. 2007. 181 f. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2007.